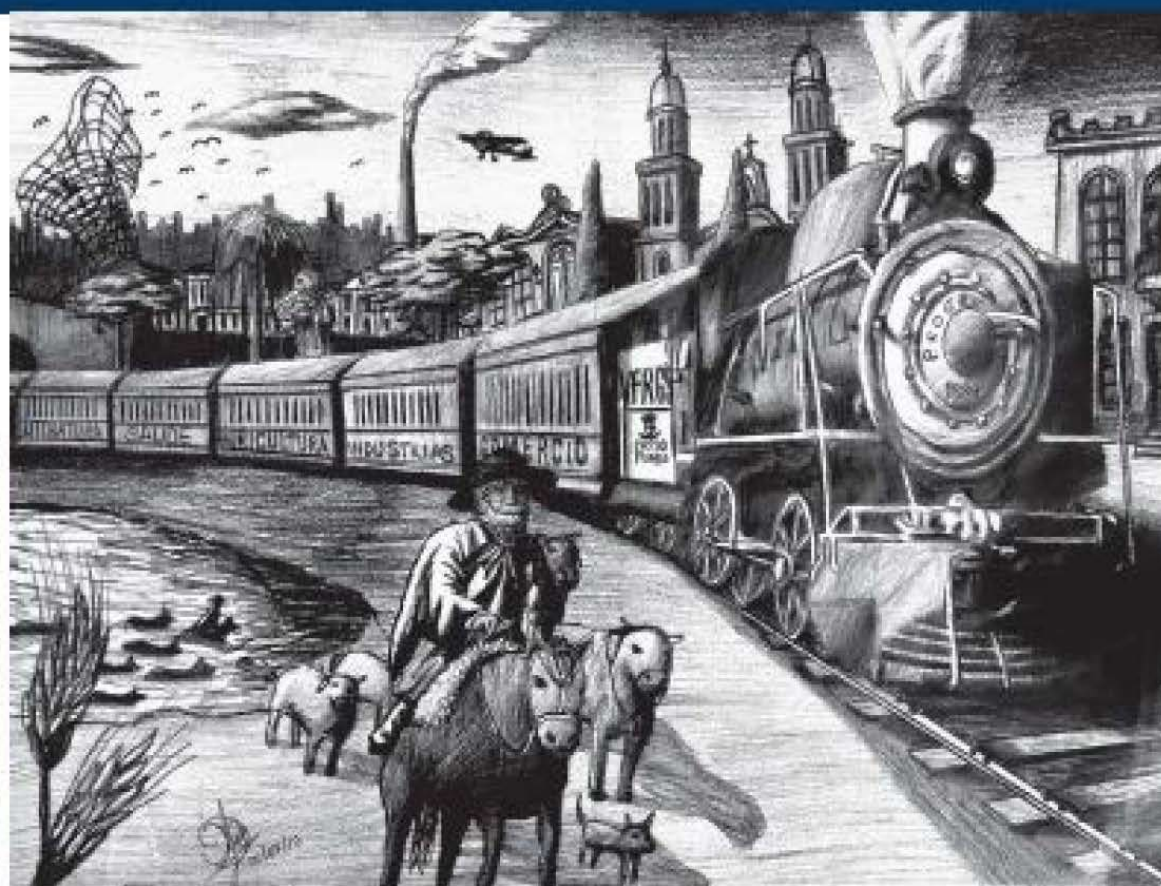


Organizadores Dr. Pedro Ari Unzué da Fonseca e Dilse Picin Cortez

Testemunhas da história



ihpf
instituto histórico de passa fundo

edição especial

ihpf

instituto histórico de passo fundo

Projeto Passo Fundo

Página na internet: www.projetopassofundo.com.br

e-mail para contato: projetoassofundo@gmail.com

Disponível no formato eletrônico /E-book.

Do livro: História. -Passo Fundo: Berthier, 2010. 196p.; il.;23cm.

Todos os direitos reservados ao Autor.

O conteúdo deste site NÃO pode ser reproduzido, copiado, gravado, transcrito ou transmitido por meios mecânicos, fotográficos ou eletrônicos, sem a citação de autoria, nos termos da licença

[Creative Commons Atribuição-Compartilhual 3,0 Nao Adaptada.](#)

Para ver uma cópia desta licença, visite:

creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/deed.pt_BR ou envie uma carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, Califórnia, 94041, USA.

Revisado em: 09/08/2012

Desenho de capa: Diego Chimango

T343 Testemunhas da história [recurso eletrônico] : edição especial / organizadores Pedro Ari Veríssimo da Fonseca, Dilma Piccin Corteze ; Instituto Histórico de Passo Fundo. – Passo Fundo : Projeto Passo Fundo, 2013.

E-book (formato PDF).
ISBN 978-85-8326-022-6

Modo de acesso: World Wide Web:
<<http://www.projetopassofundo.com.br>>.

1. Passo Fundo (RS) – História . 2. Rio Grande do Sul – História. I.Fonseca, Pedro Ari Verissimo da, coord. II. Corteze, Dilma Piccin, coord. III. Instituto Histórico de Passo Fundo.

CDU: 981.65

Bibliotecária responsável Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

Organizadores Dr. Pedro Ari Veríssimo da Fonseca e Dilse Piccin Cortez

Revista
ihpf
instituto histórico de passo fundo

2010

revista instituto histórico de passo fundo

edição especial

Esta publicação não possui revisão de português para manter a originalidade dos textos e entrevistas produzidas.

Equipe de Edição

Organização:

Dr. Pedro Ari Veríssimo da Fonseca – IHPF

Dilse Piccin Corteze – IHPF

Projeto gráfico: Imagem Comunicação

Desenho da capa: Diego Chimango

Editora responsável: Gráfica Berthier

A publicação da Revista do Instituto Histórico de Passo Fundo tem por objetivo a divulgação de trabalhos realizados na coleta, na organização, na catalogação de materiais, como entrevistas, documentos, fotografias, mapas, entre outros de mesma natureza.

Correspondência

IHPF – Avenida Brasil Oeste, 792

CEP 99026-002 – Passo Fundo – RS

E-mail: ihpf@bol.com.br

Colaboradores

Dilce Piccin Corteze
Daltro Wespp
Carlos Antônio Madalosso
Vera Dalbosco
Sandra Noschang
Hércules Bonafé
Maria Cristina da Fonseca Almeida



APRESENTAÇÃO

Esta primeira Revista do Instituto Histórico de Passo Fundo se impõe para atender às principais finalidades da existência do IHPF, entre as quais podemos destacar:

- a) pesquisar, metodizar, publicar ou arquivar os documentos concernentes à história e à topografia do município de Passo Fundo e da região a que pertence;
- b) estudar a evolução do espírito humano, isto é, da vida social, política, econômica, intelectual e moral, através dos tempos, quer de modo restrito – regional e nacional –, quer de forma mais ampla e geral.

Preocupados, principalmente, em guardar a memória desse povo que desbravou, com muita labuta, a região de Passo Fundo, passamos a entrevistar, durante um longo período, moradores com idade acima de 70 anos. E, agora, temos a honra de apresentar ao público em geral e às gerações futuras a trajetória do esforço que seus ancestrais empreenderam em busca de uma vida melhor, com condições econômicas, sociais e culturais mais favoráveis.

Nesse exercício, acompanhou-nos, continuamente, a noção de que história oral é o registro da história de vida de indivíduos que, ao focalizarem suas experiências pessoais, constroem, também, uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertencem. Muitas dessas memórias são chamadas de subterrâneas, porque ficam à margem da história oficial.

As histórias vividas ou ouvidas pelos informantes, quando registradas em fitas magnéticas de áudio ou vídeo, tornam-se um instrumento fundamental para a compreensão do passado recente. Desse modo, graças ao desenvolvimento do método da história oral, o cientista social deixa de depender, única e exclusivamente, dos textos escritos para estudar o passado. Além disso, a história oral possibilita que indivíduos pertencentes a categorias sociais geralmente excluídas da história oficial possam ser ouvidos, deixando registrada, para análise futura, sua própria visão de mundo e a do grupo social de que fazem parte.

Com base em tais premissas, a Revista se abre com artigo do professor Dr. João Carlos Tedesco (UPF), em que este nos oferece parte do resultado de anos de pesquisas sobre história oral e memória, enfaticamente publicadas em seus livros sobre o tema.

Os textos seguintes – de autoria da Ms. em História Sandra Mara Benvegnú e do historiador e romancista Odilon Garcez Ayres – tratam, respectivamente, do Saladeiro São Miguel e de um dos criadores e expoentes máximos da cultura caipira em nível nacional, o passo-fundense Riele.

A seguir, Antonio Lourenço Gomes da Fonseca escreve sobre suas lembranças do trem em Passo Fundo, abordando, inclusive, a importância socioeconômica que este representava para a região.

Em sua segunda parte, a Revista apresenta um dossiê, contendo o resultado de muitas das entrevistas realizadas com alguns cidadãos de destaque em nossa cidade.

Talvez, o mais velho dos entrevistados tenha sido o Sr. Camacho, Recentemente falecido em Carazinho e nos fala de sua infância, adolescência e do início da fase adulta, vividos na cidade de Passo Fundo. Camacho testemunhou o nascimento do Clube Comercial.

Também o Dr. Jovino de Freitas, do alto dos cem anos recém-completos, deixa-nos uma visão da cidade de outrora, com seus ringues de patinação.

Em uma visita ao Dr. Sabino Arias, no Rio de Janeiro, ele nos narrou fatos pitorescos de que participou como cidadão e como médico de Passo Fundo, os quais serão compartilhados a seguir com o leitor.

Alfrida Menezes Martins, 95 anos, pertencente a uma família que veio de muito longe no tempo e no espaço. Ela e seus descendentes abriram a porteira que os mantinha no limite de trabalhar para comer para adentrarem o portal da escola, do colégio, da universidade.

Jorge Berthier de Almeida, moleque a tomar banho pelado na frigideira – lagoa que havia entre o quartel e o cemitério e que, no forte do verão, tinha água muito quente –, depois estudante e esportista, jogador de futebol de primeiro time, no renhido esporte colegial entre IE e Conceição.

A incansável Esther Bacaltchuk a quem Passo Fundo muito deve, por mais de 20 anos presidiu a SAMI e dirigiu e participou de outras entidades sociais.

Os desbravadores espanhóis da família Escobar, que aqui aportaram no final do século XIX, atravessaram o século XX e continuam, no século XXI, trabalhando no mesmo ramo comercial.

Outro personagem aqui presente é o Sr. Camilo Ribeiro, vindo do nordeste brasileiro, em busca de uma vida melhor em Passo Fundo. Nesta Revista, seu filho Eronilde Ribeiro nos premia com um belo relato.

Continuando nossa pesquisa, fomos a Pontão, o maior centro dos carreteiros, que movimentaram o comércio exportador de erva, rapadura e açúcar, rumo a Rio Pardo e fronteira.

Os irmãos Dino e Nelson Rosseto, de igual forma, contribuíram nesse res-

gate. Quem não conhece a Ferragem Rosseto? Nas próximas páginas, poderemos apreciar a sua belíssima história.

O Sr. Antonio Bernardon, representante da família que aqui se instalou para dedicar-se ao comércio de bebidas.

Todos se lembram da saudosa fábrica de cerveja Brahma, principalmente pela sua chaminé, que ainda se impõe entre os prédios de Passo Fundo. Leonardo Böhme e Afonso Hansen, que trabalharam nessa empresa em Passo Fundo e pelo Brasil afora, contam-nos um pouco dessa história.

Também ouvimos o tio Miro, “pau pra toda obra”, trabalhador braçal, ora na cidade, ora no campo, e arguto observador das transformações e do desenvolvimento rural e urbano de Passo Fundo.

Sr. Aniello D’Arienzo, criado na praça central de Passo Fundo, próximo à estação da viação férrea, um centro cultural de Passo Fundo que constituiu outra porta de entrada para o progresso e o dinheiro que movimentou o comércio no ramo das fazendas.

A Revista apresenta, também, um resgate biográfico de duas personalidades de Passo Fundo que marcaram época: o grande aviador Ruy Della Múa e Fredolino Chimango, morto na Itália durante a Segunda Guerra Mundial – este último, tio-avô do pesquisador Diego Chimango, autor dos referidos artigos.

Numa análise das transformações da Igreja Católica, hoje em debate, acolhemos o dizer do professor Julio Edwig Ritter.

A palavra também foi passada a Laurinaldo Velloso, discípulo do Marechal Rondon, que fez parte, em 1953, da fundação do Serviço de Proteção aos Índios. Criou-se na comunidade kaingang, onde permanece até hoje.

Por meio do texto escrito pela professora Sandra Benvegnú, os mais velhos poderão se lembrar do Clube do Titio, programa de rádio que marcou uma era, ao ser exibido todos os domingos pela Rádio Passo Fundo. Os mais jovens, certamente, não sabem o que foi esse sucesso, mas poderão imaginar graças aos fatos contados e às fotos selecionadas pela autora.

Tivemos, ainda, a oportunidade de resgatar um pouco da história da professora Selma Costamilan, que participou do início da transformação do ensino primário, desencadeada pelo Governador Leonel de Moura Brizola, com o objetivo de levar a escola ao meio rural.

Adiante, a professora Santina Dal Paz descreve, com muita propriedade, suas lembranças da Rua Independência e da bica que jorrava água e fazia o lazer das crianças da rua.

Ouvimos a professora Craci Dinarte, da Academia Passo-Fundense de Letras, rememorando aspectos dessa sociedade.

Procurando não interferir no ponto de vista do entrevistado, tivemos o cuidado de transcrever algumas partes das entrevistas realizadas, mantendo-as fiéis à fala original e delimitando-as com o uso de aspas. Em algumas ocasiões, optamos por fazer uma introdução – mais ou menos breve –, sempre que nos pareceu necessário, com vistas a facilitar o entendimento por parte do leitor.

A última parte da Revista compõe-se por documentos transcritos na íntegra, com a grafia original e espontânea, os quais descrevem: 1) a cultura gaúcha nascente, os tradicionalistas de todos os rincões, nos manuscritos do fundador da Cavalaria Bandas do Butiá do CTG Lalau Miranda, Comandante Amadeo Goelzer; 2) o Memorial da Paróquia Nossa Senhora da Conceição – Livro tombo –, trazendo a despedida do Pe. Valentin Rumpel.

A principal preocupação do IHPF, com a publicação deste trabalho, é a de manter vivos fatos locais importantes retidos na memória de pessoas que protagonizaram um momento histórico que já não existe, somada à intenção de servir de reflexão e estudo sobre a história oral e a oralidade como mecanismos de expressão da memória, da vivência, do tempo e das identidades – sempre em formação.

Nessa perspectiva, as entrevistas são elaboradas em diálogo com os entrevistados, que deixam de ser “meros informantes” da pesquisa para tornarem-se colaboradores atuantes e imprescindíveis no projeto implementado. Vale ressaltar que tais relatos demonstram o ponto de vista do entrevistado, de acordo com sua bagagem cultural, emocional, ideológica, social...

Com o conteúdo acima descrito, esta publicação destina-se a professores, alunos, pesquisadores em geral interessados em desvendar fatos do passado capazes de auxiliar na composição ou recomposição da história do município. Salientamos que as histórias de vida relatadas devem servir como mais uma fonte a ser consultada e confrontada no fazer historiográfico.

Todas as fitas gravadas, as entrevistas transcritas e os documentos copiados são de propriedade do IHPF e encontram-se depositados, em comodato, no Arquivo Histórico da Universidade de Passo Fundo, onde ficarão à disposição dos pesquisadores como fonte primária de seus estudos.

Dilse Piccin Corteze
Pedro Ari Veríssimo da Fonseca
Organizadores



SUMÁRIO

ARTIGOS

História, memória e oralidade: Construções sociais dos tempos e do conhecimento	
João Carlos Tedesco	13
O saladeiro São Miguel	
Sandra Mara Benvegnú	25
O menino e o trem	
Antonio Lourenço Gomes da Fonseca	34
Os pioneiros sertanejos: Riélino - Artista sertanejo de renome nacional e humorista regional	
Odilon Garcez Ayres	43

DOSSIÊ

Senhor Camacho: Lembranças de Passo Fundo das décadas de 1920 e 30	
	48
Memórias de um passo-fundense centenário	61
Visita ao Dr. Sabino Arias na tarde de 18 de outubro de 2008	67
Dona Alfrida Menezes Martins: Das lembranças individuais à memória coletiva	
	76
Cotidiano das décadas de 20 e de 30 na visão do passo-fundense Jorge Berthier	
	80

Judeus Russos: A história da família de Esther Bacaltchuk	85
Os espanhóis em Passo Fundo: Trabalhando pelo progresso	88
Camillo Leôncio Ribeiro: Um nordestino em Passo Fundo	92
Uma visão sobre Pontão, as tropeadas e o bandido Nino	94
Irmãos Dino e Nelson Rosseto: Um pouco da história do bairro São Cristóvão	100
A família Bernardon e o comércio de bebidas	106
A fábrica da cervejaria Brahma em Passo Fundo	112
Os banhados de Passo Fundo: A peste dos gafanhotos - Uma grande seca	114
Aniello D'Arienzo e o cotidiano de Passo Fundo nos anos 1930 a 1970	119
Ruy Della Méa: Um desbravador da aviação brasileira	123
Fredolino Chimango: Um passo-fundense da Segunda Guerra Mundial	125
Testemunho do nascimento de uma comunidade	128
Reserva do Rio Ligeiro: Índios Kaingang	131
Está no ar o Clube do Titio	145
Uma professora à serviço de crianças necessitadas	148
A bica da minha rua	151
Lembranças de um Passo Fundo diferente	152

DOCUMENTOS NA ÍNTEGRA

Butiá tem seu passado de glórias	155
História das carretas de bois e engenho de soque de erva eufrásia	156
Criação da cavalaria das bandas do Butiá	158
Fundação do CTG Lalau Miranda	159
História do velho cemitério do Butiá do tempo da guerra com o Paraguai - 1864 a 1870	160
João Schel e sua esposa doam a sua propriedade no Butiá	161
Memorial Paróquia Nossa Senhora da Conceição - Livro Tombo - Despedida do Pe. Valentin Rumpel	163
Um pouco da história de um grande homem: Fernando Goelzer	164



ARTIGOS

História, memória e oralidade: Construções sociais dos tempos e do conhecimento

João Carlos Tedesco

*A história e a memória são condenadas a oscilar entre a confiança e a suspeita.
(Ricoeur).*

Considerações iniciais

*O passado que é conhecido é um artefato nosso.
(Lowenthal)*

Buscamos, aqui, de uma forma simples e bastante didática, discutir alguns elementos que envolvem a relação da oralidade na construção do conhecimento histórico, suas possibilidades e implicações. Defendemos a sua importância, sua necessidade, seu imperativo social e cidadão para com atores sociais, sua riqueza como ferramenta e fonte empírica e analítica mediadoras do conhecimento histórico-social.

Neste texto, daremos ênfase ao fato de que memória e história estão imbricadas, ambas, no horizonte dos limites da plausibilidade de seus conhecimentos, não possuindo, nem uma nem outra, rigorosamente, os acontecimentos originais; por isso a importância da mediação da oralidade, mesmo em suas múltiplas implicações e controvérsias.

História e memória: matrizes em sinergia

As tão faladas oposições entre história e memória tornam-se sempre menos significativas. Muitas das narrativas históricas são reconstruções baseadas na memória, porém, ligadas às condições de interpretação, de parcialidade e de identidade, não muito diferente dos, também, instrumentos e das possibilidades analíticas da primeira.

Ainda que muito disso seja real, torna-se difícil, nas condições atuais, enfatizar ou ser demasiadamente contundente em torno de determinadas posturas que defendiam que a história é razão e análise, enquanto a memória é subjetividade, emoção, sentimentos, consciência, personificação, manipulação e/ou presentificação. Entendemos que, no fundo, ambas estão imbricadas em múltiplos processos que implicam interpretações de difícil apreensão do que se considera matéria-prima e análise do passado. Podemos dizer que tanto a memória como a história são duas

modalidades de recordar, de fazer os fatos, tempos e espaços se presentificarem, com suas complexidades, seus recursos, suas mediações e suas intenções; ambas não precisam, necessariamente, se excluir.

Cada uma possui seus processos e seus meios de apreender a realidade, não estando, obrigatoriamente, fechadas em si mesmas. Não há dúvida, porém, de que a memória possui certas especificidades, dentre as quais o fato de nutrir-se de lembranças particulares, sensíveis; ao passo que a história tende a produzir discursos críticos, sendo a representação do passado construída pelo olhar do historiador. Nem por isso, no entanto – e, ainda que haja fronteiras entre ambas (e que bom que existam) –, há um muro que as separa, as evita e as exclui.

Entretanto, sabemos que a história se apropria da memória nacional; há um fenômeno de passagem da memória à história. É por isso que lembrar e preservar a memória se torna um imperativo do homem moderno (BREFE, 1996, p. 118). Os lugares de memória estão entre a história e a memória, e são as duas, ao mesmo tempo; são vestígios, resíduos e possibilidades de constituição da tradição. Como afirma Nora, os lugares de memória são “mistos, híbridos, mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; em uma espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel”. (1997, p. XXXV)

Os lugares necessitam de ritualidade, assim como os grupos sociais necessitam de seus guardiões da memória, que garantam reprodução, temporalidade; que possam se fixar como tradição e que também a traduzam, constantemente, em razão de necessidades e adaptações temporais. A coerência nos discursos, os ritos mediadores personificados nos guardiões da memória, a referência constante à experiência vivida (ao passado simplesmente) e à fidelidade nas reconstruções, a posteriori, colaboram para (re)enquadrar os fatos no horizonte temporal e evitar seus desvios.

Porém, como em todas as circunstâncias da vida, nem sempre isso é possível. A dialeticidade da memória precisa ser levada em conta; a história biográfica ou de vida, em geral, assim o atesta; a mesma ordena acontecimentos que balizaram uma existência. Desse modo, tempos e situações estão em confronto, e nisso poderá (ou deverá) haver reconstruções, seleções, particularismos, personificações, em última instância, produções e condicionamentos sociais e políticos na reprodução do passado.

Para Ricoeur (2000), a memória seria a matriz da história, e não apenas mais um de seus objetos. Nesse sentido, também, ressalta Catroga que, “em seus motivos existenciais, seus objetivos, seus métodos, a historiografia acaba por pedir emprestada alguma coisa à memória, apesar de todas as suas prevenções racionalistas contra esse contágio” (2001, p. 58). Continua o autor, afirmando que a história, de uma forma ou de outra, também, em certo sentido, é “filha da memória” (Paul Vayne dizia isso também). Contudo, a memória, em muito, também é filha da historiografia, principalmente por esta permitir socializar ideias, comportamentos, tradições etc. A história, sem sombra de dúvida, auxilia na elaboração da memória; aliás, em

algumas circunstâncias, pode até expandi-la ao interpretar fragmentos e relatos de testemunhas do passado (LOWENTHAL, 1998).

O passado do presente

O presente dirige o passado assim como um maestro, seus músicos.
(Svevo).

Reinterpretamos o passado por meio das lentes, dos fatos, das ideias e das intenções subsequentes, e, nesse sentido, tanto a história quanto a memória engendram novos conhecimentos. Para ambas, é difícil recuperar ou recontar tudo, ou muito mais do que alguns fragmentos do que aconteceu; o passado, para ambas, é de difícil correspondência com o que efetivamente ocorreu.

Ausências de provas e testemunhos, os preconceitos do presente, os conteúdos infinitos e transversais do passado, os meios precários de recuperação, o próprio fato de o passado ser/ter passado (ou, como se diz na linguagem comum, “já era”, “é coisa do passado”), o conjunto imenso de situações e acontecimentos correlatos, entre uma série de outros fatores, fazem com que, tanto para a história quanto para a memória, a narrativa do passado não seja um retrato, mas uma interpretação sobre o ocorrido.

Antes mesmo de falarmos em objetividade dos fatos, tão comum como exigência da história, devemos, sim, falar em reconstrução retrospectiva. “A memória do mundo não é um cristal brilhante e reluzente, mas sim um amontoado de fragmentos soltos, uns poucos raios de luz que atravessam a escuridão” (BUTTERFIEL apud LOWENTHAL, 1998, p. 111).

Alguns analistas identificam memória como orientadora para a história, como base de tradição, e não como resíduo. Desse modo, a emancipação da memória daria base cultural para a história. Para De Certeau (2002), a história é uma narração. Nessa última, espaço e tempo cruzam-se, produzindo novos tempos e novos espaços. Nesse cruzamento, não existe univocidade nem estabilidade. A narração é um movimento linguístico de espaço/tempo criativo, sem fronteiras, “topológico” – para usar um termo seu –; é sempre enunciativa. Assim, a história será reduzida a espaço linguístico, a uma experiência narrativa de eventos inter cruzados sobre uma base móvel de tempos.

Outros autores evitam contrapor história e memória; ao contrário, identificam a memória como um novo paradigma historiográfico; a memória serviria para orientar a história. Ariés defende a tese de uma necessária e possível integração, de uma espécie de dialética entre história e memória, na qual o reclamo à memória coletiva e às memórias privadas permite aos historiadores abandonarem o terreno dos eventos públicos, da cronologia oficial, para fixarem-se no mundo da vida privada, nas “mentalidades”, na história local (ARIÉS, 1989).

O conhecimento histórico é, também, subjetivo, ou pode ser preconcebido pelo sujeito que elabora, pelos olhos do público, pela voz de outrem que interpreta e enxerga; há perspectivas do narrador, que acaba escolhendo e selecionando a utilização dos materiais históricos e do que nós fazemos dessa escolha. Por isso é que continuamos insistindo na ideia de que o passado está muito dependente de nosso presente, de nossas opiniões, perspectivas.

Explicar o passado no presente significa lidar não apenas com percepções, valores e linguagens que mudam, mas, também, com acontecimentos ocorridos após a época examinada. É inevitável ver a Segunda Guerra Mundial, em 1985, diferentemente do que se viu em 1950, apenas devido ao aparecimento de grande quantidade de novas evidências, mas também devido a consequências posteriores – a Guerra Fria, as Nações Unidas, a recuperação das economias alemã e japonesa (LOWENTHAL, 1998, p. 115).

Thompson (1992) merece ser citado, pois é uma grande referência nas discussões sobre as ditas vozes do passado. O referido autor diz que cada vez que uma tradição é articulada, deve lhe ser dado um significado apropriado ao contexto, ou ao gênero em que foi articulada. Essa necessidade de reinterpretação está, muitas vezes, por trás das transformações no seio da própria tradição. A capacidade de uma sociedade para transmitir a sua memória social, sob uma forma lógica e articulada, não depende do domínio da escrita, nem só da história. A transmissão da memória articulada depende, num sentido mais geral, da maneira como uma cultura representa a linguagem, da maneira como essa linguagem será utilizada pela sociedade/comunidade que a buscou.

Enfim, tanto a História quanto a memória exigem um processo de análise crítica, bem como no tratamento aos métodos e registros do passado. Há, sem dúvida, a necessidade de uma hermenêutica que auxilie a compreender as lógicas entre o presente, o vivido e a lembrança do passado, ainda que se saiba que essas dimensões estão/são em movimento, que contribui para reformular identidades e sujeitos.

A oralidade como memória histórica

O saber que vem de longe encontra hoje menos ouvintes que a informação sobre acontecimentos próximos.
(Benjamin).

É importante continuar com essa ideia de que o passado é também negociado, disputado em seus significados; que há uma multiplicidade de memórias em disputas, as quais são fragmentadas, outras resistentes, enquadradas, representadas e ambíguas, dependendo dos tempos, dos espaços, das situações e dos sujeitos.

Narrar, contar histórias, dar depoimentos sobre um fato histórico, sobre vividos permite que sujeitos habitem o mundo, localizam-se, deixem algo de sua experiência para os outros; é produzir uma relação social, um diálogo, uma circunstância significativa não apenas para quem fala, mas também para quem escuta (THOMPSON, 1992); é um afrontar à tendência à caduquice dos fatos e dos próprios sujeitos, e esse processo faz ir além da racionalidade do discurso e adentra para horizontes afetivos e significativos, para a fantasia, para um mundo em tensão, mas que manifesta interesses, sentimentos, desejos, frustrações e quer encontrar espaços para vozes e narrativas (LUCENA, 1999).

E é nesse sentido que compreendemos a história oral tanto como técnica quanto como método de investigação que se utiliza de registros e interpretação das evidências orais ou das memórias transmitidas oralmente na forma coletiva e/ou individual. Meihy (1996) fala em três modalidades da história oral: história de vida, essa com caráter mais subjetivo, personificada; a história oral temática, centrada sobre um fato e um tema; e a tradição oral, mais de cunho coletivo (festas, ritos, mitos...). A mesma é um recurso na mão do analista social para traduzir vividos, tempos, significados, problemas históricos, e não apenas para preencher lacunas de outros meios.

Não há uma única maneira de lidar com os relatos coletados. Essas diferentes maneiras estão, geralmente, ligadas à problemática que se pretende explorar, ao tipo de material que se conseguiu junto aos entrevistados, ao sujeito que nos presta informação etc. Quando alguém nos diz “no meu tempo era assim”, já há, sem dúvida, uma racionalização do tempo, uma divisão, uma ideia de tempo subjetivo, individual, em que afetividades e emoções o constituem e diferenças em relação ao tempo “dos de agora”; há uma consciência do tempo, das passagens e das mudanças, bem como da localização e do pertencimento do indivíduo que o expressa. Desse modo, nesse “meu tempo”, há um processo claro de recriação, de ativação da memória, de um passado trabalhado, de uma linguagem e de um sujeito deslocados temporal e espacialmente.

Autores defendem que há uma circularidade hermenêutica que se instaura entre presente, vivido e a lembrança do passado, um processo em movimento, forças impessoais da História e do destino humano, as quais contribuem para a reformulação da identidade individual e coletiva (FABIETTI; MATERA, 1999). A coerência nos discursos, os ritos mediadores personificados nos guardiões da memória, a referência constante à experiência vivida (ao passado simplesmente) e a fidelidade nas reconstruções a posteriori colaboram para (re)enquadrar os fatos no horizonte temporal e evitar seus desvios. Porém, sabemos que nem sempre isso é possível. A dialeticidade da memória precisa ser levada em conta. Há uma construção, desconstrução e reconstrução da memória; a história biográfica ou de vida em geral assim o atesta, a mesma ordena acontecimentos que balizaram uma existência.

A fonte oral é uma fonte viva, inacabada, parcial. A história que a mesma

produz é, também, uma história inacabada. A fonte oral, por ser viva, é parcial. Exige confronto com o outro, diferenças e unidade, diálogo, entre-vistas, processo de aprendizado, conversas. Subjetividades não são bem vistas por algumas correntes mais tradicionais do campo da história e de algumas filosofias e metodologias da ciência de base cartesiana e adeptas à ortodoxia. Segundo alguns autores, o desafio maior está em saber delimitar a fronteira entre o descrever e o entender. Diversidade, flexibilidade, liberdade são características no uso da história oral.

A memória tem um papel positivo, quando solicitada a manifestar-se na forma verbal que denominamos narrativa: contanto e falando de nós mesmos a outra pessoa, tornamo-nos protagonistas, construímos nossa identidade. Existimos porque podemos nos reconhecer em um passado, temos possibilidade de nos projetar no futuro e agimos no presente com base na experiência vivida e no futuro projetado (FAVARO, 1996-7, p. 159-160).

Nesse sentido, é oportuno afirmar que cada um de nós tem uma forma específica de memorizar o que nos interessa, e, desse modo, fortalecemos certos traços neste ou naquele detalhe do acontecimento, personificando-nos quando possível.

Narrar e recuperar vivências

*Depois da guerra civil tiveram direito de ter memória só aqueles que venceram.
(J. Semprun).*

O relato oral nos permite recuperar vivências, e essas são importantes como o são outras fontes. É claro que as orais precisam ser vistas com certo rigor, com a consciência da crítica, cotejadas com outras fontes na medida do possível. Assim como outros tipos de documentos, as fontes orais não se bastam em si mesmas, nem têm a pretensão de assim o ser, pois estariam sendo paradoxais; precisamos, sim, reconhecer que essa é a especificidade hermenêutica e científica das ciências humanas e sociais. Reconhecendo isso, buscaremos a vigilância epistemológica e metodológica necessária para melhor conduzir nossas análises e pesquisas dentro dos limites e dos rigores que nossos instrumentais nos oferecem.

As narrações não são essencialmente orais; podem se expressar objetivamente, com o corpo, com o silêncio, com sua memória, com o tempo, com outros recursos de mediação simbólica, com algo que revele sentidos, emoção, imaginação para alguém. Ao fazer “escavações”, como diz Benjamin (1983), a memória remove um terreno com solo fértil de possíveis achados, sensações, emoções, objetos e cheiros. A ideia de transmissão exige pontos de referência, os quais estruturam nossa memória e formam uma memória coletiva, o sentimento de pertencimento, delimitando as fronteiras socioculturais. Diz Benjamin que, na modernidade, a experiência se

torna problemática, assim como a possibilidade de construir sentidos do passado; a narração se separou do corpo, desse modo, a experiência se separa de seu sentido, de sua corporeidade. A memória deve ser a (re) constituidora do passado, a que permite juntar os cacos, significar os rastros, juntar o que o tempo da mudança e da velocidade deixou pra trás, que, no fundo, em última instância, somos nós mesmos.

A narração demanda e dimensiona a experiência, guarda a intensidade do vivido, está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito no acontecimento do passado; porém, funda-se, em geral, numa temporalidade de repetição e de variantes que se atualizam.

Lucena (1999, p. 83-85), dando vida às lembranças, salienta que

a rememoração do passado e o trabalho com as imagens do lugar de origem são um ato estritamente vivo, pois o grupo possui laços afetivos, laços familiares e ligações com o mesmo ambiente material, não só devido às lembranças, mas também pelos contatos com familiares que ainda vivem lá. [...]. E é na memória que se encontra a relação tempo e espaço. [...]. A memória se estabelece em forma de viagem por espaços vividos pelo grupo, e as imagens das lembranças são construídas pelo material que os depoentes têm à disposição.

Sabemos que a oralidade, como qualquer outra técnica – e essa ainda mais, pois é acrescida, em geral, pelo uso do gravador –, é limitada; revela pedaços do passado. A presença do passado, através da recuperação de vividos, tem muito a ver com o concebido por quem os viveu, mas não só. Por esse motivo, ela é uma forma específica de discurso, de narrativa sobre o passado, com grande conotação episódica (ocasião e fragmentação), e que se baseia por situações internas do ato da fala (quem pergunta, quem responde, coadjuvantes, uso do gravador, situação pessoal de quem responde, conteúdos em questão e várias et ceteras), tendendo a expressar a consciência da historicidade da experiência pessoal em eventos considerados públicos (MEIHL, 1996).

Autores insistem na necessidade de o relato buscar abarcar totalidades para além da exaltação do passado e que o mesmo deve procurar, também, afrontar a linguagem expressa, e não justificá-la em sua dimensão presentista pura e simples. A oralidade narrada por pessoas comuns pode revelar formatos culturais importantes para a percepção do modo de funcionamento da sociedade, de permitir deixar testemunhos de sua própria vida (AMADO; FERREIRA, 1998).

No fundo, o testemunho histórico baseado na oralidade tem uma história longa; sempre houve alguém que escutou de alguém que escutou de quem viu, e assim por diante. Segundo Passerini (1978), a história oral existiu, em modo subterrâneo, muito antes mesmo da invenção do gravador, quando de transcrições de memória, de testemunhos, de conversas feitas por historiadores.

Espaços para a fala e muito mais para os ouvidos

*A batalha pela memória é parte essencial da luta pela afirmação do direito de existir.
(Ferretti).*

As recordações que carregamos juntos demandam espaços de fala e quem as escute; ficam ruminando na memória como experiência do vivido, como testemunho, narração e desejo de dizer (BOSI, 1994; LUCENA, 1999). Ou, então, há situações em que nossos solicitados dizem: “eu não tenho nada a dizer”, “o que você quer que eu diga?”, “não teria outra pessoa?”, “o que é que eu ganho com isso?”, “o que é que você quer saber?”, “pra que você quer saber disso?” etc.. Em geral, estamos sempre enfrentando dúvidas, limites, falta de interesse, timidez, ufanismos; estamos nas fronteiras entre confiança e desconfiança, emotividades, subjetividades etc.

Essas são algumas das situações limitantes do recurso em questão, porém, isso não deve ser limitador, e sim motivador, pois aí está a fonte viva, e por ser viva é que é assim! O vivido é carregado de horizontes que implicam os processos normais de pesquisa nas ciências humanas e sociais. Alguns teóricos defendem que, por causa disso, estamos num horizonte de uma visão fenomenológica que se constitui pela intersubjetividade, movida por intencionalidades, estratégias subjacentes, racionalidades adaptativas, dissimulação, jogos e campos de conflitos, sem pretensão de cientificidade e perdendo o princípio de totalidade.

Entendemos que subjetividades fazem parte da vida em sociedade em todos os seus horizontes; o acadêmico e o dito científico não fogem a essa regra. Por isso, em vez de serem entendidas como problemas, podem revelar riquezas, complexidades, problematidades e desafios (ALBERTI, 2004). No fundo, todos os recursos mediadores do conhecimento revelam, de uma forma ou de outra, esse viés. A esfera da deliberação, da racionalização, das invenções e decisões de quem dá o depoimento, de quem interpreta, de quem pergunta, de quem registra, de quem (re) arruma as lembranças, de quem repensa o assunto, do que se espera do outro, das negociações em questão, do que se espera ganhar está repleta de fatores subjetivos. Na realidade, as fontes também se inventam: essa entrevista, essa pessoa, esse assunto, nesse momento etc. A narrativa oral, pela via da entrevista ou não, situa-se no jogo e no encontro de subjetividades, em que é comum haver troca de emoções, valores, representações, escuta, não-ditos, silêncios, discursos, redes de significações (AURAS, 1996).

As narrações expressam experiências de vida; são mediações simbólicas na interpretação do mundo e dos significados que indivíduos e grupos sociais carregam. Esse carregar é que revela complicações e/ou problematidades no uso dos relatos orais como fonte de conhecimento, pois implica reconhecer uma série de elementos intervenientes no campo das identidades, tradições, cultura social, entrevista grava-

da, a qual necessita de localização, de identificação dos atores em seu contexto (seu trabalho, seu mundo, os acontecimentos com os quais participou), de emotividade, de subjetividade, aproximação do entrevistador com o objeto (entender o ator por dentro, no cerne de sua cultura política, social e identitária). Esse fato impõe processos metodológicos, técnicas específicas, macetes, conceitos próprios desse campo de apreensão e produção de saber (AQUINO, 2006).

Associações, estímulos externos e graus de afetividade são importantes para reformular os caminhos da significação da narração de lembrança. As fotos, por exemplo, de pessoas ausentes e com grau de afetividade intensa ganham importância maior do que quando de sua presença; há uma memória implícita (que comumente é cotidiana, é hábito e reprodução), e outra, que é explícita, manifesta em momentos de imprevistos, de extraordinário (BOSI, 1994).

Experiências para a história

*O passado se distorce para introduzir-se coerência.
(Halbwachs).*

Por estar no horizonte do espaço e do tempo da experiência, o depoimento oral pode desgastar-se, deslinearizar-se, ressignificar tempos e a própria experiência; no fundo, o mesmo está sempre no horizonte da possibilidade do refazer, do reinventar e de autoconvencer; por isso é dinâmica, é interface com os tempos, dá uma dose de antropologia à História.

Como toda experiência humana, a lembrança é, também, uma experiência continuamente interpretada, porque toda percepção se faz dentro de um quadro de interpretação, corrigido e transformado pelas novas experiências. Assim, experiência e interpretação relacionam-se dialeticamente. Noções comuns pertencentes a um grupo são fundamentais para reconstruir o evento passado através da lembrança.

Os rituais, os símbolos, os mitos, as comemorações e os contos são linguagens refrescadoras do tempo da memória, do tempo histórico, do tempo passível de receber ressignificação. Esses elementos narrativos do tempo, espaço e experiência (os quais ligam memória e identidade) têm o poder de entrecruzar temporalidades, dialetizar presença/ausência, contextualizar a interpretação histórica, projetar, problematizar, temporalizar o futuro, (perspectivar) a memória narrada (JEDLOWSKI, 2000).

O narrador, ao contar sua vida, sua presença em fatos históricos, sociais, ao se apoderar de conhecimentos vividos (experiência), ao relatar situações de co-presença, torna-se, então, um decifrador dos sinais visíveis, os da natureza e os da história, cravados menos no mundo externo do que na linguagem que o designa (GUIMARÃES, 1997).

A arte de falar alia-se à arte de ouvir (LUCENA, 1999); ambas permitem

articular passado e presente numa forma dialógica, numa fonte viva que interpreta suas experiências, suas invenções e recriações em tempos e espaços diferentes; pode vir acompanhada de imagens (fotografias, marcas no corpo, objetos usados em ocasiões especiais etc.), invenções e subjetividades exacerbadas. São memórias que vão e vêm, incorporadas ao presente, contemporaneizando-se pela voz do narrador, restaurando-se no presente (LUCENA, 1999). Às várias gerações transmitem-se tradições pelo canal da oralidade, imprimindo subjetividades, contextualizações, repropriações de representações passadas e presentes, ajustadas e compartilhadas às atuais identidades individuais e grupais (BOSI, 1994).

A oralidade permite acionar a memória; é uma memória em ação, em um contexto que é passível de modificação pela própria ação (PORTELLI, 1995), por meio do sujeito falante que reflete sobre o contexto e sobre si mesmo; que busca, escolhe estratégias adequadas, fatos, situações; que raciocina sobre o tempo mais adequado para a lembrança, o tempo mais significativo e mais carregado de subjetividade.

Enfim... a memória é um ato narrativo

Quem controla o presente controla o passado. (O'Brien).

A memória é narração por excelência; é o uso da linguagem e dos domínios do saber social, apropriado por grupos e indivíduos. Por isso, as recordações são transmitidas linguisticamente e intersubjetivamente. A importância da significação e da intercambialidade é que dá à narração seu significado temporal dos fatos, do objeto lembrado, de sua (re)vivificação.

Inseparáveis uma do outra, memória, temporalidade e experiência recriam-se cada vez que se prova a imaginar aquilo que aconteceu no passado. Janet (1978) chega a dizer que as recordações não têm data. A narração é uma construção literária (com alto grau de simbolização, imaginação, intenções e signos) feita, lentamente ou não (no mundo atual, parece que anda mais rápida!), por meio de aperfeiçoamentos graduais.

O homem reescreve a história, reconsiderando os sentidos sobre a base de sua experiência, reestruturando os pensamentos que nutriu sobre algo, sobre objetos pessoais ou fatos do passado. Aquisição e expressão de memória – ou seja, a narração da recordação –, produzem-se nas modificações de sentido, nas formas, momentos e (situ)ações de sua manifestação e absorção. “A atualização das lembranças se manifesta através de diversos mecanismos que, frequentemente, percorrem o caminho inverso a respeito daquele de sua aquisição” (TADIE; TADIE, 2000, p. 141).

Fala-se em pós-memória como sendo a narrativa de lembranças de segundas gerações em relação a quem viveu o fato, a quem protagonizou os acontecimentos; memória dos filhos sobre a memória dos pais; isto é, uma espécie de horizonte

mediado das lembranças; reconstituição de memórias de fatos recentes não vividos pelos sujeitos que os reconstituem. Nesse sentido, como diz Sarlo (2007, p. 98-99), é uma representação narrativa do passado na qual estão imbricados dois níveis de subjetividade e, também, uma memória fragmentada, pois alguém se coloca no lugar do outro, revela informações que não são de seu vivido: “digo isso porque soube diretamente do...”. Esse é um processo comum em nossos estudos; ou seja, nos servimos de relatos de alguém que ouviu dizer tal coisa, ou, então, de entrevistas feitas por outros em tempos outros. A autora diz que é um outro tipo de narrativa, que, no entanto, também tem a sua importância desde que levada a efeito com a consciência dos seus limites.

Insistimos na ideia de que recordar não é algo congelado e que depois se descongela e está preparado; é algo dinâmico, ativo, envolve disposição, estranhamento, interconhecimento, intimidade entre entrevistado e entrevistador. Por isso é que se diz que quem entrevista aprende, e esse processo exige vigor imaginativo. A memória oral deve aliar interesse, compreensão e necessidades dos indivíduos e da sociedade. O horizonte da fidedignidade, tão caro ao campo do conhecimento em geral, será fundamental, e é alimentado, em grande parte, pelo interesse.

Autores enfatizam a existência de uma psico-história presente no momento da narração oral, ou seja, essa poderá ser expressão de repressões, angústias, sonhos, fantasias, simbolismos, ressentimentos, desejos, internalizações de atitudes, ódios etc. – daí a importância de se escutar com seriedade o que as pessoas têm para dizer (PASSERINI, 1978). Esses são horizontes mais internos, porém, há os externos, os quais estão imbricados às imagens, que, por si só, acabam narrando a memória, revelando uma poética do discurso em sua intencionalidade. Em geral, a imagem (re) produz hábitos, costumes, cerimônias, estereótipos, material simbólico presente na vida cotidiana, além de misturar valores tradicionais em contraponto com modernos (muitas vezes, podendo até conviver).

Algumas situações-problemas no uso da mediação da oralidade

- a) há uma grande tendência de exaltação, personificação, ufanismo e populismo do passado, a partir de referenciais do presente, por grupos no poder político e/ou em horizontes institucionais, bem como da esfera étnico-cultural;
- b) não existe neutralidade do pesquisador (desde a escolha pelo tipo de entrevista até qualquer outro tipo de coleta de dados); nenhum método dá conta de captar o problema ou o real em todas as suas dimensões;
- c) em raras ocasiões se ouve mais de uma vez o sujeito da narração. No entanto, sabemos da importância de apresentar ao entrevistado o conteúdo produzido no encontro anterior, permitindo refazer e ampliar aspectos de sua fala;
- d) necessidade de preparação para ser entrevistador, para perceber as sensibilidades, os limites dos usos de técnicas de armazenamento de informações (gravador, por

exemplo) e de outros aspectos envolvidos nessa interação;

e) o entrevistado não apenas informa; ele reconstrói e manifesta um discurso, no qual podem estar presente os não-ditos, intencionalidades pouco visíveis (expressas) que ganham, porém, significação dentro de um contexto de ligações de fatos e situações. Por isso é possível afirmarmos que oralidade e subjetividade se imbricam – não só de quem está sendo solicitado a falar, mas também de quem pergunta e faz os registros posteriores;

f) o ato de narração da memória é uma ação que pode modificar a própria memória. De acordo com essa ideia, a narração/oralidade seria expressão ou (re)construção da memória?

g) defende-se a necessidade dos confrontos com arquivos e testemunhos, documentos escritos, comparação crítica com outras informações existentes sobre o assunto em questão. Ter presente o contexto, fazer um esforço para ir além das narrativas e problematizá-las. O esforço é ir além dos elementos subjetivos presentes no conteúdo narrativo, ainda que se saiba da sua importância;

h) a entrevista é resultado de ambos, entrevistado e entrevistador. O processo de recordar desafia a história oral em fazer um esforço de reelaboração e transmissão de significados do passado para o presente. A narração é sempre, ao mesmo tempo, memória autobiográfica, transmissão de uma experiência de vida e tradução, isto é, reformulação e inovação de alguma coisa que se recebeu de gerações precedentes e que se quer passar às gerações futuras.

Enfim, tendo presentes essas inúmeras questões e um bocado de outras que não foram mencionadas, frisamos que é importante reconhecer essas dificuldades, ser vigilante em termos epistemológicos e metodológicos, fazer um esforço para introduzir estratégias para controlar e corrigir possíveis elementos a priori promotores de distorções, tarefa não tão fácil em horizontes complexos como o que envolve a oralidade em sua credibilidade. A grande questão subjacente é a que sempre perpassou o campo da história, ou seja, “quem é que faz a história?”. A ideia central, no fundo, é a que defendem Passerini, Thompson, Portelli, Brand e outros: fazer um esforço de interpretação do sentido político, psicológico dos testemunhos e das testemunhanças; considerar a sociedade na sua complexidade e o indivíduo também nesse horizonte, ainda que se esteja descrevendo aspectos específicos de uma realidade micro/local. Ter presente, também, que todos temos algo a dizer sobre alguma coisa; carregamos história passível de intercâmbio e narração (BOSI, 1994); que a oralidade permite um diálogo entre gerações e permite perceber modos de ser e de viver – portanto é um processo pedagógico, cidadão, promotor, sim, e, também, mediador de conhecimentos e de realidades vividas –; que algo de novo pode surgir em relação ao que se sabia em torno do tema em questão; que as memórias requerem dinamismo e ritualidade. Poderemos, desse modo, dar mais vida à história e tornar seu horizonte mais amplo e mais interdisciplinar.

Referências

- ALBERTI, V. Manual de história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- AQUINO, J. E. Memória e consciência histórica. Fortaleza: EdUECE, 2006.
- ARIÉS, Ph. O tempo da história. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- BENJAMIN, W. O narrador. In: Textos escolhidos: W. Benjamin, T. W. Adorno, J. Habermas. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).
- BOSI, E. Memória e sociedade: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. O tempo vivo da memória. Ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRAND, A. História oral: perspectivas, questionamentos e sua aplicabilidade em culturas orais. História – Unisinos. São Leopoldo, v. 4, n. 2, p. 195-227, 2000.
- BREFE, A. C. F. Pierre Nora: da história do presente aos lugares de memória – uma trajetória intelectual. Revista História: Questões & Debates. Curitiba, v. 13, n. 24, p. 105-125, jul/dez 1996.
- CATROGA, F. Memória e história. In: PESAVENTO, S. (Org.). Fronteiras do milênio. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2001. p. 43- 69.
- DE CERTEAU, M. A invenção do cotidiano. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FABIETTI, U.; MATERA, V. Memorie e identità. Roma: Meltemi, 1999.
- FAVARO, C. E. História oral e memória. Revista Humanas. Porto Alegre, UFRGS, v. 19/20, n. 1, p. 151-163, 1996-7.
- FERREIRA, M. M. (Org.). Entre-vistas: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- GUIMARÃES, C. Imagens de memória: entre o legível e o invisível. Belo Horizonte: UFMG, 1997.
- HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo, Vértice, 1990.
- JANET, P. Evolution de la mémoire et de la notion de temps. Paris: Desclée de Bourvier, 1978.
- JEDLOWSKI, P. Storie comuni. La narrazione nella vita quotidiana. Milano: Mondadori, 2000.
- LINS DE BARROS, M. M. Densidade da memória, trajetória e projeto de vida. Estudos Feministas. São Paulo, n. 5, v. 1, p. 140-147, 1997.
- LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. Projeto História. São Paulo, n. 17, p. 63-201, 1998.
- LUCENA, C. T. Artes de lembrar e de inventar: (re)lembranças de migrantes. Belo Horizonte: Arte e Ciência, 1999.

MATERA, V. e FABIETTI, U. *Memoria e identità. Simboli e strategie del ricordo*. Roma: Meltemi Editore, 1999.

MEIHY, J. C. *História oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, n. 10, 1993.

PASSERINI, L. (a cura di). *Storia orale, vita quotidiana e cultura materiale delle classi subalterne*. Torino: Rosenberg e Sellier, 1978.

PORTELLI, A. A morte de Luigi Trastulli e outras histórias: forma e significado da história oral. São Paulo: PUC, 1995. Texto.

RICOEUR, P. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

SARLO, B. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TADIE, J. I.; TADIE, M. *Il senso della memoria*. Bari: Dedalo, 2000.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, A. Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

O Saladeiro São Miguel

Sandra Mara Benvegnú

*De Deus nasceu o trabalho; do trabalho, a união; da união, a felicidade.
Em nome dessas virtudes, eu cumprimento os honrados nomes dessa firma e
compenetro-me no dever de todos vos saudar em nome da paz.
Que Deus ilumine nossos caminhos e que nos cubra com o manto da felicidade.
[...]*

*Com meu pensamento tão pequenino e humilde, peço a Deus que àqueles que o
pão procuram lhes seja dado como a água da fonte a jorrar.
Sejam felizes, meus desejos, e para essa data
novos horizontes se descortinarão para o Saladeiro São Miguel.
Salve o dia de hoje, repetido por inúmeras vezes no valor do trabalho.*

(Discurso apresentado por Dóra Lopetegüy na solenidade
de reinauguração do Saladeiro São Miguel)

Desde meados do século XVIII, já existiam charqueadas no Rio Grande do Sul. Mas foi na região de Pelotas, a partir de 1780, que essa atividade, assentada no trabalho escravo, prosperou. A Abolição da Escravatura veio a contribuir com o desaparecimento desse modelo, dando início a uma forma mais ligada à produção capitalista. A diferença centrava-se na “mão de obra assalariada, utilização de máquinas no processo produtivo, novas técnicas de fabricação do charque e localização no interior continental”.¹

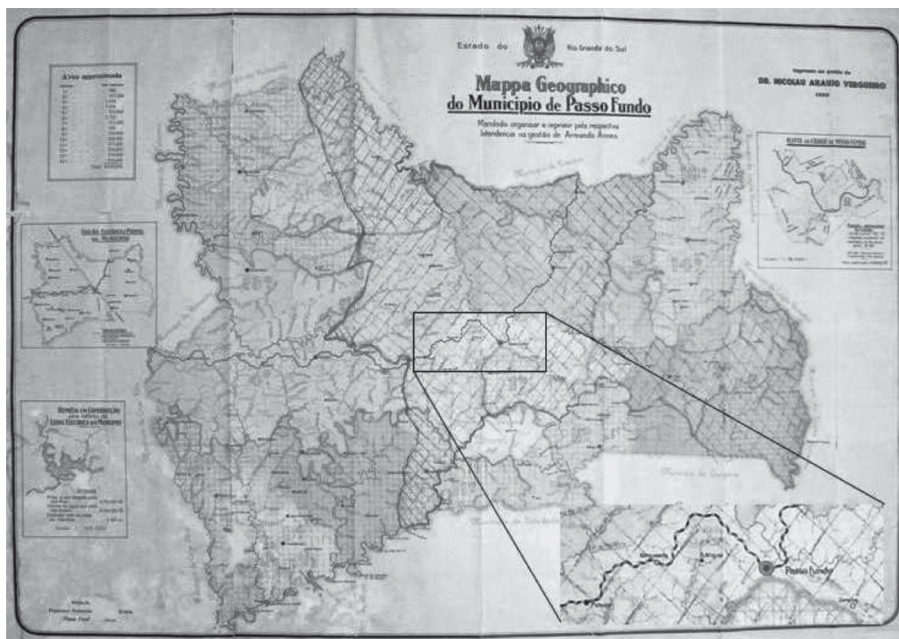
Foi sob essas características que, em 1914, a firma J. Magalhães & Cia. iniciou as atividades saladeiris em Passo Fundo. O local denominado de Umbu, caminho para Pulador, situava-se às margens da linha férrea, a 17 quilômetros da sede municipal. Dominando, pela localização privilegiada, toda a região serrana, estendia sua ação para os municípios de Palmeira das Missões, Soledade, Lagoa Vermelha e Vacaria, bem como Campos Novos, em Santa Catarina, e Palmas e Clevelândia, no Paraná². A estrada de ferro, via de exportação mais rápida, foi, sem dúvida, fator preponderante para a fundação de estabelecimentos saladeiris no interior do Estado, o que vem a justificar a localização do Saladeiro São Miguel junto ao quilômetro 338.

Apesar dos bons resultados que a situação econômica local apresentava – através de expressiva produção de madeira e erva-mate beneficiadas, de banha, da

¹ SOARES, Fernanda Codevilla. *Santa Tereza: um estudo sobre as charqueadas da fronteira Brasil - Uruguai*. Dissertação de mestrado, Santa Maria, 2006, p.14

² RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal, na Reunião Ordinária de 1916, pelo intendente Coronel Pedro Lopes de Oliveira, p.12

liderança estadual do cultivo de milho, trigo, feijão, etc. – a indústria saladeiril, de um modo geral, revezou-se entre períodos de crise, ora estacionária e decadente, ora de prosperidade³. Essa incerteza teve por razão vários fatores, como, por exemplo, a política de desvalorização da moeda, a baixa qualidade do charque gaúcho, a alta do preço do gado, a dependência de casas comissionárias, os preços elevados do sal importado – o produto nacional era de baixa qualidade –, dos transportes e o abarroamento dos mercados do norte.



Mapa geográfico do município de Passo Fundo, 1929.

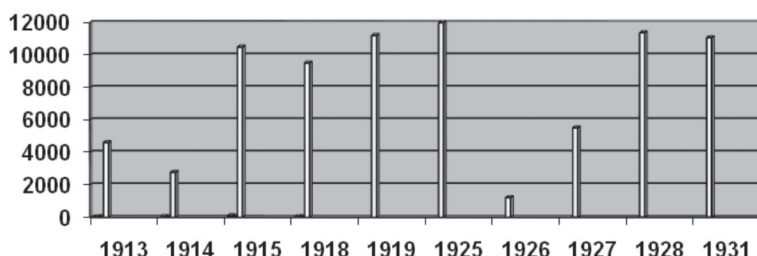
Por outro lado, a indústria frigorífica, em ascensão na Argentina e no Uruguai – grande concorrente do charque gaúcho –, abria maiores espaços de mercado para o charque sulino⁴. A despeito dos tempos instáveis, eram de euforia as informações sobre a produção do Saladeiro São Miguel em sua fase inicial: mais de 10 mil cabeças de gado abatidas anualmente e exportadas para as principais praças de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, em média 850 mil quilos de “ótimo charque” por safra⁵. Os relatórios apresentados, anualmente, pelo executivo local mostram, porém, que a produção acompanhava as fases da crise, alternando-se em períodos de maior e menor produção, como poderemos observar no gráfico a seguir:

3 RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal, pelo Intendente Coronel Pedro Lopes de Oliveira, em 1º de novembro de 1919, p.27.

4 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República velha gaúcha*: charqueadas, frigoríficos, criadores. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980, p.152.

5 RELATÓRIO apresentado ao conselho Municipal, na Reunião Ordinária de 1916, pelo Intendente Coronel Pedro Lopes de Oliveira, p.12.

Saladeiro São Miguel - Cabeças de Gado Abatidas



Anos mais tarde, houve ampliação da firma, com a adesão, na sociedade, do pecuarista João Carlos Waihrich e de Domingos Lopes, passando a denominar-se Magalhães, Lopes & Waihrich. A partir de então, o Saladeiro passou por um período de ampliação e modernização de suas instalações e do processo de industrialização do produto pecuário.

Em 1927, Passo Fundo situava-se em 15º lugar no estado em maior número de bovinos, com um rebanho calculado de 196.500 cabeças de gado⁶. Em média, cada boi vivo pesava 520 quilos, situando-se a produção por cabeça em torno de 112 quilos de charque, 36 de couros e 32 de gorduras. O sindicato dos charqueadores estipulava uma multa de 50\$000 (cinquenta mil réis) por cabeça de gado abatido após 31 de maio – período de reprodução –, restrição que era severamente observada. A crise constante, somada ao abarrotamento de charque nos mercados do norte do país, fazia com que o Saladeiro São Miguel armazenasse, em determinadas safras, por exemplo, mais de cinco mil reses em pilha de inverno⁷, aumentando, de forma consistente, os prejuízos daquela indústria charqueadora.

Mesmo diante da instabilidade corrente, elementos significativos contribuíram para a manutenção das charqueadas gaúchas sem maiores renovações, entre os quais: a existência de um mercado interno quase certo para os produtos, o capital empregado no negócio, as chances de atingir o mercado externo e a dependência política e econômica do Rio Grande do Sul frente ao restante do país⁸.

Em meio a esse contexto, porém, é interessante perceber que 1931, ao contrário de anos anteriores, foi pródigo de informações e notícias sobre o Saladeiro São Miguel pela imprensa local. Nesse período, por exemplo, foi adquirida por aquela indústria – com direito a solenidade de inauguração – uma balança para pesagem do gado em pé. O valor não mais seria pago por cabeça, mas por peso, o que diminuiria os custos. Atendendo a uma antiga reivindicação dos proprietários, mais especificamente de Júlio Magalhães, a parada do quilômetro 338, onde se situava a charqueada, foi elevada à categoria de 5ª Estação. Essa concessão do Estado viria a baratear o preço do frete, até então pago como se fosse carregado e descarregado pela Estação

⁶ Jornal *O Nacional*, 30 maio de 1930.

⁷ Jornal *O Nacional*, 17 junho de 1931.

⁸ PESAVENTO, Sandra Jatthy. *República velha gaúcha*: charqueadas, frigoríficos, criadores. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980, p.152.

de Passo Fundo. A partir dessas informações, inferimos que a estação referida fosse de elevada categoria, portanto, com fretes de preços mais elevados.

Somente entre os dias 7 e 8 de julho foram despachados, pela via férrea, 11 vagões carregados de produtos, sendo 9 de couros para Rio Grande, três de ossos para Pelotas, um de sebo e um de ossos para Curitiba e três de madeiras para Livramento, importando os respectivos fretes em cerca de R\$ 50:000\$000 (cinquenta contos de réis). Esse “volumoso carregamento” demonstra o elevado grau de desenvolvimento desse estabelecimento em referência, justificando, assim, de “inteira justiça” a medida concedida pelo governo estadual⁹. Para exportar seus produtos de Passo Fundo a Rio Grande pela via férrea era pago o frete por tonelada, por exemplo, 127\$700 (cento e vinte e sete mil e setecentos réis) para o charque, 86\$900 (oitenta e seis mil e novecentos réis) para o sebo e 130\$000 (cento e trinta mil réis) para os couros¹⁰.

Foi também em 1931, mais precisamente no mês de dezembro, que se publicou a notícia de que o Saladeiro São Miguel havia sido completamente destruído pelo fogo, perdendo-se praticamente todo o depósito de charque. Segundo o guardalivros, o sinistro teria iniciado por volta da meia-noite, ocasionado pelas fagulhas do trem de passageiros que por ali passara. Nenhum dos proprietários encontrava-se no local. A firma estava segurada no valor total de 1:200\$000 (mil e duzentos contos de réis), importando o prejuízo no exato valor do seguro. O saladeiro São Miguel, em falência, não voltaria mais a funcionar.

A pequena povoação que ficou conhecida como “São Miguel” não foi somente uma parada de trem perdida na vastidão dos trilhos da viação férrea. Foi muito mais. Ali se viam “intermináveis filas de carretas, abarrotadas de madeiras, varais cobertos de charque, homens de trabalho, carregando pesados carrinhos com charque, ou fazendo altas pilhas de madeira”¹¹, atividades que transformariam o local em importante entreposto comercial e industrial de referência regional.

Em nossa investigação desses acontecimentos, valemo-nos de alguns dos recursos possibilitados pela história, entre os quais – como no caso deste estudo, em particular – a história oral, pois “a história, como toda atividade de pensamento, opera por discontinuidades: selecionamos acontecimentos, conjunturas e modos de viver, para conhecer e explicar o que se passou”¹². Nesse sentido, justificamos a utilização dessa linguagem pela oportunidade que se apresentou de entrevistarmos as irmãs Dóra e Genoveva Lopetegüy, com 94 e 92 anos respectivamente, moradoras de Passo Fundo, que fizeram parte, durante alguns anos, da vida do Saladeiro São Miguel.

A narrativa de nossas “recordadoras”¹³, a partir deste ponto, vai mostrar o processo de fabrico do charque, a estrutura, as relações, o papel que desempenhou

9 Jornal *O Nacional*, 13 julho de 1931.

10 Jornal *O Nacional*, 21 maio de 1931.

11 Jornal *O Nacional*, 21 agosto de 1931.

12 ALBERTI, Verena. *O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003, p.1.

13 BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p.3.

aquela indústria no contexto social. Vai, também, colorir o passado com nuances de “emoções, reações, observações”, dando “vida a conjunturas e estruturas que de outro modo nos parecem tão distantes”, permitindo-nos reconhecer que entre esses fatores existem “pessoas que se movimentam, que reagem e que vivem!”¹⁴.

Na parada de São Miguel, ao abrigo de uma pequena “casinha” de madeira, o, trem ao chegar ou partir, cumpria o processo de carregar e descarregar mercadorias e passageiros. Numa dessas viagens, ali desembarcou, nos primeiros anos da década de 1920, Martin Lopetegüy, sua mulher Ignácia e seus filhos João Carlos, Camila, Dóra, Gregório, Genoveva e Ignácia – mesmo nome da mãe.

Martin, natural de Paissandu, no Uruguai, descendente de família de carneadores, trabalhava nessa atividade junto aos saladeiros da Barra do Quaraí. Aqui chegou, porém, contratado pela olaria de Mário Thevenet, onde permaneceu até a falência da firma. Então, foi para São Miguel trabalhar na charqueada.

“O Saladeiro era uma cidade... uma vila. Tinha muita gente, tinha muito movimento, e era dos Magalhães, Lopes e Waihrich, e meu pai era carneador e meu irmão, também. Era uma criança, mas tinha que trabalhar para ajudar”. Ali chegavam “quantia, tropas enormes, aquela matança começava altas madrugadas, à meia-noite, e ia noite adentro, sem descansar, até as 11 horas da manhã”¹⁵.

A tropa, quando chegava, ia diretamente para uma “mangueira grande, passava pelo brete, e do brete vinham, botavam no guincho, puxavam o boi pela cabeça e botavam em cima do trole, e o homem, com um punhal, desnucava o animal entre as aspas, e o boi já caía ali. Na cancha, o carneador já estava esperando onde só ficava a carcaça. O couro e a carcaça”¹⁶. “O serviço de desmontar o boi inteiro, isso meu pai fazia em 10 minutos”, e, enquanto esse serviço era feito, os aguateiros atiravam água nas pernas dos carneadores para limpar o sangue que jorrava em grande quantidade, lembra Genoveva.

Quando o boi caía, o pai já tirava os quartos, e o manteiro os levava para a mesa, a paleta para outra, e, com uma faca, eram abertas essas partes. O despostador abria o quarto inteiro, que

era a maior manta de charque, e tudo era carregado nas costas. O passo seguinte era o resfriador, onde a carne ficava em varais até parar de sair fumaça, até esfriar, para depois ir para o tanque de salmoura. A carne não podia ser largada quente no sal, porque estragava, queimava¹⁷. A seguir, ia para os montes de sal seco e somente depois para fora, no sol, “naquelas varas enormes, uma imensidão onde estendiam para fazer o charque pra exportar”, nos conta Dóra¹⁸.

Os empregados recebiam, por rês carneada, a base de dois mil réis, calculada pelo número de couros acumulados no final do dia. Quanto mais rápido, mais ga-

14 ALBERTI, Verena. *O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003, p.1.

15 Entrevista com Dóra Lopetegüy Barquete, em 28 de março de 2009.

16 Dóra, 28 março de 2009.

17 Entrevista com Genoveva L. Graeff, em 16 de fevereiro de 2010.

18 Dóra, 28 março de 2009.

nhava¹⁹. Depois do charque pronto, vinha a imalação [sic], processo de embalagem do produto. Cada manta era embalada, separadamente, em tecido de niagem [juta]. Era costurado e feita uma alça, chamada de pega-mão, para facilitar o transporte. A estrada de ferro passava na frente da charqueada. Os vagões entravam no pavilhão através dos trilhos, e, quando estavam carregados, vinha o trem e puxava.

“O pai não trabalhava no sábado. Uma turma trabalhava na carne verde e outra, no sal.” Os que trabalhavam no sal tinham que fazer sapatos de couro, das reses abatidas dali mesmo. Era o tipo de uma roda cheia de furinhos por onde passava um tento [cordão feito de couro], puxado e amarrado em cima do pé. Na salga da carne, o pessoal praticamente se enterrava no sal puro e queimava os pés. Outro tipo de calçado não aguentava e não tinham mesmo, eram muito pobres. “Mas era bonito. Era uma coisa tão bonita de se ver... Era organizado o serviço, tem coisas que eu me lembro tintim por tintim... era a bexiga”.

Essa parte ficava dentro da carcaça, após ser retirada a carne, “então, a gurizada corria lá, pegavam as bexigas, lavavam com salmoura, viravam, enchiam que nem balão e penduravam na cerca para secar. Ficava branquinho de balão”. Depois de secas, serviam de embalagem para a gordura de caracu, as graxas finas que eram exportadas também. Na falta dessas embalagens, eram usadas barricas de madeira fabricadas no próprio saladeiro, num galpão chamado de tanoeiro.

“Nesse processo de aproveitamento, até mesmo a sessenta folhas tinha utilização²⁰. Era cortada em partes, carregada pelo trole até o chiqueirão, servindo de alimento para os porcos. O capim tirado de dentro das mesmas, assim como o guano – resíduo de ossos e miúdos –, era utilizado como adubo. O pai também trabalhava fora, ia carnear em Santa Maria, Bagé, por lá tudo. Ele ia quando não tinha serviço mais aqui, então nós íamos na Estação Ferroviária, ver se não vinha carta do pai, notícias, porque naquele tempo não tinha telefone, pra gente não...”²¹.

“Era bonito ver a coordenação do trabalho, a continuação, tudo bem aproveitado. Em minutos aquela rês terminava, um ia pra cá, outro pra lá... E não podia ser devagar, tinha que ser ligeiro. Os guris que trabalhavam, essa gurizada morta de fome, que não tinham nem onde ficar, iam para lá... E lá tinha também a reiúna, que era uma casa de comida, onde era tudo de graça, café da tarde, café da manhã, almoço e jantar. Ninguém pagava nada. Eles forneciam tudo de graça, os proprietários. Eu tava, esses dias, falando que aquilo é que era vida. De toda a parte do mundo vinha gente, os miseráveis não tinham serviço, iam pra lá uns pra fazer as bexigas, outros pra puxar água, enfim... e comer. Quando chegava as três horas, as mulheres mandavam as crianças buscar uma chaleirinha de café, pão... um saquinho com pão”²².

“A luz elétrica era somente para o serviço da charqueada, e a água era pu

19 Genoveva, 16 fevereiro 2010.

20 O aparelho digestivo dos ruminantes (bovinos, etc.) é composto por quatro cavidades, sendo uma delas denominada *folhoso*, onde se concentra o alimento ruminado (campim), cavidade assim chamada por apresentar uma série de lâminas parecidas com folhas, daí o nome de *sessenta folhas*.

21 Genoveva, 28 março de 2009.

22 Genoveva, 28 março de 2009.

xada do açude, através de valetas, e aparada num tanque, de onde era carregada em latas de querosene quadradas. Nas casas de moradia, até dos proprietários, a iluminação era com lampião. Nós não morávamos na senzala junto com o restante dos trabalhadores, meu pai não aceitava. Fomos para uma casinha perto da charqueada, mas separada do restante do pessoal. Era uma casa de madeira simples, somente com os espaços para as aberturas, que depois foi sendo melhorada”.

“Primeiramente, a charqueada era só do Júlio Magalhães; depois, quando foi feita a sociedade com o João Carlos Wahrlich, fizeram uma festa. Foi quando a Dóra leu o discurso de inauguração, escrito pela Camila [irmã mais velha]”²³. Júlio Magalhães era criador de gado, pecuarista da região de Júlio de Castilhos. Quando iniciaram as charqueadas, como aqui não existia, e tendo em vista a proximidade dos trilhos da Viação Férrea, instalou ali o Saladeiro. Com a família, “nos dávamos muito bem. As meninas [...] eram nossas amigas, a Glória Magalhães, a Branca Magalhães, a Ana Helena Magalhães e a Maria Célia, casada com o Victor Issler, era a primeira filha da dona Ilda e do seu Júlio Magalhães”²⁴.



Quadro de trabalhadores, funcionários e proprietários do Saladeiro São Miguel, posicionados à frente do brete. Data desconhecida.

23

Genoveva, 28 março de 2009; 13/16 fevereiro de 2010.

24

Dóra, março de 2009.

Alguns nomes identificados:

- 1- Martin Lopetegүй - Carneador
- 2- Gregório Lopetegүй – filho de Martin Lopetegүй - Carneador
- 3- João Carlos Lopetegүй – filho de Martin Lopetegүй - Carneador
- 4- Natalício Ferreira – Capataz
- 5- Arthur Waihrich – filho de João Carlos Waihrich
- 6- João Carlos Waihrich – Sócio-proprietário

A vida na charqueada não se restringia à matança. Havia, também, momentos de convivência social. “Grandes banquetes eram realizados, com a presença de políticos, vinha gente da cidade. A casa da dona Ilda Magalhães era de dois pisos, muito bonita, de madeira. Tinha uma sala com um piano e uma foto da Maria Célia Magalhães, que era muito bonita. Ali faziam bailes de carnaval, e nós éramos sempre convidadas. Eu cantava no piano, com dona Ilda, em espanhol, aquela música... *Tengo um ranchito, mi bien querido* (risos)”²⁵. “O seu Júlio viajava para comprar tropas, ficando dois, três meses fora, e, decerto, dona Ilda tinha saudades do marido. Então, ela compôs uma valsa em sua homenagem. Quando ele chegou, foi feita uma festa, e ela tocou no piano, e a Dóra cantou *Saudades do Júlio*, oferecida para ele”²⁶.

“A mulher do seu João Carlos Waihrich tinha uma casa também de dois andares, e, aos domingos, nós íamos brincar na parte de cima da casa. Eram quatro meninas e nós, e lá fazíamos festa. Tinham doces secos guardados, e as meninas nos mandavam comer. As gurias brincavam de teatro, imagine eu de teatro, eu não fazia. A Dóra, principalmente, fazia de tudo”, lembra Genoveva. Outra forma de diversão era a festa de São Miguel: “éramos assíduos, não perdíamos nunca. A mãe assava umas galinhas pra passar o dia inteiro, então, nós íamos a pé até a igreja, e ali tinha o baile. Os salões eram separados, os negros dum lado e os brancos do outro, a música, a orquestra ficava no meio. Orquestra, não... a banda. [...]. Não tinha mistura, não dançavam juntos. Era uma festa maravilhosa. Tinha procissão, tinha de tudo. Era um espetáculo! A gente se divertia pelo ano todo. Quer dizer, o ano inteiro, a gente só pensava ‘vamos juntar dinheiro para ir à festa de São Miguel, bem vestida, bem calçada, bem ajeitada, pra se divertir, pra arranjar namorado’. Nunca arranjamos namorado lá... Eu nunca arranjei namorado lá”²⁷.

Quando a charqueada pegou fogo, o capataz era o Natalício Ferreira, e “eu não me lembro, porque era de noite [...] Ficou assim... preta! [...]. Mas sei quem eram os sócios: Júlio Cesar Magalhães, o outro [era o] João Carlos Waihrich, e [do] outro não me lembro bem, porque não era daqui, por aí [...], e ele não resistiu e se deu um tiro no ouvido. E a charqueada não funcionou nunca mais. Imagine, queimaram até onde secavam o charque [...], aqueles varais enormes que se iam, que botavam as

25 Genoveva e Dóra, 28 março de 2009.

26 Genoveva, 28 março de 2009.

27 Dóra, 28 março de 2009.

mantas estendidas ali para secar”²⁸.

Depois do incêndio, a família Lopetegüy permaneceu em São Miguel por muitos anos ainda. Segundo as narradoras, seu pai Martin intensificou o cultivo de hortaliças, atividade que já desenvolvia no período de safra seca na charqueada. Sua pequena produção servia para abastecer Passo Fundo, tarefa, até então, inédita na cidade.

Dóra casou-se com Jamil Barquete, em 1939, e Genoveva, com Alberto Graeff Sobrinho, anos mais tarde. Vale lembrar que ambos os casais conheceram-se em São Miguel, uma vez que Jamil era rádio-telegrafista da viação férrea e Alberto atendia a madeireira de sua família, naquela localidade.

Para Genoveva, “é muito bonita a história, bem feita, bem como ela é, desde a entrada até o fim, é uma história muito bonita... sinceramente eu recordo isso aqui com saudades... [lágrimas]. Tem muita coisa que a gente não lembra, não é?”²⁹.



As irmãs Genoveva e Dóra Lopetegüy, por ocasião da primeira entrevista, realizada em março de 2009.

Lembrar o passado, muitas vezes, não é só “reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com ideias de hoje as experiências do passado”. Por mais presente que nos pareça a lembrança de fatos antigos, não é a mesma que experimentamos na infância, porque não somos mais os mesmos de então e, também, porque nossa percepção se

28 Dóra, 6 fevereiro de 2010.

29 Genoveva, 28 março de 2009.

alterou, assim como nossas ideias, nossos valores, juízos e a própria realidade³⁰.

Ainda assim, ao nos utilizarmos da história oral, em partes desta investigação, não nos preocupou a veracidade da narrativa em relação a consequências como erros e lapsos – de menor dimensão se comparadas a omissões da história dita oficial –, pois somente intentamos construir um tempo com pessoas que participaram, que “testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de aproximação do objeto de estudo”. Esta investigação, porém, não tem a pretensão de ser um texto técnico ou científico, mas, exclusivamente, de cunho informativo, com a preocupação única de “dar voz a sujeitos invisíveis e, por meio da singularidade de seus depoimentos”, construir, registrar, trazer à luz do conhecimento fatos que são parte da história de Passo Fundo³¹.

(...) Sejam felizes, meus desejos, e para essa data novos horizontes se descortinarão para o Saladeiro São Miguel.

Referências

ALBERTI, Verena. O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembrança de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. Revista Kátal. Florianópolis. v. 10, n. especial.

HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. O Rio Grande do Sul: a terra e o homem. São Paulo: Globo, 1952.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.

SOARES, Fernanda Codevilla. Santa Tereza: um estudo sobre as charqueadas da fronteira Brasil-Uruguai. Dissertação de mestrado, Santa Maria, 2006.

Fontes primárias:

Jornal O Nacional. Passo Fundo: O Nacional, 1930.

RELATÓRIO. Apresentado ao Conselho Municipal na Reunião Ordinária de 1916 pelo Intendente Coronel Pedro Lopes de Oliveira.

RELATÓRIO. Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Coronel Pedro Lopes de Oliveira em 1º de novembro de 1919.

Entrevistas:

Dóra e Genoveva Lopetegüy, 28 de março de 2009.

Dóra Lopetegüy Barquete, 28 de março de 2009 e 6 de fevereiro de 2010.

Genoveva L. Graeff, 13 e 16 fevereiro de 2010.

30 BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p.17.

31 GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. Revista Kátal. Florianópolis. v. 10, n. especial, p.85-87.

O menino e o trem

Antonio Lourenço Gomes da Fonseca

A importância socioeconômica do trem em nossa região: o trem sobe a serra

Conforme relato de meu avô materno – Lourenço de Moraes Gomes – quando estudava em São Leopoldo, no colégio dos Padres Jesuítas, em 1889, o trem ainda não havia subido a serra em Santa Maria, pois os meios disponíveis então para a construção do leito de uma ferrovia eram quase que totalmente manuais, com exceção do uso de animais de tração. Com isso, a subida da serra tornou-se uma obra morosa, que avançava lentamente no trecho da boca do monte. Uma vez ultrapassado este obstáculo, atingiria os chamados campos de cima da serra, com uma topografia traçada sobre o divisor das águas desde Santa Maria até Marcelino Ramos.

A obra de instalação da via férrea era bastante trabalhosa, pois, com inexistência de maquinário para cavar e terraplanar o leito, o trabalho era feito de forma manual, com auxílio de carroças puxadas por pares de mulas, juntas de bois com arados, padiolas puxadas por dois homens ou mariposa – pequena caçamba de ferro sem rodas que, tracionada por uma junta de boi, transportava terra já revolvida pelo arado de boi para o aterro. Tudo isso leva a imaginar o trabalho lento para o avanço dos trilhos da via férrea.

De Passo Fundo até Santa Maria, percurso que percorri muitas vezes, somente a via férrea transpunha o rio, passando pela ponte na cabeceira do rio Pinheirinho, no interior do município de Santa Bárbara do Sul. A linha férrea seguia sempre o traçado do divisor das águas, e embora fizesse muitas voltas no percurso, não dependia de grandes aterros ou cortes. Outro ponto de destaque é que não havia rios para transpor: somente nascentes, as quais, com tubulação, eram transpostas, mesmo que isso aumentasse o trajeto entre uma localidade e outra.

O objetivo dessa linha férrea que cortava o centro do estado era justamente percorrer um terreno menos íngreme do que a da região da serra, ligando Porto Alegre a São Paulo e à então capital do país - Rio de Janeiro -, além de servir de elo entre cidades importantes da região. Partindo de Passo Fundo de trem para ir a Porto Alegre, depois de ter viajado o dia todo se chegava a Santa Maria, ficando praticamente à mesma distância da capital de quando se partira. Então, se pernoitava em Santa Maria e no dia seguinte pegava-se outro comboio com destino à capital, totalizando dois dias de viagem.

Com a implantação da malha ferroviária, o trem passou a ser o principal e mais seguro meio de transporte, pois as rodovias eram poucas e contavam com uma conservação precária, o que as tornava intransitáveis nos dias de chuva. Já o trem,

andando sobre trilhos num leito bem consolidado, com pedra e dormentes de madeira, não ficava à mercê do tempo: com chuva ou sol, de dia ou à noite deslocava-se com facilidade. Como no início as locomotivas não possuíam capacidade de tração como as atuais, os comboios, chamados de composição, não eram formados por um número elevado de vagões.

No período em questão, o trem foi o meio de transporte mais utilizado tanto para o transporte de passageiros, como de carga e animais, pois como já referido, as rodovias não possuíam condições ideais de trafegabilidade para os poucos veículos automotores existentes. Isso se devia, em parte, à inexistência de máquinas rodoviárias, como patrulas, carregadeiras e caminhões caçambas, para o transporte de pedras britadas, que mais tarde seriam utilizadas para empedrar as estradas.

Não existiam, do mesmo modo, fábricas de automóveis ou de caminhões no Brasil, os quais eram importados a um preço elevado. Para baixar os custos, muitos automóveis e caminhões tinham apenas o seu chassi e o motor, o capô do motor, o para-choques e o guarda-lamas importados. Então, cabia a marceneiros habilidosos criar, sobre esses chassis, cabines e carrocerias de madeira.

Os primeiros caminhões existentes não possuíam grande capacidade de carga: no máximo, carregavam cinco mil quilos, ao passo que um vagão de trem carregava até quarenta mil quilos, contando com uma estrutura apropriada a cada tipo de carga. Havia vagões fechados para o transporte de cereais, que, na época, eram ensacados, bem como para outras mercadorias que eram transportadas em caixas de madeira, haja vista que na época não existiam caixas de papelão corrugado. Apesar de o ciclo da madeira já estar terminando, a embalagem de menor custo ainda era a de madeira, tanto as caixas pequenas como as grandes.

Em 1955, estava iniciando a agricultura mecanizada no campo. Até então, a agricultura era de subsistência, praticada em roças de mato, onde a terra era mais fértil que a do campo. Essa mudança ocorreu com o surgimento do adubo químico, sendo que a cultura pioneira no campo foi o trigo. Este é um fato a parte que desejo relatar, pois desde os quatorze anos eu já conduzia um trator, arando e gradeando a terra.

Continuando o relato da ida do meu avô para o colégio, em São Leopoldo, cabe uma referência aos colegas de internato. Um deles era Vitor Dumoncel, mais conhecido como Coronel Vitor, o qual residia em Santa Bárbara do Sul, onde faleceu, muitos anos mais tarde, já com mais de noventa anos. Vitor, ainda menino, ia de Santa Bárbara a cavalo, acompanhado de peões, até Cruz Alta, onde pernoitava na residência de meu bisavô Lourenço Lemes de Moraes Gomes. Daí em diante, acompanhado de meu avô, seguia viagem a cavalo até Santa Maria. Nesse trecho não existia estrada, apenas uma trilha formada pelas carretas que iam e vinham trazendo mercadorias. O deslocamento acontecia numa espécie de comitiva, formada por estudantes e peões armados para coibir algum ataque de índios ou de bandoleiros teatinos. Seguiam também vários animais: cavalos de monta e de muda. Os de muda serviam para não sobrecarregar apenas um animal na viagem, o que poderia levá-lo

a machucar a pata ou a, com o atrito da encilha, ferir o lombo. As mulas carregavam as malas, os mantimentos para comer e para acampar e as lonas para se abrigarem à noite, embora pedissem pouso nas estâncias do caminho. Era quatro dias puxados de Cruz Alta a Santa Maria da Boca do Monte. Descendo a serra, teriam dali em diante o trem como meio de transporte. Embora o trajeto da via férrea fosse até a cidade de Taquari, já era um progresso percorrer um trecho de trem.

Para que o trem chegasse até Porto Alegre, foi necessária a construção de uma ponte sobre o rio Taquari, o que levou anos, pois este tipo de ponte era toda em aço, material que teve de ser trazido - segundo meu avô - da Inglaterra, de navio, em módulos.

Para seguir viagem de Taquari a Porto Alegre, se tomava um barco a vapor que descia o rio Taquari e levava até o porto. Daí em diante, se tomava um coche (idêntico às diligências dos filmes norte-americanos de far west), puxado por duas parselhas de cavalos, até São Leopoldo.

Embora tenha nascido na cidade de Julio de Castilhos, me criei no pequeno povoado de Pinheiro Marcado, interior do município de Carazinho. O fundo do terreno de nossa casa dava para a via férrea. Com isso, convivia diariamente com o trem, que muitas vezes serviu de objeto de brinquedo, pois no povoado acontecia a transposição de trens, o carregamento de madeira, de cereais e de animais. Enquanto os vagões ficavam na segunda linha, esperando carregamento, as crianças corriam por cima dos vagões, pulando de um para outro. O emocionante era saltar e ouvir o som diferente que cada tipo de vagão fazia, pois os destinados a carregar gado eram revestidos de madeira, enquanto os de transporte de cereais eram de aço. A localidade servida pela via férrea era privilegiada, pois além do carregamento de mercadorias o transporte de passageiros era intenso: de trem era possível percorrer boa parte do país. No pequeno povoado era possível comprar passagem até para São Paulo, o que era significativo para uma pequena povoação.

Antes da chegada do trem na pequena estação, era anunciada a licença, marcada pela badalada de um pequeno sino de bronze fixo na parede e cujo som era ouvido em todo o povoado. O número de badaladas anunciava a direção em que viajava o trem, se vinha de Santa Maria ou de Passo Fundo. A licença a que me refiro consistia em uma precaução: jamais um trem se deslocava de uma localidade a outra sem ter licença para tanto, evitando, assim, o encontro de uma composição com outra em sentido contrário. O controle da licença era feito por telefone ou pelo telégrafo, isso quando a estação possuía um telegrafista, pois existiam estações que eram somente um ponto de embarque de passageiros e não dispunham desse profissional. Em várias estações, existiam duas linhas, o que tornava desviar os trens que viajavam em direções opostas. Os trens de passageiros e de transporte de animais tinham preferência em relação aos trens de carga, os quais tinham que esperar na segunda linha enquanto o trem de passageiros encostava na primeira linha, que era a da plataforma, liberando a linha comum para que o trem de carga continuasse o seu

percurso.

O trem em que viajei de Passo Fundo a Santa Maria era denominado de P-22 sendo o P referente a “de passageiros no horário diurno”. Existia também o P-21, que seguia a direção contrária: de Santa Maria a Passo Fundo, o qual chegava a Pinheiro Marcado às 15 horas. Havia ainda o trem de passageiros noturno Porto Alegre – São Paulo, o qual não era diário, passando às segundas, quartas e sextas-feiras, parando nas pequenas estações somente para o embarque e desembarque de passageiros ou para abastecer de lenha ou água.

Na época, predominavam as locomotivas a lenha, como a Maria Fumaça, movida a vapor. Elas utilizavam lenha, nó de pinho e, na nossa região, um pouco de carvão mineral. Como na região não existia carvão mineral, havia depósitos nos centros maiores, como Passo Fundo e Cruz Alta. O carvão era transportado pela via férrea da região carbonífera. O fogo que aquecia as caldeiras nunca era somente produzido por carvão mineral, porque seu calor é muito forte. Então, o carvão era misturado com lenha. Como nesta região abundava o nó de pinho, tipo de lenha formado por uma resina e que produz um calor semelhante ao do carvão mineral, o nó de pinho era retirado da copada dos pinheiros, a qual era abandonada nas matas, pois a madeira com nós não prestava. Decorrido um tempo, a copada apodrecia, restando os nós, cujo tamanho era equivalente à idade do pinheiro: em pinheiros muito velhos, os nós eram graúdos, consistindo em uma lenha de excelente qualidade e que produzia grande calor.

As locomotivas possuíam uma numeração pintada ou gravada em metal. Nas primeiras pequenas locomotivas, a numeração era bem baixa. Elas eram utilizadas no trabalho de manutenção das linhas, de distribuição de dormentes, pedra britada e de outros componentes para a manutenção da rede ferroviária. As locomotivas que transportavam comboios maiores tinham a numeração que ia de 400 a 600, sendo seguidas, mais tarde, pelas 800, já de porte respeitável, com maior número de rodas no sistema de tração e rodas dianteiras maiores. As 800, embora possuissem uma caldeira bem possante, eram de pequeno porte, o que proporcionava grande estabilidade nas curvas. Por isso, mantinham uma boa velocidade, sem o perigo de tombar nas curvas mais fortes. Havia um maquinista de Santa Maria que virou uma espécie de lenda: seu nome era Lagranha. Conta-se que ele havia tombado várias locomotivas pela velocidade em que as conduzia. Dizia ele: “máquina é para correr e maquinista é para morrer”, e de fato morreu conduzindo uma locomotiva. As cargas que seu trem levava nunca chegaram atrasadas, independente do destino.

Por fim, sugeriram as milionárias, as locomotivas de última geração. Eram máquinas de grande porte e com grande capacidade de tração, o que para a época era um espanto. Elas conseguiam, em regiões mais planas e com traçados mais retos, puxar mais de 20 vagões, sendo que na nossa região o normal era serem puxados até 15 vagões carregados. Embora tivessem mais poder de tração, sua estabilidade era inferior à das 800, por serem bem mais altas. O que mais atrapalhava - problema que

ainda persiste - era a bitola entre os trilhos, muito estreita. Como a bitola das ferrovias argentinas e uruguaias é mais larga, o governo brasileiro entendeu que o Brasil poderia sofrer uma invasão dos castelhanos, em caso de atrito com estes países. Então, diminui a bitola dos trilhos, sendo que em uma linha de bitola estreita o trem não pode desenvolver muita velocidade, pois a estabilidade é inferior a que alcança em trilhos com bitola larga. Além disso, o trem sacode muito, principalmente o de passageiros, que não tem muito peso, sendo que passar de um vagão para outro não era uma tarefa muito agradável. Portanto, se o Brasil um dia vier a adotar trens mais velozes, terá que mudar para bitola larga, uma vez que com o sistema hoje existente a velocidade fica comprometida pela estabilidade. Portanto, embora as locomotivas milionárias tivessem muito mais potência de tração, não podiam imprimir maior velocidade, porque eram altas e muito pesadas. Segundo o senhor Adão Oliveira, ex-chefe de manutenção de linha, tais locomotivas pesavam mais de 40.000 quilos.

Tentarei descrever o que ocorria quando uma locomotiva milionária puxando uma composição de carga se aproximava do povoado em que eu morava na infância: a uma distância de uns cinco quilômetros já podíamos ouvir o rumor e a pressão dos pistões de tração, o que é indescritível. Quando o trem se aproximava do povoado, os primeiros a dar sinal eram os vidros das janelas, que, se não estivessem bem fixados, começavam a trepidar. Quando o trem entrava no povoado, nas casas que se localizavam nas cercanias da via férrea, principalmente nas de madeira, as louças dos armários batiam uma contra as outras, os móveis começavam a sacolejar, e a casa toda trepidava. Nas casas de alvenaria que não tinham bons fundamentos, rachavam-se as paredes, bem como os poços de água, pois ainda não existia água encanada. Como o povoado localizava-se num local alto, os poços eram bem profundos. Então, logo que o poço estivesse pronto, era feito um revestimento com tijolos que ia até a superfície do solo, formando o bocal. Caso contrário, com o tempo o poço desmoronaria, em função da trepidação dos trens, que poderia ser comparada com um abalo sísmico. Fumegando e bufando feito um dragão sobre os trilhos, a milionária estremecia a pequena estação, onde muitas vezes havia carroças puxadas por cavalos que, se não tivessem atados num palanque, poderiam sair em corrida.

Assisti muitas carroças dispararem povoado afora, com seus cavalos assustados. Crianças que não eram habituadas com aquela situação choravam e se agarravam as suas mães. O “terremoto” somente amenizava quando se ouvia o ranger dos freios no quadro da estação, onde os dormentes eram de ferro, para não serem queimados com as brasas que ocasionalmente caíam enquanto a locomotiva estava estacionada. Uma vez parada, o chão não mais tremia, e apenas pelo chiado de sua caldeira notava-se que o “monstro” havia parado.

A cada tipo de composição, mudava a movimentação dos funcionários da via férrea: se fosse um trem de carga que iria deixar vagões para descarregar mercadoria, somente os guarda-chaves é que agiam. A chave era um dispositivo que, sendo acionado, permitia a transposição da composição de uma linha para outra. Ou seja:

os vagões que seriam descarregados passariam para uma terceira linha, onde não havia movimentação de trens. Havia várias chaves no perímetro da estação, sendo que as mais usadas eram as que permitiam aos trens encostarem na primeira ou na segunda linha, presas ao solo por correntes com cadeados, para maior segurança do tráfego. Mesmo chaveadas, o guarda-chaves era obrigado a se deslocar até uma espécie de guarita para confirmar a posição da chave. Nesse espaço, ele se abrigava do sol e da chuva. À noite, ele dispunha de um lampião quadrado, cuja luz era normal em uma das faces, enquanto na outra ela era vermelha, sinal de alerta, ou verde, para uma passagem normal. As demais chaves somente eram acionadas para a manobra dos trens no triângulo. Na estação de Pinheiro Marcado, existia o triângulo, que realmente tinha o formato de um triângulo de linhas, que era usado para mudar a direção da locomotiva, as quais somente se movimentavam numa direção. As atuais locomotivas com motores a diesel puxam a composição de vagões tanto de frente como em marcha ré, bastando virar o comando na cabine. Nas locomotivas a vapor, isso não era possível: era preciso fazer a volta e trocar de direção, sempre com a tração de um só lado. Nesse triângulo, havia um prolongamento de um dos lados, que terminava num manguieirão, com bretes para carregamento de gado e de porco.

No caso da chegada de um trem oriundo de Cruz Alta ou Santa Maria, era feito o abastecimento de lenha. Então, além dos guarda-chaves, o pessoal do fornecimento de lenha estava de prontidão para que, logo que a locomotiva estacionasse, fosse fornecida a lenha. Tais funcionários eram chamados de fornecedores e tinham um chefe que, além de comandá-los, era encarregado da compra da lenha, depositada numa área próxima do triângulo. Se o trem viesse de Passo Fundo, não era abastecido de lenha, pois já havia sido numa estação anterior. O abastecimento de água era feito na estação de Maquinista Severo, na cabeceira do rio Pinheirinho, localizada no município de Santa Bárbara do Sul e onde se localizava a única ponte do trajeto de Passo Fundo a Santa Maria.

Os tipos de trem e suas funções

1) Trens de passageiro: os carros do trem de passageiros inicialmente não eram fabricados no Brasil, tendo origem europeia. Como naquela época a língua francesa era a mais influente no mundo, era a França que ditava a moda, a culinária e a etiqueta, sendo que o povo francês sempre foi muito educado. Os vagões onde existia local de refeições eram identificados externamente: se servisse lanche, era o “Buffet”, se fosse tinha restaurante, “Restourant”. Os bancos da primeira classe eram estofados e revestidos em couro verde escuro ou preto. Eram bancos inteiros, sem divisões, onde cabiam de duas a três pessoas. No encosto de cada banco, no lado do corredor, existiam pega-mãos de bronze, sendo que do forro também pendiam pega-mãos para os que viajavam de pé ou paravam no corredor para conversar. Os bancos eram reversíveis e podiam ser virados um de frente para o outro: tratando-se de uma

família, viajavam uns de frente para os outros, formando-se um recanto familiar. Da mesma forma, pessoas conhecidas e mesmo desconhecidas faziam amizade durante a viagem e formavam um círculo de amizade e convívio. As luminárias do teto do vagão iam de plafons a belos lustres. Existia também um porta-bagagem acima dos bancos, para pequenos volumes. Junto à janela, havia uma pequena mesa auxiliar, retrátil, que, caso estivesse atrapalhando, podia ser revertida para o nível da parede, ficando o vão entre os bancos livre. Já no vagão de segunda os bancos eram revestidos de ripas estreitas.

Auxiliando a passagem de um vagão para o outro existia uma antessala, com portas externas de vidro, espaço em que muitos passageiros viajavam, no caso de o trem estar lotado. Para a transposição de um vagão para o outro existia uma plataforma metálica, que, conforme o movimento do trem, também se movimentava. As laterais e o teto eram formados por uma espécie de toldo-sanfona feito com uma lona grossa, reforçada por arcos de ferro. A travessia não era muito agradável de se fazer, sendo que, além de tudo, não existiam pega-mãos. Especialmente as pessoas de idade encontravam dificuldades nesse processo, sendo que a melhor alternativa era viajar no carro onde estava o buffet e o banheiro, evitando ir de um vagão para o outro.

Havia três tipos de trens de passageiros:

a) o diurno: geralmente era formado de três vagões de passageiros, sendo dois de primeira e um de segunda, que eram os últimos da composição. Em determinados períodos do ano, como nas férias, em que o fluxo de passageiros era maior, eram acrescentados mais um ou dois vagões, geralmente em Cruz Alta, metade do trajeto. Sua frequência era diária, fazendo o percurso de Santa Maria a Passo Fundo e, no mesmo dia, retornando a Santa Maria. O encontro dos dois trens era em Cruz Alta, onde podia ser feita conexão com outro trem com destino a Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa. O trem chegava a Cruz Alta no horário de almoço, por isso existia um restaurante na estação. Aos viajantes que permaneciam no trem, restavam duas ótimas alternativas: comer uma galinha enfarofada trazida de casa, comprar um refrigerante ou uma cerveja no buffet e fazer um lanche ou pedir ao garçom que passava nos vagões um A la minuta, um sanduíche ou um pastel frito na hora. Portanto, viajar de trem, embora fosse mais demorado, era prazeroso e confortável.

Existiam dois banheiros no carro do buffet. Neles, não havia especificação de masculino ou feminino, apenas no trinco da porta - uma espécie de ferrolho - havia um pequeno disco, onde se lia “desocupado” ou “ocupado”. No banheiro, existia uma pia, de onde pendia um sabonete ovalado preso por numa corrente que balançava o tempo todo. A torneira se abria com um pedal no assoalho. Dessa forma, ninguém deixava a torneira aberta, evitando que se esvaziasse o reservatório de água do banheiro, que era limitado e somente era reabastecido em Cruz Alta, na hora do

almoço. Já o vaso sanitário tinha ligação direta com o chão, o que tornava desaconselhável evacuar nas estações, enquanto o trem estivesse parado. O acento do vaso sanitário tinha uma mola que o mantinha sempre na posição vertical, o que evitava que os homens urinassem no acento.

Existiam também outras peculiaridades da viagem: logo que o trem partia, o chefe de trem vinha conferir as passagens, acompanhado de seu auxiliar. A passagem consistia em um cartão bem espesso que era picotado no centro. O chefe, depois de perfurar com um alicate especial uma das extremidades do cartão, o partia ao meio e entregava ao passageiro uma das metades, que era o seguro de vida. Conferia, ainda, os menores de idade, que viajavam sob a sua responsabilidade, os quais sempre viajavam sentados em frente ao buffet, onde existiam três bancos individuais, de forma a deixar o corredor mais amplo em frente ao balcão, monitorado pelo garçom e pelo dono do buffet. O serviço de refeição era terceirizado pela ferroviária.

Após a conferência das passagens, vinha o revisteiro, oferecendo várias opções de revistas. Histórias em quadrinhos, como Pato Donald, Tio Patinhas; revistas de mocinhos e super-heróis, como Bill Kid, Flecha Ligeira, Tarzan, Gim da Selva, Super-Homem, O Fantasma, Zorro consistiam em uma tentação para as crianças. Jornais como o Diário de Notícias, revistas de fotonovela, revistas como O cruzeiro, a revista do Amigo da Onça, Almanaque do Pensamento e outras, também, tinham grande saída. Depois disso, vinha o baleiro, com uma bandeja subdividida onde carregava guloseimas diversas da época. A grande tentação era o chicle Adams, sendo que o chicle balão ainda não havia sido inventado. Após o baleiro, o garçom vinha oferecer os refrigerantes, dentre os quais o mais apreciado era o guaraná, a soda laranja e limão, a água tônica - a Coca Cola ainda não havia chegado ao estado -, além da cerveja. As bebidas eram geladas num compartimento no corredor que ia para o banheiro, para o que eram utilizadas barras de gelo. Além do serviço de balcão do buffet, onde servia cafezinho, refrigerantes e cerveja, dependendo da habilidade da equipe saía um a la minuta, um sanduíche ou um pastel frito na hora. Existia uma máquina de café com aquecedor a base de álcool e um fogareiro de pressão com gasolina, para aquecer uma panela ou uma chaleira de água para o chimarrão: a água quente era vendida. No balcão, existia uma espécie de vitrine, onde se colocavam balas, chocolates, bolachas e biscoitos, fósforo, pedra para isqueiro, cigarros de várias marcas, sabonete, pente, escova de dente, papel higiênico, comprimidos para gripe, analgésicos, efervescentes para azia, frutas como maçã e banana e outros artigos mais, formando uma espécie de mini-mercado. Nas estações, durante a permanência do trem, muita gente embarcava simplesmente para comprar revistas, jornais, cigarro ou outros produtos.

Na verdade, o trem era um veículo de cultura, um espaço de convívio social que oferecia produtos eventualmente em falta nas localidades por onde passava. Os passageiros também compravam onde o trem parava, onde eram ofertadas frutas da época, como bergamota, laranja, lima, caqui, e pastéis, mandolates, rapaduras

de amendoim e outras guloseimas feitas em padarias locais, como sonhos e massa folhada.

O trem de passageiros também era fonte, em determinadas estações, conforme o horário, de distração para os jovens locais, que colocavam uma roupa de passeio e iam até a estação antes da chegada do trem para ver se não havia nele pessoas conhecidas, parentes ou mesmo para paqueras. Os mais afoitos subiam no trem e conversavam com outros jovens, trocavam endereços e iniciavam amizades as quais tinham continuidade por meio de cartas que o próprio trem levaria: era a internet dos tempos antigos.

O vagão seguinte era o carro correio, onde viajava o chefe de trem e seu auxiliar. Nele, eram transportadas pequenas encomendas, caixotes de madeira com mercadorias e a mala de correspondências que ficava em cada localidade onde existisse correio. Quem desejasse enviar uma correspondência para uma localidade onde não existisse o serviço de correio fazia um pequeno pacote com o produto ou o documento, o qual era registrado na nota de despacho.

O vagão junto à locomotiva era destinado ao transporte de animais mansos, como cavalo de montaria, vaca de leite, ovelha, cabrito e, em gaiolas galinhas, cachorro e outros pequenos animais. Era comum se transportar cavalo de montaria, pois se pagava o frete do cavalo e caso se desejasse ir junto com os animais, não pagava passagem. Como o transporte que não era feito pela rede ferroviária era precário, muitos viajantes levavam seu cavalo, desembarcavam na plataforma de uma estação, encilhavam o animal e seguiam para o destino desejado. Se fosse à noite, pernoitavam num hotel onde existisse acomodação e trato para o cavalo e no dia seguinte viajavam o dia todo, o que era comum.

b) o noturno: o trem que fazia a linha de Porto Alegre a São Paulo tinha uma composição um pouco diferente do diurno, pois possuía carro leito, onde havia cabines com beliches. Um vagão era o restaurante, onde ficava a cozinha e a sala de refeições, com mesas, evidentemente fixas no piso, toalhas brancas, e cadeiras móveis. O serviço era a la carte, sendo que geralmente, pedia-se um a la minuta. Os garçons vestidos a rigor eram de Porto Alegre, sendo treinados para servir a elite. O trem parava somente nas estações com passageiros para desembarque ou embarque. Caso contrário, seguia viagem direto.

Este trem era o elo do sul com os grandes centros da região sudeste do país, sendo admirável que em qualquer pequeno povoado fosse possível pegar um trem rumo a São Paulo.

c) o trem internacional: este trem era assim denominado porque partia de Uruguiana, mais precisamente de Passo de Los Libres. Segundo depoimento de Adão Oliveira – ex-chefe de turma da rede ferroviária -, os argentinos tomavam o trem para ir a São Paulo e ao Rio de Janeiro. Se o trem noturno já oferecia muito

conforto, o internacional era ainda mais luxuoso. Pessoalmente, nunca viajei no internacional, mesmo porque ele não parava na estação de Pinheiro Marcado. Quem desejasse pegá-lo tinha de ir a Carazinho, pois ele somente parava em cidades, tendo a preferência sobre os demais, que tinham de lhe dar passagem. No internacional, viajavam pessoas que desejassem ir para cidades fora do estado. Ele se deslocava mais rápido e o valor da passagem era mais cara.

2) Trens de carga: o que diferenciava este trem dos demais eram os tipos de vagões: havia todos os tipos de vagões – fechados, para mercadorias que não podiam pegar chuva, abertos, para transporte de madeira beneficiada e mesmo em toras, vagões para o transporte de combustíveis, e gradeados, para o transporte de gado. A única exceção eram os trens que transportavam porcos, que em sua maioria rumava a Porto Alegre, pois a população da capital crescia muito, e o combustível da cozinha brasileira era a banha de porco.

No povoado de Pinheiro Marcado, havia um chiqueirão que recebia porcos vindos da colônia de carroça ou mesmo a pé, como uma espécie de tropa de porco, que percorria até quinze quilômetros de distância, uma vez que nas redondezas de Pinheiro Marcado não havia colônia, por ser essa uma povoação no meio do campo, onde se localizavam estâncias de criação de gado. A colônia mais próxima era Linha Aparecida, distando oito quilômetros do povoado. Outra era Saldanha Marinho, a quinze quilômetros de distância, e Chapada, a vinte e oito quilômetros.

Os porcos iam sendo tratados até que se alcançassem duzentos ou trezentos porcos, número suficiente para formar um carregamento de trem. O trem com tal carga era direto, tendo preferência em relação a todos os outros trens, somente parando para se abastecer de lenha, água e para a troca de maquinista. Uma equipe viajava junto com o carregamento de porcos, pois durante o percurso os animais tinham de receber água e alimentação, para evitar a sua morte. Considerando tal característica, criou-se até um ditado na época: “Direto como trem de porco”, ou seja, sem escala.

O ponto de partida do trem

Existia todo um ritual para a partida do trem. Isso hoje pode parecer estranho, mas era necessário tanto para a segurança dos passageiros como para o trem em trânsito. Antes de o trem ultrapassar a estação, lá estava o agente ou o chefe da estação, com um arco de vime de aproximadamente oitenta centímetros de raio no qual se inseria a licença. A função do arco era facilitar e agilizar a entrega da licença, pois era mais fácil o maquinista ou o seu auxiliar introduzir o braço no arco do que pegar, já com o trem em movimento, um pequeno papel. Isso também evitava ter que se enviar alguém até a locomotiva para entregar o papel, especialmente considerando que conforme o tamanho do trem ele parava bem distante da estação. Com a licença, o maquinista tomava conhecimento dos procedimentos a serem seguidos, se teria que

esperar outro trem passar na segunda linha, vindo em sentido contrário, bem como ficando a par de outras ordens cabíveis, como a de carregamento de mercadorias ou o embarque de passageiros.

A partida do trem era autorizada por uma série de sinais: o primeiro deles era do chefe da estação, que badalava o sino, avisando que os serviços de sua responsabilidade estavam prontos. O trem também possuía, na frente, um pequeno sino, o qual ficava em cima da caldeira e próximo do farol. Quando ele entrava no quadro da estação, o sino era acionado como alerta do deslocamento do comboio. O segundo sinal era do chefe de trem, que se dirigia ao maquinista, através de um apito igual aos de árbitro de futebol: um silvo longo ordenava a partida do trem, sendo que o maquinista confirmava as ordens com um apito breve, enquanto a locomotiva iniciava a partida.

Então, se movimentava o comboio, a princípio lentamente, seguindo com o “telec... telec...” das rodas sobre o espaço de dilatação da emenda dos trilhos. O “telec... telec...” ia se distanciando, até desaparecer. Para um menino de doze anos que viajava sozinho para estudar em Júlio de Castilhos, onde residia seu avô Lourenço, esse som não era nada agradável, pois indicava o abandono de uma vida de liberdade no campo, as pescarias de lambari nas sangas ou de traíras nos açudes, a caçada de passarinho nas restingas e de tatu nas matas densas e o petiço, que ficava esperando outras campereadas. Somente nas férias isso viria a acontecer novamente. Tudo isso dava lugar à vida urbana.

A sensação de frio na barriga e da imediata saudade da liberdade, vindo pela janela do trem a paisagem tão peculiar ficando para trás, somente se aplacava quando se iniciavam os serviços de bordo do trem. A chegada do chefe para conferir as passagens, do baleiro, do revisteiro iniciava o convívio no interior do trem, que serpenteava por muitos povoados, por diversas cidades e por uma paisagem onde ainda se viam as matas e os campos, sendo que não era difícil enxergar os campeiros lidando no campo, e mesmo animais silvestres, como a ema, o veado campeiro e o graxaim.

Este é um resumo do que se pode relatar sobre o trem de ferro, a força do vapor, que, apesar de todo o conforto e as peculiaridades ímpares oferecida aos passageiros, por falta de adequação aos tempos modernos cedeu lugar ao ônibus, o qual, com a modernização das rodovias, chega mais rapidamente, muito embora tenha, em geral, banheiros fétidos, bancos individuais que, mesmo reclináveis, não têm o conforto dos bancos da velha locomotiva, pois os passageiros ficam praticamente presos em seus assentos.

No carro de passageiros de um trem, no corredor bem mais amplo, tinha-se a liberdade de ir e vir, de tomar um cafezinho no buffet, de solicitar que o garçom trouxesse uma cerveja gelada, de ler um jornal do dia, uma revista atualizada ou mesmo de fumar um cigarro na antessala do vagão, abrir a porta e sentar no assoalho, com os pés no primeiro degrau, vendo a paisagem passar e sentindo a brisa do campo. No

último vagão, onde existia uma espécie de sacada com grades, era possível, enquanto o trem se deslocava, apreciar o tempo que ficava para trás.
Talvez um dia ele volte mais veloz, e, espera-se, ainda muito diferente dos ônibus de hoje!

Os pioneiros sertanejos:

Riélino - Artista sertanejo de renome nacional e humorista regional

Odilon Garcez Ayres

Na década de 40, o trio sertanejo formado por Serrinha, Caboclinho e Riélino, gravou o seu primeiro LP, *Raridades da Terra dos Pinheirais*, originalmente em 78 rpm., fazendo o maior sucesso com as músicas intituladas *Xambrê*, *Chua-Chua*, *Porto Alegre*, *Toureiro Fan-Fan*, *Linda Guarani*, *Moreninha Matadeira*, *Felicidade de Caboclo*, *Sertão de Minas*, *Recordação*, *Ambição de Sertanejo*, *Ave Maria*, *Recordando Botucatu* e *Quarto Centenário*. Daí para a frente este trio se intitulou o “Trio Mais Querido do Brasil”, fazendo sucesso e apresentações nos Estados do PR, SP, MT, GO, e MG.



Serrinha, Riélino e Caboclinho

Antenor Serra, o Serrinha, nasceu em 26.06.1917 e faleceu em 19.08.1978; e Luiz Marino Rabelo, o Caboclinho, veio a falecer em 1954, oportunidade em que a nova formação ficou constituída de Serrinha, Zé do Rancho e Riélino.

Riélino que além de músico e humorista, era também compositor, segundo o Dicionário Cravo Albin da Música Popular, em solo, ou com os companheiros de trio, gravou de sua autoria: *Abandonado* (54), *Ambição de Sertanejo* (47), *Baiãozinho do Sertão* (50), *Cuiabana Porã-mi-guarânia* (47), *É hora do sobe e desce - samba mineiro* (48), *Ituiutaba - valsa* (45), *Mentirosa* (57), *Meus 17 Anos - moda de viola*

(47), Moreninha de Goiás (45), Namoro de Fronteira (44), Rasqueado (60), Porto Alegre (54), Recordação (47), Triste Sonhador (48), Xambrê (54) e Triste Peregrino em 1960.

O Trio Mais Querido do Brasil, forma coro na música de raiz, junto com os pioneiros, Raul Torres, Serrinha, Tinoco, Carreirinho e Zé da Estrada. Gravaram mais de uma centena de músicas sertanejas na RCA Vitor, na Continental, na Chanteclair e na Odeon. O sucesso é tão grande, que a maioria dos trios e duplas sertanejas, passam a reproduzir suas criações, lá, entre muitos, João Mineiro e Zé Goiás, Léo Canhoto e Robertinho e agora, Chitãozinho e Chororó, e aqui em Passo Fundo, os seus admiradores, Cartucho, Cartola e Cartolinha.



Sérrinha, Zé do Rancho e Riélinho

As datas das letras de Riélinho, nos leva a crer, que ele tenha passado a integrar o trio, mais ou menos em 1947, pois nessa data, com apenas 17 anos de idade, numa de suas subidas de trem para São Paulo, faz um curso de ventríloquo, e humorista nato que era, pois dominava todas as artes circenses, aqui chega com o nome inglesado de Maurell Blanders, e tomado duma euforia, e duma alegria contagiante, não mede esforços para apresentar as suas magias e magias, ao povo, a petizada de Passo Fundo e de todos os distritos da Capital do Planalto Médio, conforme anunciando amplamente pelas páginas de O Nacional.

Se me parece que, Riélinho apreciava mais a carreira solo de humorista, que o prestígio nacional de que desfrutava como integrante do Trio Sertanejo mais

querido do Brasil, pois as notícias, e as fotos que ficaram, demonstram a sua alegria de viver, de suas apresentações humorísticas, na maioria das vezes, beneficentes, e que aglutinava ao seu chamado, nas Rádios e Picadeiros de Circos, os artistas, os músicos, os trovadores, e ele como carro chefe, fazendo imitações e humorismo.



Riélinho como humorista

Numa dessas idas e vindas, traz consigo, nada mais nada menos do que Jararaca, da dupla Jararaca e Ratinho, conhecidos nacionalmente. Como não podia se apresentar como Riélinho, em respeito ao trio que integrava, adota o sugestivo nome de Lagartixa e forma aqui, a dupla Jararaca e Lagartixa, apelido que carregaria, em grande parte de sua vida.

Tendo aqui se casado em 1950, com Linda Fontana Leone, funcionário dos correios de Passo Fundo, em 1952 é transferido para a Agencia Postal de Coxi-lha, onde os conheci juntamente com seu filho João Luiz Leone de Senna, tendo ali permanecido até 54, quando foi transferido para Uruguaiana, e desta para a cidade de Carázinho, onde continuou a dar vazão a sua veia humorística, participando ativamente daquela comunidade, seja como apresentador de programas radiofônicos, motivador de espetáculos beneficentes, juiz de futebol, político, e tenha até integrado a primeira Diretoria do Lyons Clube da vizinha cidade de Tapera, ali se consagrou como Lagartixa!

Separado, em segundas núpcias com Noêmia Martins Pedroso, nasceram desta união, o Joel (que herdou os dotes artísticos do pai), a Maria, o Jorge, a Fa-tima, e o José Luis Pedroso de Senna. Advindo a Revolução de 1964, dizem que,

integrante do “Grupo dos 11”, fugiu da noite para o dia, e até hoje, não se conhece o seu paradeiro, sendo que, a última notícia é de que trabalhava em Francisco Beltrão-PR, com o nome humorístico de Lima Filho, em cuja lápide se encontra este nome que não foi exumado, permanecendo a dúvida, pois outras pessoas sustentam que o viram na Província de Tucumã, na Argentina.

Riélinho fez suas primeiras letras no Protásio Alves com a professora Maria Dolores Freitas Barros, depois ajudava seu pai no Restaurante, participava das corridas ciclísticas, mas jovem ainda, começou a trabalhar no Departamento de Correios e Telégrafos de Passo Fundo, como estagiário, em 1951, e a participar da vida social da comunidade, inclusive como um dos fundadores do pioneiro Centro de Tradições Gaúchas Lalau Miranda, onde entreverava, “pilchadito” no mais.

A vida o levou a São Paulo e desta a fama como um dos pioneiros da música sertaneja de raiz do Brasil.

Quem era, Riélinho, Maurell Blanders, Lagartixa, Gaúcho ou Lima Filho?

Era o mais jovem artista sertanejo, e humorista Passo-Fundense, que vive ainda no nosso imaginário, como um dos mais perfeitos humoristas do sul do Brasil, orgulho da musica sertaneja de raiz do Sul, Centro Oeste e Sudoeste Brasileiro, quase tão grande como Teixeira, pois um era da década de 40 (Sertanejo) o outro (Regionalista) da década de 50, nasceu enfeitado, veio ao mundo no dia 18 de março de 1930, e não se sabe por quem, foi deixado na porta da frente do Restaurante e Pensão do Sr. João de Senna, e de Dona Theresa Domeneghi, ali naquela casa de dois pisos, na esquina da antiga Praça da República, e como um anjo sardento, de cabelos esfogueados, foi criado como filho, um dileto e talentoso filho de Passo Fundo, de renome nacional, para quem esperamos os tardios louvores da terra que o viu nascer.

Bibliografia

Garcez Ayres, Odilon – Caboclo Serrano em O Puchirão do Gé Picaço nas Revoluções de 1923, 30 e 32 – Méritos Editora – Passo Fundo – RS – 2008, e Garcez Ayres, Odilon - Coxilha do Céu – História Regional – Lançamento previsto para 2010.

Jornal O Nacional, de nº 5.897, 6.019, 7.102, 7.104, 7.159, 7.189, 7.315 e 7.626.

Revista Água da Fonte da Academia Passo-Fundense de Letras – Edição de 2010.

Depoimento de testemunhas vivas: Dr. Paulo Giongo, Bel. João Luiz Leone de Senna, Sr. Arlindo Rodrigues de Moura (Serraninho), e Odilon Garcez Ayres.

Em 09.02.2010, para a Revista do Instituto Histórico de Passo Fundo.

123456789

DOSSIÊ

Senhor Camacho: **Lembranças de Passo Fundo das décadas de 1920 e 30**

Veríssimo da Fonseca



“Me chamam de Camacho, mas não sou Camacho, não; sou filho de Passo Fundo, criado no Boqueirão”

O Boqueirão, em Passo Fundo deu muita gente boa. Ali deu Nenê Graeff, Júlio Cullmann, Paulo Carrão, Lucinho Carrão, gente boa! Meu nome completo é Antonio Ferreira da Silva. Nasci na esquina do Banco da Província, onde está agora aquela farmácia, bem ao lado do Shopping da Morom, era a casa da minha avó, no dia 13 de junho de 1908.

Há muitos anos, a principal via de comunicação de Passo Fundo era a Av. Brasil, desde o Boqueirão até o Passo. Quem vinha para Passo Fundo, para vir para a Serra, Fronteira, passava pela Av. Brasil; e também para os que iam para São Paulo, Paraná, Santa Catarina esta era via principal, há muitíssimos anos. Depois, mais tarde, criaram a estrada de Marau e a estrada de Nonoai.

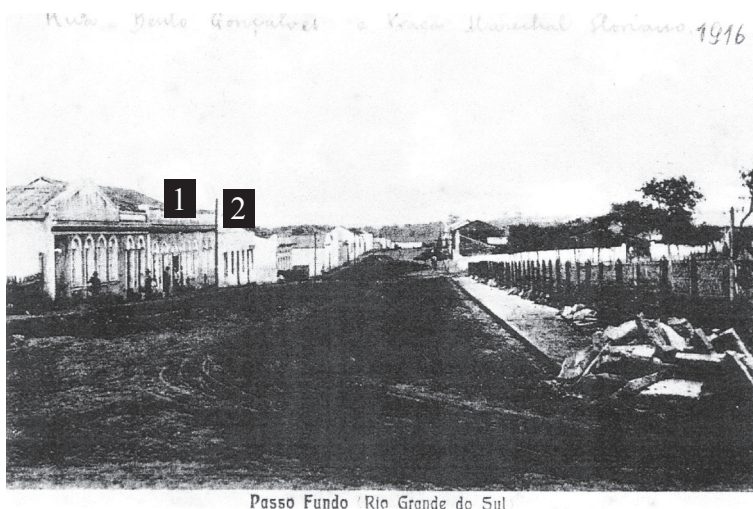
A Avenida Brasil era a porta de entrada de Passo Fundo, todos os acontecimentos se realizavam lá. Tinha a praça, mas, naquele tempo, era fechado com arame para os cavalos não comerem as plantas – tinha vaca solta na cidade.

Então, faziam as festas na Av. Brasil, desde a Praça, do João Café até o IE. Conforme onde se morava, se fazia a festa na rua. Na Av. Brasil, morava o Dr. Vergueiro, o velho Barão, o Sperry, o Gabriel Bastos e toda aquela gente lá, de Filipo,

Lima, tudo morava na Av. Brasil.

A Avenida Brasil era grande mesmo, sempre desse tamanho, desde o Boqueirão até a ponte do rio Passo Fundo. Agora passaram a ponte, fizeram a Prefeitura, mas antes ia da ponte até o Boqueirão, até o IE mais ou menos. Aquelas ruas Paissandu, Morom, tudo eram povoadas de casas de tábuas, baixas, dos cativos, que foram todos morar nessas ruas, mas a Avenida sempre ficou, nem sei como que tá. Tem a Sete de setembro; aquela rua ali do hospital tá muito boa, nem rua tinha. Rua das Tropas nunca existiu, não é de Passo Fundo, é de Carazinho.

Até 1919-1920, a Avenida era pura pedra, depois fizeram o primeiro calçamento com paralelepípedo, pedras irregulares; era um calçamento horrível. Depois, mais tarde, passaram asfalto, e ficou naquilo, cada vez que tivesse que fazer encanamento, desmanchava. Viviam em obras, acho que até hoje ainda vive, muita buraqueira, mas melhorou um pouco.



Praça Marechal Floriano (cercada de arames) - 1916

1 - Casa Revolucionária do Capitão Jovino 2 - Casa do pai de Dr. Petracco

Hoje tá tudo diferente, mas naquela rua que vai sair lá no Grazziotin e atravessa a Avenida, a Capitão Eleutério, era muito boa. Ela vinha lá do Grazziotin, do Marau – até hoje é a mesma coisa – e atravessa a Av., e vai lá para a Vila Vergueiro. Até passava em frente de uma zona de meretrizes, que se chamava Árvore Grande. Tinha muito movimento dos homens, farreavam de dia e de noite, era a mesma coisa. Tinha uma árvore que marcava. ‘Hoje tem baile na Árvore Grande, então tudo se preparava.

A Avenida Brasil era grande mesmo, sempre desse tamanho, desde o Boqueirão até a ponte do rio Passo Fundo. Agora passaram a ponte, fizeram a Prefeitura,

tura, mas antes ia da ponte até o Boqueirão, até o IE mais ou menos. Aquelas ruas Paissandu, Morom, tudo eram povoadas de casas de tábuas, baixas, dos cativos, que foram todos morar nessas ruas, mas a Avenida sempre ficou, nem sei como que tá. Tem a Sete de setembro; aquela rua ali do hospital tá muito boa, nem rua tinha. Rua das Tropas nunca existiu, não é de Passo Fundo, é de Carazinho.



Avenida Brasil - 1911 - Pelo decreto Nº 456 de 26 de dezembro de 1928 o Intendente Nicolau de Araujo Vergueiro proibiu a passagem de tropas para melhoramentos". Fonte: A Gazeta – AHR PF.

Até 1919-1920, a Avenida era pura pedra, depois fizeram o primeiro calçamento com paralelepípedo, pedras irregulares; era um calçamento horrível. Depois, mais tarde, passaram asfalto, e ficou naquilo, cada vez que tivesse que fazer encanamento, desmanchava. Vivia em obras, acho que até hoje ainda vive, muita buraqueira, mas melhorou um pouco.

Hoje tá tudo diferente, mas naquela rua que vai sair lá no Grazziotin e atravessa a Avenida, a Capitão Eleutério, era muito boa. Ela vinha lá do Grazziotin, do Marau – até hoje é a mesma coisa – e atravessa a Av., e vai lá para a Vila Vergueiro. Até passava em frente de uma zona de meretrizes, que se chamava Árvore Grande. Tinha muito movimento dos homens, farreavam de dia e de noite, era a mesma coisa. Tinha uma árvore que marcava. ‘Hoje tem baile na Árvore Grande, então tudo se preparava.

Eu já jogava futebol, mas não era grande jogador. Na história do futebol, é o seguinte: tinha dois clubes, em Passo Fundo, o Gaúcho e o 14 de Julho; quem não era Gaúcho era 14, e quem não era 14 era Gaúcho. A rivalidade era grande, era meio política também. O pessoal do Gaúcho era muito do Borges de Medeiros (Partido

Republicano Brasileiro) e o outro era do Partido Libertador, Federalista (Maragatos), sempre num lugar pequeno, sempre concorrência, cada um sempre queria fazer uma coisa melhor que o outro.



(14 de julho 11- 1925)

→ ① Camacho (ajudante de téc.) - Constantino Gröff
 ③ Pedro Conjarone (tobalhava no cinema Coliseu)
 ④ Julião Bento ⑤ Lício Miranda ⑥ Bonorino
 ⑦ Armando Longero (tio do Sérgio Longero)
 ⑧ Alacite ⑨ Antonio Bai (func. do correio)
 ⑩ João Curio de Carvalho
 ⑪ Eduardo Jalandro (tobalhava c/ madeira)
 ⑫ Nêi Leite (pta esquerda)

Camacho jogador de futebol - 14 de julho de 1925

“[...] Em Passo Fundo tem um Clube – parece que fechou – “Pinheiro Machado”, quase na esquina que vai para o Hospital, perto da Prefeitura velha. Tem um clube que tá fechado com uma porta alta, em frente ao barracão; aquela porta que está ali é a maior porta do Brasil, não tem nenhuma porta alta como aquela. [refer-se à porta do prédio onde se localiza a atual sede da Academia Passo-Fundense de Letras].

Tinha um amigo meu chamado de Camacho. Eu era muito agarrado a ele,

aí ele foi embora e eu fiquei com o apelido. Não era de família, é de um jogador de futebol da Argentina. Joguei no 14 bastante tempo. Surrava de pé canhoto e de pé direito também – o jogador para ser bom tem que jogar com os dois pés e usar a cabeça também.

Quando guri, no Colégio, quando vinha o recreio, às 10 horas, soltava as aulas, já era certo. O Colégio que mais predominou foi o IE. Então, cada um ia para um lado, os 14 para um e os do Gaúcho para o outro. Era 50 de um lado e 60 para o outro, até bater a sineta, chamando de volta, era assim o futebol. Depois, aqueles que eram melhorzinhos a diretoria chamava. Eu era tímido, mas jogava bem. Aí comecei a jogar, fui chamado. Um presidente que trabalhou muito pelo 14, Henrique Scarpeolini, e o Arthur Langaro foram muito dedicados pelo 14.

O futebol daquela época era muito vivo, mais vivo que o de hoje. Havia honestidade, ninguém se vendia, tudo era muito sério. A torcida vibrava bastante, as moças iam vestidas, fardadas. Tinha uma moça no Passo Fundo, a Miranda; a casa dela ficava mais ou menos adiante da casa do meu irmão, o Murilo.

A história do Clube Comercial se iniciou com uma sociedade, sem sede, motivo pelo qual alugavam casas. No local onde hoje é o Bella Citá, esquina com Av. Brasil, existia um cinema. Quando o cinema desocupou a casa, esta foi alugada pela sociedade do Clube Comercial, lugar em que permaneceu por muito tempo. Depois saiu dali e teve muitos anos na esquina da Chicuta com Av. Brasil à esquerda. Ali foi a melhor sede do Clube Comercial, era uma nova sede, boa, mas, conforme precisavam da casa, tinha que sair; depois, eles estavam do lado do Hotel Avenida, onde tinha uma casa grande, antiga, há muitos anos, até que surgiu a combinação da rapaziada: fazer um clube, uma sede.

Começou com festa, porque não tinha dinheiro. Então, surgiu, naquela época, o gauchismo, ao qual se dava muita importância, mas agora ninguém dá muita bola. Naquele tempo, um baile de gaúcho dava muita assistência, muita procura de ingresso; então, o Comercial inventou de fazer um bloco para dançar, eles cobravam entrada, para entrar nas festas, aniversários das famílias, festas de São Miguel, aquela coisa que tinha no Passo Fundo, mas cobrava, e esse dinheiro ia para a Caixa do Clube. Então, quando o Clube fazia festa, eles cobravam entrada.

Não existia CTG nem grupo organizado de danças gaúchas no Rio Grande do Sul. O primeiro foi esse do Clube Comercial de Passo Fundo. Depois fizeram em Tupanciretã, Ijuí, Júlio de Castilhos, na Fronteira... Mas esse aqui é o mais velho do grupo de danças do Estado. Mas, gaiteiro, cantor isolado existiu há muitos anos, mas o Grupo organizado assim não tinha. Depois veio aquele 35 de Porto Alegre, muito grande, viajou muito pelo Brasil, dançando, cantando; mas esse grupo aí era do Clube mesmo. Depois terminou, os rapazes foram casando, as moças foram casando, todos eram solteiros, as moças eram da sociedade, mas eram solteiras.

Club União Commercial *de Passo Fundo*
Agradecimento *do Presidente*

A Diretoria do Clube União Comercial, por seu presidente abaixo firmado, vem publicamente apresentar os seus melhores agradecimentos às Exmas. Sras. Ruth Barros Pinto, Almerly P. Magalhães, Nenê B. Meyer, Morena A. di Primio e Elvira Camargo, incansáveis organizadoras do brilhante festival que com tão belos resultados, se realizou a 10 do corrente em benefício dos cofres do Clube; as Senhorinhas Diva di Primio, Zinah Pinto, Aracy Porto, e Mary Bastos e aos jovens Ary Porto, Javel Silveira, Dimorvan Gomes, Oscar de Freitas Valle, Antônio Ferreira da Silva (Camacho) e Oscar Kurtz que dançaram, com tanta graça e geral agrado “o pericon”; às Senhorinhas Ema Bastos Rodrigues, Suely Pereira e Nilza Pinto, que tomaram a si a incumbência da venda das violetas; ao Senhor Maestro Gustavo Heinz Horn, que gentilmente fez reverter para os cofres do Clube a parte que lhe tocava como Diretor da Orquestra, a qual brilhantemente orientada, tanto brilho emprestou à festividade.

A todos a Diretoria do Clube se confessa sumamente grata, mas especialmente a Comissão Promotora do Festival, que não esqueceu o mínimo pormenor, no sentido de dar a festa, como realmente deu, um cunho de alta distinção e elegância.

Passo Fundo, 17 de setembro de 1927. Jornal O Nacional, 17.9.1927, pg. 03 nº 233.

Pedro Julio Garcia
Presidente

Notícia do Jornal

A FESTA DE SABBADO NO CLUB UNIÃO COMERCIAL

Realizou-se sábado a noite nos salões da sua sede provisória, o festival promovido por um grupo de senhoras de nossa alta sociedade, em benefício dos cofres do Clube União do Comércio que ultima presentemente os trabalhos da construção do grande edifício para sua sede social.

Não seria possível desejar-se maior encanto e brilho!

Em meio as danças animadas ao som de um esplêndido “jazz”, entre o riso da mocidade, a graça do gesto e a alegria do ambiente, entraram pelo salão os pares folgazões para o velho “pericon”.

As moças, vestidas a Riograndense, de blusa e saia comprida e lenço atado a cabeça e os moços todos de bota e bombacha, de pala e chapéu bem largo, entraram de dois a dois puchados pelo gaitero Chico Sola para dançar a “quadrilha”.

José Pindóba mandava, Bamo vortá, óia a chuva! Fecha a roda! E Abre a Roda! *ztc*

Notícias do Clube Comercial



Grupo de Danças Gaúchescas - 1927

O grupo fazia sucesso porque dançavam, cantavam, todo mundo sabia versos, e naquela época as danças eram muitas... Os versos eram meio decorados, ninguém era poeta. Era mais ou menos assim:

*Tu és a prenda mais rica
dos pagos do Faxinal
aos teus pialos não escapa
o mais arisco bagual*

É muito bem escrito isso aí. Era cantado em gaúcho, no tom de voz gaúcha:

*Boleia a perna e vai entrando,
puxe um banco e sente um pouco
e um chimarrão vai tomando.*

Isso era declamado com voz mais gaúchesca:

*Buenas tarde, amigo velho,
Boleia a perna e vai entrando,
Puxe um banco e sente um pouco,
E um amargo vai tomando...
E um amargo vai tomando,
Com toda satisfação,
Pois um gaúcho de lei
Não rejeita um chimarrão...*

E continua...! Era mais comprido. Isso aí nós tinha 17, 18 anos... uma rapaziada muito boa. Naquela época, não existia essas ladroeira, toda essa coisarada que existe hoje. Esse grupo de danças durou pouco, isso acho que até depois que foi inaugurado o Clube, mais ou menos em 1929/30; aí terminou porque foi criado só pra ajudar, arrumar dinheiro, que aí os bailes faziam sempre com dança, cobravam entrada dos próprios dependentes, sócios ou convidados.

A dança Pericon, não sei bem, mas para mim é uma dança espanhola, que veio da Argentina, América do Sul. É uma dança muito bonita, muito compassada. Dava tudo certo no Pericon, e tinha lá um cidadão que era da fronteira, de Livramento. Ele trabalhava com madeira e se introduziu no meio do Clube de danças. Ele era uma pessoa influente que morava quase na frente do Clube Comercial, bem no meio da quadra, entre a Bento Gonçalves e a General Neto; mais do lado direito, ali, tinha um salão da Sociedade Operário... Esse homem entrou no grupo, ele era muito esclarecido na época, rico, a gente chamava de velho, tinha 40 e poucos anos, muito alegre o velho. Seu nome era Felicino Brock. Ele exportava madeira pra fronteira, madeira serrada, e morava na frente do Clube. Gostava e sabia dançar, dançava lá na terra dele, esse Pericon. Então, ensinou para nós dançar, dança muito bonita, muito compassada, os passos da dança, o Pericon – até nem sei o que quer dizer Pericon; é uma palavra Espanhola. O gaitero Albino, o Ari Porto, o Dirvan Gomes, esses eram os mocinhos da festa. Alguém gritava: ‘para a gaita, gaitero!’. O próprio que era chamado para dizer o verso era o mesmo que mandava parar; ele ia cantando e mandava o gaitero parar. E aí vinha o verso. Tipo esse que eu disse, esse e muitos outros. As moças respondiam aos rapazes, os rapazes respondiam às moças, era uma noitada bonita. Não tinha televisão, não tinha nada, tudo era feito pessoalmente. re a Roda!

Tem muitas coisas que me marcaram em Passo Fundo. Vivi lá, me criei lá, vivia no campo de futebol, na Cancha de Carreira, tudo era festa. O dia que tinha uma corrida de cavalo, o pessoal, lá da cidade mesmo, vinha de cavalo de corrida, os Langaro. Era o divertimento. Hoje nós temos essas coisas, mas naquele tempo era corrida de cavalo. Tinha uma cancha grande na Chácara do Azambuja, passava o Passo em direção da Coxilha. Ali tinha uma cancha de carreira muito grande, e, no Boqueirão, bem pra cá do IE, tinha uma Cancha de Carreira muito boa da Família

Bilhar, até existem alguns por lá. Era um meio de negócio, fazia um pão, uma lingüiça, churrasco e nos dias de carreira iam pra vender, e, como era deles o terreno, eles fechavam pra ninguém entrar pra vender.

Tenho muita saudade daquele tempo... até, se não tivesse casado aqui, eu gostava muito de Passo Fundo, uma cidade muito boa, é a cidade brasileira... a melhor, que tem povo muito bom, e aquela cruz de italiano e alemão com os gaúchos de lá, os caboclos, famílias muito boas, aquela família Lima, família do Dr. Vergueiro, do Langaro, tudo cruzou. Ficou muito bom mesmo, e era a Capital da Serra. Essa zona de Júlio de Castilho, Santa Bárbara, Palmeira, Vacaria, Lagoa Vermelha, Erechim, qualquer coisa que precisavam, vinham até Passo Fundo. Interessante que até hoje continua, aquela coisa do Hospital, da Faculdade lá, uma tremenda atração desse povo em roda, todos gostam de Passo Fundo, e os que podem vão morar lá. Mas aconteceu o seguinte: eu me dei muito bem com a família da minha senhora, e não tivemos filhos, sempre juntos, uma coisa interessante, eu tenho muita saudade dela. [Entrevista interrompida pelas lágrimas e soluços do entrevistado].

Veríssimo – Eu me lembro muito bem de vocês dois dançando. Os dois eram um só, leves parecendo não pisarem no chão. E o casal dançava a noite inteira. Acredito que não há uma pessoa da sociedade em Carazinho que não se recorde de vocês dois dançando. Você sempre foi um homem vigoroso, forte e o é até hoje. À beira dos cem anos, e ainda saímos juntos caminhando, para tomarmos um cafezinho no centro, e conversar. A que você atribui toda essa energia e lucidez?

Segundo os médicos, segundo a medicina, o trato que você tem influi muito na vida da pessoa; pessoa que bebe, que vive lambuzado de banha e muitas outras coisas ruins, começa a ser atacado por doenças; uma que é mais cuidadosa, etc e tal, dura mais. Eu, por exemplo, ninguém me ensinou por que motivo temos de ler; eu gosto muito de chás, chá de funcho, chá de laranjeira, chá de jambolão... Ele combate muito a glicose não sei por que, agora apareceu essa noz, e você vai comendo aquilo, vai indo anos e anos. Gordura de coco, em lugar da banha, diz que é muito bom... então, você vai usando essas coisas... de certo vai ajudando pra durar mais.

Sempre fui muito bom de coração, nunca tive raiva de ninguém, perdoo os erros dos outros, porque o povo erra muito, agora tá se dando muitos erros, uns contra os outros, tudo bobagem. ... a gente fica não acompanhando, aí a gente dura mais, os bichos não atacam tanto a gente.

A escola em que mais tempo eu estudei foi o IE, desde 1919 até, mais ou menos, 1926-27... Era um colégio muito bom, era Colégio Americano, muita prática de vida... eles davam aos alunos uma hora de trabalhos manuais ... e tinham diversas coisas para ensinar, você escolhia o que queria. Moças aprendiam a costurar, pentear... Às 3h30min - 4hs cada um ia para o setor que gostava.

E eu, até, não sei se contei para o Ari, eles tinham uma sessão de fazer coisas de papel, e eu me agradei muito naquilo. Tinha que cortar, e aprendi a fazer umas pastinhas pra colocar documentos, porque se não voa tudo, mas estando dentro da-

quilo não voa. E eu aprendi, mas passei muitos anos que eu não fiz, e, agora, como não tenho uma distração, eu faço aquelas coisinhas, e dou para uns guris vender, umas mulheres velhas também vendem ... eu não ganho nada, mas eles ganham.



Pastinha produzida por Camacho

E é interessante, todos os colégios deveriam ensinar essas coisas, tinha até flauta, tinha um professor de flauta, era um instrumento que se usava muito, antigamente, a flauta. Eu tive um amigo que aprendeu a tocar flauta lá. Depois, até organizou uma orquestrazinha, muitos anos ele tocou. Tá vivo até hoje, tá na minha idade, mais ou menos. Ele mora em Campo Grande ... teve um casal de filhos; o rapaz era Engenheiro, foi pra lá, depois levou a irmã, e depois foi o casal de velhos. Aí ele, viuúvou, ficou lá com os filhos. Chama-se Antenor Graeff, aqui de Não-Me-Toque. Ele aprendeu a tocar flauta lá no Colégio... se pagava junto com a mensalidade do Colégio.

Na serra, o maior negócio era madeira. Ali no Passo Fundo tinha diversas fábricas de caixa, aí compra a madeira e depois transforma em caixa e vende para outras cidades para exportação; se exportava para São Paulo muita caixa. Eles juntavam as partes e amarravam. As caixa depois de montadas eram usadas para mandar cebola para a Europa, mandavam pinhão, mandavam tudo, até hoje acho que mandam de avião, navio... Hoje temos outros produtos usados no lugar da madeira, o que barateou bastante, a madeira ficou cara e toda transformada e toda raspada.

Ali perto da Paissandu, antes de descer a Sete de Setembro, lá pra cervejaria, ali tinha uma fábrica de caixa muito grande do Sr. Gabriel Bastos; era um homem importante de Passo Fundo. Ele tinha uma casa de comércio muito grande na Avenida, e tinha a fábrica de caixa que os filhos cuidavam. Tinha bastante operários, e

depois mandavam pelo trem para a fronteira, que usava as caixas para, muitas vezes, nos devolver com os produtos da região, o charque, principalmente, vinha em caixa. Em Passo Fundo não havia quase no que ganhar dinheiro; os pobres viviam encostados nos ricos fazendeiros.

Os fazendeiros criadores de gado tinham pouco dinheiro. A mula era mais importante que o gado bovino, porque a mula ia muito para o norte, principalmente para São Paulo, e todo mundo criava gado e criava mula. Porque a mula era vendida para as fazendas de café, em São Paulo, todos aqueles donos de fazendas de café usavam a mula como meio de transporte. Não era o caminhão, era a lombo de mula, e vinham comprar aqui no Rio Grande todo, fazendo com que o povo se interessasse mais em criar mula do que gado, porque gado não tinha muito para quem criar e vender. Quem tinha a mula, tinha dinheiro, ou ia levar lá, ou eles vinham buscar, tanto é que meu avô conheceu minha avó em uma viagem dessas.



*Edmundo Ferreira da Silva, proprietário
da Fazenda Jacuí.*

*Foto tirada em Livramento – 1909.
Casado com Alzira Müller*

Meu bisavô tinha fazenda e criava mula. E o meu avô, pai do meu pai, veio com o pai dele para comprar mula, se enamoraram de uma moça na fazenda e casaram-se. E aí ele ficou aqui e a família dele ficou lá em Curitiba, num bairro chamado Xaxim. Ali que morava o meu Avô, ele tinha na fazenda muito xaxim, se fazia muito pote naquele tempo; uns potes bonitos. Então, aquele pessoal da cidade ia buscar muita madeira do xaxim para fazer os potes, uns faziam para uso e outros para vender. O meu avô se chamava José Ferreira, aí apelidaram ele de José Xaxim, e hoje se tornou um bairro grande de Curitiba... tem laboratório, tem faculdade, tem

tudo lá. Todo Passo Fundo, aqui em Cruz Alta, Santa Bárbara, todo mundo era criador de mula, um bom negócio.



Sobrinho do Camacho, filho do seu Edmundo. A fazenda ficava entre os municípios de Nicolau Vergueiro e Ernestina.

Em Passo Fundo, tinha um velho, e ele era casado. A mulher dele era muito doente, então vivia em dificuldade, sempre doente. A mulher foi consultar com o Vergueiro, e o doutor deu uma melhora boa nela. O homem era muito engraçado, até fazia mesmo por farra, mas, quando perguntavam ‘como é que vai a D. Idalina, Sr. Boeira?’ – ele era o marido dela –, ‘olha, a D. Idalina agora tá muito boa’. ‘Mas por quê?’ ‘Porque agora ela tá tomando Vergueiro deitada, e tá dando um resultado medonho’. ‘Mas tomando o quê?’ ‘Tomando injeção’. Aquilo ficava no meio do povo, muitos anos.

Tinha o Sr. João Langaro, chefe de família importantíssima, o avô do Dr. Sérgio. Em dia de baile, tomava uma garrafa de vinho, então, quando chegava bem de tardezinha, ele tava meio floriado. Aí, em vez de ir pra casa, ele ia ao cinema... quando era umas 20h, ele ia para o cinema, mas chegava lá, sentava em uma poltrona especial e dormia... não via filme nenhum. Aí corria a máquina e passava o filme, acendia a luz para o pessoal ir embora, um conhecido que estava mais perto dele o acordava, e ele perguntava: ‘se casaram ou não se casaram?’. Aí, o cabra dizia: ‘se casaram, Sr. João, fizeram uma festa grande’. ‘Mas que filme bom esse...’. E ele não viu nada do filme....

Veríssimo: por despedida, gostaria que me emprestasse essas fotos que estão na parede. Eu tiro uma cópia e lhe devolvo.



De pé da esquerda para a direita,
 Ari Porto, Arthur Arnold, Maggi de Cesaro, Camacho
 Sentados a esquerda, Antonio Torres a direita, Oscar
 Kurtz. Praça Marechal Floriano 1926



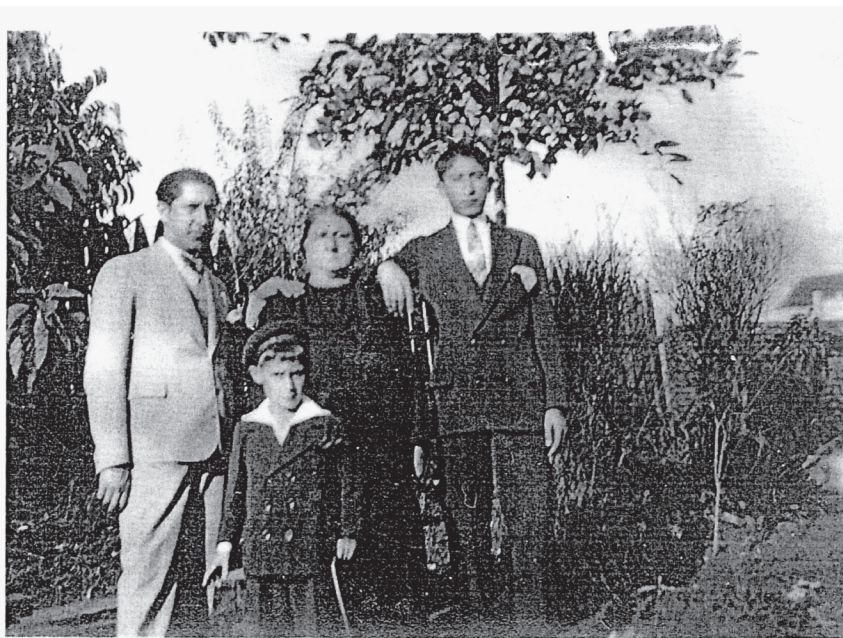
Zenir Lima - Aldo Martello - Leio Miranda
 Comacho - Edu Reis - João Oliveira
 irmão de Natino Oliveira.



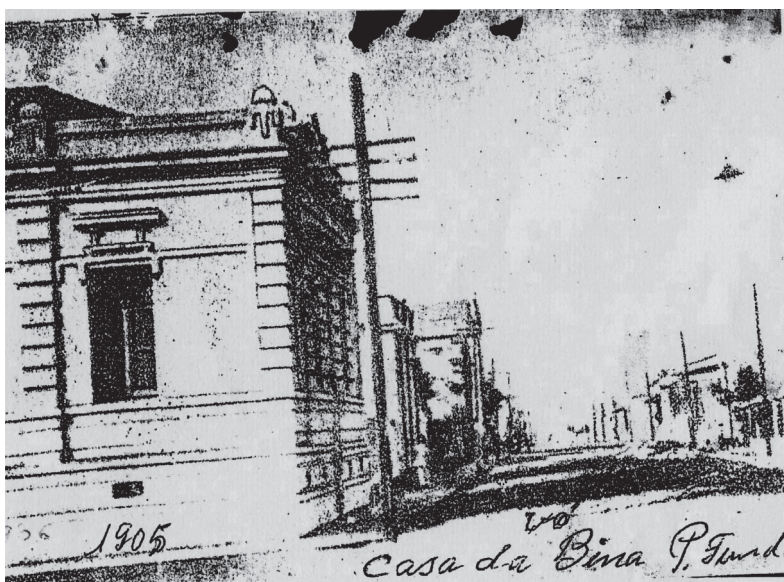
Ademar Almeida (Barbeiro), Nenê Graeff, Murilo, Camacho (Rio Pinheiro Torto, festa de São Miguel. "O rio está meio seco")

*Ademar Almeida (Barbeiro), Nenê Graeff, Murilo, Camacho
(Rio Pinheiro Torto, festa de São Miguel "O rio está meio seco")*





Murilo Ferreira da Silva - (filho)
 Benedita Moraes e Silva (mãe)
 Comacho (filho)
 Fernando (menino) sobrinho do Comacho
 (nô)



Memórias de um passo-fundense centenário

Veríssimo da Fonseca e Professora Sandra Barichello



Dr. Jovino

Entrevista feita com o Dr. Jovino da Silva Freitas em 22 de junho de 2010, em sua residência, por Pedro Ari Veríssimo da Fonseca e a professora Sandra Barichello.

Professora Sandra Barichello - Dr. Jovino, estamos aqui em sua casa, em nome do Instituto Histórico de Passo Fundo, com o objetivo de guardarmos para as gerações futuras alguns raios da luz de sua memória centenária.

Dr. Jovino - Levem em conta que essa minha idade atrapalha a gente dizer logo em seguida. Tem que se pensar um pouco.

Veríssimo – Dr. Jovino, a sua filha Juliana doou ao IHPF documentação importante sobre a família do Capitão Jovino da Silva Freitas, mas nós não podemos deixar de ter uma conversa sobre o passado. É uma honra para nós termos o senhor nas páginas da primeira Revista do Instituto Histórico de Passo Fundo.

Professora Sandra - Ah, não é fácil lembrar coisas de tantos anos passados. O senhor disse que a cidade era dividida pelos trilhos. Pra lá, até a Praça Bela Vista, onde hoje se situa o Instituto Educacional, e, pra cá, até a hoje Praça Tochetto, antiga

Praça da República. O senhor nasceu em Passo Fundo?

Dr. Jovino - Eu nasci em Passo Fundo em 1910, mas meus pais vieram de Júlio de Castilhos, uns quatro anos antes de eu nascer. Papai trouxe com ele mais seis ou oito famílias selecionadas, para promover o desenvolvimento de Passo Fundo. O Antão Chagas, o Noé Chagas – mesmo nome do meu irmão –, o Dorvalino Silva e outros. Veio muita gente de lá, não me lembro mais os nomes. Em 1918, ele contraiu a gripe espanhola e veio a falecer. Nesse período de vida, exerceu funções políticas por indicação do seu correligionário Gervásio Lucas Annes. Dedicou-se ao comércio de secos e molhados, construiu casas com João De Césaró. Tinha fábrica de massas, fábrica de café, e, com esses que ele trouxe de Júlio de Castilhos, abriu uma livraria, e tenho a impressão que a primeira livraria se chamava Minerva. Ficava mais ou menos ali em frente ao Fórum atual. Era do Antão Chagas. O irmão dele, Noé Chagas, casou-se com uma moça daqui, e depois foram pra Porto Alegre. Isso tudo me contaram, não me lembro quem me contou, fiquei sabendo por outras pessoas. E lá em Porto Alegre, eles brigaram depois de um certo tempo, e a moça tinha um pouco de posse de muita coisa, e começaram a fazer a divisão dos bens. Ela queria que as coisas melhores ficassem com ela, onde queria dar um banhado pra ele, lá em Porto Alegre, e ele não quis, e ele não queria saber nada de banhado. “Tá me logrando!”. E me contaram, e essa parte parece verídica, tanto incomodou que ele disse “me dá o banhado mesmo, quero ir embora”, e ficou com o banhado, e ficou por isso mesmo; e veio pra cá, pra Passo Fundo. Nesse meio tempo, compraram o banhado dele. Depois de alguns anos, compraram o banhado por um dinheirão, que hoje é o Aeroporto de Porto Alegre. Então, ele veio pra cá com esse dinheiro e comprou uma gleba de terra, onde hoje é o bairro São José. Parece que ele comprou isso do Dr. Azambuja, e loteou e ficou riquíssimo, todo bairro São José loteado, e era ele que estava vendendo.

Professora Sandra – E quando o seu pai chegou a Passo Fundo, o senhor se lembra?

Dr. Jovino - Eu nasci em 1910. Foi uns quatro anos antes de eu nascer. Foi uma pena a minha irmã pouco mais velha que eu ter falecido.

Professora Sandra - Vamos voltar à sua infância. O senhor estudou onde?

Dr. Jovino - As primeiras letras eu aprendi com a professora Pequena Porto. Depois, estudei no Instituto Educacional. O colégio era uma construção simples de madeira, situado atrás da Igreja Metodista. Depois, construíram um novo colégio, onde ainda é hoje. O colégio ficava longe da cidade, e tinha uma jardineira para transportar alunos. O meu irmão Noé já estava estudando em Porto Alegre, e mamãe me mandou também para Porto Alegre, para eu fazer o fundamental, no Colégio

Rosário. Eu não me conformei em ficar longe da mamãe. Eu chorava muito e voltei para Passo Fundo. Fiquei todo o ano 22 em Passo Fundo. Mamãe tinha grande preocupação com a educação dos filhos. Em 1923, fomos de muda pra Porto Alegre, e lá eu fiz o fundamental no Rosário, o ginásio no colégio Julio de Castilhos e Medicina na UFRGS. Voltei para Passo Fundo, no ano de 1939, formado em Medicina. O meu irmão Noé de Mello Freitas formou-se em Engenharia Mecânica e Eletricista. O Noé foi o idealizador e fundador da CEEE. O Noé fez de tudo na CEEE.

Até então, os municípios tinham suas próprias usinas de geração elétrica, incapazes de fornecer força suficiente para alavancar indústrias. Então, o Noé percorreu os municípios, levando a proposta de se associarem à CEEE. E conseguiu a adesão dos municípios. E hoje a CEEE é desse tamanho. A CEEE recebeu uma proposta de financiamento dos Estados Unidos, e o Governador Ildo Meneghetti enviou-a ao Noé. Ele ficou muito faceiro. Ao ler o contrato, verificou que ele ia receber o dinheiro parceladamente, mas continuava pagando o juro do restante. Não aceitou a proposta. A companhia financiadora sugeriu ao Governador que demitisse o Noé, ao que o Governador respondeu: “o Noé eu não demito!”.

Aqui, na represa do Capingui, havia uma placa em homenagem a ele. Ele se casou em Porto Alegre com Alzira Stumpf. Ele dizia, sempre: “o dia em que a CEEE cair na mão de políticos, a CEEE vai se acabar”.

Veríssimo – Dr. Jovino, as suas alegadas falhas da memória são largamente superadas pelas informações de fatos que comprovam a participação da família do Capitão Jovino na trajetória dos homens que fizeram a nossa história. Recolher esses fatos é o objetivo do Instituto Histórico de Passo Fundo. O nome de Avenida Capitão Jovino foi dado após o Capitão Jovino falecer. Antes, o que havia para cá? Nada?

Dr. Jovino - Antes de darem esse nome, eu acho que era Avenida Brasil, que vinha do Boqueirão até aqui a Praça Tochetto, ex-Praça da República.

Veríssimo - Daí em diante?

Dr. Jovino - Pois eu acho que não era nada ainda, daí, depois, colocaram Capitão Jovino, que era o nome do meu pai. Do Boqueirão até a Praça Tochetto, era Avenida Brasil; dali pra lá, Avenida Capitão Jovino. Com o tempo, uma vereadora começou a falar que dava confusão, que era melhor deixar um nome só, [que a] Avenida Brasil ficasse de fora a fora. E foi uma boa ideia, mas tinha que tirar o nome do meu pai. Então, o prefeito achou que não podia: “temos que homenagear esse homem”. E, então, tinha a praça, lá em frente à Igreja Santa Terezinha, que se chamava Praça Brasil. [...] eles tiraram o nome de Praça Brasil e colocaram o nome de Praça Capitão Jovino.

Veríssimo - Se hoje a gente sair perguntando onde é a Praça Capitão Jovino,

ninguém sabe.

Dr. Jovino – Tá lá a placa. O Nacional, ultimamente, tá falando. O Meirelles está fazendo isso pra mim. Eu pedi pra ele esse tipo de história. Papai tinha um ringue de patinação na Praça Marechal Floriano, deve ter sido em 1916. Eu me recordo bem, eu tinha sete anos e muito patinei nele. Era como se fosse hoje... muito bem feito, coberto, redondo, tudo, mas bem moderno.



Loja de secos de Capitão Jovino

Veríssimo - Se hoje a gente sair perguntando onde é a Praça Capitão Jovino, ninguém sabe.

Dr. Jovino – Tá lá a placa. O Nacional, ultimamente, tá falando. O Meirelles está fazendo isso pra mim. Eu pedi pra ele esse tipo de história. Papai tinha um ringue de patinação na Praça Marechal Floriano, deve ter sido em 1916. Eu me recordo bem, eu tinha sete anos e muito patinei nele. Era como se fosse hoje... muito bem feito, coberto, redondo, tudo, mas bem moderno.

Professora Sandra - Onde ficava esse ringue de patinação?

Dr. Jovino - A senhora, por acaso... O Veríssimo talvez se lembre de um transformador que tinha ali na praça. O ringue ficava atrás transformador, o transfor-

mador fica ao lado da Rua Moron, em frente onde hoje tem uma loja de eletrodomésticos. A juventude passava ali pra patinar. Os que conheceram já morreram todos. No centro, na Praça Marechal Floriano, havia um quiosque. Era térreo e cercado de bancos e cadeiras. Ali era um ponto de encontro onde se tomava gasosa e cafezinho. E conversavam.

Professora Sandra - Aí participava a juventude? E aqui no rio, já nessa época, já não tinha local de encontro da juventude de Passo Fundo?

Dr. Jovino - Muito, no rio Passo Fundo, ali na ponte, era largo como daqui lá na televisão, e lá o pessoal ia lavar o auto, e a gurizada ia tomar banho no rio. Se divertiam no banho. Mais tarde, a juventude também ia tomar banho num tal de redondão, que era muito perigoso, ficava pro lado da Vera Cruz. Falando em banho, é bom lembrar que, naquela época, era muito rudimentar a higiene, mesmo nas casas mais novas. Por exemplo, o sanitário ficava numa casinha lá nos fundos, a latrina. Banheiro era uma coisa precária, então exploravam um serviço de banhos. Os proprietários tinham uma casa de banhos aqui na Rua Independência, lá pra baixo, e o pessoal ia tomar banho lá. Pagavam pelo banho. Ficava na Independência, próximo de onde era a sede da UNIMED.

Professora Sandra - Havia assistência médica?

Dr. Jovino - Havia uma espécie de hospital, um hospitaleco, ali na esquina, em frente ao bebedouro, onde um tio meu foi operado. Eu era muito pequeno. Fizeram amputação do braço dele, e me deram aquele braço para eu enterrar. Enterrei nos fundos do terreno onde hoje é a Catedral. O nome do primeiro médico passo-fundense, antes do Dr. Vergueiro, parece que era Laurentino Xavier; depois eu e o Artur Morsch.

Deixe eu lembrar uma coisa. O Gabriel Bastos foi um dos homens mais importantes da sua época, tem pouca coisa que fazem referência dele. A esposa dele, a Vovó Senhorinha, era líder política. Sua casa era um dos mais importantes locais políticos da época. Outra pessoa que teve muito prestígio nessa época foi a parteira Natália Bonela, parteira famosa que veio da Primeira Guerra Mundial. Contava horrores. Todos os partos eram feitos por ela. Antes dela, era a dona Angélica de Castro, e a sogra do Petraco, cujo nome não me lembro.

O cemitério ficava ali onde hoje é a casa agropecuária. Meu pai construiu uma casa ali. Apareceram muitas ossadas, que eu juntei e encaminhei para o cemitério municipal. A propósito, aquele mausoléu imponente, verdadeira obra de arte que há no Cemitério da Vera Cruz, foi mamãe quem mandou fazer, por influência do cunhado Agnelo de Almeida, destinado aos restos mortais do Capitão Jovino. Mais tarde, mamãe o doou para o VIII Exército, sediado em Passo Fundo, para ali des-

cansarem os pracinhas que morreram na Revolução Liberal de São Paulo. E mamãe mandou fazer um túmulo simples para o papai, ao lado dos túmulos do Gervasinho e do Armando Annes. Hoje, penso que pertence à Prefeitura, depois que o Exército foi embora.

INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
AGÊNCIA EM PASSO FUNDO

ILMO.3R.

DR. JOVINO DA SILVA FREITAS

CIRCULAR

RESERVADA

NESTA

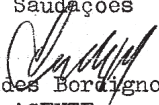
Esta Agência promoveu uma enquete entre 414 segurados de 5 empresas, objetivando aferir da qualidade de nossos serviços, os quais foram considerados bons por 74%, / regulares por 18% e maus por 8% dos inquiridos.

No que respeita aos serviços médicos, as críticas apresentadas, em sua quase unanimidade, dizem respeito a 7 pressa e superficialidade com que são feitos os exames médicos.

Creio ser de seu interesse particular saber que seu nome foi mencionado por beneficiários, com 100% de elogios e 0 % de críticas.

A presente comunicação tem, meramente, caráter informativo.

Saudações


Euclides Bordinon
AGENTE

Em 04 de novembro de 1970.

Circular parabenizando os serviços de Dr. Jovino

A Companhia Telefônica foi fundada pelo João Langaro. Meu pai foi iniciante, mas não foi o fundador, já estava bem no começo, quando meu pai entrou.

Um dos introdutores de ovelhas em Passo Fundo foi meu sogro Conrado Rodrigues. Ele trouxe três mil ovelhas do Uruguai e colocou-as nessas terras que foram do Dr. Vergueiro. Morreram todas por causa da barba-de-bode. E aí ele não quis mais saber dessa terra. Recebeu a herança que lhe tocava em Santa Bárbara, porque lá as terras eram melhores. Até hoje me pertencem. Hoje, as terras daqui valorizaram mais que as de lá. Quando chegaram aqui com as ovelhas, todo mundo foi para as janelas

ver aquela quantidade enorme de ovelhas. Levaram não sei quanto tempo de viagem.
O Conrado tinha duas filhas, uma delas a Eloísa, minha falecida esposa.

Veríssimo - E essa linda xícara que a sua atendente está a me mostrar?

Dr. Jovino - Foi ela quem me deu de aniversário. Repare: de um lado está a foto do meu primeiro aninho, do outro, a minha foto quando eu completei 100 anos.

Veríssimo - Que lindo! Tenho certeza de que foi o mais belo presente que o senhor recebeu.

Dr. Jovino - Foi!

Visita ao Dr. Sabino Arias na tarde de 18 de outubro de 2008

Veríssimo da Fonseca



Dr. Sabino e a esposa Celi - Passo Fundo - 11 de junho de 2010

Veríssimo – Certa feita, eu conversava com a dona Ignez Bernadon, e ela me contou um episódio em que o senhor pernitoou no Hotel do Bilibio. Disse-me ela que o Celeste adoeceu. Alguém chegou ao hotel e contou: “O Bilibio disse que o Dr. Sabino recém havia saído de auto para Passo Fundo”. A pessoa montou a cavalo e saiu correndo até alcançar o seu carro. E o senhor voltou para atender o Celeste. Que carro o senhor tinha? Como era o hotelzinho?

Sabino – O Celeste era o sogro do Bernardon. Havia uma festa lá. Eu morava no Hotel Avenida e não quis voltar à noite. Eu tinha um Ford 1929. Era um hotelzinho simples, com uma cama de rodas e uma mesinha.

Veríssimo - Nesses seus atendimentos médicos, houve algum episódio interessante, fora do atendimento convencional?

Sabino – Tinha caboclos, desses gauchões, gente interessante. Vou te contar um episódio de um gauchão: o gauchão me procurou para fazer uma cirurgia nele de um tiro que havia tomado e que fez uma fístula e não tinha resolvido o problema. Posteriormente, eu operei a mulher dele de um carcinoma de mama e também fui bem sucedido. Ele era um homem de poucas posses. E eu não apresentei conta pra ele. Um ano depois, um filho dele me procura e me pede um favor: que eu emprestasse três milcruzeiros, que ele tinha necessidade de resolver um problema. Eu emprestei. Uma hora depois, batem à minha porta. Estava o gauchão lá: “Doutor, eu vim lhe trazer de volta os três mil cruzeiros. Agora, vou lhe explicar uma coisa: quando eu tive necessidade médica, eu lhe procurei para a minha perna e para a minha mulher. Agora, o senhor não pode ser ocupado pra tudo. O senhor não pode ser o petiço da porta. Então, vim lhe trazer de volta seus três mil cruzeiros. Meu filho deve incomodar outra pessoa, não pode incomodar o senhor”.

Coisa típica do gaúcho! Mas não foi a minha primeira condução. Eu atendia gente até no mato. Antes do Ford, eu comprei um cavalo baio. Por sinal, foi um logro que eu tive. Depois, um dia, eu fui encilhar esse baio. Quando eu apertava a cincha, o animal velhaqueava até tirar tudo de cima. Não aceitava arreio nem sela. Era a maneira dele. “Eu tiro a cisma dele”, disse-me o caboclo. Fui junto com ele. Ele botou o cavalo na barranca do rio e apertou a cincha no peito. O cavalo caiu imediatamente no rio. Fez isso uma porção de vezes, quatro ou cinco. O cavalo parou de velhaquear.

Depois eu comprei o Ford. Era assim, um bejezinho qualquer. Disse-me o caboclo: “o senhor tem que comprar uma coisa baia!”.

Veríssimo – Eu estou reabrindo o Instituto Histórico de Passo Fundo. Nisso, o Alberi Falkenback Ribeiro muito tem me orientado. O senhor conhece o Alberi?

Sabino – Conheço. Não posso dizer que com intimidade, mas eu conheci muito o Gelson Ribeiro. O Gelson era um advogado em Passo Fundo que era Falkenback também. Esses Falkenback são de uma família conhecida, originários do Tope, dos Três Passos, famosos porque eram quebras, eram gente considerada valente.

Veríssimo – Mas o Alberi... parece que de valente não tem nada naquele corpo.

Sabino – É, mas o Alberi é geração nova, mas eu conheci bem a família Falkenback.

Veríssimo – Eram todos tauras das coxilhas?

Sabino – Exatamente. Eles tinham um apelido, eram chamados os Bibianos. É como eles eram conhecidos na região. O Alberi já vem de família de advogados.

Veríssimo: Trouxe-lhe umas fotos antigas de Passo Fundo, etc. Esta é da casa do Gabriel Bastos, foi o Jovino que me deu. Conheceu o Gabriel Bastos?

Sabino – Pessoalmente. Era pessoa altamente respeitada na cidade. Ele era dono da Livraria Bastos. O Murilo Annes era casado com uma Bastos. [Seguiram-se comentários em torno das fotos].

Veríssimo – Um fato marcante desses anos...

Sabino – Naquela época, o Dr. Vergueiro era o Intendente de Passo Fundo. Nessa ocasião, lá por 1920, deu a famosa gripe espanhola, em Passo Fundo. O Vergueiro, então, declarou calamidade pública [...] e requisitou os dois únicos hospitais que havia, o São Vicente, pequeno hospital que havia, e o de Caridade. Eles prestaram relevantes serviços, recolhendo gente que morrera na rua... a gripe espanhola matou gente na rua.

Terminado esse período, quatro meses depois, o Dr. Vergueiro chamou o diretor do Hospital São Vicente, que era o padre Rafael Yopp, e o do Hospital de Caridade, que era o Sr. Antonino Xavier e Oliveira: “Me apresentem uma conta daquilo que foi despendido. Eu fecharei os olhos, porque, se a conta estiver um pouco aumentada, servirá para o desenvolvimento dos dois hospitais daqui, e vou pleitear junto ao Governo do Estado o reembolso dessa despesa”. O Hospital de Caridade mandou uma conta pra ele de 100 colchões, 200 receitas de remédios, 600 lençóis, afinal, uma conta enorme; o Hospital São Vicente, o padre Rafael Yopp, também mandou uma conta pra ele. Mas aí, ele recebeu a conta do Hospital São Vicente e mandou chamar o padre Yopp: “Padre Yopp, essa sua conta aqui, não é que esteja muito elevada, mas o senhor botou aqui 250 penicos. Vamos fazer o seguinte, o senhor diminua o número de penicos e aumente o número de receitas, aí fica mais fácil para eu pleitear”.

Esse episódio me foi contado pelo próprio Dr. Vergueiro.

Veríssimo – Onde o senhor se formou?

Sabino – Eu me formei em Porto Alegre. Tinha 21 anos.

Veríssimo – Como é que se formavam tão jovens assim?

Sabino – Eu entrei para a Faculdade quando tinha 15 para 16 anos. Eu conheci o passo-fundense Lauro Lima, da família Lima de Passo Fundo. Esse Lauro Lima era cunhado do Dr. Antonio Bitencourt Azambuja. O Lauro Lima sugeriu que eu viesse a Passo Fundo, para ir para Nonoai, que em Nonoai não havia médico naquela ocasião. Vim de ônibus para Passo Fundo, mas cheguei numa quarta-feira, e só

tinha ônibus uma vez por semana, na terça-feira.

Quando eu estava em Passo Fundo, eu comuniquei ao diretor e dono do Hotel Avenida, Eduardo Barreiro, o que é que eu estava fazendo, que era médico recém-formado e estava procurando lugar para me estabelecer. Ele conversou com um amigo e, então, fui procurado pelo Sr. Hugo Piccoli, que veio de Ernestina para me convidar para ir para lá. Eu, então, fui para Vila Ernestina em um táxi de um antigo motorista que havia em Passo Fundo chamado Noé.

Me acertei com os ernestinenses. Havia um salão de baile que eles resolveram adaptar para um hospital, construindo uma sala de operações de alvenaria. Então, voltei para Porto Alegre para retornar no dia 24 de dezembro. Isso foi no dia 18 de dezembro de 1938. Me formei no dia 17 de dezembro de 1938. Aí voltei para Passo Fundo no dia 24 de dezembro de 1938. Cheguei à cidade e consegui um caminhão que levasse a equipagem que eu trouxe para a Vila Ernestina. Comecei a trabalhar lá e fiquei dois anos.

Em 1939, Passo Fundo tinha 14 médicos somente. Nessa ocasião, eu comecei a trabalhar em Passo Fundo, [em] 30 de setembro de 1939. Posteriormente, quando deixei Passo Fundo, em 1964, já eram 60 médicos. Hoje, tem uns 600...

Veríssimo – Era bonita a sociedade de Passo Fundo?

Sabino – Era bonita. Era quase que como hoje. Havia o Clube Caixeiral, o Clube Comercial e o Clube Juvenil. Eram os três clubes que existiam. De maneiras, então, que a mocidade frequentava esses três clubes. Os carnavais eram extremamente animados. A sociedade era muito animada.

Veríssimo – Os bailes saíam seguido?

Sabino – Muito seguido. Acontece o seguinte: sendo Passo Fundo a melhor cidade da região, os viajantes procuravam passar os fins de semana em Passo Fundo. Então, os viajantes constituíam uma sociedade à parte, porque eles movimentavam a cidade.

Veríssimo – E o trem pagador?

Sabino – Lembro também do trem pagador, porém, o que dava vida à cidade era os viajantes. Grande parte dos viajantes casou-se com moças da cidade. Constituíram famílias em Passo Fundo.

Veríssimo – Os viajantes frequentavam que clube?

Sabino – Eram recebidos em todos os clubes. Eram recebidos no Caixeiral,

no Comercial e no Juvenil.

Veríssimo – O pessoal se vestia bem para sair à rua?

Sabino – Era mais formal do que hoje. Camisa social, colarinho e gravata, no dia a dia.

Veríssimo – Recordações boas que o senhor tem de Passo Fundo? O Senhor chegou casado a Passo Fundo?

Sabino – Não! Casei em Passo Fundo. Eu conheci a Celi [quando ela era] estudante no colégio das freiras. Depois, interrompi esse namoro e fui passar um ano na Argentina. Não poderia ir à Europa nem aos Estados Unidos por causa da guerra, então fui para a Argentina. Ao cabo de um ano retornei e casei.

Veríssimo – Na Argentina, estudou com o Finochietto?

Sabino – Estudei com o Finochietto. Fui interno do Finochietto durante um ano no serviço do Finochietto. Depois voltei e casei. Eu era frequentador do Clube Comercial e do Caixeiral quando namorava a Celi.

Veríssimo – E o footing?

Sabino – Existia na Praça Marechal Floriano, em frente ao Café Elite. Era o costume todas as noites.

Veríssimo – Dia de semana, tudo...

Sabino – Dia de semana, tudo!

Veríssimo – O pessoal saía para a rua à noite?

Sabino – Saía, depois do footing, iam para o matiné dançante do Clube Caixeiral.

Veríssimo – O matiné do Caixeiral é muito antigo?

Sabino – É muito antigo.

Veríssimo – Faziam baile seguido?

Sabino – Faziam. Havia o baile do Reveillon que era de gala, dia 31 de de-

zembro.

Veríssimo – Era o único baile de gala?

Sabino – Normalmente, era o único baile de gala, no Comercial. O Caixeiral era mais liberal.

Veríssimo – O senhor conheceu o Serafim Mello?

Sabino – Conheci. Em uma oportunidade, eu atendi o Serafim Melo, que foi baleado ao tentar prender um criminoso. O criminoso se atirou em cima dele e deu um tiro à queima-roupa, e ele também atirou à queima-roupa, e o criminoso morreu. O Serafim Melo era respeitado. Faziam dormir criança com o nome dele. Eu nunca ouvi dizer que o Serafim fizesse nada fora da lei, ele sempre fez dentro da lei. Ele colecionou algumas mortes, uma delas é essa que acabo de te contar.

Falando em sociedade, lembrei-me de mais uma do Dr. Vergueiro. Ele era muito espirituoso. Contou-me: “Certa feita, uma dama entrou na minha casa, visivelmente assustada, e falou: ‘Eu estava a passear na rua e ouvi um tiroteio. A primeira coisa que me lembrei foi de fugir para sua casa, onde estaria segura. Na corrida, eu pensava e se não tiver ninguém em casa...? E se a porta estiver trancada...? E corria... e rezava... até que cheguei... Graças a Deus, a porta estava aberta! Eu entrei, fechei a porta e ouvi o meu coração fazer puf, puf, puf’”. Será que foi o seu coração?

Faculdade de Medicina – Passos iniciais

Em 1960, eu me mudei para o Rio de Janeiro. Montei um escritório no centro, na Rua da Alfândega. Nessa época, intensificaram-se os esforços para a fundação de uma Faculdade de Medicina em Passo Fundo, junto ao Ministério da Educação e Cultura. O meu escritório ficava a poucas quadras do Ministério.

Em Passo Fundo, havia três entidades que trabalhavam no sentido da criação do Ensino Superior: o Consórcio Universitário Católico, a Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo e a Comissão Central Pró-Faculdade de Medicina de Passo Fundo. Os detalhes da atuação das referidas entidades são bem conhecidos e estão bem documentados. Vamos falar, apenas, da minha participação.

Os professores Dr. Murilo Annes e Pe. Alcides Guareschi entraram em contato comigo no sentido de eu acompanhar o andamento do processo no Ministério. Em contato com o Conselho Federal de Medicina do Ministério da Educação – não sei o nome correto do Conselho –, constatei que a maioria dos conselheiros era contra a criação de novas faculdades de Medicina. Em princípio, não havia possibilidade de levar o processo a julgamento do Conselho e ser aprovado. As decisões

do Conselho eram irrecorríveis, e a derrota acabaria com a viabilidade do projeto e a possibilidade de novas tentativas em curto prazo. Decidi segurar o andamento do processo e aguardar. Aconteceu que o Governo nomeou o deputado Tarso Dutra para o Ministério de Educação e Cultura. O Tarso Dutra fora meu colega de aula na Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Ele deixou o curso de Medicina e resolveu fazer Direito. Embora frequentando faculdades diferentes, a nossa amizade se manteve.

Fui ao ministério fazer-lhe uma visita e cumprimentá-lo. Ao sair do gabinete dele, ele me apresentou aos seus auxiliares e recomendou-lhes que eu não precisava agendar visitas e também que atendessem às solicitações que eu fizesse. Com livre acesso ao gabinete do ministro e seus auxiliares, procurei dar andamento ao processo. As dificuldades eram muitas, pela dificuldade de comunicação do Rio de Janeiro com Passo Fundo. Viagens para o Rio, viagens para Passo Fundo, correspondências, pedidos de documentos e todas as movimentações necessárias para a criação de uma Faculdade. A elaboração do processo e a satisfação das exigências se arrastavam.

Eu não tinha nenhuma autoridade para representar a Faculdade de Medicina. Em 1964, eu pedi para o Murillo e o Guareschi que me nomeassem diretor da Faculdade de Medicina. Investido da autoridade de diretor, eu passei a assinar as requisições, consultas, petições [...] e todo o tipo de documento.

Uma das exigências era que a Universidade tinha que ter Faculdade de Filosofia. Entrou-se em contato com Dom Cláudio Colling, bispo de Passo Fundo e diretor-presidente do Consórcio Universitário Católico, [que] cedeu a Faculdade de Filosofia para a Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo.

A exigência seguinte era a de a Faculdade de Medicina ter hospital próprio. A Comissão Central Pró-Faculdade de Medicina de Passo Fundo entrou em contato com o senhor prefeito Benoni Rosado, no sentido de que o Hospital Municipal fosse doado à Faculdade de Medicina. Benoni Rosado enviou projeto à Câmara de Vereadores nesse sentido. O legislativo passo-fundense aprovou o projeto de lei, o qual foi imediatamente sancionado pelo senhor prefeito.

Concluindo: foram anos entrando e saindo do gabinete do senhor ministro. O processo estava completo. Pronto para ser votado pelo Conselho... “Dr. Sabino, o senhor não envie o processo para o Conselho. Aguarde”. Nesse dia, eu percebi que eu tinha feito amigos e aliados fora e dentro do Conselho. Um dia, o telefone tocou: Dr. Sabino, entre hoje com o processo da Faculdade de Medicina. A reunião é amanhã e é inadiável. Acaba de falecer uma pessoa da família do presidente do Conselho. Amanhã, os conselheiros a favor de novas escolas de Medicina estarão em maioria...

Aprovada a criação da Faculdade de Medicina de Passo Fundo, só restava aos contrários criar embaraços, dificultar a abertura: biblioteca, equipamentos modernos, titulações dos professores e outras coisas de menor importância. Dos quesitos, o mais grave era a falta de professores com titulação para as cadeiras básicas: ANATOMIA, HISTOLOGIA E PATOLOGIA. Sugeri que se contratassem professo-

res da PUC. E fui atendido.

Veríssimo – Dr. Sabino, e o povo humilde de Passo Fundo tomou conhecimento desse seu trabalho?

Sabino – Tomou. Após a criação da Faculdade de Medicina, quando voltei a Passo Fundo, carteiros, motoristas de táxis e pessoas humildes que eu encontrava me cumprimentavam e me agradeciam.



Dr. Sabino Arias e dona Celi em compras. Passo Fundo - 11 de junho de 2010

Gastando Conversa

Veríssimo – Sabino, eu conheço a tua biblioteca, livros atualizados de Medicina que tu lê nas madrugadas. O que estudas no momento?

Sabino – Estou a estudar genética. Eu sempre deito muito cedo e levanto também muito cedo. Até a hora de eu ir para o trabalho, aproveito esse tempo para

estudar.

Veríssimo – E por falar em genética, na tua fazenda também crias suínos.

Sabino – Entrego para o abate cinco mil porcos anualmente. Todo o meu rebanho suíno é padronizado dentro das normas internacionais, tamanho e peso da carcaça, do couro e espessura da cobertura de gordura. Crio porco tipo exportação, pego melhor preço. Insemino as porcas com um método muito simples e seguro: largo o cachaço no corredor em frente onde estão as porcas, e ele identifica as que estão no cio. Uma a uma das identificadas são separadas e inseminadas.

Veríssimo – Agora, sou eu quem vai contar uma história, história que eu escrevi e que terá que ser corrigida. Uma tarde, eu cheguei em casa com muita dor de cabeça. Eu fumava quase que um cigarro aceso no outro. Meu sogro conversava com o primo Antonico, Antonio Ribeiro Martins, tropeiro de mulas da Palmeira, homem forte, enxuto, musculoso. Cumprimentei-o e pedi licença para entrar em casa e tomar um comprimido para dor de cabeça. Do alto dos seus 90 anos de idade, ele me olhou serenamente e disse: “Eu nunca compreendi o que é que os senhores chamam de dor de cabeça”. Tomei o comprimido e voltei para tomar mate com ele. Continuamos a conversa... “Tropeei desde os 12 anos de idade... também nunca me gripei”.

Neste momento em que estamos tomando uma caipirinha, escolhendo um vinho tinto, produção das vinícolas gaúchas, para acompanhar a feijoada que sempre comemos juntos, lá me vem a associação de ideias: Sabino, você também trouxe tropa de mulas da fronteira do Rio Grande do Sul para Poxoreu, onde tens a tua fazenda.

Sabino – Trouxe. Vou te contar. Eu comprei 400 mulas na fronteira. Contratei seis gaúchos tropeiros para conduzir essa tropa até a minha fazenda em Poxoreu. Passaram-se três meses, e eu não recebi nenhuma notícia dessa tropa. Considerei a tropa perdida. Um dia, chegam os gauchões à minha fazenda com a tropa por diante, gorda e linda. Não perderam nenhuma mula.

Veríssimo – Pra que que você queria mulas?

Sabino – Nessa época, havia falta de mulas nos seringais da Amazônia. Eu vendi as mulas para os seringueiros.

Veríssimo – Em que ano foi isso?

Sabino – Em 1973.

Veríssimo – Vou ter que corrigir meu livro...

Depois dessa conversa com o tropeiro Antonico, início da década de 1980, eu, sistematicamente, a todos os tropeiros que entrevistei, e todos já em avançada idade, [perguntei] o que é que comiam durante as tropeadas. A base da alimentação deles foi feijão com toucinho, farinha de mandioca, paçoca e torresmo. Alimentos não perecíveis e carregados em bruacas. Anos e anos... desde criança. Quando em casa, acrescentavam mandioca, abóbora e couve; à noite variavam, comendo ovos fritos na banha de porco. "... à noite, quatro ovos fritos em lugar do charque é a conta... de sobremesa, leite do apoio com canjica, ou leite de vaca de terneiro grande...". A todos perguntei sobre doenças nas tropeadas. Nem gripe essa gente teve. Alimentação básica deles? Pela manhã, torresmo com paçoca e café preto; ao meio-dia e à noite, feijão com toucinho, farinha de mandioca e arroz ou batatinhas. O feijão os tropeiros preparavam de véspera, à noite, enquanto mateavam, aperitivavam torresmo e jantavam. Pela manhã, eles colocavam a panela de feijão no fundo da bruaca, bem tampadinha. Na sesteada, era só cozinhar o arroz com charque ou batatinhas.

Agora, em 2009, estamos à mesa tomando um trago, aperitivando um couquinho de porco a pururuca, antes de comermos uma feijoada com toucinho, farinha de mandioca e couve. Em conversa, tu me contas: "Hoje ainda levanto muito cedo e espero a hora de ir para o trabalho estudando genética. Nunca deixei de estudar Medicina, faço-o todos os dias...". Vêm-me à mente os versos de Aureliano de Figueiredo Pinto:

Ouviste a voz de ancestrais:

Ah! Sangue velho... Descubro

- Dois séculos de fronteiras...

- "O chimarrão principia!

Alerta! O campo vigia!

Da meia noite pra o dia um taura não dorme mais...

?!

Perguntas por que estou tão pensativo? Por nada. Eu gosto de ouvir história por quem a fez...

Vou te contar uma, então:

Eu vinha de jeep da minha fazenda, em um dia de muito calor. Naquelas paragens não há nada. Suando muito, com muita sede e sem nada para beber, avistei uma bo-deguinha perdida naqueles confins. Cheguei.

- O senhor tem alguma coisa pra beber ?

- Tenho, sim, senhor...

E colocou um liso de cachaça em cima do balcão. Tomei um trago e perguntei:

- O senhor me arranja um copo d'água?

- Arranjo, sim, senhor.

Imaginando a cena, do fervilhar do meu sangue gaúcho serrano, evoco os que canta-

ram os feitos do Rio Grande heroico... e surge Jayme Caetano Braun:

Quem visse tio Anastácio
Num bolicho de campanha
Golpeando um trago de canha
Oitavado no balcão,
Tinha bem logo a impressão
Que aquele mulato sério
Era o Rio Grande gaudério
Fugindo da evolução...

Vamos comer, Sabino, estou com muita fome.

Ali, junto a mim, mergulhando a concha na feijoada, à procura de toucinho e cou-
rinho de porco, estava o Sabino Arias, gaúcho de Passo Fundo, “índio que a gente
aprecia...”, e, nessa invocação, ao príncipe dos Pajadores, arrematei:

... o demais pouco me importa!

Dona Alfrida Menezes Martins:
Das lembranças individuais à memória coletiva

Veríssimo da Fonseca



Alfridia comemorando a passagem dos seus 90 anos

Alfrida Menezes, natural de Porteirinha, município de Santa Maria, nascida em 26 de maio de 1915, chegou a Passo Fundo com uns 10 anos. Estava a tomar o café da tarde, hora boa de conversa, quando lhe perguntei, a senhora sempre comeu pão de milho com mel?

Para aproveitar o fogo do forno, a minha vó fazia pão de duas qualidades: de milho e de trigo. Na casa do meu pai, minha mãe também assava mandioca e batata pra tomar o café da manhã. Na casa do meu pai não tinha fogão. A maioria da minha infância eu passei em Cerro Branco, na casa do meu avô. Cerro Branco fica pra fronteira, fica mais pra fronteira do que pra Santa Maria.

- A senhora foi criada por seu avô?

Não a gente ia lá mais para passear. A gente morava em Porteirinha, ia a cavalo. Eu era pequena, meu pai me botava no colo do cavalo. Aí chegava lá no rio Ibicuí, atravessava o rio a cavalo. Do outro lado, o meu avô estava esperando, numa carreta. Não tinha outra condução, não é.

-Atravessava de canoa?

A cavalo, que eu me lembre era a cavalo. Pegava a carroça prá ir lá para o

Cerro Branco, pra casa do meu avô.

- Como era essa carroça, de duas rodas de madeira? Duas rodas?

É, de duas rodas, puxada por bois. Puxavam ligeeeiro barbaridade! Chegava lá bem. A gente chegava era uma festa. Todo mundo reunido. Tinha minhas primas que moravam também, perto, tudo da mesma idade, então a gente se reunia, ia comer frutas, tomar banho de lajeado. Aproveitar. A minha avó fazia pão de duas qualidades, e meu avô tinha um engenho de moer cana, ele fazia cachaça, fazia açúcar, fazia rapadura, fazia melado. Tinha uma peça da casa onde havia uma grande quantidade de latas de melado, de mel. Ele era agricultor, também, fazia um pouco de tudo. Ele era muito inteligente. Caçador, pescador. Chamava-se Cirino Dias de Menezes, baixinho, de olhos claros, cabelos meio compridos, ele tinha cavanhaque. Era muito crítico, então ele dizia pra nós: ‘Gurias convidem as tuas primas que hoje aqui tem um baile.’ Se reuniam naquela sala grande da casa, e ele chamava um cachorrinho que ele tinha, o Brinquedo. Agora pegue a escolher o par. A música ta, e pegava o brinquedo no colo, e pegava a fazer cócegas no Brinquedo, isso aqui é a música.

A minha tia fazia pão de três qualidades, rosca de polvilho, pão de milho, pão sovado. O meu avô tinha muita fruta e coisas. O meu avô tinha que comer uma coisa salgada. Mandava fazer um carreteiro, que chegava ficar marrom de tanta carne que tinha. E a gente tinha que comer aquele carreteiro e tomar café depois.

- Na janta ou no almoço?

De manhã! Depois a gente saía fazer arte, brincar.

- Como é que a senhora foi para Santa Maria?

O meu irmão Ernesto empregou-se de agente estacionário da viação férrea no município de Santa Maria e arranjou emprego para os outros. Eram oito irmãos, sendo quatro homens e oito mulheres. Então meu pai foi lá, passear, e os meus irmãos forçaram ele se mudar para lá. Meu pai contratou duas carretas para fazer a mudança, alugavam porque eles não iam levar carretas das deles. Cada carreta com quatro juntas de bois. A viagem era longa...

-Levaram a mudança junto?

Tudo ali. Minha mãe levou colchão, levou carne seca, levou linguiça ... ia cozinhando. A gente parava de trecho em trecho. Conforme o lugar a gente pousava... e seguia viagem ... e dormia dentro da carreta. Umas quatro pessoas dormiam numa carreta

A maior metade dos irmãos já tinha saído de casa. Fomos nas carretas eu, a Miloca, a Idalina a Luiza e a Tereza; tia Marica (Maria) já tinha casado. A outra faleceu ainda criança. Mamãe dividia e ajeitava todos. Eu me lembro que dormimos duas vezes no caminho.

O meu irmão já tinha uma boa casa, lá, foi tudo fácil. Levamos até o cachorrinho que se chamava Piloto. A mãe não quis deixar, era de estimação.

Moramos uns tempos em Santa Maria e viemos de trem para Passo Fundo, onde morava um irmão da minha mãe com influência.

- Em 1930 a senhora já morava em PF?

Já. Eu me lembro que naquela revolução de 30 eu esta morando na vila Rodrigues.

- E como é que era a vila Rodrigues?

[...] Vila Rodrigues era uma casinha longe uma da outra. Tinha uma igreja-nha bem pequenininha, aquela igreja lá. Era mais campo do que cidade. Tinha o quartel da Brigada.

-Tinha casa em frente ao Quartel?

Muito poucas.

- E aquela praça ali na frente da Sta. Terezinha?

Era uma porção de banquinhos e arvorezinhas pequeninhas.

- E como é que viviam, em 1930, como é que se divertiam?

Já havia cinema no Centro de Passo fundo

- O que mais que acontecia de bom quando a senhora morava ali?



Brigada Militar - 1930

Eu me lembro que Passo Fundo era chão, ali na praça Mal. Floriano não tinha árvores: não tinha auto, era um carro com capota de lona, com

três lugares, puxado por dois cavalos brancos, que não era jardineira. Tinha capota coberta de lona e um banco bem fofinho; não era fechado e, quando chovia, puxava-se a lona e a pessoa que dirigia o cavalo ia sentada na frente sobre um banquinho. Era tudo bem feitinho, bem bonitinho. Ele cobrava três reais a corrida. Chamavam de carro de aluguel. Era o auto que a gente tinha.

Que nem auto. Tinha os pontos deles ali na Praça Marechal Floriano. Era a gente chegar ali, pedir uma corrida e pagar.

Meu cunhado tinha uma aranha, ele vinha levar a gente para almoçar na casa dele. Ele morava na saída pra Soledade; casado com a minha irmã mais velha. Ele gostava muito de cozinhar. Cada domingo ele fazia um prato, um domingo ele fazia bacalhau, outro domingos fazia pastel bem grande, outro fazia leitão assado. Ele mandava a minha irmã fazer salada de rabanete, daquele miudinho e cuca pra comer com o churrasco, era o sistema dele.

Ele tinha quatro meninas da primeira mulher. Mais uns quatro filhos, que ele era viúvo, da segunda mulher. Hoje está viva somente a Sueli e a Lenir, filhas da minha irmã mais velha. A Lenir mora em Curitiba. Tem os filhos ricos, lá, que se fizeram na vida. E a Sueli mora em Porto Alegre. Tem duas filhas, a Sandra e a Carminha.

E mais outras festas que a senhora se lembra, festas de igreja e outras.

Olha, a gente fazia muitas festas em casa mesmo, aniversárias em casas de amigos, que meu marido não era de baile, não gostava de dançar. Ele gostava das férias. Tirava um mês de férias. Aproveitava o trem, tinha o passe livre pra ele e a família. Passava as férias na fazenda da mãe dele, em Lagoão, lá ele pescava, caçava. Caçava pomba, jacu que é um frango de carne bem branquinha. Pescava traíra, salgava e pendurava no arame de espinhos para secar. Fazia bastante charque de traíra.

- Naquele tempo ainda tinha anta, paca...

Não, isso era a gurizada que caçava. Ele gostava de caçar no mato.

- A casa em que a senhora morou tinha luz elétrica?

Não. O meu pai quando veio, veio pra morar na Morom. Mas quando eu vim pra vila não tinha luz elétrica, a vila ficava muito longe da cidade.

Já tinha, tinha melhorado. Já tinha algum auto que a gente podia chamar.

- O que mais, assim, que a senhora gostaria de deixar lembrado?

Água encanada não tinha, não é, era só de poço.

Poço bom. Tinha uma vertente, veia d'água, muito boa. O meu marido aumentou a casa, que não era muito grande, puxou uma varanda. A varanda e cozinha; e o poço ficou dentro de casa. Ele foi feito para ficar dentro de casa.

Tinha madeira trabalhada, a coberta do poço. E a gente tirava a água e colocava cadeado, por causa dos filhos da gente. Tinha uma barrica de madeira, bem feita de um lado e d'outro. Ali a gente enchia d'água.

- A senhora tinha rádio?

Não tinha. O primeiro que apareceu na vila Rodrigues foi o nosso. Um rádio grande. Era aquela novidade. A vizinhança se reunia para escutar rádio. A gente ligava para escutar tangos bonitos; também noticiário.

- A senhora não se lembra de programas?

Me lembro sim, tinha novela pra escutar. A gente ligava e parecia que estava vendo. Música a gente tinha em casa, meu marido tinha uma vitrola. A gurizada fazia baile com a vitrola. Depois inventou de rifar a vitrola pra pagar o rádio. Foi uma pena. Decerto ele não queria mais baile na casa dele. Não era muito de baile.

- Uma novela daquela época, a senhora se lembra.

Lembro sim: O Direito de Nascer.

Cotidiano das décadas de 20 e 30 na visão do passo-fundense Jorge Berthier

Veríssimo da Fonseca e Professora Dilse Corteze



*Da esquerda para a direita: Aloisio Leite (filho do saudoso médico Dr. Arthur Leite,
Jorge Berthier (filho de Alberto Berthier), Alberto Berthier e demais operários em
construção de obra.*

A vida colegial

Nosso entrevistado, o Sr. Jorge Berthier (Filho de Alberto Berthier de Almeida (Nenê), nascido em Passo Fundo e criado na Rua Fagundes dos Reis, esquina com Paissandu), 81 anos, falou sobre sua vida como estudante do Ensino Fundamental e Médio nos colégios Conceição e Instituto Educacional (IE) respectivamente. Muitos dados importantes foram levantados por ele, que, muito emocionado, nos contou sobre a tradicional disputa que havia entre alunos dos dois colégios no que se refere a esportes e comemorações da Semana da Pátria, principalmente. Nos falou, também, de suas brincadeiras de rua, em sua infância, tendo como palco principal a Praça Tochetto, na época um campo de futebol, e sua ocupação preferida, que era o

jogo de bolitas. Nos falou, ainda, sobre alguns de seus colegas e amigos da época de adolescente.

Seu primeiro colégio foi o Conceição, localizado em frente ao Hospital São Vicente de Paulo, lembrado por nosso entrevistado como uma escola respeitada, com poucos alunos, somente meninos: “Era uma família formada por alunos, professores e irmãos. Fazíamos oração todos os dias, e fui colega de Antonio Colussi, que era considerado o aluno destaque do colégio”.

Podemos conferir, a seguir, algumas de suas recordações.

“Estava friozinho, eu vestia calça de abrigo... vou deixar, vou de pijama. E fomos, tudo bem e tal. O meu era pijama de listras vermelhas. Perto da praça, começou a chover... apareceram as listras vermelhas. A gurizada dizia: ‘aí, palhaço!’”. Depois, eu estudei no IE. O IE tinha esporte à vontade mesmo. Tem o pavilhão até hoje, que acho que está lá ainda. O pavilhão era para jogar basquete. Eu jogava mesmo futebol, também pingue-pongue”.

O futebol



Excursão do IE à Juiz de Fora - MG - no ano de 1943

“O futebol era a coisa mais linda do mundo. O reitor do IE gostava muito de futebol. Naquela época, a arquibancada era meio de madeira. A gente, depois do futebol, sabia aonde o sujeito ia para torcer. Conceição e IE era um Gre-Nal. Era um esporte sadio. Era torcida mesmo, a torcida gritava mesmo. E o IE era colégio misto. Tinha essa vantagem em relação ao Conceição.

Futebol eu joguei no time do IE. Eu peguei o primeiro time e fiquei até ontem. Ajudei a fundar o Independente. A primeira partida foi no campo do Rio-grandense, com o Rio-grandense. Olhem só o time com que o Independente se meteu: Jamegão,

Come Bola, Lângaro (goleiro), Quero-quero, Rasgadiabo, Elpídio Barbosa, Aristeu, Célio, dos demais não me lembro. O Placar a favor do Rio-grandense foi de 7x1. Fui eu quem fez o gol. Para mim foi o máximo, fazer o gol contra o Rio-grandense em minha primeira partida no futebol. Eu tinha 16 anos.

O IE tinha as olimpíadas estudantis dos colégios metodistas quase todos os anos (1938-1945). Em 1944, o IE fez uma excursão. Eram as olimpíadas estudantis em Uruguaiana. Tinha o IPA de Porto Alegre, o IE de Passo Fundo. E tinha o Ipinha de Jaguarão e o União de Uruguaiana. Nós, do IE, fomos umas três ou quatro vezes. Na parte esportiva, o futebol era o principal. Depois vinham o basquete o vôlei, lançamento de dardo e peso. Esses quatro times faziam uma olimpíada. Nós fomos uns cinco ou seis anos, ganhava e perdia. A gente ia a Jaguarão. E vice-versa.

Na parte cultural, tinha declamação, oratória e cálculos mentais matemáticos (tipo dois mais dois, vezes três, vezes quatro...). Era lindo. Em declamatória e oratória tínhamos um craque, o Maurício Sirotsky Sobrinho.

A viagem da turma do IE para Uruguaiana era de trem, em duas etapas, a primeira, pernoite no Hotel Rio em Santa Maria; a segunda, até Uruguaiana direto. Em Santa Maria, tinha o Colégio Centenário, só para meninas, coirmão dos demais metodistas. Quando de pernoite, o colégio convidava os visitantes para uma assembleia. As meninas apresentavam números de arte, canções, declamações, etc. Era muito agradável, onde os nossos craques se exibiam, principalmente o Maurício. Ele era muito aplaudido, nós nos orgulhávamos dele. Próximo ano, novamente olimpíadas, pernoite em Santa Maria, assembleia no Centenário, declamação do Maurício, uma daquelas que para decorar era quase impossível. Declamou. Foi aquele aplauso! No momento em que acabaram os aplausos ao Maurício, entra no palco uma menina e parodia a declamação do Maurício. Só nós mesmos vimos a cara do Maurício. A direção do Centenário estava por dentro da brincadeira, estava combinado mexer com o Maurício, foi uma gozação geral.

Uma vez o IE fez uma excursão a Juiz de Fora (MG). Fazia uma excursão cultural. Tinha coisas muito lindas, que hoje não se fazem mais. Tinha até a disputa de cálculo. Foi no ano de 1943, de trem, 30 e poucos guris. Juscelino “Bixinho” era o chefe da excursão. Disputa esportiva e cultural, quase que os mesmos que iam a Santa Maria. O nosso atirador de dardo adoeceu, e agora? Tinha o Marreco, de Carazinho, só o apelido já diz quem ele era. Ele era muito metido, popular. Família conhecida de Carazinho. Ele, metidão assim, foi para o campo. Ele foi escolhido para substituir o doente. O Marreco lançou o dardo, e ele não caiu mais. Quando o dardo caiu foi aquela correria para abraçar o Marreco, pois acabara de bater recorde em Juiz de Fora. Às vezes acontecem essas coisas. Nunca mais fez isso.

O pai do professor Adolfo, que lecionou contabilidade, era fotógrafo, lá em Juiz de Fora. Ele veio de lá, era mineirão. Em 1943, o IE jogou contra o GRAM-BERI. Viagem de trem, 30 e poucos guris. Aos 30 minutos do segundo tempo, estávamos em empate de 1x1. Foi quando o Pepino [Clélio Aita, trabalha com pa-

rentes na Pizzaria Alemão, à rua Fagundes dos Reis com General Osório], ponteiro esquerdo, avançou pela ala esquerda, na corrida, passando pelos adversários – tanto adversários como companheiros acompanhavam a intenção, quando ele chutou forte e rasteiro. A bola passou por todos, sobrando para o ponteiro direito, que era eu, na altura do canto da pequena área. A bola me enche o pé e vai em direção ao gol, meia altura, quando o goleiro firma a mão esquerda. A bola atinge os dedos que estavam retos e firmes oferecendo resistência à bola, o que ocasionou a fratura da mão. A bola foi para o gol mudando o placar: 2x1. Então, o juiz para o jogo, pede que todos os jogadores do IE sentem no gramado, que o fotógrafo, pai do professor Adolfo, que lecionava contabilidade no IE, iria fotografar todas as chuteiras para ver qual delas tinha garradeira de metal [naquela época usavam garradeiras metálicas], pois a mão do goleiro estava ferida. Abriu a mão do goleiro. Nunca vi coisa igual. Tudo correto, ninguém de garradeiras metálicas nas chuteiras. Trocaram o goleiro e a partida terminou 2x1 para o IE”.

O entrevistado continua: “Nossos jogadores: Timpa (goleiro), Darly, Litwin, João Carlos Langaro, Nery Simão, Padilha, Pepino, Berthier, Marreco, Samuel Torres e Grando. O João Carlos Langaro, hoje com 69, 70, 71 anos, mais ou menos, irmão do conceituado médico passo-fundense, gerente do Banco da Bahia, naquela época, agência na Rua Moron, frente ao restaurante Maracanã, jogou a partida contra o Gramberi de Juiz de Fora. Me telefona: ‘Jorge venha aqui na agência urgente. Quero falar com você’. Cheguei e me disse: ‘quero te apresentar este cidadão...’. Ele me perguntou: ‘o senhor é o bandido?’. Espera um pouco, o cara trabalhava também no Banco da Bahia. Mostrou a mão com aquela cicatriz...Imediatamente, voltei ao ano 1943... ‘Você era o goleiro do Gramberi!’ . Aí nos abraçamos, não houve culpado nenhum, foi um acidente. O nome dele não sei, talvez tenha extraviado. Agora, esse encontro foi sensacional!

Tinha uma coisa de português também. O que eu entendo hoje de inglês começou com o cultural. Tinha a senhora Luíza Ferreira, que era professora de português. Eu estudei no IE até 1947, ou, melhor, 45. Aí fui servir. Em 45 concluí o contador.

A competição entre colégios: Conceição e IE

“A Semana da Pátria era uma festa igual a essa das Olimpíadas, que aparece na televisão. O pessoal do IE vibrava com a Semana da Pátria, tinha a disputa com o Conceição. Eram eu, o Murilo Annes, o Gaveco, o Sargento Mário Hoppe. Eu era o tamboreiro. Nós passamos vergonha, na Semana da Pátria. Estávamos em seis tambores só: eu, o Murilo Annes, o resto da turma não lembro. O Conceição compareceu com uns 12, 13, nos deu uma ‘surra’. O Conceição nos acabou. Corneta não tinha. Usavam mais para o Exército, a Brigada”.

Vida social

“A relação dos piás com as meninas era boa, nada de bobagem. O IE tinha um campo. Bem, ainda existe. Tinha um campo de futebol, nós treinávamos para as partidas, fora das aulas. O cinema era bom para ver as gurias. A gente paquerava de longe, nas calçadas do cinema, ali onde hoje é a Catedral. O Coliseu, que hoje é o restaurante aquele [Franz]. Tinha o Imperial também. A gente largava piada, mas tudo com respeito. Hoje é piada pesada. Elas aturavam brincadeiras, porque eram respeitosas.

As reuniões-dançantes eram de dia, à tardinha, e iam até a meia-noite. Martiné dançante era lindo. E tinham as orquestras maravilhosas, o Célio e o Aristeu Barbosa, saxofonistas, que eram irmãos; outro conjunto era formado por João Pinto e seus músicos. João Pinto era cantor. Quem trouxe a primeira orquestra típica argentina foi o Dino Langaro, vice-presidente do Clube Comercial: a de Esteban Zabalia, que ficou aqui por muito tempo. Depois, vieram outras para bailes. Miguel Caló... Vou lhe contar, Francisco Canaro, para mim, é um deus. Tocava os maiores sucessos da música argentina. Por essa época, a música dançada era a popular brasileira. A música nacional estava meio em baixa. Acontece que chegou a era do rádio, e nós ouvíamos muito pouco as rádios do Rio e de São Paulo. As emissoras de rádios argentinas e uruguaias chegavam com bastante nitidez ao Rio Grande do Sul, o que não ocorria com as nacionais de Rio e São Paulo devido à distância.

Com a vinda do maestro Zabalia, houve uma mudança. Os jovens tiveram que aprender a dançar tango, milonga e valsas portenhas. Todos os maiores sucessos são do Canaro”.

O Cassino da Maroca e outros cabarés

“Passo Fundo tinha o famoso Cassino da Maroca, tinha artista de toda parte. De Carazinho vinha gente. Falei para a Maroca para ajeitar para trazer aqui o Francisco Canaro. Ela trouxe. Foi o maior da época. Cantava em Paris. Eu não entrava lá, ela não deixava ninguém entrar: ‘O que vocês estão pensando, que aqui é o Clube Comercial?’, dizia Maroca quando alguém se alterava. O pessoal tem um engano muito grande, não era esse negócio de cabaré. Houve uma época em Passo Fundo, durante a guerra, que ocorria o contrabando. O contrabandista de Passo Fundo era forte. Foi o período em que quebrei o pé, depois comecei a jogar futebol de novo”.

As negociatas e os contrabandos de pneus

“A negociata de pneus, o contrabando era público e notório, todo mundo falava. Era gente! Deu dinheiro para Passo Fundo uma barbaridade. Levavam de Passo Fundo para Uruguiana, sem imposto, sem nada. Enchendo o caminhão de pneus. Pegava

o caminhão e se mandava. Na fronteira era tudo aberto. Vinha de São Paulo, e para lá pagavam uma boa grana. Durante a guerra, a Argentina mandava os pneus para a Alemanha. O Brasil era grande fabricante. Vendia para a Argentina. Foi a época em que os cabarés chegaram ao auge. Os contrabandistas chegavam com uma nota de 500, botavam numa vela e botavam fogo. Acendiam cigarros com pelegas [notas] de 500. Tinham dinheiro para comprar qualquer mulher. O Brasil estava em guerra com a Alemanha. Então floresceu uma riqueza enorme. E deixou rastro.

Muitos comerciantes forneciam de forma ilegal, pois não era legal vender para a Alemanha. A Argentina podia. O pneu, naquele tempo, dava muito dinheiro. Passo Fundo teve grandes cassinos, nessa época. Tinham que se sustentar. Uma casa noturna não iria trazer mulheres lindas de toda parte. Tinha gente que pagava. Foi uma fase interessante de Passo Fundo. Veja um exemplo, essas orquestras argentinas eu ainda alcancei. Fui às matinés. Aos domingos, tinha grandes bailes em clubes. Todo dia da semana, tinha o cabaré. Música, bebida. Era um clube noturno, todas as noites, com orquestras contratadas. O Caixeiral trouxe o Roberto Carlos”.

Vida familiar

“Minha esposa é de Passo Fundo, da família do Pedro da Silva, sargento do Exército. Nos casamos em 1956. Em 47, fui para o quartel. Foram dez meses e treze dias. No meu tempo, o chefe da seção mobilizadora era o capitão Peri Zimmermann. Bem, quando saí do exército, já tinha tirado ‘contador’, quando fui servir tirei contador. Fui trabalhar. Meu pai criou a firma ‘Irmãos Berthier de Almeida’. Eu e meu irmão trabalhávamos. Meu pai trabalhava com madeira. Meu pai tinha uma fazenda em Nonoai, que hoje é minha. Continuei morando em Passo Fundo. Hoje estou com 83 anos”.

Judeus Russos:

A história da família de Esther Bacaltchuk

Veríssimo da Fonseca

Esther Kautz Bacaltchuk, filha de imigrantes judeus russos, nasceu, em 1929, na Colônia de Quatro Irmãos, na época município de Erechim. Na Rússia, seu avô paterno, comerciante abastado, enviou o filho para o Brasil, quando este (Maurício Kautz) deveria prestar o serviço militar obrigatório, que durava nove anos. Veio juntamente com colonos judeus que, apoiados por uma organização judaica – Jewish Corporation Association (JCA) – com sede em Paris, França, migraram para a região norte do Estado do Rio Grande do Sul. Lá conheceu Dina Davidson, jovem judia com elevado nível educacional, que falava, fluentemente, francês, russo, português e romeno, além de tocar piano. Por ela enamorou-se e com ela noivou. A família de Dina, provavelmente, havia imigrado da Romênia.

Em tempo de noivado, Dina sofreu colapso nervoso, provavelmente provocado pela insegurança que vivia a região, com os conflitos determinados pela Revolução de 1923 e 1924. Mesmo assim, casaram-se e tiveram cinco filhos. Mauricio, homem empreendedor, dedicou-se à pecuária e ao comércio. Na região, foi um dos primeiros a criar gado mestiço zebu, mantendo uma casa de comércio do tipo armazém geral, muito comum nas regiões pioneiras do Brasil, onde, devido à escassez de dinheiro, aceitava produtos agrícolas ou animais como forma de pagamento.

Aos 36 anos, bem estabelecido, atendeu a um cliente que veio em busca de aguardente. Como este não tinha como pagar, foi sugerido que ajudasse a trazer mercadorias para dentro do armazém em troca da bebida. Esse sujeito saiu da casa comercial e entrou na área residencial, que ficava nos fundos da loja, onde estavam as crianças, a mãe e as empregadas domésticas, babás e parentes: “Nós gritamos de medo, chamando o pai, este correu para a casa, onde o rapaz o esfaqueou, atingindo a veia femoral. O sangue jorrou, ele deu poucos passos e caiu morto”. Diz-se que ele, em suas últimas palavras, pediu que alguém cuidasse de Dina.

As crianças foram levadas para a Delegacia de Polícia para fazerem o reconhecimento do assassino. Uma a uma, apontavam o dedinho. Como era menor de idade, o delegado entregou o criminoso para a família. “Eu tinha quatro anos de idade, e até hoje guardo a imagem do meu pai morto sobre uma poça de sangue”, conta dona Esther.

A mãe, infelizmente, nunca recuperou a razão. Cinco crianças órfãs. O filho mais velho, na época com 16 anos, assumiu o negócio do pai, mas, pela inexperiência, perdeu tudo. Como a mãe era incapaz, as crianças passaram a ser criadas por tios. Por iniciativa da comunidade judaica, foi solicitado auxílio à JCA.

Apesar da tristeza causada por esse episódio, dona Esther relata: “Eu ain-

da guardo saudades da infância, o tempo de colégio na Colônia de Quatro Irmãos. Nos dias de chuva, eu saía da aula, tirava os sapatos e vinha para casa, brincando de resvalar no barro, ou, nos dias quentes de verão, quando íamos nadar no poço da cachoeira que ainda existe próximo a casa em que fomos criados, em Quatro Irmãos, onde eu mergulhava de topo da cachoeira, uma altura superior a quatro metros”.

E continua a conversa:

“Aos 19 anos, eu me casei com Jaime [Jaime Moisés Bacaltchuk], que era marceneiro e havia morado em Porto Alegre, para onde foi em busca de aprender uma profissão, tendo, ainda jovem, sido proprietário de uma pequena fábrica de móveis no Bom Fim, retornando a Quatro Irmãos após o término do serviço militar, onde se estabeleceu com uma casa de comércio, semelhante à que meu pai um dia teve. Essa casa ele adquiriu do Sr. Abrão Melnick”.

Jaime, quando em Porto Alegre, teve de ir para o Exército, e, como era época da Segunda Guerra Mundial, desfez-se da marcenaria, pois havia sido convocado para ir à Itália. No entanto, a guerra acabou antes de sua partida, e ele retornou a Quatro Irmãos.

“Após casarmos, o nosso filho mais velho, o Jaques, médico residente em Porto Alegre, nasceu. Eu estava esperando o Benami, agrônomo, agora residindo em Porto Alegre, Jaime foi convidado pelo irmão mais novo de seu pai, o tio Samuel Bacaltchuk, que havia comprado uma fábrica de móveis em Passo Fundo, para trabalhar com ele. Vendeu tudo que tinha em Quatro Irmãos e fomos morar em Passo Fundo”.

“A energia elétrica era escassa, durante o dia; com tudo funcionando, faltava energia. Jaime trabalhava nas máquinas de madrugada, das três da manhã até os empregados chegarem para usar a matéria-prima preparada, ou quando a energia caísse. [...]. Eles faziam móveis em série e sob encomenda. Trabalhava de noite e, durante o dia, orientava os operários nas diversas funções de montar, lixar, tornear, pintar, modelar os trabalhos feitos a mão, esculpir, enfim, dar acabamento personalizado. Chegamos a ter na fábrica 100 operários e produzíamos os melhores móveis de Passo Fundo. Fabricávamos, também, estofados e colchões”.

“A comunidade judaica de Passo Fundo era organizada; adquiriu terreno para um cemitério e outro para a construção de uma sinagoga. Quando o primeiro prédio foi erigido, era de madeira, e uma noite houve um incêndio e tudo ficou destruído. Houve suspeitas de que o incêndio fosse criminoso e antissemita. A sinagoga de Passo Fundo tinha quatro Torás [livro sagrado judeu, o velho testamento – Bíblia]. As Torás não foram queimadas, e eu tinha em mim a certeza que retornariam com o intento de queimá-las. Apesar da contrariedade do Jaime, que Torá não deve nunca deixar a sinagoga, eu as levei para minha casa. Na noite seguinte, retornaram e incendiaram o que restou, e não sobrou nada”. Perguntei a Esther se a comunidade judaica descobriu quem foram os incendiários, ao que ela me respondeu: “Judeu não compra briga. Reconstruímos a nossa sinagoga. As Torás estão lá, até hoje”.

“Para a comunidade passo-fundense, trabalhei na SAMI – Sociedade de Amparo a Maternidade e a Infância; no Clube da Saúde; na APAE; no Lar Metodista (Lar da Vovó); entre outras organizações sociais formais ou não de Passo Fundo. A SAMI, onde atuei por mais de 20 anos, foi fundada por membros do Rotary Clube de Passo Fundo, e fazia distribuição de leite para as crianças pobres [leite enviado para o estado pela US-AID via Secretaria de Ação Social do RS], cuidava de crianças enquanto a mãe trabalhava. Criou-se uma creche. [...].

Quando fui presidente da SAMI, solicitei a um engenheiro que projetasse uma creche que atendesse às necessidades dos funcionários da indústria e do comércio. Foi assinada uma lei que obrigava as firmas com mais de 100 funcionários a dispor de creches próprias, e as firmas não estavam preparadas para isso. Poucas empresas em Passo Fundo tinham esse número de empregados, mas fizemos convênio com o Hospital São Vicente de Paula, Comercial Graziottin, entre outras menores.

Em nome da SAMI, acertei tudo com o engenheiro, até o preço da obra. Um dia, entrei na Prefeitura e estava o engenheiro elaborando a planta: ‘O quê? O senhor é funcionário da Prefeitura e está me cobrando?’. Discutimos e disse que não lhe pagaria nada. O projeto foi concluído e a creche da SAMI foi erigida. Essa creche atendia 220 crianças de zero a sete anos. A Siloé Bordignon foi a tesoureira durante o período, ela nunca quis assumir a presidência. Dávamos cinco refeições por dia às crianças. [...]. A última refeição era um sopão com verduras, legumes, raízes e ossos buscados das sobras dos mercados e supermercados locais. Mais tarde, vieram verbas dos governos federal, estadual e municipal. As firmas também passaram a contribuir. A Siloé era muito cuidadosa, cuidava de tudo”.

“Ah! Eu corria de auto para todo lado. O Jaime pouco utilizava o nosso carro. Andava sempre a pé. Mesmo quando íamos a uma reunião social juntos, na volta, ele me conduzia até o carro e voltava caminhando. Ele sentia prazer em caminhar”.

“Um dia, me aparece a fiscalização do INPS. Queria saber como é que nós construímos tudo aquilo com um só funcionário. Só recolhemos o INPS para o mestre de obras. Naquela época, o Batalhão de Engenharia do Exército Nacional estava sediado em Passo Fundo, construindo a rodovia Passo Fundo-Carazinho. Todos os dias, eu ia lá com o meu carro e o comandante me dava três, quatro funcionários. Também buscava mão de obra de soldados na Brigada Militar e no Exército e da Prefeitura de Passo Fundo. A fiscalização exigiu que eu trouxesse comprovantes. Fui aos comandantes e ao Sr. Prefeito, e todos me deram um atestado de fornecimento de três ou quatro funcionários, conforme necessitava o andamento da obra. A fiscalização aceitou e não pagamos multa”.

“Tudo legalizado com o INPS, apareceu o fiscal da Companhia Estadual de Energia Elétrica. Queria saber como é que a SAMI, em pleno funcionamento, atendendo 220 crianças por dia, pagava só a taxa mínima de luz. Eu não sabia. Quem fez toda a instalação elétrica para a SAMI foi um professor de eletricidade de Carazinho (SENAI). Ele mandava os alunos que estavam fazendo estágio com ele, e os alunos

fizeram uma ligação direta, quando começaram a trabalhar. E aquilo ficou. O professor me deu um atestado, e a CEEE aceitou. E tudo se regularizou”.

“Depois, pegou fogo no Berçário do Hospital da Cidade. O Jaime e outros membros da comunidade foram encarregados de conseguir toda a roupa para o novo berçário – lençóis, travesseiros e roupinhas para vestir as crianças. Todos os dias, nós nos reuníamos para costurar. Aliás, fazíamos, também, enxovais para crianças recém-nascidas, filhas de empregadas domésticas e de outras mães desamparadas. [...] Na inauguração da creche [...], o presidente da mantenedora do Hospital encerrou o discurso dizendo: ‘eu não agradeço o que fizeram. Agradeço por me ensinarem a trabalhar’”.

“A SAMI foi algo que me fez sentir responsável pelos problemas sociais, não foi algo que realizei sozinha, por ser eu a presidente. Realizamos com a participação de um significativo envolvimento direto de outras senhoras da sociedade de Passo Fundo, de empresários que – mesmo fugindo, quando nos viam próximos às suas casas de negócios, pois sabiam que vínhamos pedir mais dinheiro e doações – acabavam dando, e deram muito para que a SAMI cumprisse o que nos propomos. A SAMI é algo da comunidade e vai continuar a prestar relevantes serviços para essa comunidade, principalmente por ser um patrimônio social”.

“Para mim, o senhor sabe de uma coisa? Eu nunca aceitei essa história de que crianças se tornam marginais por culpa dos pais, pela pobreza, pela infância sofrida... Eu passei por isso e ainda tive câncer... e estou aqui com 81 anos... O chá está servido. Vamos tomá-lo, se não esfria”.

Os Espanhóis em Passo Fundo: Trabalhando pelo progresso

Veríssimo da Fonseca



Amado Escobar e esposa Angelina

Meu avô contava que muito duro o trabalho lá na Espanha, nos parreirais. Nas entressafras, ele cuidava de cabras. Depois, perto das colheitas de uva, eles vinham trabalhar nos parreirais. É isso aí. Mas a função dele eu não sei, eles diziam que era jornaleiro, mas eu não sei o que é isso.

Os parreiristas, lá, aqueles granjeiros bem grandes, os granjeiros que tinham parreirais, pegavam a peonada pra cavar o parreiral. Um metro e meio de fundura, cavavam e botavam a terra pra cima. Pegavam aquelas parreiras, podavam as raízes grossas, todas... Podavam as raízes e atiravam pra cima, pra lenha. Tinha parreira que tinha um metro e meio de pião. Podava um metro e meio e ficava ainda agarrada no chão. O que faz dar mais a parreira é mexer no chão. Aqui no Brasil, o meu mano botou veneno, matou as parreiras. Aqui as parreiras não têm essa profundidade. Estão em cima do chão. Lá, cavavam um metro e meio pra botar a terra pra trás. Cavavam até chegar nas raízes e botavam a terra pra trás. Aí começavam noutra carreira, o mesmo que fosse um pé de pato mexendo a terra. Ia mexendo a terra pra desenraizar a parreira, eles cavavam, assim botavam a terra pra trás e iam tirando, iam tirando terra até chegar no tronco. Aí cortavam as raízes, aquelas raízes botavam em cima da terra. A terra que saía da carreira da frente eles iam botando para cobrir a de trás... A mesma terra daqui recobre a daqui recobre a outra e assim até o fim. Aí, lá no fim, eu não sei como eles fechavam o buraco. Podava em cima e cortava a raiz, pra botar raiz nova. Tinha parreira da grossura de uma palmeira, mais de trinta centímetros. Trabalhavam

20, 50 homens. Em algumas ocasiões, chegando a 100 homens, porque lá era bastante. Quando um cansava, tinha outro tanto mais em cima do barranco, esperando pra pegar a picareta. Esse aqui cansava, o outro pulava. Se tinha 50 aqui no chão, tinha 50 a mais esperando em cima do barranco. Mesmo que jogo de futebol; o jogo de futebol, quando o cara não está produzindo, o treinador lá troca. Ele tinha que ter resistência pra ir até o fim. Mas ele chegava a um ponto que às vezes não aguentava. Mas a profissão do meu avô era pastor de cabritos. Ele pastoreava os cabritos dos fazendeiros de lá, era empregado, por isso é que o peão é jornaleiro de cabrito. E no tempo melhor da uva ele trabalhava na parreira. Tinha duas atividades.

Meus avós vieram para o Brasil de navio, veio muita gente de lá. Acho que o navio veio carregado só de imigrantes. Talvez tivesse no porão alguma coisa, mas eu não sei. Quando ele chegou a Laguna, ele foi [inaudível], o comandante falou que quem quisesse terra boa, que saísse aqui no [na direção do] pôr do sol, tinha terra sem fim. Lá ele falava que no Brasil [diziam] tem muita terra, muita coisa, quem quisesse vir que viesse; aí o navio tinha o dia, tinha os inscritos para pegar o navio. Aí então encostava o navio e carregava esses homens. Que nem os sem terras. Nós não estamos longe, estamos igual aquela gente que veio de lá.

O navio deixou uma parte dos passageiros em Laguna e a outra parte veio para Porto Alegre, veio muita gente. Meus avós ficaram em Laguna e de lá vieram a pé até Passo Fundo. Vieram subindo o morro. Eles vinham com duas meninas, quando chegou numa altura, cansaram. Aí ele chegou na casa de um caboclo e pediu um pouso. O caboclo estava acostumado já, ali era cruzo. Aí deu, então, ele ficou uns dias ali; no fim, se acertou com o caboclo e ficou trabalhando lá, um tempo, até que deu para comprar um cavalo, pra fazer um cargueiro pra trazer as meninas. Aí vieram direto. Aqui em Passo Fundo, na Planaltina, conta Escobar, tinha a família Vilela, os velhos morreram, mas os filhos estão ali. Aí, tinha uma olaria do Menegaz. Tinha um capão ali. Os pinheiros fomos nós que serramos. Eles pediram um cômodo para o velho Vilela e ele deu. Então, ficaram morando ali. O Vilela era agricultor, aí eles ficaram um tempinho e ganhou um dinheiro e comprou um pedaço da posse da Rosa Terres. Essa Rosa Terres pegava aí por São Roque. Era uma posse muito grande. Era um abismo de terra. Então, estavam vendendo, e ele comprou uma parte; colocou o pai, o meu tio, que era filho dele. Ele teve dois filhos aqui, depois que ele veio. E as duas meninas que já eram casadas. Uma era casada com o Fernandinho Strelo. As duas casaram com um Strelo. Uma casou com o Augusto e a outra casou com o Fernandinho. Os filhos de meu avô não existem mais, tem os descendentes por aí, outros foram embora, nem sei onde é que andam. Tem os Calheron, esses são filhos do Joaquim Calheron, era tio do pai. Os Calheron ainda estão aí, eles podem saber mais. Os Calheron eu não se vieram juntos ou se vieram depois. Eu acho que, com certeza, vieram juntos; eram o Joaquim e o Emílio. [...] Nasceram aqui o Joaquim e o Geraldino, que era o meu pai. O velho Joaquim era dois anos mais velho. Eles devem ter chegado da Espanha na década de 1890. Meu pai comprou terras da viúva Rosa

Terres. Passou um pedaço de terra para o nome do velho Joaquim, outro para o velho Augusto; para o Fernandinho não, porque ele já tinha propriedade lá fora. Mas o pai e o velho Joaquim aqui dentro da propriedade da Rosa Terres.

A família ficou plantando e trabalhando na terra... Aí, então, o finado avô, o velho Francisco, velho espanhol, botou um moinhozinho para moer trigo e milho para a colônia... A pedra do moinho era pequena, então eles improvisavam, furavam e enfiavam um pau, pegavam um pano e ia caindo de grão em grão... Já viu que sofrimento? Depois, o finado avô e os filhos botaram um atafona, em São Pedrinho, onde tem a igreja. Há uns cinco quilômetros [da faixa que contorna a cidade de Passo Fundo, no trecho que vai para a Roselândia]. Aí pegaram um tal de seu José, meu pai falava muito nele. Ele fez uma atafona super-moderna. Hoje, eu me admiro dela. Eu conheci, nos criamos dentro da atafona. Ajudar, muito pouco... Nós éramos tudo piazada. Tinha minha mana que faleceu, tinha um filho, já trabalhavam bem. Aí, tinham um soque de erva, Tinha de tudo ali. O moinhozinho não tinha mais. Quando botaram a atafona, aí ele reformou, botou outro, tocado a correia. As pedras daquele moinho estão enterradas lá, onde está a morada velha. Eu até falei com o Alfredo, que mora lá, para me dar aquelas pedras. Eu tenho que ir lá descobrir. Qualquer hora eu levo o trator lá pra dar uma cavocada. Eles fizeram um ladrilho na atafona, eu cansei de caminhar por cima daquelas pedras. É coisa interessante, não é? A atafona já era mecanizada, tudo direitinho... Movida a água. Ali tinha uma queda d'água. É esse lajeadinho que dá bem no Planaltina. Ali atrás do Planaltina, do frigorífico, ali tem a ponte. Aí desce e vai se formando. Lá adiante ele já é grandinho. Tinha também uma olaria... Burros! Nunca tiramos uma foto! Eu não sei por que... Que cabeça que nós tínhamos... O pai fez uma roda d'água lá, com oito metros de altura. Fez um açude no rio. Depois que terminou a atafona, terminou tudo, o pai fez uma maior, mais pra baixo. E ali nós botamos olaria, nós puxávamos prensa de fazer telhas, com a roda d'água, também tinha atafona, tinha moinho, tinha soque de erva, tinha de tudo.

Meu pai criou um centro industrial... Faziam telhas, tijolos, farinha, erva; serravam madeira. Isso foi depois que o finado avô morreu, fomos nós que aproveitamos a roda d'água. O pai tinha um amigo, um italiano velho que morava ali perto, morava em São Valentin, o Tronco, muito papudo o velho. Mas era daqueles caras que fazem tudo, sabia manobrar, ele enjambrava. O Tronco vinha seguido ali no meu pai, pra bater papo, eram muito amigos. Ele fazia dez, doze quilômetros a cavalo, pousava ali no pai, ficava ali conversando. Meu pai falou pra ele que queria fazer um engenhozinho de ferro. Não sei como é que fazia. Aí o Tronco disse pra ele – ele tinha um ditado velho italiano antes de dizer: ‘óstia, io faço isso pra você’. E o pai foi na conversa do Tronco. O Tronco, pro lado dele, tinha razão; o pai também tinha. Eram dois bobos. O pai conversou com o Tronco, e o Tronco se atracou a fazer. Depois, botamos a engenhocia ali onde estava a atafona, mas ele fez tudo de pau! Já pensou fazer mancais, tudo de madeira? Esquenta. Não vai. Só botando água em cima; botando óleo, absorvia. Quebrava, não aguentava, e nós com pinheiros, com um tronco

enorme [de diâmetro] para serrar. Deus o livre! Aí eu sei que lidamos muito com aquele caco lá. Mas foi escola para nós! Foi como nós aprendemos como é que era uma tábua, como é que era um caibro, barrote, uma tora, coisas assim.

Papai era muito amigo do Mário Menegaz. Se criou ali, com o velho Ermínio Biazus. Primeiro era o Biazus; depois, o Mário entrou ali de sócio e terminou ficando. Então, o velho Ermínio Biazus era o escritor do pai. Tudo o que precisava fazer de escrita passava tudo para as mãos do velho Ermínio Biazus. Naquele tempo, não podia passar de pai pra filho, então o velho Biazus era o intermediário dele. Ia pra lá, ia a cavalo lá no pai; depois, veio o Luiz, veio o [inaudível]... Aí, o Mário Menegaz entrou. Ele comprou do Biazus. Entrou de empregado lá e foi comprando. Meu pai sempre dava risada e dizia: ‘viu como qualquer um, tendo cabeça, vai longe?’. Ele comprou do velho Bruno; o Luiz comprou do [inaudível]. Nós íamos lá arrumar as coisas. Um dia, meu pai foi lá com a carroça com umas peças para arrumar, e o Mário disse pro pai: ‘olhe, você desmanche tudo aquilo lá e traga tudo aqui, que eu vou dar uma ajeitada pra vocês’. Aí, ele e o meu mano mais velho desmancharam tudo, botaram tudo na carroça e levaram lá.

Em 1941, nós não estávamos registrados, tinha de registrar no Instituto do Pinho. Porque vender uma tábua naquele tempo era pior que hoje. Hoje, vendem tudo aí sem nota, quem quer vender vende tudo. Então, aí, o Instituto do Pinho trancou. E o Instituto do Pinho não fornecia documento novo, naquela época, era tudo suspenso. Não tinha registro. Bem, aí, nós íamos pescar lá na barragem, ali, antes de chegar na Real, tinha o Colussi, o velho Colussi que morava aqui no Boqueirão. Ele tinha uma serraria lá no campo dele. Aí, ele vendeu a serraria [...] e o velho Colussi comprou. Ele vendia só a serraria. Pararam aquilo lá e começou a apodrecer, a cair, a desmanchar o galpão.

A primeira serraria enjanbrada pelo Tronco para ajudar o papai era toda de madeira e com mancais de nós de pinho. Começava a trabalhar, os nó de pinho esquentava e a serraria parava.

Não serrava nem uma tábua por dia. Foi aí que o Mário Menegaz chegou e disse ‘desmanchem e levem tudo para mim que vou te ajudar’. Depois, nós serrávamos 1200 tábuas por dia. De 1970 a 1990, serrava mais ou menos 100 dúzias por dia. Compramos do Atílio Donadussi e mandamos reformar lá no Menegaz. Com essa do Menegaz, serrava 12, 18 dúzias por dia. E foi aí que compramos esse terreno aqui. Hoje está na cidade. Aqui é bom, pertinho. Depois, o tio Miro Branco, um baixinho gordo, tá aí. Ele era comprador de madeira para uma firma de Rivera. Aí, o Daniel quis sair, eu não tinha dinheiro pra comprar, vendi para ele. Depois, ele ficou doente, estava fazendo hemodiálise. Aí, nos compramos a parte do tio Miro, aí nós metemos mais dinheiro pra serrar... O governo proibiu tudo, até madeira de folha... E está aí... Tudo parado.

Camillo Leôncio Ribeiro:

Um nordestino em Passo Fundo

Eronilde Ribeiro

Camillo Leôncio Ribeiro, na verdade como sobrenome de família houve uma troca de Lucio para Leôncio. Deve ter acontecido um erro de pronúncia nordestina... Nasceu no interior da Bahia Chorrochó ou em Macururé na época sua pequena cidade poderia ser uma ou outra uma vez que os registros põem em dúvida a data e local. O sertão era visitado por autoridades civis e eclesiásticas na maior parte das vezes uma vez por mês, e não raro, uma vez por anos, quando eram realizados os registros de casamentos, nascimentos, óbitos e etc. por autoridades civis ou eclesiásticas.

Desde cedo conheceu as agruras do nordeste de solo adusto e pelas intermináveis lutas entre famílias e mesmo pela sobrevivência, contra o cangaço que imperava numa região pouco habitada e comandada pelo “coronelismo” políticos e vingativos, tendo por fundo a geografia esbraseada pela soalheira, seca, espinhenta, arrepiada de mandacarus, teve como colega nas primeiras letras, já famigerado “corisco” celebre por sua coragem e violência, pois cometeu o primeiro crime em tenra idade, liquidando um colega com uma pedrada.

Camillo aprendeu a ler e escrever debaixo de uma árvore frondosa e ensinado por um preto letrado e sabido. Lia tudo que lhe caia nas mãos o que lhe dava a condição de ser o encarregado em anotar o indispensável nos registros do que ocorria na fazenda Jacoca de propriedade de seu tio José Ribeiro, líder político que chegou a delegado, prefeito e numa mal sucedida campanha pra senador, naquela região que se mira nas águas do rio São Francisco, isto recém saído da infância.

Nas épocas de lutas, que eram frequentes, anotava o numero de cavalos e cavaleiros que saíam para as refregas sangrentas e controlava os que voltavam feridos, cansados e prontos para novos embates.

Estive visitando a fazenda e o atual proprietário sentado em uma rústica cadeira de balanço em frente à janela onde Camillo controlava as idas e vindas de cavaleiros armados, chorando e entre soluços contava a existência de Camillo no sertão agreste. Camillo viveu de saudades no dizer do grande poeta e repentista Caltullo da Paixão Cearense: “Hoje neste mucambo como um boi velho, a remuer, que o que tem dentro do estomago soluça e torna a comer, eu também soluçando a vida que já vivi, para de novo ir mastigando, o capim seco, (...) a saudade do verde que eu já comí, temidos “coronéis” conservavam o direito de baraço e cutelo sobre a peonada, a quem a troco de miséria vitalícia, rebentavam de trabalhar nos seus feudos. quando um pataqueiro não se submetia, defendia-se com o rifle. Era o cangaço”.(Afonso Schmidt)

Como a família ia se reduzindo os mais velhos se reuniram e mandaram quatro jovens de dezoito anos procurar paz e se desenvolver antes que também caíssem mortos nas lutas com Lampião (Virgulino Ferreira). Entre os quatro estava Camillo os outros eram: Higino, Amado e um mais feroz... Camillo por uns tempos esteve em Aracajú, Sergipe “o ninho dos poetas”. Conviveu com ilustres personalidades das letras, poetas e escritores, que iluminaram suas ideias. Suas cartas eram verdadeiros hinos de louvor a seu sertão bravio.

Chegou no Rio Grande do Sul na década de 1950, foi, o único, que enfrentou o clima diversificado do Rio Grande do Sul. Inicialmente morou em Santana do Livramento. Trabalhou com os ingleses do frigorífico Armour como funcionário do ministério de agricultura, andou pelo Rio Grande construindo sua imagem de trabalhador, orador poeta e exímio cavaleiro, domador de cavalos rebeldes, que domava com extrema habilidade. Em todas as cidades plantou sua verve de poeta, orador e político, ferrenho seguidor de Alberto Pasqualini. Foi contemporâneo do Dep. Otávio Caruso, Sen. Henrique Pagnocelli, Dep. Aldo Arioli, em Passo Fundo do prefeito Dr. Daniel Dipp, Ernesto Formighieri, Dr. Cezar Santos. Ver. Delmo Alves Xavier, ver. Thalito Fauth Mendonça, ver. Odilon Soares de Lima, Alberi Lima, Vedora Santina Dal Paz e tantos outros sempre em cordial convivência conservou o sotaque nordestino entremeado de amor ao Rio Grande e a sua gente.

Escreveu cartas, versos e artigos (publicados nos jornais: O Nacional e Diário da Manhã) sempre escritos com a sabedoria de vida e de sonhos. Foi apresentado e foi empossado na Academia Passofundense de Letras tendo como padrinho o Dr. Antonio Oliveira e ocupou a cadeira Euclides da Cunha (Os Sertões) do qual foi um leitor dedicado e um admirador ferrenho. Se orgulhava de pertencer a Academia com tantos notáveis de Passo Fundo. No sul viveu até sua morte deixando o seu acervo literário e sua marcante e cativante lembrança de personalidade sempre de marido, pai e amigo. Depois de vinte anos voltou ao seu torrão natal revendo sua mãe Maria, seus parentes, amigos, seus espaços e suas saudades...

O que dizer deste homem? Muito ainda e muitas saudades.

Uma visão sobre Pontão, as tropeadas e o bandido Nino

Professora Vera Dalbosco, Daltro Wespp e Veríssimo da Fonseca

Dando início à entrevistas que o IHPF fará sobre os participantes, os que vivenciaram ou participaram da história de Passo Fundo, seguimos em caravana entrevistar a dona Picucha (105 anos). Na residência do Sr Nelson soubemos que ela fora internada no hospital pela manhã...

A conversa se iniciou com o Sr. Daltro Wesp lembrando que Pontão foi o primeiro local onde o homem branco habitou na região das coxilhas de barba-de-bode, quando aqui a Província Jesuítica do Paraguai fundou a redução de Santa Tereza, poucos anos depois transferida para o Povinho Velho da Entrada a pedido dos índios.

Foi por Pontão que José Saldanha, passou em direção ao passo do Rio Passo Fundo demandando a picada do Mato Castelhana (1787-1778). José Saldanha inclui Pontão no mapa do Brasil 30 antes da tomada do território missionário por Borges do Canto. Em 1816 Atanagildo Pinto Martins passa por Pontão rumo a São Borja, inaugurando oficialmente o caminho da Vereda das Missões. E o povoamento de Lagoa Vermelha, Passo Fundo e Nonoai se efetiva tendo Pontão como o ponto geográfico de referência de onde o caminho se bifurcava rumo a Nonoai e Lagoa Vermelha; para o sul, rumo a Rio Pardo e São Borja. Ponto geográfico obrigatório onde estanciavam milhares de mulas vindo da fronteira em direção ao passo do rio Passo Fundo, e onde 100 a 180 carretas desbrochavam de 600 a 1080 bois mansos no pasto do campo aberto.

Os cascos das tropas de mula deixaram marcas indeléveis que até hoje perduram rumo ao passo do Rio Passo Fundo, e as rodas de centenas de carretas sulcaram o caminho rumo ao passo do Goioen.(Veríssimo).

Legenda:

(...) - Falas não entendidas.

(comentários) - Pessoas que estavam juntas faziam comentários juntas.

(*italico*) – Palavras não totalmente claras.

ENTREVISTADO: Nelson Guimarães.

LOCAL: Pontão

PAI: Domingues Guimarães – Obs. Ele é filho de criação.

MÃE: Lídia Gomes da Silva

ENTREVISTADORES: Vera, Veríssimo e Daltro.

ACOMPANHANTES: várias pessoas da comitiva oficial e moradores



A conversa corre livre e este trabalho é realizado em cima da gravação. É Pontão quem vai falar, sem intérprete.

Daltro: Senta Nelson, vamos conversar. Onde o Senhor nasceu?

Ent. – Nasci no Bugre Morto. Vim pra cá com um ano.

Daltro – De que Guimarães tu és Nelson?

Ent. Daquele que vai pra Ásia e não volta. (risada)

Veríssimo – O que quer dizer isso “daquele que vai pra Ásia e não volta mais”?

Ent. – (...)

Vera – O senhor chegou com um ano, que época era?

Ent. – 1935

Vera – Como era o lugar? O que tinha aqui no passado?

Ent. – Tinha nada, era muito pouca gente.

Vera – Lembra quem morava?

Ent. – Tinha finado Chico, Tio Calis, (...), Dona Laura, (...). Depois dona Picucha. Tinha umas 10 ou 12 casas. (...)

Vera – Esse Quadros que o senhor fala é o Antônio Quadros?

Ent. – Sim

Vera – O que o senhor lembra desse Antônio Quadros?

Ent. - Ele era um sujeito que vivia por aí briqueando e comprando e vendendo. Fechava por aqui, or aí... (risada)

Daltro- Ele tinha uns dois mil hectares? Quanto era a extensão de terra deles?

Ent. – Sei que era bastante.

Daltro – Ele emprestava dinheiro?

Ent. – Sim

Vera – Era banqueiros da região?

Ent. – Era. Vendia.

(troca de fita)

Veríssimo – Carreta era de boi?

Ent. – Não, era de mulas.

Vera – Com é o nome do seu pai?

Ent. – Olisses Domingues Guimarães. Era filho de criação. É.

Daltro – E a sua mãe como era o nome? Lídia Gomes da Silva.

Daltro – E tinha escola aqui ou não? Tinha o colégio era aí. (...)

Daltro – E o teu pessoal era do lenço vermelho ou lenço branco?

Ent. – Meu pai era do lenço branco. Por isso nós somos meio gremistas.

Daltro – E de tropas. O que você lembra, passavam muitas tropas por aqui?

Ent. – Passava, passava muita tropa.

Daltro – Iam para onde?

Ent. – Eles formavam por aí. Daí iam para São Paulo. Passava as tropas depois iam embora.

Vera – O Sr. Não lembra aonde passavam?

Ent. – Aí perto da igreja onde tem os padres.

Vera – Onde eles acampavam?

Ent. – Aí na frente, aí.

Veríssimo – Eles iam rumo aonde?

Ent. São Paulo

Veríssimo – Eles iam por Goioen?

Ent. – É por aí. Até uma vez era para mim ter ido, mas no fim os pais não deixaram, senão eu tinha ido com uma tropa de mula que ia pra lá. (...) Risada. É cruzavam o rio Uruguai a nado e aí se iam embora.

Vera – Qual era o tamanho das tropas?

Daltro – 100, 200

Ent. 500 e daí para frente. (...)

Veríssimo – Conheceu as charqueadas dos Magalhães?

Ent. Eu conheci depois que já tinham desativado. Eu conheci.

Veríssimo – Não tinha mais nada?

Ent. (...) Não naquela época não senhor. Cruzava aí por aquela fazenda que ia, Passo da Areia ali. Naquela fazenda do Passo da Areia (...)

Veríssimo – Não era na entrada de Passo Fundo que vinha de Carazinho?

Ent. Não, ficava naquela fazenda do Passo da Areia, do Paulo Marinho. É (...)

Daltro – Por que vocês saíram do Bugre Morto?

Ent. O pai era arrendatário de terra, cuidava uma areazinha. Quando saí eu era piá. (...)

Vera – O senhor lembra qual a primeira granja que vocês trabalharam?

Ent. – Me lembro. De um italiano aqui da, do ...

Sogra Daltro - Formighiere. É isso mesmo. Um italiano que veio da Itália. (...)

Daltro – Tinha muito baile por aqui? Dava briga ou não?

Ent. Não, de vez em quando (....)

Daltro – E uma vez, Nelson, parece que foi o ano da neve, não sei bem, veio um circo aqui uma tal de negra borracha.

Ent. – Isso.

Daltro – Pode explicar para o Dr. Veríssimo?

Entr. – (Risada) A gente ia lá no Circo de vez em quando dá uma olhada e a gente se admirava dessas coisas da Borracha. Conhece ou viu falar?

Daltro – Diz que tinha uma mulher borracha que a metade dos homens do Pontão se apaixonava?

Ent. – Não foi. É, é, é sim.

Daltro – Uma trapesista.

Ent. – É trabalhava no circo.

(comentários distantes)

Sogra Daltro – A Borracha essa casou com o Roger.

Ent. – É foi embora. (...)

Daltro – Diz que era muito bonita a Borracha?

Ent. – É dava pra passar as horas né (risada).

Veríssimo – Para se divertir?

Esposa Daltro – Ah! Eu estava me lembrando que a mãe falava que o pai era quem fazia os caixões .

Ent. – É, o pai era carpinteiro, seleiro, fazia de tudo. Morria um lá e eles vinham encomendar o caixão.

Daltro – De pinho?

Mãe Daltro – Era de tabua, madeira e depois forravam.

Entr. – É (comentários distantes)

Daltro – Ao homem que cor botava?

Ent. É tinha as medidas, né. Dependia né. Pras muié era um pouquinho diferente.

Daltro – Que cor era para mulher e homem? (comentários) Cor de rosa para mulher?

Ent. - Se era moça virgem branco, se era casada cor de rosa (risada)

Daltro – Diz que faleceu uma que não sabiam se era virgem ou não (risada).

Mãe Daltro – Mandaram botar um sarapiqueio de rosa e branco.

Ent. – Ma o Senhor, Veríssimo, é de Passo fundo né?

Veríssimo – Sou de Carazinho, Pinheiro Marcado. Agora estou no Passo Fundo.

Ent. – Eu já tinha visto o Senhor por lá, por que a gente anda, às vezes, por lá.

Daltro- Das carretas, Nelson, o que o se lembra, Nelson, tinha muita carreta?

Ent. – Barbaridade. Aqui tinha uma pousada das carretas. Tudo era aqui, bem aí na frente. Então faziam aquelas carretas de 4 ou 5 juntas de bois. Daí chegavam aí e estacionavam. (...) Daí passavam a tropa e largavam na banda do [rio] Torto. Aí não tinha nada, era campo aberto. Essa fazenda do Annoni também era campo aberto (...)

Me lembro do rio Torto. O gado ia embora por aí. Era campo aberto (...) Valo Novo

era uma pousada de tropeiro/carroceiro. É tinha uma bodega lá.

Daltro – Mais adiante ali, antes do Natalino?

Ent. É bem antes, bem antes.

Daltro - Quando chovia juntava muita carreta aqui ou não.

Ent. Aqui juntava, juntava muito.

Daltro – umas 100 180 carretas.

Ent. (...) É viajavam puxando erva, puxando *seracujo*, lenha.

Daltro – Quer dizer madeira.

Ent. Madeira, eles levavam aí pro Rio Uruguai.

Vera – Madeira toras ou lenha?

Ent. Toras, toras é (...)

Veríssimo – O senhor falou em carroção.

Ent. – É carroção, é uma carreta pra puxar madeira do mato. Carroção, o senhor conheceu, não é?

Veríssimo – Sim eu conheci.

Ent. É lá tinha carreta.

Veríssimo – Carreta tinha duas rodas e o carroção tinha quatro rodas com chapa e raio.

Vera – Usavam numa mesma época o carroção e a carroça?

Veríssimo – O carroção e a carroça vieram substituir a carreta porque eram mais rápidas.

Daltro – A carreta era mais para o comércio e o carroção para a madeira.

Ent. É, a carreta era coberta de zinco, na época, senão de palha. Puxava mercadoria.

Daltro – O que vinha de lá do lado de Nonoai?

Ent. Bastante rapadura, coisarada (....).

Daltro – Banha vinha ou não?

Ent. Banha vinha, mel, erva, coisas, melado.

Daltro – Nas reservas antigas nunca falavam que os índios ficavam bravos e volta e meia atacavam as carretas? Nunca deu assalto, assim?

Ent. Agora, na minha época não se falava em assalto como agora que assaltam qualquer coisa.

Daltro – Tu não ouviu falar de um tal bandido Nino que tinha por aí, que matava?

Vi,vi falar demais. Foi morto aqui perto.

Daltro – Acho que foi em Quatro Irmãos.

Ent.- É, em Quatro Irmãos mesmo.

Daltro – Ele era muito bandido?

Ent. Não, não, bandido não. Ele era meio arteiro, mas, não matava assim por querer, é agora se atacavam, ele também revidava. Uma vez nós fizemos uma tropeada daqui com ele. Fomos levar um gado lá em Ibirapuitã. Então fizemos uma tropeada e levamos 15 dias. Aí, naquele tempo era por terra, não tinha estrada. Eu tava meio devarde e *Jusé* veio com uma tropeada que ele tinha comprado aí. Não sei se pagou ou não

pagou. E veio com aquela tropinha e eu tava aí no arrabalde dos Lima, e daí chegou aquele. Eu tava devarde. Ele me falou não quer dar uma tropeada? Se falá com o pai eu vo. Daí ele falo. Daí ele me convido se eu queria ir. É, eu era meio largado também, peguei um cavalo ali, incilhei, me mandei com ele (...)



Daltro – Quantas cabeças tinha essa tropa?

Ent. – 110

Daltro – Não perderam nenhuma?

Ent. Não, não perdemos nada.

Daltro – Era verão ou inverno?

Ent. – Era mais ou menos que nem essa época. (...)

Vera - Para onde tropearam?

Ent. – Ibirapuitã perto de Vacaria.

Daltro – Soledade ou Vacaria? Soledade?

Ent. – Não Vacaria. Naquele tempo nem faixa não tinha era só estrada de terra.

Veríssimo – Existia o Campo do Meio?

Ent. – Existia

Veríssimo – Passava as duas entradas ou lá não tinha mais mato?

Ent – Não, tinha mato. Aí como aquele outro lugar, o Mato Castelhana.

Daltro – O que era ali?

Ent. Ali era uma (...) igreja velha.

Veríssimo – Não tem um guaçuzal no meio da coxilha?

Ent. – É.

Veríssimo – O senhor acha normal isso?

Ent. – Mas eu nem conheço direito isso!

Veríssimo – O senhor ta falando que tinha um guaçuzal por aqui. (silêncio)

Ent – É que eu falo é o Rio Iguaçu.

Daltro – Só foram tropeando tu e o Grossi?

Ent. – Não, nós táva em cinco homens.

Daltro – E tu que fazia?

Ent. – Eu era ponteiro do gado. Eles levavam a comitiva dentro de um caminhão. Acompanhavam o filho dele com a senhora dele. Havia bóia para mais adiante. Até posêmo aqui na Camponesa e aí a polícia bateu nele. (...)Ele tava lá na Camponesa arrumando o poso pra nós. Pra nós era o lugar mais barato. Mas ele não era muito assustado. Foi o Serafim de Passo Fundo, o delegado, e tinha aquele moço o Angel. O Angel acho que era o guarda costa dele. Pilotava um jipe. (...) Pra baixo da Camponesa tinha um banhado e ele desceu (...). Eu sei que ele boleou a perna no meio do capinzal, ali, pra se escapar da polícia né. (...) Ele tirou as pilchas dele e deixou no banhado, pegou o revolver e botou na perna e disse vocês me aguardem que eu não vou pegá pra voceis. (...)

Vera – Por que a polícia queria pegar ele?

Ent. – Ôi, por que ele tinha problemas já nas andanças dele por aí, né.

Daltro – Ele era índio muito peleador?

Ent. – Diz que era. Mas daí eles mandavam aqueles e ficavam no alto da coxilha

Daltro – E tu de trás de um toco Nelson?

Ent. – Não, eu vinha na estrada. Ele que tinha garrado o mato. (...) Ele dizia descem venham me render (...)

Daltro – E como que terminou.

Ent. – Terminou de noite, de madrugada, ele voltando por outra fazenda. Daí os piás dele foram lá e espedaçaram com a fiazama deles. Daí veio um rapaz avisar nós. (...)

Vera – Então o seu Serafim, que era o delegado, não era tão temido assim? Tinha pessoas que o enfrentavam?

Ent. – Há aquele não dava folga nem prô Teba. (risada)

Vera – O senhor lembra que época foi fazer a tropeada e que época ele foi preso?

Ent. – Não, ele não foi preso, só o tentaram prender. Eu acho que foi (Comentários vários).

Esposa Daltro – Dizem que ele tinha fábrica de dinheiro.

Ent. – É (risada).Ele passou uma máquina e saia o dinheiro lá dentro. É (comentários).

Daltro – Outro caso. Tu não foi uma vez num ônibus nas carreiras em Passo Fundo que o Nestor foi junto? Não, não me lembro.

Daltro – Que os homens mais velhos foram tudo prá15 e deixaram os guris dentro do ônibus. O senhor não foi nessa que prenderam o Nestor? Não, não fui.

Daltro – O que vinha de Nonoai? O que levavam daqui pra lá?

Ent. – Olha açúcar, arroz, coisarada e trazia, trazia mel, melado e contrabando deles. Daltro – Na época dos contrabandos da II Guerra Mundial descia muita madeira? Ah! Descia. (...)Tinham muito dinheiro. Traziam a pé a mochilama. (...) Até uma vez, eu era piaçotão, e atolou um caminhão carregado de produtos. Eu morava lá na outra casa. Daí eu sei que eu vim de lá pra ver aquele caminhão. Não tinha saído. Será que tem? E aí foi pra lá, pra cá. Eu vim aí e fiquei olhando. Caminhão era novidade na época. Aí eu tava oiando a fala da venda de um caminhão por uma vaca.... Eu saí vendendo os trapos contá pro meu pai da venda do caminhão por uma vaca. (....).

Irmãos Dino e Nelson Rosseto: **Um pouco da história do Bairro São Cristóvão**

Veríssimo da Fonseca



*De pé: Nelson Rosseto(19-10-1938); Dino Detoni Rosseto(15-07-1932); Pius Rosseto(28-02-1936 a 28-09-1988);
Pedro Rosseto(03-08-1925 a 30-06-1999); Pascoa Rosseto Weissauer(03-04-1922); Maria Rosseto Ghiggi(18-02-1920 a 27-07-1993)
Ana Rosseto Damo(17-04-1918 a 16-03-1985); Regina Rosseto Jantanello(01-11-1929).
Sentados: Elizabeth Detoni Rosseto(13-03-1900 a 08-07-1975); Cesária Rosseto(17-07-1896 a 15-08-1974)*

Família Rosseto

A ferragem de Cesário Rosseto está ali, no mesmo local, como um marco oficial em homenagem a um dos baluartes que impulsionou o progresso de Passo Fundo. Dino e Nelson desde que nasceram moram ali, e têm marcado na memória os acontecimentos que ali se desenrolaram por quase um século.

Escutemos os irmãos contando tudo como se tudo houvesse acontecido ontem:

O velho Rosseto, meu pai, começa o Nelson, chamava-se Cesário. Era filho de João Rosseto, italiano, e de Joiela Sandri, austríaca. Cesário casou-se com Elizabeth Detoni, em 1918; tiveram 11 filhos; chegou a Passo Fundo, vindo de Vila Maria, no ano de 1923. Estabeleceu-se com uma ferraria em frente de onde, hoje, é

a Brigada Militar. Logo surgiu, nas imediações, a firma Z. D. Costi & Cia Ltda., e, alguns anos mais tarde, o Frigorífico Planaltina.

O nosso pai saiu de casa com 13 anos, na Linha 12. O pai dele era o chefe de obras da estrada de Mussum a Guaporé. Em Dois Lajeados, meu pai nasceu e veio para Guaporé. Meu vô veio para a linha 12 e comprou uma gleba de terras – entre Montauri e Dois Lajeados. Meu pai disse que iria embora. Nessa época, recebeu o pedaço de terra que seria de herança. Vendeu com a garantia de que fosse construída uma igreja e um cemitério. Hoje, ali estão enterrados todos os seus irmãos, João Rosseto, a minha vó Joiela Sandri, meus tios. Dali, Cesário veio até Vila Maria e montou a ferraria dele. Ficou solteiro até os 17 anos e veio conhecer minha mãe Elisabeth.

Naquela época, a família tinha de ser grande para o suprimento de mão de obra: Na minha época, o pessoal servia e casava. O pessoal daqui de Nossa Senhora das Graças e São Valentim dava graças servir e depois casar. Saíam do serviço militar homens feitos. Casavam-se cedo para ter família grande para trabalhar. As famílias tinham bastante filhos. Era a mão de obra de casa. Meu pai teve 11 filhos, morreram três. Morreram já com um ano e meio, dois anos os três. A minha avó materna teve 22 filhos e criou 12, só um homem. Meu avô paterno teve sete filhos. Naquela época, uma criança ia para o mutirão capinar.

Cesário Rosseto era um homem de tino. Sua visão, para a época, era muito adiantada, apesar de ter estudado apenas três noites, no colégio das irmãs, aos sábados e domingos; e no colégio Ernesto Tochetto. Ali aprendeu a escrever seu nome e a ler e calcular. Foi treinando nos trabalhos do dia a dia e nos jornais que lia nas horas de folga. Falava português e italiano, porque, nas tardes de sábado e domingo, passava na antiga Sociedade Italiana, jogando quatriho com seu Dionísio Langaro e seu Formighieri. Enquanto jogavam, praticavam aquela língua.

Cesário era extremamente habilidoso, pegava o ferro bruto e dobrava do jeito que queria. Hoje, ele seria um artesão de primeira linha. Hoje, não se vê mais ferreiro igual, porque a tecnologia já é bem mais adiantada. O Formighieri foi quem ajudou o meu pai. O meu pai tinha ali na entrada para a Semeato, na esquina onde hoje é o prédio do Ricci, assim como uma mecânica. Em frente, do outro lado da avenida, ficava o moinho do Serena. Ali, ele aprendeu muita coisa com o seu Formighieri, que instalou ele no lado do Z. D. Costi.

A primeira ferraria foi instalada perto da Brigada Militar, de modo que seu principal cliente era a própria Brigada. O pai tinha como função cuidar de todas as ferraduras dos cavalos usados pelos brigadianos. Mais tarde, ao lado de sua ferraria, fixou residência um senhor chamado Antonio Luza, que colocou uma marcenaria, estabelecendo uma parceria muito interessante e rentável na época, o fabrico de carroças. Luza fazia a parte de madeira e Rosseto, a de ferro. Apesar de não serem sócios, faziam juntos as carroças.

Já em 1929, ele pagou seu primeiro imposto municipal e constituiu firma autônoma. Em 1956, assinou seu primeiro contrato social com os filhos, formando,

assim, a firma Cesário Rossetto e Filhos Ltda. Eu fui emancipado para poder ser sócio da firma, pois tinha só 16 anos, então foi aberto um processo para que eu pudesse trabalhar na firma. Depois daí, fomos só para frente. Abrimos uma filial em Porto Alegre, compramos uma empresa de ônibus em Porto Alegre, tudo pela liderança dele. Depois, se comprou a empresa Enheguer, [...] que fazia transporte da Farrapos, em Porto Alegre, passando por Capão da Canoa e Tramandaí. Aí, então, meus irmãos Pedro e Plínio administravam isso. O Dino e eu ficamos em Passo Fundo. Depois, o Plínio voltou para cá. A gente foi administrando aqui, foi indo, até que por problemas familiares, morre um, morre outro, assim vai indo, a empresa familiar vai diminuindo.

Os ônibus que meu pai fabricava com o Luza não tinham janelas de correr, eram de lonas que subiam e desciam. Cada banco tinha uma lona. E não tinha corredor nos ônibus. O banco dava, em vez de ser 4x4, dava para seis pessoas, no caso, cada fileira. Fabricavam as carrocerias de madeira e recobriam de lata. De lata, mesmo. Pintavam.

O Félix Sana e o Armelindo Argenton trouxeram o primeiro caminhão Alfa-Romeo para o Rio Grande do Sul. Argenton é um ex-pracinha, quando ele voltou da guerra, com a ajuda de meus pais e dos tios dele, juntou um dinheiro e comprou um caminhão Chevrolet, dos irmãos Tagliari, um caminhão Chevrolet Gigante. E começou a viajar para São Paulo. Vindo de São Paulo, em uma dessas viagens, quando chegou próximo a Lagoa Vermelha, quebrou o caminhão. Quebrou o eixo da frente. Ele se desolou, veio aqui, pediu uma nova ajuda para o papai e para os amigos. Foi para São Paulo e comprou o primeiro Alfa-Romeo construído no Brasil, ou seja, um caminhão grande. Trouxe para Passo Fundo e estacionou aqui na frente da loja. Ele não podia descer, porque morava nos fundos da Padre Valentin. Quando estava chovendo, e era só terra, sabia que não iria voltar. Deixou o caminhão aqui na frente. O pessoal vinha do centro para ver o tamanho dos pneus, que era um absurdo na época.

A esposa dele ainda está viva. O genro dele é dono da Casa Castor. De material de construção, trouxe muita carga de cimento, pois ele ia para São Paulo com os caminhões. Levava banha e voltava carregado de cimento. Era banha do Planaltina e do Z. D. Costi.

A casa de comércio Rossetto cresceu juntamente com a cidade. Num primeiro momento, serviu à Brigada Militar, depois ao DAER e, mais tarde, com as construções de colégios, meu pai montou uma loja de materiais de construção, que gerou as ferramentas de que precisavam. A partir daí, a firma deixava de ser uma ferraria artesanal, tornando-se mais ampla.

Um grande impulso dado na vida de papai foi quando o DAER se instalou aqui em Passo Fundo para construir estradas. Como eles precisavam de mantimentos alimentícios para os empregados, papai começou a vender feijão, arroz, café, enfim, os secos e molhados, como se dizia na época, montando, então, sua própria lojinha de alimentos. Lembro-me de que, na época, os funcionários compravam na caderne-

ta, aí o pai juntava todas as notas e depois o DAER vinha pagar o gasto de três em três meses. Na época, o pagamento era feito com as brizoletas, pois Brizola era o governador, então o dinheiro criado por ele se chamava assim. Foi uma honra, pois até hoje você nunca houve falar sobre calote com as brizoletas, até as professoras, que eram pagas com essa moeda, efetuavam seus pagamentos com elas. Tinha os juros. Muita gente vinha fazer troca com o papai, pois todos sabiam o vencimento das brizoletas, elas tinham um prazo de 60 e 90 dias.

Com o loteamento do então Lucas Araújo, Cesário comprou os terrenos onde hoje se encontra a firma Irmãos Rossetto e Cia. Ltda. Aqui, instalou seu comércio e acompanhou o crescimento de Passo Fundo, vendo surgir e desaparecer fábricas importantes da época, entre as quais a fábrica de fósforos de marca Soberana, que se situava na esquina da antiga Av. Mauá, hoje Av. Presidente Vargas, com a Rua Daltro Filho. Viu extinguir-se, ainda, a fábrica de tampinhas de garrafas, situada junto à estrada que ia para São Roque, mais ou menos onde hoje fica a Rua Harmonia, no loteamento Lucas Araújo. Essa fábrica abastecia a da Brahma, fornecia tampinhas também, para a Serramalte, para a Bramatti, que veio de Ernestina e aqui se estabeleceu. A Bramatti se localizava perto da área do Posto Jardim. Depois, a fábrica de cerveja de Getúlio Vargas, de Dionísio Scussel, adquiriu-a, isso antes de 1950.

A Caleira, que queimava cal virgem, juntos aos trilhos – hoje Av. Sete de Setembro, quase esquina com a rua Cel. Pelegrini –, também não resistiu ao tempo e acabou fechando. Uma fábrica de carrocerias de ônibus – lembro que os proprietários se chamavam Piasson – teve de ser transferida para Erechim, por motivo de política, o que ocorreu, igualmente, com a fábrica de balas – situada onde hoje é a triagem dos Correios, na vila Rodrigues –, que pertencia aos Neuhaus.

O grande impulso da Av. Mauá, na época, eram os Moinhos Rio-Grandenses e o moinho dos Busato. Quem não os conhece hoje? Eles que recebiam todo o trigo da região.

O Max Ávila tinha uma loja onde hoje é o Grazziotin e uma casa de campo, de lazer, perto dos Marraschin. Essa casa de campo tinha piscina com trampolim, um açude grande. Se ia lá para tomar banho, logo que passava a ponte. E ele deixava todo mundo tomar banho. Era uma piscina com terra, com taipa. Tinha o balanço, de uns 10 metros.

Na frente da loja de Max Ávila, ficava a loja dos Lago. Tinham uma loja grande. Na frente do Hotel Glória. Está ali ainda. No outro lado, o Hotel Nacional. Mais modernamente, a primeira loja da Comercial Grazziotin era aqui na frente de nós, João Grazziotin e Cia. Ltda. Seu João separou-se, foi para a granja, e os irmãos compraram do Max Ávila. Onde é o Grazziotin hoje. E onde tem a Total. Aqui na frente, também se estabeleceu a antiga Agromáquinas, que foi para a General Osório, que hoje está no Boqueirão, do Nei Vaz da Silva. Chamavam de “irmão Nei”(Nei Vaz da Silva). Aqui na frente, era do Rui Campitz. A Agromáquinas é do Manoel Falcão, hoje, que se associou com o Nei. O Falcão ficou com a empresa sozinho.

Antigamente, existia uma pensão aqui na frente de nosso comércio, onde eles hospedavam animais e tropeiros, e na frente tinha uma casa construída de material que servia almoço e janta aos carroceiros. Na descida, usavam muito o breque. Nós vendíamos muitos breques”.

A parte da frente aqui da nossa loja foi o João De Césaró, o avô do Dunga, foi ele quem construiu. Aqui, era um galpão grande de madeira. Em 1943, na época em que o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, houve o recrutamento de soldados para lutarem na Europa, tive quatro primos que foram convocados para ir, eles se apresentavam às 7h30min da manhã no quartel, só que tinha muita gente lá, aí eles mandavam os guris embora de noite para pousarem fora, porque lá não tinha lugar. Um dia, um desses meus primos levou um amigo dele pousar lá em casa, porque não havia onde eles dormirem, pois eles tinham que esperar o trem vir para irem para a Guerra. Aí, o pai arrumou um cantinho lá, se não ele ia dormir na rua. Papai dava a janta pra eles, dormiam no soto. Eu dormia no soto, no soalho, e faziam colchão de sacos. E depois ele veio trazendo mais um, depois mais dois, sei que tinha uns 15 dormindo no soto do papai. Isso era porque o Exército não tinha lugar, aí então eles iam nas casas pedir pra dormir, até o trem chegar; depois, o trem ia até São Paulo, e de São Paulo, para a Itália. Os pracinhas da região reuniam-se todos aqui em Passo Fundo; outros quartéis próximos eram o de Caxias do Sul e de Cruz Alta.

Importante para a época foi uma indústria de reforma de locomóvel, localizada na entrada para São Roque. Frente à admiração do entrevistador, Nelson pergunta: “O senhor não sabe o que é uma locomóvel? É uma máquina, é um trem, só que ele é estacionário. A locomóvel produz vapor para empurrar os engenhos que tinham aqui e até pelo Paraná, todos cortavam a madeira com essas locomóveis. O trem, com uma roda na parte externa da fornalha, girava da mesma maneira que qualquer locomotiva, impulsionando o eixo em um movimento na serra, e dessa maneira se cortava a madeira. E ali nessa fábrica – eu não recorro de quem era – reformavam as locomóveis. Explodiu uma delas, e nela estava o seu Possan, que se queimou todo, ele morava ali perto, umas seis e meia ou sete da noite ali, no inverno. Eu recorro o estouro que deu. Esse seu Possan se queimou todo. Isso foi antes dos anos 50. Eu era criança, perto de 46 ou 47 por aí. O seu Possan saiu daqui e foi se instalar em Ernestina, e colocou um supermercado lá. Ele não era o dono da locomóvel, era um vizinho que morava ali.

Localizada onde hoje se encontra o Bella Città, existia uma fábrica de pregos de propriedade de João dos Pregos, que também foi o fundador do Garden Club de Passo Fundo. Mais tarde, essa fábrica foi adquirida pelo senhor Gerdau, que ampliou a produção e transferiu-a para onde é o escritório da Semeato, perto da entrada para o loteamento Santo Antônio, na Avenida Presidente Vargas. Depois, em pouco tempo, foi embora para Porto Alegre. Aí então, a fábrica passou muito tempo fechado, e a Semeato deve ter comprado.

O Curtume Brasil, localizado na Coronel Pelegrini, perto da Brigada Militar,

tinha mais de 800 empregados. Nas proximidades, havia as casas de moradia de propriedade do Dr. Medeiros. Eram umas 20 casas, todas alugadas para os brigadianos. Em frente a essas casas surgiu o Clube Rio-Grandense ou Clube Passo-Fundense, que, com o tempo, passou a chamar-se Clube Cruzeiro, onde, mais tarde ainda, criou-se o Clube Industrial. O Industrial saiu em função das indústrias que tinha ali. O local era uma potência. Hoje, temos a Semeato ali, que comanda o barco.

Sobre o Curtume Brasil, depois veio a ser Ciplame, e fechou, mais tarde, por estar poluindo o rio. Quem estava na época que fechou era o João José Holzbach. Um dia, entrei no escritório dele, eu vendia abrasivos para ele, para afiar as lâminas para cortar o couro. Nunca dei muita importância para ele. Certa vez, fiquei aguardando. Ele no telefone, puxando um espanhol muito bom. Desligou o telefone, apertou um botão. Chamou o José Holzbach, e começaram a falar em inglês. Era um poliglota, com três línguas. Importava do Japão, onde ia comprar couro de porco.

Veríssimo – Eu conversei com o Holzbach sobre esses assunto. Disse-me ele que o Japão, em 1990, tinha mais porcos que o Brasil. E que o brasileiro aqui come o couro de porco. No Japão, a pele de porco era exportada. O J.J Holzbach Importava couro da Ucrânia via Itália, porque o Brasil não mantinha relações comerciais com os países comunistas. Fizeram umas leis por lá e acabaram com os curtumes – na Itália não existe curtume. Sei que ele ia lá para comprar da Ucrânia. Holzbach ia até lá para fazer a triangulação comercial. A firma J. J. Holzbach chegou a importar, em um ano, 700 toneladas de couros. Revendia para o Brasil inteiro. A Ciplame fabricava roupas de couro e exportava para os Estados Unidos. Os ambientalistas pressionaram o Dr. Julio Cesar Teixeira, quando prefeito, e ele mandou fechar a Ciplame – maior exportadora brasileira de roupa de couro para os EUA.

Nelson Rosseto - E tinha o Marraschin, no lado da ponte da viação férrea, onde é a Entre Rios hoje. Era um frigorífico grande. Matava gado e porco.

Os Ricci e os Formighieri foram os pioneiros no povoamento do bairro São Cristóvam. Começaram lá onde está a Igreja de Santo Antônio, lá para fora com a pedreira. Começou quebrando pedrinhas e virou uma potência.

Eu frequentei o Menino Jesus, depois o Conceição. Meu irmão, o Protásio Alves, depois o da Paissandu, o Conceição. O Menino Jesus era todo de madeira, madeira trabalhada na frente, como a da Igreja Santa Teresinha. Aí surgiu o padre Lucas, que começou a construção da igreja nova. No primeiro ano, era em turma mista; no segundo ano, eram só meninas. Na frente do Menino Jesus, no outro lado da praça, tinha o Colégio Monte Castelo. Hoje quem mora ali é o Alberto Tagliari. Desmancharam o colégio, e ele foi morar ali. O colégio foi lá para onde era a Madeireira Langaro. Isso foi em 1925.

Outro educandário foi o colégio particular de dona Anita, localizado na esquina diagonal com o mercado Scortegagna. Hoje existe na Av. Presidente Vargas, em frente ao correio, um prédio que se chama Dona Anita, construído pelo seu filho em homenagem à mãe.

Dona Anita era muito enérgica: Se o aluno era muito perverso, ela tinha uma vara, ela dava mesmo. Alguns que estudaram com ela falavam isso. Na época, um aluno, para fazer anarquia, era muito difícil. Com o tempo, isso foi mudando. Professores eram respeitadíssimos. No primeiro ano do Conceição, o professor era Alberto Detoni. Na entrada do colégio, bem, todos chegavam direto. Tocava o sino. Havia fila, filas de dois, subiam a escadaria e entravam. Era a época do irmão Cipriano, irmão Genésio Maria. Há um irmão da época ainda hoje, o irmão Vítor, mora na Capitão Eleutério.

O papai contava histórias, tinha uma criatividade muito grande. A gente não tinha televisão. Havia o cinema Real, Imperial. Na frente da Praça Capitão Jovino, tinha o Cine Coral. Cinema mesmo, para 500 ou 600 pessoas. Os domingos eram para a gente ficar em casa, meu pai fazia um jogo de quatrilha. Ele sempre nos ganhava. Misturava todas as fichas, e ficava por isso mesmo. Em São Valentim, São José, até hoje jogam o quatrilha. Através do jogo, se acha o companheiro.

Futebolzinho, pelada. A gente fazia excursão a Tapejara. Arrumava um ônibus. Era o padre Martinho, da Igreja Santa Teresinha. Levava para praticar esportes. A gente tinha as reuniões semanais na paróquia, havia uma mensalidade de cinquenta centavos por mês. Um real, coisa assim. Existia uma caixinha. Nessa época, existiam dois teatros: um aqui na vila, do lado da Igreja. O palco lá em cima e as cadeiras aqui embaixo, tudo de madeira. Outro era do lado do Colégio Protásio Alves, era o Teatro do Delorges Caminha, que era comandado pelo Dr. Paulo Giongo. Uma das peças era sobre guerra. Esse teatro lotava. O do Protásio era de alvenaria, e o daqui, de madeira. Nas festas, quando chovia, as festas eram ali dentro. Junto ao SESI, havia um teatro mesmo.

O distrito industrial foi sonhado pelo senhor Eronilde Ribeiro, diretor da empresa Z. D. Costi na época. Ele queria que o mesmo fosse instalado na região da saída para Marau. Quando eu fui vereador pela primeira vez, o Eronilde vereador pela primeira vez, insistia ‘Nelson, tem que ser para esse lado, pro lado nascente da cidade, toda cidade é assim’. Tem indústria aqui, mas não é mais como no passado.

Houve até um vereador que fez um fogo, tentou. Também foi só uma vez, e nunca mais se elegeu. Mas Passo Fundo está entre as 10 cidades do Rio Grande. Na época em que fui vereador, era a sexta e passou para a sétima. O senhor sabe que, quando fui vereador, tive um grande prefeito, Edu Vila de Azambuja. Foi ele que construiu a prefeitura lá embaixo. A prefeitura não tinha uma contabilidade organizada. Ele a organizou e, na época, era 40 milhões a arrecadação. Passo Fundo era grande.

A família Bernardon e o comércio de bebidas

Veríssimo da Fonseca



Antoninho Bernardon

Meu pai chamava-se Clemente Bernardon. Por volta do ano de 1932, ele veio para Passo Fundo. Veio de Guaporé e construiu uma casa em Passo Fundo. Meu avô veio da Itália com cinco filhos. E depois, aqui no Brasil, gerou mais filhos. Meu pai era o nenê da família, só que, hoje, dos Bernardon, só restou eu. Nasci em Guaporé, na Linha 11, hoje Serafina Corrêa. Guaporé vinha até Vila Maria. Ao chegar a Passo Fundo, meu pai construiu uma casa onde é o Z. D. Costi, num terreno inclinado, onde não tinha nada. Um dia, eu perguntei ao papai: ‘por que o senhor preferiu esse terreno se há tanto terreno bom num local plano? Por que o senhor não comprou mais no centro?’. Ele me respondeu que não ia construir uma casa que não tivesse porão.

Ele fez uns negócios com um cunhado dele que não deram certo. Meu pai tinha um caminhãozinho. Ele transportava banana daqui para Guaporé e trazia vinho de lá. Banana nas colônias era uma novidade. Só que não havia estradas. Em tempo seco, ele fazia a viagem em dois dias, mas, no inverno, em dias chuvosos, ele levava até oito dias de viagem. As bananas apodreciam, e o negócio não deu certo.

Na década de 30, quando nós botamos uma casa de comércio aqui em Passo Fundo, fomos pra Barra do Jacaré, levados pelo Costi. Os Costi eram três irmãos, lá a uns três quilômetros de Encantado, na barranca do rio Taquari, tinha um mato-douro, um frigorífico. E dali eles transportavam os produtos para Porto Alegre. Eles tinham o comércio em toda essa região de Soledade a Anta Gorda. Em Putinga era o porto pra lá. Toda a mercadoria para Porto Alegre passava pela Barra do Jacaré. E lá ele passava de barco. O rio Taquari era navegável até Mussum. Na barranca do Jacaré, havia os trapiches, movimentados por tração de cavalos, e então nós largávamos em cima dos barcos os sacos de mercadorias, banha e tudo que é produto colonial. Na barranca do rio Jacaré havia um hotel muito velho. O Benvenuti, irmão do Demétrio Costi, disse: ‘eu vou resolver o problema, vou construir um hotel de material. Vou buscar a Carolina’. Carolina era a minha mãe, que era muito amiga dos Costi, se criaram juntos ali no Mussum. Aí ele foi buscar minha mãe, levou-a com toda a

família pra instalar o hotel. Minha mãe disse: ‘o que Benvenuti quer nesse hotel aí? Eu não vou’. Ele insistiu: ‘Mas, Carolina, todos os que vão para Porto Alegre passam por ali. Vou botar tudo novo, no hotel’. Ela pensou que ele fosse comprar a existência, de novo, e repetiu: ‘não, não, não!’. Aí ele falou de novo e a convenceu.

A minha mãe era excelente cozinheira, era uma coisa muito séria. Ela servia 15-16 qualidades de comidas na mesa. Minha mãe é Patussi. A família inteira Patussi é cozinheira. Mas o meu irmão, o mais velho, não queria. Éramos todos homens. Naquele tempo, não tinha esse negócio de empregada. Então, quando minha mãe ficava meio doente, nós fazíamos de tudo, até lavar o chão. E tinha que ser num capricho que pode existir outro no mundo, mas igual a minha mãe, não! O nome do hotel era Hotel do Costi, Hotel da Barra. E a minha mãe era uma coisa assim, que igual a ela não tem, não tem! Era demais, demais, demais... Ela pegava a lenha, lavava e botava no depósito. Ela dizia: ‘na hora que eu tenho que pegá-la, não me sujo’. Ela abria a gaveta daquelas cômodas e tinha de ver, tudo lavado e dobrado. ‘Mãe, machuquei o dedo!’ Ela vinha com uns paninhos, bem limpinhos, e botava no dedo. Ela guardava na cômoda as faixas de enfaixar crianças quando bem pequenininhas. Eu me lembro das faixas brancas que vinham assim escritas, bordadas. E todo mundo usava isso aí. As faixas bordadas vinham da Itália. Minha mãe era Patussi, Carolina Patussi, tenho uma foto dela com os irmãos.

Naquela região, ali atrás do Hospital da Cidade, ali, tinha uma praça muito boa, de italianos. Ali tinha bastante italianos. Tinha o Barlei... Vieram morar todos em roda do Menegaz & Giavarina. Aí, sabe o que acontecia? Havia um vício pessoal, que eles iam à bodega tomar um copo de vinho. E diziam: ‘Ah, eu quero o vinho de Guaporé, não tem? Então eu não venho mais aqui’. O bodegueiro não comprava porque era mais caro. Aí, o bodegueiro começou a nos chamar e comprar. Foi indo, foi indo, e aumentou o movimento. E ficamos donos do campinho. Tomamos conta da praça. Chegamos a vender quatro, cinco barris de cachaça por semana. Sempre foi o maior comércio o de cachaça. Hoje entrou a vodca, não sei bem...

Na década de 1940, tinha aqui a cervejaria Serrana do Bade & Barbieux. Ele nos pagava para vender. Eu ia com a gaiota e pegava duas, três caixas de 12 e uma de 18 garrafas. Mas sempre às três e meia da tarde, porque quatro horas o pessoal lá de cima, das lojas, descia todo lá embaixo. Lá tinha duas senhoras que vinham com um tabuleiro vender pastéis e umas empadas. Então, o Bado oferecia umas garrafas de chope, e o pessoal das lojas descia para comer pastel e tomar chope. Eu aproveitava, ia lá de carroça pra buscar cerveja e comer pastel com chope. Foi aí que nós começamos a pensar em botar uma fábrica de refrigerantes.

E começamos.

Nós tínhamos uma pipazinha de madeira como caixa d’água. A caixa d’água era cheia com a água do poço puxada a balde. Com o balde cheio, subia-se por uma escadinha até a caixa, e lá despejava a água até enchê-la. A água descia da caixa pela gravidade até o tanque. Trabalhávamos noite e dia. Quando chegava ali pelas duas

horas da madrugada, tínhamos que reencher a caixa para continuar a filtragem para ter água pela manhã e fazermos o refrigerante. O ácido cítrico, usado nos refrigerantes, era importado. Adicionavam-se, naquela água filtrada, 32 quilos de açúcar, e botava-se a ferver, para se fazer o xarope. Como o açúcar, mesmo o de melhor qualidade, é muito sujo, subia e flutuava uma espuma escura, quase preta. Para retirar a sujeira flutuante, adicionavam-se claras de ovos batidas. Despejava-se as claras na água fervendo. Ai subiam todas as impurezas do açúcar, e ficava uma espuma escura. Essa espuma era retirada com uma escumadeira. Ficava a calda bem limpa. As impurezas grudavam nas claras e o xarope ficava bem limpinho. Nessa calda, adicionava-se o ácido cítrico e essência de laranja, limão, abacaxi, guaraná... Numa garrafa de 500 ml, colocava-se 50 ml do xarope. Somente a laranjinha era feita com suco de laranja vindo de Jaraguá do Sul em garrafas de 36 litros pasteurizados. Adicionava-se açúcar, depois eram enchidas garrafas de 250 ml com 50 ml de suco de frutas, e, novamente, pasteurizada, colocando-se as garrafas fechadas dentro de um tanque raso e elevadas à temperatura de 90 graus. Os refrigerantes eram engarrafados somente em garrafas pequenas, porque as garrafas grandes são menos resistentes ao calor e estouram, ademais, eram destinadas às crianças.



Irmãos Patussi

Nós tínhamos uma pipazinha de madeira como caixa d'água. A caixa d'água era cheia com a água do poço puxada a balde. Com o balde cheio, subia-se por uma escadinha até a caixa, e lá despejava a água até enchê-la. A água descia da caixa pela gravidade até o tanque. Trabalhávamos noite e dia. Quando chegava ali pelas duas horas da madrugada, tínhamos que reencher a caixa para continuar a filtragem para ter água pela manhã e fazermos o refrigerante. O ácido cítrico, usado nos refrigerantes, era importado. Adicionavam-se, naquela água filtrada, 32 quilos de açúcar, e botava-se a ferver, para se fazer o xarope. Como o açúcar, mesmo o de melhor qualidade, é muito sujo, subia e flutuava uma espuma escura, quase preta. Para retirar a sujeira flutuante, adicionavam-se claras de ovos batidas. Despejava-se as claras na água fervendo. Ai subiam todas as impurezas do açúcar, e ficava uma espuma escura. Essa espuma era retirada com uma escumadeira. Ficava a calda bem limpa. As impurezas grudavam nas claras e o xarope ficava bem limpinho. Nessa calda, adicionava-se o ácido cítrico e essência de laranja, limão, abacaxi, guaraná... Numa garrafa de 500 ml, colocava-se 50 ml do xarope. Somente a laranjinha era feita com suco de laranja vindo de Jaraguá do Sul em garrações de 36 litros pasteurizados. Adicionava-se açúcar, depois eram enchidas garrafas de 250 ml com 50 ml de suco de frutas, e, novamente, pasteurizada, colocando-se as garrafas fechadas dentro de um tanque raso e elevadas à temperatura de 90 graus. Os refrigerantes eram engarrafados somente em garrafas pequenas, porque as garrafas grandes são menos resistentes ao calor e estouram, ademais, eram destinadas às crianças.

Começamos a fazer propaganda de venda nas vilas, domingo de manhã. Já existia a Rádio Passo Fundo. Então, o Maurício Sirostsky transmitia os programas das vilas. O Mauricio distribuía refrigerantes para a criançada. E a Minuano se tornou uma empresa grande. A fórmula do Minuano Limão foi o Von Doble que fez, em Porto Alegre. Era muito boa.

Passaram-se os anos, a eletricidade veio, e o refrigerante Minuano se expandiu muito, e estava incomodando a Coca-Cola, que acabou comprando. E fechou a nossa fábrica.

Na década de 1930 e 40, não tinha indústria de porte, em Passo Fundo. As compras da população eram feitas em cadernetas. E as compras em cadernetas eram pagas no fim do mês. Os colonos vendiam seus produtos e, muitas vezes, deixavam o dinheiro com o comprador, levando para casa somente o necessário. O Alberto Scortegagna sempre conta que o pai dele, seu Inocêncio, sempre tinha muito dinheiro em casa. Seu Inocêncio tinha indústria de banha e trazia o dinheiro para pagar os porcos que comprava para abater todos os dias. Acontecia que os fornecedores de porcos não levavam o dinheiro. Ele se obrigou a reforçar uma peça da casa dele com grades de ferro, para guardar dinheiro.

As fontes de dinheiro que movimentavam o comércio eram a Viação Férrea, o Quartel do Exército e a Brigada Militar. Seus funcionários e seus familiares gastavam os vencimentos no comércio local. A Viação Férrea era a maior. Então,

juntando tudo isso, era um dinheiro certo. A Viação Férrea tinha uma cooperativa muito forte. Então, quando chegava o fim do mês, largava o dinheiro. O trem pagador é que vinha pagando os ferroviários, de estação em estação, desde Santa Maria. O trem tinha uma administração do negócio: um vagão era o escritório, onde ficava o dinheiro; outro era o restaurante e outro era dos funcionários. Então, logicamente, era o dinheiro que corria em maior quantidade. Os ferroviários compravam o rancho na cooperativa da Viação Férrea, mas compravam também no comércio. Aí, circulava o dinheiro. Na cooperativa, eles compravam o que precisassem, e a cooperativa anotava no talão de compras os produtos não-perecíveis. Para a compra da carne, os ferroviários recebiam um vale, de acordo com a classificação da carne, de primeira e de segunda. E o açougue recebia da cooperativa. Havia o pessoal móvel como os guarda-freios e os tucos. E eram também os que recebiam a menor remuneração. Estes compravam muitos biscoitos e bolachas para levar na viagem. Então, era comum o comprador pedir ‘10 quilos de guarda-freios’; e outro pedir ‘me dá cinco saquinhos de mulher de tuco’. Tanto os biscoitos quanto as bolachas eram grandes. O saquinho que embalava as bolachas “mulher de tuco” era de brim escuro listrado. Elas descosturavam os saquinhos e faziam roupinhas para as crianças.

Naquele período, não havia supermercado. O rancho daquela época era feijão, arroz, banha e outras mercadorias. Quando chegava a quinta-feira, ali de São



Cervejaria Serrana Bade e Barbieux Cia Ltda. – Vista dos fundos do Clube Caixeiral. Gentileza de Paulo Martello.

Roque, Santo Antônio e São Valentin, do lado da Vila Rosso, vinham aquelas carroças, mas era uma barbaridade de carroças, puxadas por dois cavalos, dois burros, carregadas de queijo, manteiga, verduras, batata, mandioca. Traziam tudo que era produto colonial, e banha, muita banha, coisa de louco; atrás da carroça, vinha uma baita gaiola de galinhas. Depois vieram os armazéns: o Vitório Verardi, o Atilio Pavan, o Busato, o Max Ávila; abaixo do Rosseto, tinha o Lago & Gehn; no Boqueirão, o Atilio Stefani. Aqui no Centro, tinha o armazém do Sirotsky, mas era diferente. Não era armazém para pobre. Este, do seu José Sirotsky, tinha sardela, um peixe que vinha numa lata, cheia de sal. Estava escrito, em cima da lata, sardela. Tudo na salmoura. O Sirotsky tinha produtos importados.

As mercadorias que vinham pelos trens eram distribuídas no comércio pelo Pantaleão Bolner, pai do Claudião. O Bolner tinha quatro ou cinco caminhões velhos para fazer esse serviço. Praticamente, só o Pantaleão Bolner descarregava os vagões. E a quantidade de mercadoria que vinha era muito grande. Tinha as oficinas do trem. Aquilo era muito grande. O trem daquela época tinha todos os freios e mancais de metal. A oficina sempre tinha muitas locomotivas e muitos carros para manutenção das máquinas e troca dos mancais. Tinha o carinho da diretoria. Eram umas camionetas com rodas de ferro, próprias para andar nos trilhos em alta velocidade. Nelas, os engenheiros e as chefias faziam a fiscalização da ferrovia. Os lastros traziam trilhos e dormentes para manutenção da ferrovia. Eram os lastros que supriam as locomotivas de nós-de-pinho e das madeiras para aquecer a fornalha, deixando a lenha e os nós nas estações de reabastecimento. Os lastreiros, como se chamavam os trabalhadores encarregados de carregar os vagões do lastro, eram numerosos. Um trem com 10-12 vagões de lastro precisava de numerosa mão de obra para carregar.

“Tinha o trólei, era um carro composto de um lastro e de quadro rodas de trem, movimentado pela força humana com uma vara, a qual os condutores firmavam na terra e impulsionavam o trólei, carregado de dormentes, pregos e trilhos. À medida que encontravam dormentes apodrecidos ou queimados pelas brasas expelidas pelas próprias locomotivas, ou pregos frouxos ou soltos, iam substituindo-os. Um trólei podia chegar a 60-70 quilômetros por hora. Nos pontos de trabalho, eles levantavam o lastro vazio do trólei e retiravam as rodas de cima dos trilhos, deixando livre a ferrovia. Tinha o pessoal para suprir os trens de carga, de passageiros, os conferentes, o pessoal de manutenção.

O suporte humano de uma estação ferroviária, sede de manutenção como Passo Fundo, era numeroso. Daí a importância da chegada do trem pagador a Passo Fundo. E ainda mais, todo o pessoal das estações ferroviárias da redondeza vinha fazer compras aqui. O comércio se preparava para o dia do trem pagador.

Não existiam lojas de vendas a prestação. Lojas de roupas, de tecidos, roupas prontas. As principais eram as lojas São Paulo, Rayon, a Casa Mundial, as dos judeus. Mas a que tinha melhor sortimento de mercadoria, secos e molhados, e vendia mesmo, era a do Abraão Madalosso, pai do Dr. Carlos Madalosso. Esse homem tinha o preço dele que era bom demais. Bem mais barato. Então, pessoas do interior, de outras cidades, vinham comprar no Abraão Madalosso. A loja dele ficava na rua que vai para o cemitério. Ele ia para São Paulo comprar. Ele tinha um cuecão duplo. Então, ele enchia aquele cuecão tudo de dinheiro e ia pra São Paulo comprar. Ele chegava naquela cidade e procurava o menor preço. As fábricas davam prazo pra ele pagar, mas ele comprava a vista, pra pegar o desconto, e contratava um caminhão para trazer a mercadoria.

Desde menino, eu conheci o Costi. Como esse homem trabalhava! A capacidade de trabalhar do seu Demétrio Costi era uma coisa muito séria. O Demétrio não tinha estudo. Na época, a formação era nada. Aqui ninguém tinha estudo. E ele era

um homem que se levantava às quatro da madrugada e ia lá para o escritório dele, e de lá ele controlava tudo... Ele passava nas graxas... passava todo o frigorífico. Ele contava as caixas pra botar banha pra transportar para São Paulo e sabia quantos pregos gastou e quantos pacotes de banha as caixas continham.

E agora tudo aquilo foi a leilão... Alguma coisa está errada...

Naquela época, os comerciantes de Passo Fundo que eu conheci eram quase todos semi-analfabetos. Sabiam desenhar o nome e só. Mas a preocupação deles era botar todos os filhos no colégio. Naquele tempo, não tinha faculdade. Uma ocasião, o Pratini de Moraes veio a Passo Fundo, e deu uma bolsa de estudo na Fundação Getúlio Vargas para o Ivânio Bernardon, meu sobrinho. Depois é que vieram essas faculdades e todos estudavam. Quando esses rapazes que eram preparados assumiam as empresas da família, quebravam. O Costi tinha um filho, e o resto eram filhas. Tinha os genros formados. Eu acho o seguinte, que não tem faculdade que ensine a ser comerciante.

Aqui tinha um senhor, Cesário Rosseto. Ele era forte com ferragens, e tudo o que ele tinha era importado: soda, breu, tudo o que era chapa, zinco, cobre etc. Então, tinha que fazer importação, ir ao Banco do Brasil, na CACEX, e depositar o dinheiro. Eu me lembro que demorava seis meses para chegar a mercadoria. Vinha gente de Caxias para fazer parceria com ele, porque ele tinha condições de importar. Ele era ferreiro e tinha uma ferraria. Nas horas em que não estava atendendo fregueses, ele fazia foices, enxadas, martelos, facões, pra vender para os colonos. Eu um dia fui lá pra buscar uma pecinha de uma bomba, e ele estava lá dentro. Eu disse pra ele: ‘Seu Cesário, que sapato bonito!’. Um sapato que veio com uma sola grande; o sapato era marrom com branco. Eu achei estranho ele usar um sapato daqueles no serviço. Ele respondeu: ‘Estou usando pra não botar fora aquilo que os filhos não querem mais usar’. Hoje deveria ser uma potência, mas o que aconteceu é que não seguiram, não houve entrosamento, não sei o que houve.

Eu estudei no Conceição, em frente ao Hospital São Vicente. Ia de carroça, na carroça do Vitório Verardi. O Vitório tinha quatro filhos, o Antônio, o Hiran, o Valdemar e o Heitor, que era o mais novo. O armazém dele era lá na Presidente Vargas. Então, ele vinha trazer os filhos e vinha juntando piás pelo caminho, o Egídio Reolon, o Pascoal Patussi, eu e outros. A carroça era aberta. Nos dias de chuva, nós vínhamos de capa, capa espanhola, algumas forradas de baeta vermelha, e chapéu ou guarda-chuva. Quando a carroça não estava disponível, nos dias de chuva, íamos a pé, amassando barro. Todo mundo chegava atrasado à aula. A carroça era puxada por duas mulas, muita lindas! O carroceiro era o Guilherme Formigueri. O colégio era dois turnos. Aí, ao meio-dia, quem tinha poder aquisitivo comia na pensão do Bonato, que era atendida por sua esposa, a dona Nicéia; outros levavam marmitta; outros iam correndo almoçar em casa e voltavam. O tempo para o almoço era muito pequeno. Na hora da saída, a carroça estava esperando, mas nem sempre.

A fábrica da cervejaria Brahma em Passo Fundo

Veríssimo da Fonseca



Afonso Hansen e Leonardo Böhme

Procuramos para uma entrevista o Sr. Afonso Hansen. Recebeu-nos em sua residência e conversamos muito, mas a entrevista não saiu. Seu Afonso é químico e só trabalhou no laboratório. Ele telefonou para o seu amigo e colega de trabalho Leonardo Böhme que durante muitos anos fez parte da regência, como se chamavam os chefes de departamento, e combinamos um dia para conversarmos. A conversa foi pouca, mas a fala foi tudo o que nos queríamos ouvir:

O que levou a Brahma sair de Passo Fundo, na verdade, é uma historia meio longa. Não começou nos meses anteriores ao fechamento. Isso aí começou nos anos 80, quando pessoas da administração central da Brahma sobrevoaram a região daqui para se reestabelecer na área. Estiveram, também, na época, em Santa Catarina, e encontraram condições mais favoráveis lá, como incentivo fiscal. O que matou a fábrica de Passo Fundo foi a fábrica da Brahma de Lages. Isso nos anos 80. Claro que depois teve o pontapé final, com a fábrica nova na região de Viamão. Outra coisa que foi importante nessa historia é que essa fábrica de Passo Fundo era a menor do grupo, era uma fábrica antiga, estava no centro da cidade, que trazia muito transtornos como fumaça da chaminé, o aroma que exalava, isso tudo incomodava no centro da cidade. Hoje, o grupo Brahma tem apenas duas ou três fábricas em centros urbanos,

as demais foram situadas nas periferias. Não há uma história que a Brahma quis se expandir na Rua Altar da Pátria. A Brahma, na realidade, nunca reivindicou isso, mas houve uma oferta de uma pessoa, de um vereador, o Candinho, que apareceu com essa ideia, e expôs essa ideia. Se isso era viável economicamente nunca chegou a se estudar. Se houve algum estudo sobre isso, eu não saberia dizer.

Procuravam uma cidade com um pouco mais de água. Passo Fundo não tem água em abundância, nós estamos bem nas nascentes do rio. Eles procuraram à beira do rio Jacuí, em Ernestina. No rio da Várzea ficaria mais longe. Eles queriam uma área mais próxima de Passo Fundo.

A partir da descoberta do manancial de água em Lages, a Brahma decidiu construir a nova fábrica lá.

A água de superfície sempre é a melhor para se fazer cerveja. Há lugares, como Minas Gerais, onde a AmBev construiu uma fábrica com água de poço; e tem cidades enormes, como Sete Lagoas - interessante isso - uma cidade pouquinho maior que Passo Fundo e só tem água de poço. Aquele solo, quando chove, parece uma esponja, absorve a água muito rápido.

Em 1946, a Continental comprou a Serramalte; em 1956 a Brahma comprou isso aqui, foi o ano em que entrei na Brahma. Trabalhei 10 anos no Rio de Janeiro; depois me transferiram para Passo Fundo, em 1964. Trabalhei 25 anos aqui na Brahma, de 64 a 90; 33 anos como cervejeiro e 10 anos na regência, como chefe de departamento.

Depois que entrou a AmBev, o que mudou o comércio na Brahma foi a importância da tecnologia. A tecnologia mudou principalmente na parte gerencial, a maneira de gerenciar. Começaram a treinar todos os gerentes; cervejeiros, só químicos. Chamavam e propunham um acordo. Por isso que saí. Eu parei com 59 anos, já tinha 35 anos de empresa, fechou em 97, aí só faziam aqui a Skol. Nessa fase, era a Prefeitura que tinha o projeto de fazer o viaduto. Começava no Altar da Pátria, daquela escadaria até a Paissandu, ia morrer na Paissandu, e, antes de chegar à Paissandu, iria terminar no tal do viaduto. Terminava aí e começava na escadaria. A Brahma tinha a licença.

Nossas conferências eram diárias, com cinco gerentes: comercial, financeiro, marketing... Nessas conferências, tratavam desses assuntos. Esse projeto de fazer o viaduto foi da Prefeitura.

Os banhados de Passo Fundo:

A peste dos gafanhotos - Uma grande seca

Dilse Piccin Corteze e Veríssimo da Fonseca

Valdomiro Venturini, 79 anos, funcionário aposentado da Prefeitura de Passo Fundo e residente na Rua Marcílio Dias, esquina com Alcides de Moura, no Bairro Popular, em Passo Fundo, acompanhado da esposa, na sua residência, nos apresentou com uma tarde de conversa descontraída, no dia 21 de agosto de 2008, enquanto a chuva caía lá fora. Desse diálogo, destacamos os principais tópicos.

A urbanização da cidade de Passo Fundo

O local onde o Sr. Valdomiro mora hoje pertencia ao Sr. Maggi De César, localizando-se em frente ao Ministério Público. Segundo ele, os terrenos onde hoje se encontra o MP pertenciam à família Langaro Dipp.

De acordo com o Sr. Valdomiro, tal área era alagada, periodicamente, pelo leito do Rio Passo Fundo e por outros dois riachos que nasciam nas imediações. O local fica entre as ruas Independência, Sete de Setembro, Presidente Vargas e o Bairro Rodrigues. Ali havia um grande banhado, com nascentes de água. Os banhados forneciam barro para uma olaria localizada nas imediações. Na atual Sete de Setembro, passava a ferrovia, que era ladeada por um engenho de beneficiamento de madeira e um moinho de arroz.

Ao se retirar o barro para abastecer a olaria, formavam-se grandes buracos, que eram preenchidos com farelo de arroz e serragem produzida pela serraria. Mais tarde, o banhado foi canalizado, através de grandes tubulações, os rios represados e no terreno aterrado com serragem e farelo de arroz foi construído o prédio do Ministério Público.

A esse respeito, o Sr. Valdomiro referiu: “Tinha uma olaria, então eles tiravam o barro e ficou dessa altura assim de barranco, aí os Langaro ali tinham madeira. Eles traziam toda a serragem das tábuas aqui, e foram enchendo aquele buraco. E tinha as cascas do arroz. Daí eles traziam aqui também. Lá no bebedouro, ali na viação férrea, eu cansava de dar água para o cavalo [referindo-se ao antigo bebedouro, localizado, hoje, no encontro das ruas Bento Gonçalves com General Canabarro]. A serragem não apodrece fácil, e nós jogava bola ali. Eu fiz uma valeta, porque tinha uma vertente, tinha uma vertente bem à direita dessas terras, e fazia uma valeta ali, e lá tinha uma chácara, e tinha um tanque de lavar roupa. Aqui onde tá a Justiça Federal, aterrou ali e por que muitos tiveram coragem de construir daí em cima de onde foi a serragem um dia. Aí tinha vertente, porque aqui tem um riacho que vem lá de cima. Tem outra lá em cima, que atravessava por baixo dos trilhos. Pelo lado de cima

dos trilhos tinha uma vertente, na Vila Cruzeiro, então eles fizeram esses bueiros [...]. Naquele tempo, não tinha bueiro, e a água passava por baixo, e aí eu cansava de lavar o auto ali. Era uma sanga ali [referindo-se ao atual cruzamento da Sete de Setembro com a Presidente Vargas]. Aqui botaram o nome de... era Vila Popular. Primeiro, era Vila Langaro.

Esse banhado ficava englobado dentro da Vila Popular. Tinha uma olaria, e esta abriu um vasto buraco. Depois vieram os Langaro, com madeira, e encheram os buracos com serragem. Daí até lá em cima, tudo serragem e casca de arroz do descascador. Eu acho que o arroz era assim. Naquela época, era só o Grazziotin e o Alexandre Lago, que até quem criou o Dr. Lago e o irmão dele foi a irmã do meu avô Venturini, porque ele enviuvou novo: a mulher faleceu nova. Eles eram guris, então ela criou. O Dr. Alexandre Lago tem ainda a casa aqui.

E tinha o Maquinzal também do lado. Eram os dois comerciantes que compravam. Fiorelo Nazari, ali na São Cristóvão, tinha o Moinho Rio-Grandense. Ele, ao invés de pegar o trigo aqui, o arroz, esses mantimentos, a gente podia entregar lá, daí puxava de carroça e ganhava 500 réis por saco [...].”

A esposa do Sr. Valdomiro completa: “Mas aqui era um moinho, ali perto do Grazziotin e largavam as cascas aqui. O costume era esse. O moinho era aquele onde colocaram uma boate agora. Nesta esquina, tinha uma vertente. Na outra esquina, tem a casa do eletricitista: é a casa mais antiga de Passo Fundo, de propriedade de Argemiro Laimer, que é pai do Dr. Laimer”.

O Sr. Valdomiro continua: “Nesta vertente, eu cansava de dar água para o cavalo quando vendia leite, então aquela vertente ia até lá no Grazziotin. Quando chovia bastante e o pai vinha aqui para a Vila Rodrigues, porque ele tinha uma raiva de passar ali, porque sujava os pelegos, respingava tudo por baixo, nas botas e nos pelegos, e ele gosta dos pelegos brancos. Aí até atolou uma vez uma carroça com cinco juntas de bois trazendo um pinheiro. Eu sei que levava lá em cima, no Salton, lá perto do Quartel do Exército [...], do lado de lá da Teixeira Soares, ali onde tem a Praça dos Italianos. Ali era um engenho do Salton. Agora, ali tem um negócio de vidro do Salton.

Ao passar aqui nos trilhos (referindo-se ao local da vertente) atolou as rodas da frente da carroça [...]. Se foi no fundo dos trilhos, e a Maria Fumaça apitou lá em cima, na Petrópolis [...]. O trem vinha vindo, o trem vinha subindo, e como é que vamos fazer? Os caras que estavam puxando os bois perguntavam: o que que vamos fazer agora? Vai arrebentar com a carroça, porque ela ficou [...] em cima dos trilhos. E aquele negócio daquela vertente já tava tudo alagado, até lá perto do Grazziotin, aquele barral, aquela água suja. Aí um da estação veio lá e disse: Ó, não tem jeito. Mas não tem como mandar parar o trem? O trem tem passagem livre, não para. Daí pegaram na ponta e colocaram uma vara e vieram puxando os bois de volta, para quebrar o cabeçote. Quebraram o cabeçote, daí ficou livre [...]. Para carregar numa carroça uma tora daquelas, eles tinham que ter junta de boi: botavam madeira roliça

embaixo [...]. Os bois puxavam e arroteavam. Quando saía fora aquele lado, botavam na frente, daí iam levando pinheiro, muito pouco. Ali no Passo da Serra era difícil de passar. Ali adiante, no São João, na chácara do Fiori também.

No local da vertente, eles tinham feito um bueiro, mas o bueiro foi para o lado do moinho, e ali do moinho para baixo também era meio úmido. Se esparramava por ali. Depois é que eles fizeram, mas eu já era grande. Me lembro que eu passava ali já a cavalo. Aí a viação férrea resolveu fazer uma valeta no costado de cima e botaram alicerce tudo em roda e [...] tá até hoje, eu acho, o bueiro ali, que vem até a Pelegrini [...] na Vila Rodrigues. Até fizeram [...] que o Dr. Medeiros veio de carona com o jipe da Brigada, veio de carona e o trem saiu da estação e o motorista do jipe se atrapalhou na mudança e não é que pega o jipe e o Medeiros? Uns caras iam passando ali e pegaram ele e tiraram ele. Viram que era o doutor que estava sentado ali. Puxaram ele para fora antes do trem chegar. Mas foi o quanto deu, daí o trem levou o jipe e caiu bem dentro daquele buraco quadrado [...]. Aí o motorista e o outro que tava junto não se machucaram. A água da vertente descia ali para a vila que chamava a Rua da Caleira. O nome da rua era Caleira porque o trem descarregava o cal. Era um depósito de cal. Se localizava onde termina a Canabarro, de lá pra cá. Uma vez ali construíram um prédio, que é do De Césaro, e o De Césaro depois usou desse cal. A firma De Césaro é antiga.

Tinha a sanga que descia aqui [referindo-se à frente da sua casa]. Não dava para passar. Eu tinha um caminhãozinho 38, tinha que deixar lá em cima, antes de fazer o hospital [referindo-se ao Hospital Municipal], lá em cima, porque não dava para passar, porque eram duas sangas, uma de cada lado. Uma nascia lá perto do Grazziotin, e a outra, no terreno da Justiça Federal. Atravessavam por aqui e caíam no rio Passo Fundo. Não tinha rua, só [...] a pé o pessoal atalhava.

Para drenar esse rio, essa água que descia aí, ela se esparramava para baixo. Tinha uma montanha aí [referindo-se ao lugar onde hoje é o SESI], era uma madeireira do [...], daí o SESI comprou [...]. Daí botaram a máquina ali e tiraram aquela montanha e passaram pra cá. Daí fizeram... Queriam que o prefeito canalizasse o riacho, lá na Independência, que na Independência tinha outro que eu lhe falei, que verte lá naquele Posto BR, que também era um banhadão ali, na frente do Grazziotin. Ali tinha um banhado cheio de lírios. É... foi feito um túnel embaixo da rua Independência, que termina ali atrás daquele postinho [referindo-se ao Posto BR] [...].

O povo queria os bueiros, porque antes não tinha os bueiros de concreto. Era tudo feito de alicerce, teve até a estrada de ferro. Desce os bueiros, para botar aquela terra de lá para cá e ficar o riacho passando por baixo, e lá para o outro lado, largaram no túnel, saiu para o lado do rio Passo Fundo, mas acontece que aqui era tudo capoeira. Tinha um potreiro.

Na Independência, eles fizeram aquele túnel lá. Ele começa na Fagundes dos Reis e vem por baixo, porque a Independência era só casa que tinha ali. Depois, essa rua aqui era baixa, era um atoleiro. Me lembro que eu passava a cavalo ali. Eles

botaram terra. Onde foi a rádio municipal [...], ali era puro copo de leite. Começava na Independência. Daí eles aterraram a Independência, só que tinha o riacho. O riacho era aqui e a rua para o lado de cima era ruim, tinha gaiota, carroça que às vezes atolava ali, porque era bastantinha água. Então eles pegaram e aterraram.

As águas destas vertentes canalizadas foram parar no rio Passo Fundo. Foi construído esse túnel quadrado, de concreto, que cabia um auto dentro, da General Osório com a Fagundes dos Reis até perto do Rio Passo Fundo. E o leito do Rio Passo Fundo tinha uma curva ali para baixo. É... faz aquela curva lá, só que apertaram ela no Lalau Miranda. Endireitaram ela ali, aterrando o rio. Então, apertou e não deu espaço para a água descer para o rio, porque ela era represada. Ela represava até lá em cima, na estrada de ferro. Tinha pinheiro, mato, tudo à beira do rio, até aqui na APAE. Dava mais ou menos uns 100 metros de mato às margens do rio. Tudo era mato que costeava o rio. Quando o rio enchia, alagava o mato. Tinha o passo por onde passava o trânsito de gado, carroça, cavalo...”

A peste dos gafanhotos

Por volta de 1943-44, a região de Passo Fundo foi invadida pela praga de gafanhotos. Talvez esses insetos, acuados pelo desmatamento desenfreado, tenham se valido das lavouras para buscar alimento, atacando principalmente as plantações de milho, e causando destruição total. Os agricultores, desprovidos de venenos para combater a peste que, em poucas horas, levava sua produção inteira, apelavam a estratégias naturais, como aterrar os insetos, bater lata para assustá-los e outros. O senhor Valdomiro relembrou como ele vivenciou o ataque cruel dos gafanhotos, responsável pela miséria de muitos camponeses na época.

“Vi as pragas de gafanhoto aqui em Passo Fundo. Nós fazíamos valeta [referindo-se às valetas para os gafanhotos pousarem na terra revolvida, onde eram enterrados]. Vinha que vinha de fechar. Atacavam as lavouras de milho, e era já para cortar as folhas. Era uma praga que quando vinha, a gente tinha que dar um jeito, e não tinha veneno, não tinha nada, então a gente lidava com fogo e com uma valeta, e daí eles vinham ali e a gente, ligeiro, com a pá, enterrava eles. Então, a gente ia lá e fazia um aterro. Lá era um rio, lá era um potreiro, tinha grama. Lá, o gafanhoto não passava. Então, a gente tacava fogo, rodeava de fogo e matava tudo. Eles ficavam tontos com a fumaça. Aí, terminava com eles. O fogo queimava aquele foco ali, e aquele que já tava no milho a gente já cortava, porque ele ficava sem folhas. Ele deixava pelado. Quando via ele, estava só o talo, em poucas horas.

Não sei, na cidade, como foi a invasão dos gafanhotos. Na época eu morava no interior. Eles atacavam mais quando era mais quente, vinham de madrugada, vinham cedo [...]. Eles apareciam mais quando aparecia o sol. Surgia não sei de onde, era uma praga. Batia na lavoura e a gente tinha que ir lá e dar um jeito. Muitos faziam valeta, porque vinha a notícia. Lá, por exemplo, lá nos meus tios, que moravam na

Roselândia, já estavam os gafanhotos lá, e vinham subindo pra cá. Daí tinha outro meu tio que morava mais aqui perto do meu pai, então a gente ia se preparando para pegar o arado com os cavalos e fazer a valeta. É engraçado, que eles vinham na terra, quando eles vinham vindo, eles sentavam na terra e ficava puro gafanhoto. E a gente, com a enxada e a pá, enterrava eles. Eram aqueles arados de pá. Aquele que tinha boi afundava, aquele tirava terra para os lados. A gente puxava a terra e enterrava eles. Na terra, ficava cheio. O gafanhoto vinha no tempo do milho verde. Plantava o milho em setembro, em outubro, por ali, eles atacaram. Eles acabavam com uma parte, depois se sumiam. O gafanhoto eu não sei quanto tempo dura.

A esposa do Sr. Valdomiro afirma: “Eu tinha mais ou menos uns seis, sete anos, mais ou menos, morava numa fazenda aí para fora, e foi a época em que vieram os gafanhotos. Eu lembro que nós tinha uma lavoura de milho.. Nós pegava todo mundo com umas latas e batia [...]. Batiam latas, toda turma, a criançada, tudo, e batiam. Eles iam embora. Eu lembro só as passagens da minha vida de quando era pequena. E então, enquanto a rainha não sentar num lugar, a família dela não sentava também. Então nós chamávamos lá aquelas casas, nós tínhamos umas 10, 12 casas. Aí nós dávamos o alarme lá para fora. Enquanto a gente tava combatendo, eles consumiam com a planta. Era uma praga, era uma nuvem”.

A neve e a seca

Em 1942, houve um inverno muito rigoroso na região. Caiu a maior nevasca de que se tem notícia. Na época, houve uma seca muito grande, tendo passado de três a quatro meses sem chover, o que causou muito dano às plantas e aos animais.

Sobre isso, o senhor Valdomiro também se pronunciou: “Teve dois anos de seca. Não deu nada, mais ou menos por 42, por aí, que foi o tempo em que deu a neve. Foi uma neve que chegou a desgallar árvore. Ainda tem umas árvores ali do lado... não tinha naquela época... Ali tem umas árvores que são daquela época. A nevada de 42 era maior que a de 64. É... eu lembro que até no arame de estender roupa a neve ficava grudada. O gado sofreu porque o pasto, a gente tinha que tratar. Nós, que tinha vaca de leite, para os cavalos nós tinha as folhas de milho no galpão, e outra que nós fazia cupim do trigo, enfiava um pau grosso no meio e a gente fazia um cupim bem grande. Não molhava aquela palha: durava 2, 3 anos aquele cupim, e o gado ia ali e comia as folhas. Até eu ficava admirado: como é que vai se alimentar um boi, uma vaca com palha de trigo? E eles sobreviviam. Ficou tudo branco, campo, macega. Não aparecia nada, só gelo. Era gelo mesmo. O mato chegou a ficar branco.

O gado, por exemplo, em Capão Bonito, que tinha bastante vaca, elas fugiram e foram para o mato, porque lá no mato tinha árvore alta, tinha sapupema, então elas deitavam no meio das folhas e esquentavam a barriga. Era fechado o mato por dentro, então até quando dava aquelas garoas, depois frio assim, chubarada, elas mal molhavam o lombo, e o gado não sofria, sem casa assim. Não precisava botar na

estrebalaria. Cavalo, a mesma coisa. Os cachorros andavam pela neve... bicho forte!.

Agora a seca foi braba. Nós nos salvamos. Nós morávamos no local onde hoje é o Campestre. O milho não sofreu tanto quanto na parte baixa, porque a pedra... como é que aquele milho no meio das pedras não está enrolando as folhas e esse aqui está com uma espiguinha desse tamanho? [...]. Tinha um vizinho que era pedreiro que disse para o pai: Olha, a pedra é úmida, que nós quando vamos fazer uma casa de pedra, vimos. Ele disse que tinha que fazer a massa quase seca, para grudar, mas ela própria puxa o cimento, porque ela é úmida. A pedra é úmida. Então não sofriam. Esta seca foi de dois anos, foi duas safras. Ela foi de ficar tempo sem chover. Eu me lembro que nós tinha um monjolo para socar erva e fizemos, logo lá embaixo, a bica e fizemos o monjolo. O pai mandou fazer uma cruz de ferro. Então um dia não tinha água. Deu dois anos encordado. Por exemplo: deu esse ano e no outro ano também. A seca durou três meses, quatro meses por ano.

Dava uma garoa, e parecia que vinha chuva e não vinha, e aí virava. As estradas eram uma poeira só... Os campos naquela época eram cheios de barba de bode, e tinha que queimar no mês de agosto, por ali, nessa época. Então, ele chega até estralar. Até, uma vez, uma tia minha tava de vermelho e ela vinha vindo na beira da cerca e um lá do São João vinha trazendo um touro costeando a cerca e em vez de vir com ele no laço, veio com ele solto. E nós viemos por fora, porque tinha muita poeira na estrada. Nós viemos por cima da cerca, e meu tio tinha a porteira, que era lá na frente. Antes de chegar na porteira, mais ou menos uns 50 metros, eu ouvi uns gritos. Então o touro começou a trotar e eu ouvi o barulho da barba de bode, e olhei pra trás e vi aquele bicho que veio. [...]. Eu sabia que não tinha porteira, era aquela de engatar o arame e [...] ela estava com uma fresta embaixo que não estava presa no arame, e eu trepei na cerca e cheguei lá no canto e mandei ela passar pela fresta. Eu disse: ‘Você vai correndo lá em cima, porque esse bicho vem’. E o touro chegou, fez a volta e veio, e eu em cima, segurando o portão [...]. Aí o dono do touro veio e falou para o pai: ‘Mas aquele teu guri é de coragem, porque eu cheguei lá e ele tava trepado no poste, com os pés em cima do arame e segurando o portão, que o touro tava querendo entrar’. E a tia, os cachorros encontraram ela para chegar lá em cima. Daí que viram que ela vinha subindo correndo. Daí ele chegou e tirou o laço do cavalo.

O rio ficou com pouca água: tantos moinhos que tinham. Tinha o Celeste Formigheri, ali no Santo Antônio. Ele tinha um moinho, só que de erva. Lá em São Roque, tinha dois moinhos. E daí diminuiu a água, e demorava para moer o milho e fazer a farinha. Era uma pedra que rodeava... Então a gente tinha dificuldade porque... O rio Passo Fundo que eu conheci nunca que secou. Esse não.

Naquele tempo, era tudo casa de tabuinha, e por isso houve muito incêndio de casa. Aqui no nosso vizinho, tinha um colégio [...]. Era um chalezão. Passou um caminhão com umas toras, parou o caminhão e nós fomos para o colégio, sábado de manhã. Aí desceram correndo de lá. Ele era lá de Marau. Desceram correndo e nós, pela janela: ‘Ué... Por que parou o caminhão lá na subida e agora estão descendo?’.

Daí vem a dona da casa gritando que tava pegando fogo numa chaminé lá em cima. Só tinha um goivo encostado, e eu: ‘Agora vamos fazer um puxirão’, que logo para baixo tinha um tanque de lavar roupa. Daí pegamos, uns puxavam com balde de água e [...] largavam água em roda, e foi ligeiro para apagar”.

Aniello D'Arienzo e o cotidiano de Passo Fundo nos anos 1930 a 1970

Dilse Piccin Corteze e Veríssimo da Fonseca

Na tarde ensolarada de 1º de setembro de 2008, fomos recebidos na residência do Sr. Aniello D'Arienzo para uma conversa franca sobre a vida em Passo Fundo na metade do século passado. Com muita simpatia, D'Arienzo lembrou fatos do passado, de sua infância, adolescência e fase adulta, que a seguir passaremos a compartilhar com o leitor.

A infância

O senhor Aniello D'Arienzo, nascido em 1936, morava com seus pais e irmãos na Avenida Brasil, esquina com Bento Gonçalves. Em 1945, a família mudou-se para a esquina da Praça Marechal Floriano, onde seu pai estabeleceu casa comercial e residência, tendo sido motivo de tal mudança o fato de, no novo endereço, haver água encanada. D'Arienzo estudou nos Colégios Notre Dame e Conceição, os quais, segundo conta, eram orientados por uma disciplina bastante rígida. Suas melhores lembranças da época de colégio são os desfiles de 7 de setembro, no Colégio Conceição, bem como dos Irmãos Diocleciano e Cipriano, além das aulas particulares preparatórias para o exame de admissão, com os professores Naura de Oliveira e Ernesto Tochetto, para ingressar no ginásio do Colégio Osvaldo Cruz.

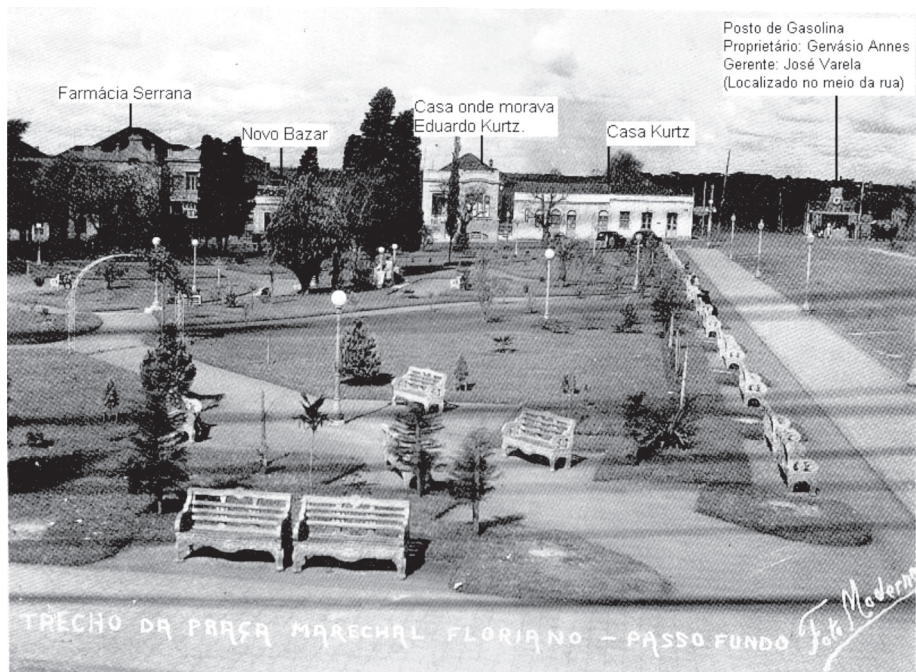
A juventude

Com relação à vida social dos anos 1950 e 60, D'Arienzo relata que a juventude “fechava o trânsito” ao redor da Praça Marechal Floriano. Iam aos cinemas, às reuniões dançantes no Clube Caixeiral, com orquestras; passeavam na praça... O clube Caixeiral, de acordo com o entrevistado, era frequentado e mantido, principalmente, pelos italianos, citando como exemplo o nome do Sr. Dionísio Langaro.

Em 1954, surgia o Clube Comercial, dominado pelos moradores do Boqueirão. A partir de então, “D. Dejanira promovia grandes bailes e jogos de cartas”, conta D'Arienzo. Outro ponto de encontro bastante requisitado na época era o Café Elite. Como “viviam-se tempos de uma sociedade extremamente moralista e discriminatória”, para ser aceito nesses locais de lazer e poder frequentá-los, a pessoa precisava ter dinheiro e um nome conhecido; do contrário, era “olhada de lado e muito investigada”.

Ao falar sobre a moral da sociedade passo-fundense da época, D'Arienzo salienta que, nas reuniões dançantes e nos bailes, havia muito respeito. As moças

sempre iam acompanhadas pelos pais, que ficavam o tempo todo de olho nos casais de namorados. Os moços iniciavam sua vida sexual nos cabarés da região, localizados entre as ruas Independência e Quinze de Novembro, onde menores de idade não entravam. Nessa região, existiam casas com preços mais acessíveis e outras nem tanto. Como casa de prostituição mais barata da época é citada a Pé-de-porco, onde aconteciam bailes muito animados. Ele lembra, também, o Cassino Palácio, frequentado pelos ricos negociantes de pneus e outros artigos, cujo ofício rendia-lhes muito dinheiro. De acordo com D'Arienzo, muita gente ficou rica com esse tipo de negócio e muitos, contudo, gastaram sua fortuna no Cassino.



Trecho da Praça Marechal Floriano

A fase adulta e os negócios do pai

A casa D'Arienzo, de propriedade de seu pai Leopoldo D'Arienzo, fundada em 1945, esteve em funcionamento até o ano de 1988. Em todos esses anos de existência, muita gente circulou por suas dependências à procura de tecidos e aviamentos em geral, principalmente os ferroviários, pessoas ligadas à via férrea da região. Todo mês, chegava a Passo Fundo o trem pagador com o ordenado dos ferroviários de toda a região envolvidos nessa linha. O trem ficava parado por alguns dias, “aqui, fora do quadro ali [...] à esquerda, os caras estacionavam um vagão, que era o escritório dos pagadores, e outro, que era cozinha e residência. Eu tinha um primo-irmão da minha

mãe que era pagador, o Nelson Weneman. [...] e os ferroviários, a gente sabia, muitos compravam aqui em casa, e quando eles vinham pagar, era porque o pagador tava aí. [...] A estrada de ferro passava ali na Sete de Setembro, onde tem a caixa d'água. Era o triângulo, como eles chamavam”.

As compras na Casa D'Arienzo eram feitas com pagamento a vista, quando os ferroviários recebiam o ordenado, ou eram anotadas (“compravam na conta”) para serem pagas quando o trem pagador estivesse na cidade: “Ah, anotavam num papel, não se tinha uma conta, se fazia um vale e depois somava e acertava, crediário não existia”. Segundo o entrevistado, o sistema de compra em prestações surgiu posteriormente: “começou com o velho Gayer na Casa Masson, em Porto Alegre, tu fazias prestação e ele mandava um guri, ou uma pessoa mais ou menos da vizinhança pra investigar se o cara era bom. Esse foi o início da coisa no Rio Grande do Sul”.

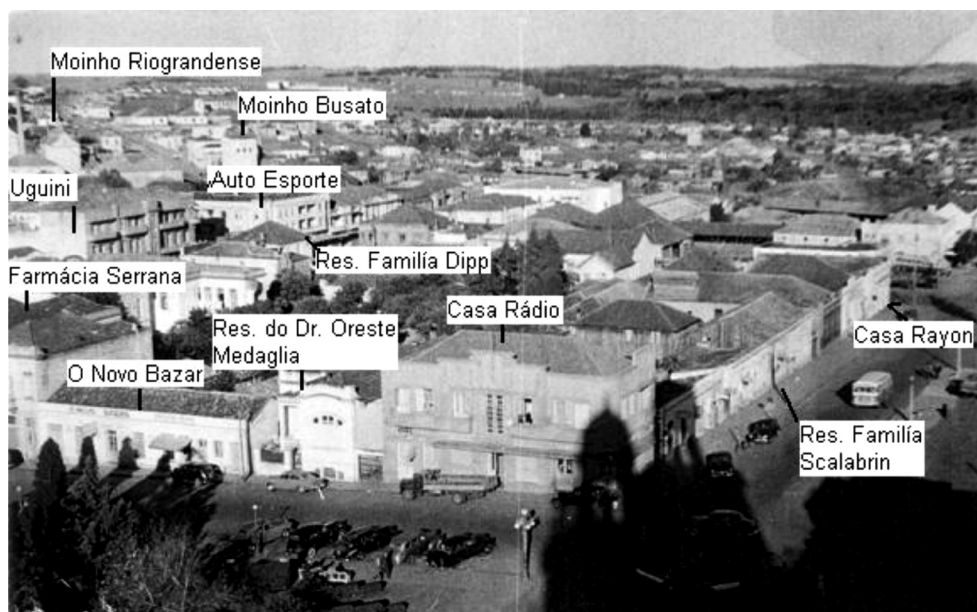
Da viação férrea à via aérea

Os trabalhadores ferroviários movimentaram intensamente a cidade de Passo Fundo, tanto no comércio como na sociedade em geral. Eles tinham sua cooperativa para fazer suas compras, mas, ainda assim, muitas precisavam ser feitas no comércio local, o que fazia girar muito dinheiro.

Passo Fundo contava com duas linhas diárias de trem: uma nacional, que passava às 15h30min, procedente de Porto Alegre; e outra internacional, que vinha de Uruguaiana e passava à noite, com destino a São Paulo: “Naquela época, o pai usava o trem pra fazer compras em São Paulo, eram dois dia pra ir, dois pra voltar, então ele ficava no mínimo 10 ou 12 dias. Depois começaram os voos da Varig, que era Aviação aérea gaúcha”, e as compras do comércio D'Arienzo passaram, assim, a ser feitas por via aérea.

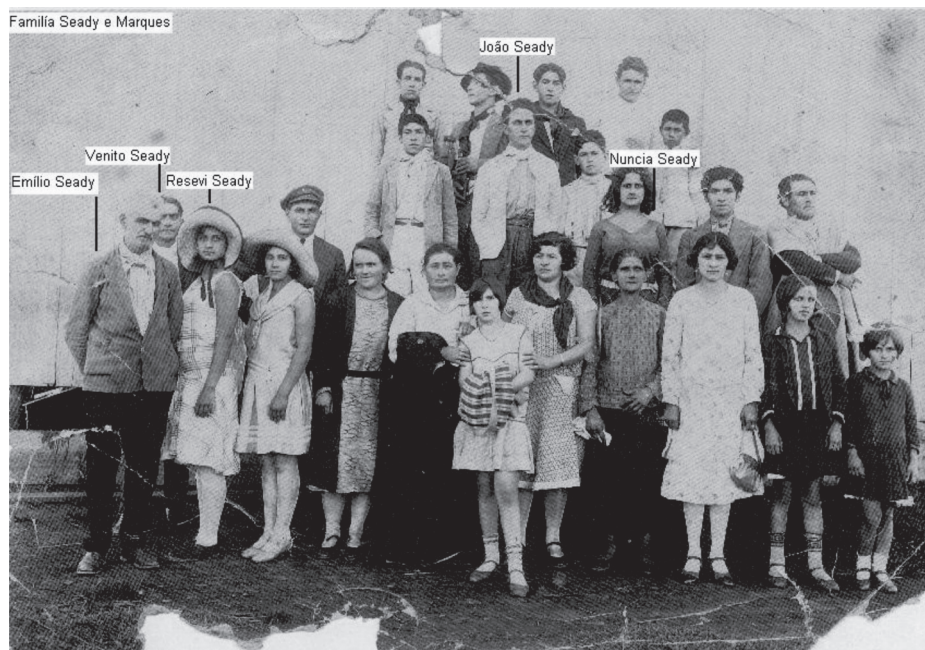
Esse foi um breve relato feito por alguém que, mais do que testemunhar, protagonizou a vida em Passo Fundo na metade do século passado.

Fotos que ilustram o centro da cidade de Passo Fundo no período de 1930 a 1970. Gentileza do Sr. Aniello D'Arienzo.





Esquina da General Neto com a Morom : 1 – Edifício Drogabir (Abraão Birman) 2 – Casal imperial da família Blochten 3 – Casas Pernambucanas 4 – Casa Kieling 5 - Casa São Paulo de Kwitko & Melnick 6 – Casa José Sirotsky 7 – Banco da Província 8- Banco Industrial 9 - Transformador da luz elétrica



Ruy Della Méa: **Um desbravador da aviação brasileira**

Diego Chimango

No mês em que a Capital do Planalto Médio comemora 151 anos de emancipação político-administrativa, vem à tona a imagem dos notáveis cidadãos que projetaram o desenvolvimento dessa cidade. Nessa primeira edição da Revista do Instituto Histórico de Passo Fundo, presta-se uma homenagem póstuma a um ilustre passo-fundense pouco conhecido pela geração atual, mas que possui íntima ligação com o progresso de sua terra. Trata-se do Comandante Ruy Della Méa.

“Na infância, quando conduzia as tropas de burros com seu avô, o pequeno Ruy olhava para o céu e, quando avistava um pássaro, dizia: um dia voarei tanto quanto as aves. Embora a expressão fosse entendida como um sonho impossível da infância, não seria errado dizer que se tratava do idealismo de um futuro grande homem, dando seus primeiros sinais de vida”, contou em entrevista o jornalista Muryllo Della Méa, 60 anos, filho do Comandante.

Nascido em Passo Fundo no dia 25/06/1918, foi o segundo filho do casal Pio Della Méa e Ercília Della Méa. Teve apenas uma irmã, a educadora Ida Della Méa, recentemente falecida, aos 94 anos de idade. Ruy estudou no Colégio Elementar (Escola Estadual Protásio Alves), tendo sido aluno de Anna Wiling; posteriormente, teve como mestre o Irmão Leão, no Colégio Marista Conceição. Anos depois, no Rio de Janeiro (Capital Federal), fez cursos que deram início a uma notável carreira aviatória. No ano de 1939, na capital paulista, conquistou o brevê sob a orientação do instrutor Renato Pedroso, alcunhado campeão de acrobacias, tornando-se, então, piloto na Base Aérea de Marte.

“Na primeira metade do século XX, quem ousasse dizer que o homem poderia voar era tido com louco, mesmo depois da famosa invenção de Santos Dumont. Meu pai era um desses homens idealistas que, na verdade, foram os precursores de uma arte tão comum atualmente”, disse o filho Muryllo. De volta a Passo Fundo, junto ao então prefeito Arthur Ferreira Filho, Dr. Gelson Ribeiro e Armando Czamanki, Della Méa fundou o Aeroclube da cidade, em 29/10/1940, formando, mais tarde, a primeira turma de pilotos. Com carta de recomendação ao jornalista Jorge Chalita, o jovem aviador voltou à capital federal e passou a exercer a função de instrutor de voo, efetuando dezenas de aulas e palestras, cativando ao Dr. Salgado Filho, Ministro da Aeronáutica à época, com quem estabeleceu grande amizade. Ruy solicitou ao Ministro uma aeronave para a formação de futuros pilotos em sua terra natal, pedido prontamente aceito. Mas a ideia não foi bem recebida por alguns de seus conterrâneos que o consideravam um louco por desempenhar tal ofício, o que desiludiu o jovem idealista. Sabendo do triste fato, Salgado Filho resolveu doar a aeronave ao muni-

cípio de Carazinho, que também contava com um aeroclube. No aeroporto Santos Dumont, o avião de prefixo “TKU” foi batizado com o nome do intrépido Henrique Dias.

Em maio de 1942, Ruy retornou ao Rio Grande do Sul, pilotando a aeronave no trajeto Rio/São Paulo/Florianópolis/Laguna/Porto Alegre. Uma fogueira foi acesa, nas proximidades de uma madeireira, para que a fumaça guiasse o piloto Della Méa, que aterrissou no antigo campo do Esporte Clube Gaúcho – onde, atualmente, situa-se o Bairro Vergueiro – às 17h, diante de uma multidão deslumbrada. “Nesta ocasião, eu ainda era menino, e recordo que Ruy aterrissara para abastecer o avião. Naquele dia, entre outros destaques, estava presente o também amigo Múcio de Castro, jornalista que foi o verdadeiro baluarte da carreira de Ruy”, comentou o ex-telegrafista João Pedro Bortholacci, amigo do Comandante.

Retomando a viagem, partiu para a vizinha cidade, onde era aguardado por cerca de cinco mil pessoas. Della Méa construiu, em Carazinho, um hangar para o aeroclube daquela cidade e ali também formou a primeira turma de pilotos carazinhenses. A pedido do Ministro Salgado Filho, no mesmo ano, Della Méa procedeu a inquérito na cidade de Orlândia (SP), onde prestou serviços por mais de um ano, sendo congratulado pela população e autoridades daquela hospitaleira cidade.

O ano de 1944 foi glorioso para o jovem aviador. No Rio de Janeiro, casou-se com a Sra. Irene Paraguaçu, com quem teve quatro filhos: Ruy, Muryllo, Maria Ercília e Sandra. Della Méa também conquistou, nesse ano, o brevê de piloto mercante, passando a servir a Companhia de Transportes Aéreos da Costa Rica e realizando voos ao continente europeu e à América do Norte. Ainda em 1944, foi convidado pela Royal Air Force (RAF – Força Aérea Inglesa) para prestar serviços na Segunda Guerra Mundial, mas, por reconhecer o valor profissional do jovem, o Ministro do Exterior, Dr. Oswaldo Aranha, remeteu uma carta à direção da Aerovias Brasil, oportunizando o ingresso do Comandante Della Méa na companhia em 04/10/1944. “Sempre aperfeiçoando seus conhecimentos, Ruy foi aos EUA naquele mesmo ano para diversas especializações aviatórias, onde teve como colega o jovem Neil Armstrong, estreitando amizade com aquele que, no futuro, tornar-se-ia o primeiro homem a pisar o solo lunar”, comentou Muryllo.

Em 1945, passou a comandar os aviões quadrimotores, fazendo o trajeto da Costa Rica ao Canal do Panamá. No Brasil, fez o trajeto Rio-Maranhão e, também, carregou cristal de rocha para os EUA, sendo o pioneiro a transportar para o Brasil as primeiras cargas de penicilina, medicamento que, na época, só era fabricado nos EUA e na Europa. Por um período de três anos, passou a realizar somente viagens internacionais, como, por exemplo, o circuito Miami, Florida, Hollywood e América Central.

Em 1949, a Aerovias Brasil transferiu-se para São Paulo, onde foi construído o primeiro grande hangar do país. Della Méa foi o responsável pelo plano de nacionalização da Aerovias, baseando-se no sistema aviatório americano, com apoio

do Ministério das Relações Exteriores, o que lhe rendeu a direção geral da companhia em Caracas pouco tempo depois. Na década de 1950, dedicou-se à criação de uma empresa aérea gaúcha denominada “Caminhos Abertos para o Brasil” (CABRA). Mesmo com todos os esforços e apoios, a descrença de seus conterrâneos, novamente, impossibilitou a realização de um sonho do experiente ás, que, por esse motivo, retornou aos grandes centros e foi nomeado para a chefia da Base Aérea de Curitiba, comandando os aviões Convair 340, 440 e o possante DC-6 C.

Com mais de 22 mil horas de voo, em janeiro de 1962, Ruy Della Múa aposentou-se de sua brilhante carreira aviatória, dedicando-se à pecuária em sua fazenda no Paraná. Em 1965, o reconhecimento pelos seus prestimosos serviços prestados foi expresso em uma dignificante homenagem oferecida pelos cidadãos passo-fundenses. O bravo Comandante fez sua última decolagem aos céus em 1975, acometido por uma violenta pancreatite, que lhe tirou a vida aos 56 anos de idade. Na edição nº 14.065, do dia 24/11/1975, o vespertino O Nacional informava, com pesar, a morte de um grande homem ocorrida em São Paulo.

O empreendedorismo, a perícia e o exercício da ética foram marcas registradas na trajetória de um dos mais ilustres filhos de Passo Fundo, que, apesar de todas as adversidades e percalços, não se deixou abater, conquistando o sucesso e tornando-se um modelo para a posteridade. Ruy Della Múa foi um dos pioneiros e eméritos desbravadores da aviação brasileira, que enalteceu para além das fronteiras o nome da Capital do Planalto Médio.

Fredolino Chimango: **Um passo-fundense da Segunda Guerra Mundial**

Diego Chimango

Ao passar pela Rua Teixeira Soares, em frente às antigas instalações do Quartel do Exército, onde há um estádio chamado Fredolino Chimango, muitos passo-fundenses devem se indagar sobre quem foi esse homem. Infelizmente, a maioria dos munícipes desconhece a importância dessa ilustre figura. Ele foi um dos bravos soldados brasileiros que lutaram nos campos da Itália para conter o avanço das tropas nazistas no mundo. Existem poucos registros sobre sua vida e muitos mistérios circundam sua morte.

Gaúcho, nascido em Passo Fundo a 19/04/1921, filho de Edmundo Chimango e Gabriela Francisca da Silva Chimango, era o segundo filho de uma família de 11 irmãos. A humilde família de agricultores residia no interior do município de Passo Fundo, e Fredolino estudou em uma escola existente na localidade denominada Rio do Peixe. Mais tarde, o jovem mudou-se com a família para o distrito de Água Santa, onde trabalhou nos Engenhos Scheleder e Busquirolo. Segundo o relato do Sr. Miguel Chimango, 76 anos, irmão de Fredolino, residente em Passo Fundo, o jovem apresentou-se como voluntário ao serviço militar no 8º Regimento de Infantaria, em Passo Fundo, antes mesmo de completar 18 anos. Assim que alcançou essa idade, foi convocado para servir em Quaraí (RS), sendo em seguida removido para São João Del Rei (MG) e, finalmente, para o Rio de Janeiro (RJ), onde ficou por mais de um ano. Após o cumprimento do serviço militar obrigatório, o jovem Fredolino retornou para o seio de sua família, trabalhando como serralheiro em sua terra natal.

Enquanto isso, os horizontes foram enegrecendo com o início da Segunda Guerra. Sob o comando de Adolf Hitler, da Alemanha, e Benito Mussolini, da Itália, o avanço do Eixo iniciou o massacre de 65 milhões de judeus, fazendo também inúmeras vítimas em todo o mundo. De 1939 a 1941, o Brasil permanecia apenas como fornecedor de subsídios para ambas as potências envolvidas no conflito. Na época, o país vivia a Ditadura do Estado Novo, instituída por Vargas, que possuía vários pontos semelhantes à ditadura fascista; em contrapartida, dependia economicamente dos EUA, ferrenhos inimigos do Eixo. Esse quadro se manteve até a manhã de 06/12/1941, quando os japoneses atacaram a Base Norte-Americana de Pearl Harbor, provocando o ingresso dos EUA na guerra. Um mês depois, em um congresso das Repúblicas Americanas no Rio de Janeiro, o ministro Oswaldo Aranha anunciou o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

A atitude revoltou o ditador alemão Adolf Hitler, que desencadeou uma ofensiva submarina na costa brasileira, naufragando cinco navios e 31 barcos da

marinha mercante brasileira. No dia 22/08/1942, o Repórter Esso transmitiu à nação brasileira a declaração do Estado de Guerra contra a Alemanha e a Itália. Assim, o Brasil ingressou na Segunda Guerra Mundial, unindo-se aos EUA, à França e à Inglaterra. Houve uma mobilização intensa em todo o país, tendo sido, então, criada a Força Expedicionária Brasileira (FEB), força militar que congregou 25.300 homens aguerridos que lutaram nos campos de batalha do Velho Mundo. O Exército Brasileiro passou a convocar os soldados da ativa e também os recrutas já dispensados que ainda fossem solteiros.

Foi justamente nesse momento histórico que o Cabo Fredolino Chimango foi chamado para incorporar-se à 1ª Divisão de Infantaria do Exército, mas sua convocação não chegou a tempo em razão de ele residir no interior de Passo Fundo. Porém, sabedor de seu dever patriótico, Chimango deixou o seio de sua família e apresentou-se ao Exército, seguindo para o Rio de Janeiro e, finalmente, embarcando num navio em 20/09/1944, juntamente com a segunda leva de homens que envergaram a farda verde-oliva nos campos de batalha italianos.

O Sr. Miguel Chimango relembrou a presteza e o notável carinho que o rapaz tinha por seus familiares: “Tratava-se de um rapaz muito inteligente, dono de uma personalidade incrível”. Num relato emocionante, Miguel rememorou o momento da despedida dos familiares. “Foram muitos os pedidos de minha mãe para que o filho querido não fosse para a guerra. Parece que ela pressentira o que aconteceria mais tarde. Na despedida, ao abraçar nossa mãe, Fredolino proferiu estas palavras: ‘Mãe, prometo enviar-lhe cartas todas as semanas. Tu estarás sempre no meu coração, assim como meu pai e meus irmãos. Mas se um dia... se um dia sentires que as cartas não chegarem mais, é porque teu filho tombou defendendo nossa pátria. Porém, estejas certa de que tu estarás presente nos meus pensamentos até o último instante’”. Infelizmente, o presságio de dona Gabriela consumou-se tempos depois. O Cabo Fredolino Chimango, Id. 1G-293658 - Classe 1919, integrante do 11º Regimento de Infantaria, lutou bravamente nas batalhas de Monte Castelo, Castelnuovo e Montese.

“As cartas sempre contavam as passagens vividas por meu irmão na Itália de Mussoline, e minha mãe ansiava por notícias todas as semanas. Porém, houve um dia em que as cartas não mais chegaram, o que não desesperançou Dona Gabriela”, contou Miguel. No dia 16/04/1945, o pracinha foi dado como desaparecido. A notícia consternou seus familiares, que, para poupar o coração da mãe do emérito herói, optaram por não dar a informação sobre o desaparecimento do filho querido. Lamentavelmente, Dona Gabriela veio a falecer pouco tempo depois, sem saber que seu filho havia tombado em combate.

Anos mais tarde, foram encontrados os restos mortais do pracinha. Contam-se várias histórias acerca do desfecho da sua vida. Uma das versões dá conta de que Fredolino fora vítima de uma rajada de balas na batalha de Montese, no dia 14/04/1945. Conta-se, também, que um cidadão italiano encontrara o corpo do soldado e cuidara de seu funeral. Outro relato afirma que, quando encontrado, Fredolino

Chimango estava vivo, mas devido à gravidade de seus ferimentos veio a falecer. Segundo Noêmea Chimango Mileski, 78 anos, irmã do pracinha, ele fazia parte de uma equipe que desarmava minas terrestres, e numa dessas tarefas a explosão de um artefato tirou-lhe a vida.

A morte de Fredolino Chimango é cheia de mistérios e lendas, as quais geram diversas perguntas até hoje sem respostas. Em 1955, foram trasladados os restos mortais dos heróis brasileiros da Itália para o Brasil, os quais repousam no Monumento aos Expedicionários, no Rio de Janeiro. Porém, há uma gaveta vazia nesse mausoléu, pois na época uma família italiana reclamou os restos do pracinha Fredolino Chimango, impedindo seu sepultamento em solo brasileiro. O pedido dessa família foi atendido sem grandes interferências da família de sangue. Hoje, o passo-fundense é o único pracinha brasileiro que permanece repousando no cemitério em Pistoia, representando sua pátria no espaço reservado em memória aos combatentes. No local, todos os dias, é hasteada a bandeira verde-amarela, em sinal de reverência ao aguerrido expedicionário.

O pracinha passo-fundense foi agraciado com as medalhas de Campanha e Cruz de Combate de 2ª Classe, em virtude da honrosa atuação na Segunda Grande Guerra. Em sua homenagem, existem, em Passo Fundo, uma escola no Bairro Jaboticabal e um estádio na Rua Teixeira Soares que levam seu nome. No estádio, há um monumento simbolizando um projétil de fuzil, monumento também batizado com o seu nome.

Através da figura de Chimango, são homenageados todos aqueles que exerceram seu espírito patriótico em favor da liberdade, em especial os 457 febianos que tombaram em solo italiano. Fredolino Chimango é mais um dos filhos da Capital do Planalto Médio que orgulham e fazem dessa terra de passagem um verdadeiro marco histórico do Brasil.

Testemunho do nascimento de uma comunidade

Dilse Piccin Corteze e Veríssimo da Fonseca

Julio Edwig Ritt mora em Passo Fundo, desde o dia 28 de janeiro de 1952, e declara: “Uma vez que estudava com os padres da Sagrada Família, terminei os cursos em Santo Ângelo e vim para cá. A cidade era muito reduzida, comparada com hoje, tinha poucos prédios, e as ruas eram poucas calçadas, tinham pedras irregulares. As ruas na periferia não eram empedradas, e eram ruins para se andar. Colaborei na catequese, criamos grupinhos de meninos e meninas, preparamos para a primeira eucaristia, organizamos times de futebol para mostrar o trabalho, não apenas espiritual, mas também social. Lembro-me, com satisfação, da gratidão que os pais nos davam pelo nosso trabalho.

Evidentemente, não poderia deixar de estudar. Fiz, aqui, o curso de filosofia e teologia, e exatamente no dia 1º de dezembro, fui ordenado sacerdote, na cidade de Tapejara, por Dom Claudio Colling. No ano de 1957, eu colaborei, muitas vezes, na paróquia de sede 35, para auxiliar o pároco de lá. Em 58, fui transferido para a cidade de Maravilha, para trabalhar no Seminário Nossa Senhora de Fátima, onde fiquei encarregado de trabalhar com os alunos. Eu tinha, então, 58 jovens de 11 a 14 anos para atender. Esses jovens dependiam muito da gente, a sorte que tinham as irmãs do Notre Dame, que atendiam serviços na cozinha e auxiliavam com os alunos, eram mãezinhas para os jovens. Lá tratamos de organizar, também, jogos para a diversão dos alunos.

Quando, em 59, os supervisores fizeram por bem colocar a primeira série ginásial, passei a lecionar, comecei a atender as comunidades, a celebrar batizados, casamentos etc... Para ir a esses lugares, eu dispunha de uma mula para carregar os objetos. Passava um rio chamado Sargento. Depois, parei lá na casa de um agricultor, pousei lá, e, no dia seguinte, celebrei uma missa naquela comunidade mesmo e continuei minha jornada. Assim, cheguei a conhecer o que é mata virgem e o que os colonos que partiram do Rio Grande do Sul passaram para colonizar. Muito sofrimento, mas animados por melhorar sua vida econômica”.

A mata virgem e a colônia de Maravilha – Santa Catarina

“Entre os colonizadores que dividiram aquela terra e começaram a desmatar, podemos citar pessoas muito conhecidas de Passo Fundo, como os irmãos Benvegnú e outros passo-fundenses que estiveram lá. Teve, também, famílias lá da banda de Aratiba, que celebraram parcerias com nossas famílias e abriram grandes serrarias, muito movimento, as madeiras eram levadas pra um lugar chamado Passarinhos, e

feito as balsas que seguiam para outras regiões. De manhã, às quatro horas, seis ou sete canoas carregadas de pranchas seguiam caminho para o rio. Dizia-se, então, que os caminhoneiros são os despertadores do ponto, porque logo ali tinha uma pequena sobra para subir com essa carga. Deviam fazer pequenas mudanças nos motores, mas o povo lá de Maravilha gostava muito de trabalhar. Fiquei dois anos lá. Nesse tempo, foram criadas muitas comunidades”.

“Uma comunidade”, explica ele, “era quando todos se organizavam para ter muitas escolas, uma capela, um cemitério. A convite do senhor prefeito, fizemos uma viajada pelo interior e achamos por bem que, de três em três quilômetros, fosse feita uma escola, para que as crianças não caminhassem muito, e que fosse reservado um terreno para a construção da capela, e perto, o cemitério. Em muitas comunidades, foram feitos assim. E vieram professores daqui das famílias que foram morar lá, e o município começou se interessar, fez o colégio Notre Dame, e a criançada começou a estudar ali, e ali começou a matéria do servos: ‘quem tem um olho é rei’. E os alunos que cursavam o 4º ano e o primário contavam selecionar, e [...] o município foi evoluindo”.

Um pouco da vida dos colonos em Maravilha

“Era costume dos colonos subir ao rio, as de origem italiana faziam uma tarde de filó... Sentavam ali, conversavam, faziam uma janta e chamavam isso de filó, compartilhando para o bem da comunidade. Quando o colégio das irmãs promovia qualquer solenidade, lá estavam os pais presentes. Também houve a comissão para a criação do hospital, que, com felicidade, se realizou. Trabalhou lá um médico muito estimável e muito competente, uma pessoa jovem ainda e de bom senso. A câmara de vereadores fez duas ou três reuniões para ver com que traje iriam à reunião da assembleia. Foi muito comentado, por exemplo, para ver se iam com bota e bombachas, ou, então, se deveria ser um traje ‘digno’”.

Sobre sua atuação como sacerdote, afirma: “Fui um padre que esteve com o povo, joguei bocha e tinha uma grande amizade com os evangélicos; também não fazia discriminação entre raças. Certamente, eu era o padre ruim, que estava em toda parte, cumprimentava a pessoa que estivesse 50 metros longe da rua onde eu caminhava, outras raças... A maior parte dos colonos era de origem alemã e italiana, depois vieram os poloneses, mas eram poucos. Mas, predominantemente, eram alemães e italianos, famílias grandes. A média pode-se dizer que era de sete ou oito filhos por família. Casavam-se, em média, aos 20 anos, e o casamento era um marco que reunia um monte de famílias desconhecidas, e, certamente, o churrasco não poderia faltar. Participei de muitos depois de fazer a celebração, do encontro da festa. Boas lembranças. E a gente conquistava as pessoas, nunca tive qualquer contrariedade de outra igreja; pelo contrário, fiz anos de benefício no seminário. Numa grande festa, os católicos colocaram como candidata a rainha, e os evangélicos colocaram

o rei, e os dois foram coroados. A rainha e o rei, tudo foi aprovado com êxito, todos ficaram contemplados, uns e outros”.

“Outra recordação boa que eu tenho, devido ao meu modo de agir com os outros”, relembra, “quando uma igreja tinha uma festa, convidava a outra para participar. Eu mandava chamar o padre Julio, que prontamente ia à festa. Como eu era solteiro, eu sentava no lado do pastor e da esposa dele. Todo mundo se admirava: ‘é um padre diferente, ele vem, ele vai com todo mundo e não ofende ninguém’. Era bom pra todo mundo. Essas maravilhas marcaram uma época de muito trabalho da sociedade, que foi diferente dessa nossa. O respeito dentro da família existia, os filhos respeitavam muito os pais, não tinha muita separação. O casamento era sagrado, por isso parecia que não tinha preparação de casamento, cursos, os noivos sabiam bem o que queriam, e isso foi edificação para nós mesmos, de ter trabalho e colhido esses frutos”.

Ainda no que se refere à convivência social, conta: “Faziam bailezinhos, e, também, quando a cidade foi evoluindo, criaram-se dois clubes, canchas de bolão. O homem era social, e alguém precisa se organizar. Eu apoiava, frequentando a sociedade, joguei até futebol. Tinha time de futebol; pela amizade que eu tinha da direção, várias vezes, consegui autorização para levar os seminaristas para jogar futebol no campo. O dia em que eu dei a bênção no campo de futebol, na presença do Dr. Leal, que foi o doador da área, benzi o campo, deixei a batina de lado, fiquei com o traje de futebol e joguei”.

Ele divide conosco outra lembrança: “No dia 29 de março de 1929, quando os padres tomaram posse da igreja matriz, o pároco escreveu no livro, mais ou menos, o seguinte: a igreja estava necessitando de uma reforma, e o trabalho era muito necessário, trabalhar muito, porque o povo estava insatisfeito com a frequência religiosa. Por isso, no dia de páscoa, apenas dois homens vieram para a igreja, e para um só se confessar. Mas ele marcou a hora na alta da madrugada, para não ser visto por ninguém. O trabalho começou com a catequese. Tinha um padre que se dedicou muito às crianças, na catequese, e, por meio das crianças, foi se conquistando os pais, e os pais, vendo o trabalho dos párocos, começaram a participar, não apenas da vida religiosa, mas também da reforma da igreja, vendo o que era necessário, as missas tinham pouquíssimas pessoas. Evidente que a frequência ao sacramento era muito relativa. Foram muito auxiliados pelas irmãs do Notre Dame, que já estavam ali, e que eles tinham a educação integral dos seus alunos [...] que compreendia, também, a educação religiosa. Por isso, os alunos começaram a frequentar a igreja com os pais”.

“Logo acima da igreja Matriz”, relata, “estava o colégio dos Irmãos Maristas, e eles, também, dentro da sua meta, tinham a formação integral. [A pessoa] deve ter a formação religiosa, [deve ter] fé em algo. Também os alunos colaboraram para a frequência, e seus pais vieram para a igreja, de tal modo que as igrejas começaram a lotar nos domingos. Ali, o trabalho exigia mais mão de obra, [por isso foram solici-

tados] mais sacerdotes. Na época, tinha uma localidade que se destacava, era a sede 35. Lá pelos anos 38, solicitaram ao bispo de Santa Maria a criação da paróquia 35. Foram destacados dois padres para cuidar da paróquia, para se ter ideia do tamanho da paróquia. Em 57, quando auxiliava lá, aos domingos, eu celebri, durante aquele ano, em mais de 20 capelas do interior, e não visitei todas, visitava uma a cada domingo. Hoje, a sede 35 é chamada de David Canabarro. Ciriaco, a sete quilômetros de David, tinha um hospital. O pessoal pediu que a congregação colocasse um sacerdote para atender o hospital, a congregação achou por bem colocar um capelão lá. Foi colocado um padre novo, e esse fez uma grande revolução modernizadora na igreja, era o capelão Elpidio Sulpra”.

Por fim, ele diz: “Os irmãos Maristas fizeram e estão fazendo um grande apostolado aqui. Hoje, o povo é muito, e os sacerdotes são poucos. O padre pode exercer outras funções profissionais e estar atendendo à necessidade espiritual do povo. Sendo assim, não teria falta de padres”.

Santo Ângelo

“De Maravilha, fui transferido para o seminário de Santo Ângelo pra lecionar lá. Lecionei latim, francês e retórica por três anos. Depois, os meus superiores me acharam bom pra ser o ecônomo do seminário de São José. Então, desde 1963, eu era responsável pela economia. Ao mesmo tempo, eu legalizei o meu curso de filosofia, frequentando a faculdade de educação do Colégio Conceição. Em 1964, o superior achou por bem que eu fosse auxiliar da paróquia Nossa Senhora da Conceição”.

Reserva do Rio Ligeiro: Índios Kaingang

Veríssimo da Fonseca



Laurindo Veloso

Entrevista feita por Pedro Veríssimo da Fonseca com o senhor Laurindo Veloso, 52 anos, aposentado que dedicou toda a sua vida a cuidar da etnia kaingang, não por profissão, mas por amor. Conheceu Rondon e viu nele a sua estrela-guia. Se a sabedoria de Rondon lhe foi fonte de saber inesgotável, a disciplina de seu pai, oficial da Marinha e homem de confiança de Rondon, incutiu-lhe a mesma qualidade.

Em 1953, Veloso teve o primeiro contato com os índios do sul do Brasil, os kaingang. “Meu pai era oficial da Marinha, e ele teve a missão de vir aqui, de Goiás ao Rio Grande do Sul, para instalar uma ajudância no serviço de proteção aos índios. Ajudância é a sede do sul [de São Paulo, Santa Catarina e Rio

Grande do Sul], em Curitiba, a sede do serviço de proteção aos índios, e pediram para ele vir aqui para o Rio Grande do Sul. Antes, ele morava em Goiânia. Ele é pernambucano, oficial da Marinha, e rodou por todo esse Brasil. Se casou em Goiânia, e nós viemos para cá. No mês de julho, é muito frio aqui no Rio Grande do Sul, então nós saímos de Goiânia a 40°C de calor e chegamos aqui no Rio Grande do Sul a 0°C. Foi muito difícil a nossa adaptação.

O posto indígena naquele tempo era chamado de reserva indígena Cruzeiro, no município de Getúlio Vargas. Aquela região de Charrua, Tapejara, que pertencia a Getúlio Vargas, foi o primeiro contato que eu tive. Passei a minha pré-adolescência em Charrua. A gente morava no posto indígena, toda a família. Naquele tempo, para trabalhar com índio, tinha que morar na reserva indígena, e nós moramos.

Então, a gente estudou em Charrua, depois em Getúlio Vargas, e viemos completar aqui em Passo Fundo o científico. Moramos na reserva indígena 12 anos. Meu pai era muito empreendedor, era uma pessoa que buscava as coisas. Eu tive como criança essa experiência com os nossos índios. A gente nota que de lá pra cá mudou muito, mas algumas coisas melhoraram para a tribo, para os nossos índios, e outras coisas pioraram. Por exemplo, a saúde: a saúde melhorou. O índio hoje tem mais assistência. Os hospitais, os médicos estão abertos para o trabalho com os ín-

dios, mas a integração, que era a ideia do Serviço de Proteção, da política do governo, era a integração do índio no nosso meio. Mas isso não existe. Essa integração assim, cem por cento, não existe. O índio de lá pra cá, desde o descobrimento do Brasil, ele não consegue essa integração, porque é uma cultura diferente, e como é uma cultura diferente, nós temos que respeitar essas diferenças. Então, o kaingang é um povo que está ainda em cima do muro; o índio Guarani, desde a época da tradição jesuítica, foi formando certos povos. Se você perguntar para um índio kaingang o que ele quer ser, ele diz “eu não sei”, porque ele não tem ainda uma perspectiva. Ainda não se criou uma perspectiva para esse povo, e esse povo tá sofrendo uma crise existencialista. Ele não sabe de onde veio, ele não sabe quem é, ele não sabe para onde vai. Então, nós, os não índios, com algumas exceções, temos desse povo um mito, e o índio não é um mito. Eu não considero o índio um mito, intocável. Ele tem que ter um lugar ao sol, só que nós devemos entender que esse povo precisa de um auxílio para ele se encontrar, um auxílio desinteressado, um auxílio humano, tratar esse povo, que ele tenha a sua caminhada, que ele mesmo consiga a sua caminhada. Não é carregando o índio no colo, não é dando um prato de comida, não é dando a cachaça que vamos apaziguar esse povo. Então, a política do governo, não esse agora, é equivocada, essa política indianista. O índio tem que se sentir o índio cidadão, com seus deveres, as suas obrigações, os seus direitos e os seus deveres. Partindo daí, a gente vê a escola, a cultura, essa escola de mostrar a nossa cultura não índia ao índio e mostrar a cultura índia ao índio e ao não índio.

Nós temos uma escola na terra indígena do Rio Ligeiro, de ensino básico, da primeira à oitava série. Está completamente equivocada. Eles dizem: ‘Para que estudar, se eu não vou ser nada?’ Então, colocaram na cabeça do índio que ele tem que estudar para fazer faculdade. Tem alguns índios que galgam esse degrau, mas isso é minoria, e a minoria não pode prejudicar a maioria. Então, teria que se criar um ensino básico, de conhecimento, de valores. O que se quer é que o índio, de uma maneira geral, retorne ao que era há 50, 60 anos atrás. E o índio, nem ele quer, e nem vai conseguir, porque já não tem o seu meio ambiente, porque o meio ambiente, o ecossistema do seu meio ambiente está destruído. Então, não tem mais caça, não tem mais raízes, não tem mais pinheiro. Tem, mas muito pouco para eles terem o pinhão, que é um alimento básico daquela época de 80, 100 anos atrás. Então a situação é muito triste, você ver um povo que antigamente era saudável, tinha autodeterminação e hoje está aí, nas ruas, principalmente aqui de Passo Fundo, pedindo esmola, virando cesta de lixo... é triste isso aí. Um curso indianista... aqueles profissionais que desenvolvem, que cumprem a política indianista no Brasil estão todos... os que não foram para o oriente eterno, estão aposentados. Pouca coisa pode se fazer, a não ser [aproveitar] a sua experiência, mas essas pessoas não são convocadas para dar o seu testemunho, dar a sua ajuda aos que estão vindo aí, essa juventude. Então, eu acredito que vá ficar ainda mais difícil. Você não pode entregar, por exemplo, uma direção para uma pessoa se essa pessoa não fez o teste de habilitação, se essa pessoa

não sabe dirigir. Para você colocar uma ideia numa tribo, numa comunidade dessa daí, você tem que conhecer, porque toda a novidade dentro dessa comunidade pode ser bem ou pode ser mal, e o que a gente está vendo aí são as comunidades num período assim... Por exemplo, vou lhe dar uma ideia: a semana passada nós tivemos que pegar um ônibus, e dentro desse ônibus tinha mais de 100 litros de cachaça. Então, essa cachaça iria para dentro da área. Iria fazer um estrago muito grande. Eram os próprios índios: eles levavam para comercializar lá dentro. Uma garrafa de cachaça dessas custa R\$0,98, e eles levam lá para dentro e vendem a R\$5,00, a R\$10,00, a R\$15,00. E a gente nota que aquelas entidades que teriam que ter a responsabilidade de verificar isso estão alheias. Então, a coisa está sendo muito difícil.

A saúde, a educação, a segurança das terras indígenas e dentro dessa política, o órgão atuando na reserva indígena, na terra indígena, com pessoas com conhecimento de causa, com política de aproveitamento da mão de obra indígena dentro das suas reais necessidades.

Na terra indígena do Ligeiro, tem quatrocentos e oitenta alunos, da primeira série à oitava série. Depois, no segundo grau, vai estudar fora. Então, ele tem muito pouco aproveitamento da primeira à oitava série. Quando ele chega lá fora, na escola do segundo grau, em Charrua, em Tapejara ou em Getúlio, ele chega quase sem saber nem escrever, e fica difícil acompanhar a turma. Ele vai nessas escolas seis meses e não aguenta, e volta para a sua reserva indígena, volta ao seu povo, não estuda mais, porque ele se sente constrangido, ele não alcança os outros, os não índios, aí casa. O índio, com 17 ou 18 anos já está casado, e uma índia, uma mocinha com 12 até 14 anos já está casada, já tem filhos. E a natalidade está aumentando. A natalidade está muito grande. Eu até tenho receio que isso possa dar problemas, que já está dando uma superpopulação. Geralmente, esses povos indígenas, comparados com a nossa civilização, eles são muito fracos. Então, o que a gente vê é o branco se aproveitando disso aí, e tirando proveito no comércio, com as mulheres. Há três anos atrás, nós prendemos três pessoas andando com as índias lá dentro, fazendo farra dentro da terra indígena, com meninas jovens ainda. Inclusive, este processo está na Polícia Federal. Eu acredito que o Governo teria que estar mais presente dentro da terra indígena, dentro da reserva indígena, dentro da sede, porque ali é que começa o problema, ali é que está o problema.

Quando era a FUNAI, até uns dois anos atrás, o servidor da FUNAI teria prioritariamente que viver dentro da reserva indígena, com a família, e a FUNAI dava condições. O servidor tinha casa, tinha um meio de viver. Hoje, não. Hoje, o servidor faz as 40 horas e sai fora. Assim fica muito difícil. Eu saio no domingo de tarde para estar lá na segunda-feira de manhã, e fico até sexta-feira. Então, eu acompanho isso aí, porque eu acho que o meu trabalho é esse. Mas hoje em dia o pessoal não está muito ligado nisso, e o governo não oferece condições. Antes, a FUNAI dava condições para o servidor estar lá, hoje não. O acompanhamento do índio tem que ser contínuo. É demorado, mas tem que ser contínuo. Ele tem que ter condições

de sobrevivência, uma sobrevivência digna. Não quer dizer que tudo piorou. Melhorou muita coisa. Mas, por exemplo, nós temos pessoas que acham que o índio deve viver ainda como vivia há oitenta ou cem anos atrás, que ele tem que ter a rocinha dele pra sobrevivência, que ele tem que viver lá isolado. Isso não pode mais. Isso é uma utopia, porque a terra indígena do Ligeiro, por exemplo, eu conheço. Nas outras também está a mesma coisa.

A Reserva Indígena do Rio Ligeiro tem 4555 hectares, havendo cinco estradas que a cortam. Limita-se com Sananduva, Tapejara, Ibiaçá, Charrua, Getúlio Vargas e com Erechim. Então, como é que esse povo pode viver numa ilha e viver sempre isolado? Não pode mais. O que a gente teria que fazer? A realidade é essa. Nós temos que ver o que é que a gente pode fazer para esse povo ter esses contatos, mas saber se definir nesses contatos. Ele vai num comerciante com o trabalho de cestaria ou vem vender até aqui, em Passo Fundo. Esse trabalho teve custos para ele, com de mão de obra, o tempo que ele ficou lá fazendo. Ele vai pegar taquara e ele chega aqui, por R\$30,00 ele vende o cesto, mas as pessoas compram por R\$10,00. Ele vende pelos R\$10,00, porque ele não tem esse parâmetro de valor. A escola poderia entrar aí, dar essa noção de valor das coisas. Ele não tem isso aí. Se ele tem um objeto e ele necessita de uma outra coisa, ele vende tudo hoje. Ele é um povo que não tem poupança. São essas pequenas coisas que nós teríamos que ir ensinando, através da escola, uma escola objetiva, uma escola real. Esse sistema, não porque o índio é do mato. Ele foi do mato.

O nosso índio, do sul do Brasil, não é mais do mato. Ele está a um passo da civilização. Ele está paralelo conosco, mas ele não tem poupança. Então, a escola é que devia entrar aí. Vamos ensinar a esse povo o que é poupança. Porque eles precisam aprender isso aí. Em casa, tem famílias que têm televisão, tem fogão a gás. Muitos estão apagados, porque eles não têm dinheiro para comprar o gás, mas eles querem o fogão a gás. Eles querem o fogão a gás – o botijão está vazio, e o fogo deles é do lado, um fogo de chão. Há um contrassenso, e o que a gente nota é que a política indianista do governo está completamente na contramão disso aí. Quer dizer, os índios estão indo para a universidade. Tem tantos índios na universidade! Eu me sinto até orgulhoso que esse povo vá para frente, mas não é a realidade dele. Tem sempre uma pressão.

Vou contar um caso. Tem um menino lá que fez o segundo grau, e botaram na cabeça dele que ele tinha que fazer faculdade. Ele fez o exame, o transporte a prefeitura deu. Uns quantos índios foram fazer vestibular. E eles têm aquela cota, que eu não sei como é esse sistema, mas o índio e o negro têm uma cota. E ele passou, passou em História. E nós ficamos alegres: poxa, o menino daqui passou em História! E o pai, com muita dificuldade, arrumou roupa pra ele e tal... E ele foi para Porto Alegre, e, 15 dias depois, eu tô na frente do escritório da FUNAI, e ele passa... O nome dele é Leandro.

Eu disse:

- Oi, Leandro, o que é que houve rapaz? Já voltou? Vem cá conversar comigo, vem cá um pouquinho. Eu queria saber como é que você tá em Porto Alegre, como é que está a faculdade e tal...

Aí ele chegou para mim e disse:

- Não deu, chefe, não deu para mim ficar lá, porque vai demorar muito, vai demorar muito...

Parece que História são quatro anos. E eu não agüentei.

- Mas faz 15 dias que você foi parar lá.

Ele disse:

-Não, mas eu tinha que ver a minha mulher.

Então, onde é que está o erro? Como é que nós pegamos um jovem com 21 anos, mandamos para Porto Alegre, para universidade de lá, ficar em quatro paredes lá, no nosso sistema? Ele casado, com a mulher no posto, com filho pequenininho, ficar lá isolado. Quem é que está errado? Ou o índio, ou o sistema? O sistema é que está errado. O que é que o sistema teria que fazer? Dar oportunidade para o índio, mas pegar uma universidade próxima, no caso, Passo Fundo, Erechim, etc., que tem ônibus diários, a Prefeitura paga o transporte. Mas, não... O governo fez essa remessa para Porto Alegre, mas nunca que esse índio vai ficar em Porto Alegre, porque ele é um homem que faz 200 anos que saiu do mato, com toda a sua masculinidade, a sua vontade de procriação, daí não vai adiantar.

O governo diz:

- Não, não... Abrimos a universidade para os índios.

Está certo, mas então é preferível deixar que o índio vá numa escola técnica, de agricultura, de artesanato, de marcenaria, eletricidade, como é que se guia um trator, porque eles têm lavoura mecanizada, técnicas agrícolas. Não para profissionalizar prometendo emprego – só para eles terem para a reserva deles e passar isso lá para os outros, porque a lavoura dele ainda é complementar. Então, a gente precisa estar vendo a lavoura, como é que o calcário, o fosfato, a uréia, isso o índio usa, e o sistema diz que o índio não pode usar isso. Se do lado da reserva indígena o colono branco usa isso aí, por que é que o índio não pode usar? A terra é a mesma...

Ele não pode usar a tecnologia atual porque ele tem que usar a maneira antiga. Então fica difícil esse contrassenso: pode ir para a universidade, mas não pode usar a mecânica, a tecnologia da lavoura moderna, que o colono ao lado da reserva indígena usa. Por isso que eu acho que nós estamos na contramão da história. Eu respeito muito esse povo.

O kaingang já está em vias de integração, e essa via de integração está mais para se integrar do que para se desintegrar. Nesse passo, nós temos que ajudá-lo. A política indianista tem que ser realista. Nós temos lá um cidadão indígena que compra carro. Eles têm carro. Hoje está fácil. Ele paga a primeira prestação, a segunda, e a terceira ele não paga mais... Um índio desses tem sabedoria, o entendimento de ir numa loja de carro, comprar um carro usado, porque novo eles não tem condições.

Elem comprem todos aqueles carros baleados. A turma passa para eles, e esse cidadão não tem dever de ir numa agência do INSS fazer um benefício da esposa dele que teve criança: precisa a FUNAI fazer isso. Se ele teve condições de assinar duplicata, de comprar um carro, de ir nessas lojas de comércio, comprar fogão, comprar televisão... Não é com todos que acontece, mas acontece em muitas famílias que já estão nesse caminho, um caminho que está meio trancado. Esse índio é um cidadão.

O índio teria que ser independente. Nós estamos colocando esse homem, esse povo na dependência, desde o descobrimento do Brasil. Nós estamos cometendo o mesmo erro de sempre. Essa política tem que ser definida. Eu dou o sangue pelos índios. A minha vida durante esses cinquenta e poucos anos, onde a gente pode se interar, agir, conversar, aconselhar... Mas a sistemática da política indianista não nos deixa agir mais, porque tem muita gente dando palpite. Nós temos quase uma centena de ONGs, dizendo o que o índio tem que fazer, e quem menos dá palpite é o governo, que seria quem teria responsabilidade com esse povo, de mostrar a esse povo um caminho melhor, um caminho seguro. O governo se retraiu. Tem até ONG da Alemanha e da Noruega que vem aqui e diz que o índio tem que ficar assim, que não pode tirar o índio do mato.

As ONGs internacionais estão atuando no norte do país, mas isso reflete no povo em geral. Vem esse povo dizendo que não pode mexer, ele tem que voltar como ele era. Isso é um absurdo. É por isso que eu digo que a política indianista do governo está atrasada há quarenta anos, e o índio deu uma arrancada por cima, para frente, mas essa arrancada só prejudicou, porque foi uma arrancada que pára, segue, vai para a direita, vai para a esquerda, vem para o centro... Nunca tem uma definição. O índio está indefinido na sua existência, o que me preocupa bastante, porque a gente viveu todo esse tempo, sofreu junto com ele. A gente sofre, porque lá onde eu fico durante a semana, durante as noites, é que a gente vê o drama, e a gente nota que aquilo ali poderia ser diferente, desde que a gente praticasse uma política indianista verdadeira, porque o índio é um povo muito bonito. As pessoas que não conhecem, as pessoas que têm um poder maior acham que o índio tem que ficar lá. Esses dias eu recebi uma comitiva de estudantes que veio de Erechim, dizendo: 'Pois é, chefe, eu pensei que o índio aqui usava tanga e vivia pelado'. Se o adolescente diz isso, o que é que a família dele e a escola dele passam para ele? A coisa está errada. Um rapaz, um jovem, olhando as meninas e dizendo: 'Olha que bonito! Eles não estão pelados, eles têm casinha, não é oca'. A gente chama esses adolescentes e diz: 'Vamos conversar. Eu vou explicar para você'.

O que é que esses adolescentes vão pensar dos nossos índios quando eles estiverem no lugar de administrador, de médico, de professor? Recentemente na nossa história do Brasil, o que é que a gente via? E a coisa continua. Infelizmente, a coisa continua, em pleno século XXI. Agora, nós temos o outro lado, que é o lado dos índios do norte, que ainda estão numa fase de aprendizado. Os índios do Rio Grande do Sul são diferentes dos índios dos outros estados. Por exemplo, o Rio Grande do Sul

com o estado de Pernambuco, tem diferença na alimentação, na maneira de se vestir, na maneira de se conduzir, na maneira até de pensar. Enquanto um está saindo da idade da pedra, os daqui estão no século XXI, com televisão, parabólica, com som, com internet.

Por isso que eu acho que a história dos nossos índios está mudando. Agora, os povos são mutantes, o que nós somos hoje aqui em Passo Fundo, daqui a 20 anos não somos mais. Já mudaram as ruas, já mudou o trânsito, etc. E é a mesma coisa com os índios. Agora, o índio está fazendo isso atropeladamente, sem orientação, e essa orientação cabe a nós, do governo, dar. Não é carregar o índio no colo. Eu sempre digo para eles: ‘Vamos junto. O nosso trabalho aqui é de parceria. E para vocês, eu não sou chefe, eu sou um parceiro nessa caminhada de vocês aqui’. Por isso que o homem que trabalha com o índio tem que ter uma conduta ilibada, porque eles se espelham na gente. Se você faz isso, eu posso fazer também. Eu tinha lá cinco anciões que são do conselho de anciões indígenas. E até paras crianças. As crianças chegavam e pediam balinha para mim. Eu sempre tenho. Peguei e dei uma balinha para cada criança. Quando eu olho para os velhinhos, eles estavam com a mão estendida, pedindo: ‘E a gente, não vai ganhar uma balinha?’ É difícil você fazer eles entender. O que você deu para as crianças você tem que dar para eles também.

E uma outra coisa muito interessante, que às vezes a gente se engana, é com essa figura do cacique. O kaingang nunca teve cacique. Quem inventou essa figura do cacique fomos nós. Eu acho que vocês já devem ter lido nos seus livros o que aconteceu no Paraná, onde os índios fizeram uma rebelião, e agora estão respeitando mais a terra dos índios. O governo do Paraná disse assim: ‘Vamos conversar com esses índios’. Aí, o auxiliar do governador disse: ‘Não vamos conversar com os índios. Eles vão vir com toda a tribo, e nós não vamos ter condições de receber esse povo, porque eles vão vir todos. Vai vir mulher, vai vir criança’. O governador disse: ‘Então, faz o seguinte: você escolhe um deles lá, aquele que você notar que ele é mais esperto, traz ele aqui para conversar em nome da comunidade’. Aí que começou esse negócio de cacique. O kaingang não tem cacique. O kaingang tinha um grupo de anciões, aqueles mais experientes. Eles se reuniam para resolver os problemas da comunidade, ou seja, diário, semanal, mensal, ou anual. Eles se reuniam para determinar as punições, para determinar onde é que iam, quando é que vai chover, se vai ter seca... Faziam aquelas rezas deles lá... E quem inventou essa figura do cacique fomos nós, o que é prejudicial. Hoje, a gente vê um homem indígena com a patente de cacique. Ele é um verdadeiro ditador. E ele tem por seus asseclas, ele instrumentaliza os seus asseclas, o que é para eles é para eles, e o que é para os outros é para os outros. Primeiro, eles repartem entre eles, e o que sobrar é para os outros. E eles mandam. O cacique é um ditador... é difícil. Nós inventamos as eleições para cacique. Isso é a pior coisa. Isso dividiu a comunidade, porque o índio kaingang hoje tem metades. O grupo indígena kaingang é mais da etnia G, como Xavante e Caiapó. Eles têm as metades. O kaingang tem as metades: uma metade é kaikumkré, e outra metade

é kayré e kaiumkré. Ametade de kaiumkré não podia casar com a metade kaiumkré, e sim com a kairé. Quando a parentagem aumentava bastante, eles tinham uma subdivisão. Aí, de duas metades vinham os subgrupos. Eles tinham controle inclusive da natalidade. Eles estavam sempre andando: uma hora estavam aqui... Aonde tivesse comida, eles estavam.

No início da minha vida com os índios kaingang, não tinha índio obeso, não tinha índio gordo, eram só índios esbeltos, sem barriga, mulheres sem barriga, esbeltas. Hoje, de 60 a 70% dos nossos índios são obesos. Eles consomem muita farinha, muito refrigerante, bolacha, salgadinhos, etc... Eles compram nesses quiosques e supermercados de Tapejara, Charrua, etc... Então, as índias estão obesas (com 80, 90, 100 kg). A comida mudou. Eles tinham uma comida saudável, porque era comida de caça. Hoje, eles consomem muita galinha de granja, que recebe dosagens fenomenais de hormônios para crescer. Aquela caça que eles faziam acabou.

Hoje, eles são sedentários, porque eles não dão mais aquelas caminhadas que eles precisavam dar para buscar comida, para caçar, para procurar matéria prima para o artesanato. Hoje, a mulher kaingang é sedentária, está lá com o chimarrão, sentada três, quatro, cinco, seis horas. Sai um pouquinho, volta, vai dormir. A coisa mudou.

Tem índias morrendo com câncer. O câncer mais frequente é o dos ovários, do sistema reprodutivo. Inclusive eu estou com três índias recebendo quimioterapia. Tem uma índia que já está com os intestinos aqui. Está esperando a morte. É muito difícil o câncer das mamas. Eu estou lá há três anos e já morreram duas com câncer de ovários, que fizeram histerectomia, mas não adiantou. E é rápido. O homem, de uma maneira geral, tem a pressão alta em função da glicemia. Tem diabetes também.

Tem diabéticos com gangrena. Esses dias tivemos que amputar a perna de um índio, mas ele não quis. Ele disse: 'Eu prefiro morrer a tirar a minha perna'. E o índio está lá, ainda vivo. Essas doenças estão tomando conta da comunidade. Antigamente, não era assim. Eles têm, hoje, uma higiene íntima muito precária, principalmente as mulheres. Antigamente, onde eles acampavam era na beira do rio, porque aí eles tinham condições de tomar banho, de fazer a sua higiene íntima, natural. Hoje não. Hoje, está até faltando água. O índio se aglomerou. Ele é um índio urbanizado, dentro da sua terra indígena. Eu tenho lá 380 famílias, todas morando juntas, uma casa ao lado da outra. Mais um elemento para piorar a situação dos índios.

Os índios não apresentaram resistência para morar em casas de madeira porque antes eles vivam em choupanas. O kaingang fazia a choupana deles no chão. Não é como o índio do norte, que faz a casa mais estruturada. O kaingang não, porque ele se movimentava. Na época do inverno, por exemplo, nessas matas de Lagoa Vermelha e Erechim, eles faziam uma casa-poço. Eles faziam as casas subterrâneas: é um buraco com ligações, tipo cavernas, e eles tampavam com folhas, com arbustos, e até botavam para crescer com mato. No inverno, eles se defendiam do frio assim. Depois, quando passava o inverno eles saíam. A única consequência que essas casas

trouxeram aos índios é que eles ficaram urbanizados. As casas antigas deles, com sala, cozinha e quarto, tinham um puxado, e nesse puxado tinha fogo. E a sua vida era nessa casa, no inverno. Ele sempre ocupou o que estava ali.

Os índios, no início do contato com os brancos, tiveram muita pneumonia, em função da baixa imunidade que eles tinham. A imunidade deles é pouca. Então, eles pegavam gripe e automaticamente iam à pneumonia. Hoje, não morrem mais de pneumonia porque têm assistência médica. A assistência de saúde é boa. As vacinações são feitas. Inclusive, a gente tem, lá no posto indígena do museu, uma equipe médica. Tem uma médica, uma enfermeira de alto padrão, três técnicos de saúde e três técnicos sanitários. A saúde está boa, mas a parte sanitária dos índios nem tanto. Eles [os governantes] construíram 40 casas sem banheiro. O índio vai fazer cocô em frente da casa, na rua. Então, uma coisa atropelou a outra. Tiveram a simples ideia de fazer uma casa, mas deixaram sem um local onde o índio pudesse fazer a suas necessidades fisiológicas. “Não, porque índio vai fazer no mato”. Mas o mato está muito distante. Ele faz ao redor da casa. Aí, cria porco, e o porco vai mexer.

Melhorou no atendimento da doença, mas não melhorou na sanidade da prevenção da água, dos dejetos humanos. Ele está favelado. O nosso índio está favelado dentro da sua terra indígena. É um contrassenso.

- Veloso, você tem uma letra forte, bonita, redija pra mim essas metade que eu tenho dificuldade em entender.

Os kaingangs são formados por duas metades: kaiumkré e kairé. Eu já assisti e já pactuei, por exemplo, a metade kairé e a metade kaiumkré. Uma moça kairé e um kaiumkré se unem, e as famílias automaticamente já sabem que esses jovens irão se unir, porque já faziam um acerto de casamento antes. Só os jovens não sabiam. Quando a menina fazia o seu debut de mulher e o rapaz tinha condições de manter a família dentro daquela situação que eles viviam, que hoje é diferente, então esses jovens eram apresentados. ‘Esse vai ser seu marido. Você vai casar com esse e você vai casar com essa’. Então, se fazia o casamento. E o fruto desse casamento, se era uma menina, passava a responsabilidade, como padrinho, apadrinhando essa menina, para o irmão do pai. Quando essa criança nascia, uma índia, a mais antiga no caso, a velhinha, a anciã desse grupo, batizava. Ela sabia já que essa criança descendia de uma família ou se essa criança era kairé. Ela batizava e marcava essa criança com três traços paralelos no rosto, ou com três círculos ou com três riscos. Isso marcava, simbolizava que aquela criança ou era kairé ou era kaiumkré. E era anunciado para a tribo toda que aquela criança pertencia a alguma dessas metades. A criança tomava um nome de início e dali a cinco anos ela tomava outro nome: os tios ou as tias davam outro nome para ela. Dali mais três anos, ela tinha outro nome. Então, até a idade fértil desse índio ou índia, ela ia tendo nomes kaingangs, nada de nome português. Eles diziam que acontecia isso porque eles enganavam a morte. A morte nunca iria encontrar eles, porque quando a morte chegasse, ele já tinha outro nome, não era mais aquele. Então, passava algum tempo e já tinha outro nome. E

quando esse índio alcançava a maturidade, ele escolhia o nome dele. É uma coisa bonita, que nós não aproveitamos e que eles não conservaram, porque não tiveram condições: eles não têm escrita.

Muitas pessoas que quiseram escrever a sua história, muita coisa foi chutada, mas a realidade é essa. O que esses índios tinham, hoje não têm mais. Eles tinham aquelas cerimônias fúnebres, que morria alguém e vinham as índias carpideiras daquele grupo. Podia ser uma cunhada ou uma tia, e aí começava a discursar, dizendo o que é que o falecido tinha sido, o que é que o falecido foi na vida, sempre elogiando, que o falecido tinha sido bom guerreiro, que o falecido tinha sido bom marido, que era bonito, sempre para agradar o falecido, pois a intenção era agradar o morto para ele ir-se embora. Os índios já faziam uma cova pré-determinada. Eles tinham toda essa organização, até para fazer a cova. Antigamente, se fazia uma cova e o índio era colocado dentro de um cesto e ele era enterrado de croque. Ele só podia levar as pessoas pré-determinadas para aquela cerimônia. Então, eles chegavam lá chorando. Não é chorando, e sim se lamentando. Era um choro de lamento... era muito bonito o lamento deles. Eles iam lá, colocavam o defunto do lado. Na minha época, eu não alcancei com cesto de taquara, eu já alcancei com caixão, que os índios que eram carpinteiros faziam. Eles colocavam e quando a gente chegava, já estava pronta a cova, e eles pegavam grimpas de pinheiro, colocavam dentro e colocavam fogo, para limpar com fogo, limpar onde o índio ia ser enterrado. Depois, tiravam aquilo ali e varriam ao redor da cova. Deixavam tudo limpinho. Eu perguntei por que eles faziam isso e disseram: ‘A gente faz isso que é para ver o próximo que vai morrer, se é criança, se é adulto, se é mulher ou se é homem’. ‘Mas como é que vocês vão ver?’ ‘Fica o pé ali’. Eles viam pé, mas eu nunca vi. Eles viam o pé do lado da cova. Colocavam garrafas com água nos primeiros dias. Nas primeiras semanas, a família trazia comida e colocava ali – broa, que eles comiam muito... hoje é só pão branco. Eles faziam broa de milho e traziam ali. O que o falecido gostava, eles traziam, isso durante semanas. Depois, iam diminuindo e deixavam água. Até hoje, a gente olha lá no cemitério deles e tem garrafa de água. Graças a Deus que ainda não perderam essa ligação. E esse pessoal que estava ligado à cerimônia do enterro, ‘eles iam no meio do mato, pegavam umas folhas e iam para o rio tomar banho e se esfregar com aquelas folhas em todo o corpo. Iam tomar banho e se purificar, para depois não ter resquício nenhum da morte’. O índio kaingang é de um povo primitivo e teme muito a morte. A morte é uma constante para eles. O índio mudava de nome cerca de cinco ou seis vezes se livrar da morte.

“O kaingang não tinha casamento. Era uma união. Quando a moça estava pronta pra casar, que já tinha menstruado, ela tinha um aprendizado. E o rapaz também. O rapaz teria que ter condições para manter a família, ser um bom filho porque isso garantiria que ele seria um bom pai; obedecer às leis ali da comunidade para ensinar o filho dele a obedecer também, e ter um trabalho, ter uma atividade no grupo, seja de caçador ou de pescador, de colher lenha, pois ele iria precisar de toda

essa prática e sabedoria para garantir a sua família. Hoje, os nossos índios, nossos homens, vivem à custa das aposentadorias dos avós. Os netos dizem: ‘Eu quero isso. Tem que me dar isso!’ Não querem nada com o trabalho pesado. Esses jovens hoje estão de braços cruzados, querem tênis, usar relógio, usar brinco, usar tênis de marca, à custa dos outros”.

A aposentadoria deles acontece aos 60 anos. É um seguro especial.

O que aconteceu foi uma inversão de valores, como na nossa sociedade. Antigamente, os povos kaingang eram muito severos. De acordo com a vivência deles, se transgredia pouco. A natureza o que é que tem? É tudo bom, tudo de primeira, é tudo saudável, e ali é uma traição, um roubo, um tirar do outro, porque o sistema deles é ‘o que é meu é seu, o que é seu é meu’, ‘eu posso tirar da sua casa o que você tiver, eu posso comer da sua mesa, comer da sua caça, mas quando eu for na sua casa, eu tenho esse mesmo direito’.

Esse costume não persiste. Em algumas famílias, a gente nota que entre a família, sim: os filhos, netos, bisnetos vão à casa do avô e acabam com a despesa do avô. Essa situação a gente vê até hoje. Se tem o avô e a avó aposentados, vai a filha, vão os netos, vai o pai, vão todos... e o que eles têm é deles. Saem lá dos avós, deixando-os sem nada. Antigamente, era mais equilibrada a coisa. Por isso é que eu tenho um certo cuidado de prever que a coisa vai piorar muito, porque essas crianças que estão nascendo... Houve um aumento de natalidade, houve um aumento de abril/2009 para cá. Só no Ligeiro nasceram 22 crianças.

O controle da natalidade era através de chás e aquele sistema de amamentar: enquanto amamentavam, não engravidavam. O chá era feito com uma planta parecida com samambaia (da família da samambaia, que eles chamavam samambaia macho). Elas tiravam lá do meio da mata. A mulher, quando estava grávida, e a criança não podia nascer por consequência do deslocamento do povo, ela tomava isso. Elas criavam as crianças até dois, três anos no peito.

E agora elas amamentam menos de um ano. Mas há outra coisa interessante: a criança começou a andar, começou a falar o kaingang, elas se livram. Não dão mais o seio. Daí engravidam.

Eles têm um incentivo muito grande, com o auxílio natalidade. A mulher tem um filho e eles têm quatro meses de um salário. Aí os homens se aproveitam disso. O homem obriga, eu posso dizer que obriga, porque eu já testemunhei essa conversa entre eles, para que a mulher tenha o filho para terem o salário, e ela passa o salário para ele.

Tem muita coisa bonita nesse povo, muita coisa bonita que a gente vê no dia a dia: as amizades, as contrariedades, as inimizades, que são inerentes a uma sociedade, seja ela índia, ou não. Mas eles tinham uma maneira de resolver isso. Hoje, eles não têm, eles precisam da gente para resolver problemas, inclusive da família deles. Vai para o promotor, vai para a juíza. Às vezes, a família está vendo que a criança está em perigo, mas nem dá bola. A criança segurada num trator, e o tratorista

está manuseando, e está prestando atenção para a frente, ou então na carroça. A mãe nem está aí. Ela vai só acordar quando a criança cai, bate a cabeça, quebra a perna, quebra o braço. Aí que ela atende a criança. Até aí, a criança pode fazer tudo.

Primeiro, o índio kaingang não é oriundo do Rio Grande do Sul: ele veio do norte, veio descendo o Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em São Paulo, tem kaingang, e eles foram parar na Argentina, onde também tem alguns kaingang, do grupo étnico Gê. Uma coisa interessante, só para ilustrar a caminhada desse povo, é que o kaingang, como diversas outras sociedades indígenas, formava um grupo, e esse grupo tinha um limite de pessoas. A partir do momento que extrapolava esse limite, uma facção desse grupo tinha que sair. Então eles inventavam uma briga, e o que perdesse essa briga, esse controle, era obrigado a sair ou a se submeter àquele grupo que já estava implantado ali. Eles saíam e criavam outro grupo, e assim sucessivamente acontecia. O kaingang tinha uma coisa muito interessante: a metade kairé eram índios de caçadores, eram tidos entre eles como os valentes. Ainda hoje, kairé significa brabo, e kaiumkré significa manso. Há união de um manso com um brabo. Daí surge ou um manso, ou um brabo. Eles faziam essas contendas e o grupo que perdia ou se submetia à metade do local, ou tinha que sair, e formava outros grupos. Mas o kairé é um grupo de índios Kaingang caçador e brabo. Eram os kairé que iam caçar, que iam enfrentar a onça, como eles dizem. E os kaiumkré ficavam em casa. Os kairé brigavam com os kaiumkré, saíam e formavam outro grupo distante. Quando eles queriam mulheres, eles iam atacar os kaiumkré e levavam as mulheres dos kaiumkré. E assim era sucessivamente. Quando eles viam que os kaiumkré tinham mulheres, índias bonitas, índias que tinham condições de perpetuar a espécie, eles iam lá e roubavam.

Mas aí dava em briga de morte. Ainda hoje tem, de uma outra forma, mas tem isso. O grupo aqui dessa região de Cacique Doble, de Charrua, de Carreteiro, aqui de Passo Fundo, Marau, eles vieram do Mato Grosso. Quando chegaram aqui, isso tudo era mata virgem. Em 1800, quando começou a imigração, seja ela de italianos ou de alemães, dos países da Europa, chegaram aqui e encontraram grupos desses índios, um pouco ali em Cacique Doble, outro pouco no Ligeiro, outro pouco em Passo Fundo, outro pouco em Nonoai. E a situação desses índios? Eles eram felizes e não sabiam.

Imagine: chegou colono aqui com arado, passava o arado, colocava semente e colhia em grande quantidade. Naquela época, era grande quantidade. Tinham vacas, porcos, galinhas, enfim, alimentos, que os índios teriam que ir a distâncias muito grandes para conseguir. O kaingang nunca teve flecha, ele nunca usou flecha. Essas flechas que a gente vê por aqui, elas são coisas de índios do norte, do grupo Gê, Xavante do Kayapó. O índio kaingang usava armadilhas. O kaingang também é muito pouco dado à pesca: o kaingang não é de pescar. O povo kaingang era muito da caça, da coleta de pinhão. Eles viviam basicamente da época de pinhão e eles guardavam esses pinhões para o resto do ano em cestos de taquara dentro da água corrente.

Após colher o pinhão, eles jogavam aquele cesto cheio de pinhão no rio, e quando eles queriam, iam lá e pegavam. Eles hidratavam o pinhão. A água é que conservava o pinhão.

Tivemos notícia da existência de índios através dos primeiros colonizadores. O kaingang era diferente dos índios guaranis das Missões. Quando os índios começaram a entrar na lavoura dos colonos, viam milho, ia lá e pegavam, viam mandioca, iam lá e pegavam. Claro: estava pertinho.

Os colonos faziam emboscadas para capturar os índios. E a coisa ficou grave: os índios fizeram uma comitiva e foram a Porto Alegre para reclamar. Os colonos plantavam, e os bugres comiam. Os índios não gostam de ser chamados de bugres.

Na época da Monarquia, determinaram que viesse um emissário para essa região para ver a situação, porque havia muita reclamação. Foi quando constataram que, de fato, tinha grupos de índios nessa região, e que eles estavam sempre rondando e indo roubar as coisas. Para o índio, roubar na lavoura dos colonos era coisa normal e natural. Para eles, o que estava à mão era deles: pegavam e pronto. Aí, começaram a aparecer índios mortos. Abatiam os índios. Naquela época, ficou meio em segredo, mas de vez em quando apareciam um ou dois índios mortos. Aí no Ligeiro, por exemplo, essa situação começou em 1800.

Em 1846, veio o intendente a essa região e viu que a reclamação dos colonos era verdadeira. Arregimentou, trouxe forças federais e começou a criar o que eles chamavam antigamente de Toldo, que é um abrigo, onde se reuniam esses índios. Davam comida para os índios. Começaram a cativar os índios para que eles se reduzissem. E assim foi criada a primeira redução dos índios aqui no sul, chamada toldo.

Em 1845/1850, consolidaram esse sistema de reduzir e controlar os índios. O estado é que mantinha esses índios agrupados. O índio já começou a ficar dependente. O índio não podia sair, porque, se ele saísse, ele ia incomodar o colono. Então, o governo supria as necessidades dos índios, como cativos, e a indiada tinha que ficar ali, para não incomodar os brancos. Em 1910, iniciou um longo período de 60 anos, quando foi instituído o Serviço de Proteção aos Índios, pela mão de Marechal Rondon. O Rondon foi ao estado do Mato Grosso e teve contato com os índios, não aqui no Rio Grande do Sul. Mas ele criou, pela situação dos índios que ele viu lá, abandonados, sujeitos a uma série de transtornos, e ele já via a coisa adiante, ele criou o Serviço de Proteção aos Índios. As pessoas que iam trabalhar no SPI tinham que ser pessoas de conduta, experientes, com uma certa idade e positivista, pessoas do positivismo, como o francês Augusto Comte.

Em 1950, o Governo Federal tomou para si a responsabilidade de conduzir os índios e apropriou-se do Serviço de Proteção aos Índios. Na primeira e segunda década, foi tudo bem, mas quando aqueles cidadãos se aposentaram, aí começou a debanda. Entrou gente nova, sem uma meta de conduta para com esses índios, veio gente de cidades, e transformaram essas comunidades. ‘Eu sou da cidade, vou ao Ligeiro e introduzo uma novidade lá’ pensavam os novatos. Não pode ser assim. Eu

tenho que pensar no que aquela novidade vai fazer, se vai ser para o bem ou pro mal. Ao introduzir o machado numa comunidade indígena que não o conhece, isso torna o índio dependente desse machado, porque ele vai pegar o machado para derrubar uma árvore. Ele derruba em duas horas, ou em meia hora, e antigamente ele precisava de uma semana para derrubar essa árvore. E tinha um elemento, um índio, ou dois, ou três, encarregados de queimar, de soprar o fogo, de derrubar árvore. "Eu cheguei lá e introduzi o machado, e ele derrubou a árvore em uma hora ou duas horas..."

E aqueles índios ficaram de braços cruzados, perderam a sua referência dentro da comunidade.

Esse negócio de dar presentes, espelho, lanterna, espingarda, facão, isso tornou o índio dependente. Eu acho que até é bom tudo isso, mas com cuidado. No início, essas práticas serviram para agradar o índio, para o índio ser cativo com a gente. Não se dava presente para mulheres: roupa, tecido, espelho, pintura. Isso transtornou a coisa.

Em 1950, então, o SPI começou a envelhecer. O SPI tinha o Rondon como imagem, como orientador. A filosofia Rondon era o que movia esses homens, e o meu pai era um deles. Eu conheci o Rondon numa cadeira de rodas, no Rio de Janeiro. O meu pai foi visitar o Rondon e ele estava numa cadeira de rodas, velhinho, corcunda, falando muito baixinho. Então, isso acabou, entrou gente nova, e a maioria, aproveitadores. Viram numa reserva indígena uma fonte de riqueza. E aí entrou a derrocada dos índios. Em 1991, começou o registro das terras indígenas.

Em 1962, o Estado tinha cinco reservas indígenas sob sua tutela. O Estado propôs ao Governo Federal a troca: passar os índios para o Federal, só que a proposta do Estado era só passar os índios, as terras não. Os índios que estavam em Ventarra, uma fazendinha aqui de Getúlio a Erechim, receberam a proposta do Serviço de Agricultura do Estado para que os índios fossem para o serviço federal, mas que o Ligeiro, que já era federal, acolhesse esses índios, e com a saída desses índios, o Estado distribuiria essas terras que eram dos índios, patrimônio imemorial dos índios, aos brancos. A proposta não foi aceita, e foi uma briga danada. Eu me lembro que vinha gente do Rio de Janeiro e de Curitiba para discutir essa contenda. No governo do Brizola, o Estado loteou Ventarra. A metade da terra teria que ficar com os índios, um lote de 10 hectares, só que os índios não vivem em lote, e a outra metade ele titulou em nome dos colonos. O que é que esses índios que estavam lá fizeram? Eles venderam a parte que eles ganharam, eles mesmos trocaram por carroça, por cabeças de boi, por sanfona, materiais, comida, e correram para o Ligeiro, Cacique Doble e Nonoai.

Quando eu cheguei a Ligeiro, tinha duas serrarias cortando pinheiro 24 horas por dia. Os índios estavam lá, mas as serrarias serravam e essa madeira saía, e o serrador era o Salomão Iochpe. Eles [colonos de Quatro Irmãos] tinham duas serrarias e o meu pai se indis pôs com eles porque eles não podiam serrar, mas eles tinham contrato com o Governo Federal pra explorar madeira. O próprio governo permitia a

estranhos entrar dentro da área indígena para explorar e para serrar madeira.

Junto com essa serraria, entraram pessoas, os arrastadores, os motoristas, aí houve uma promiscuidade entre os brancos e as índias. O homem chegava lá e pegava as índias. Por isso tem muitos mestiços, ainda daquela época. As áreas eram cobertas de pinheiros. Em Ligeiro, fizeram uma contagem em 1964: existiam 300 mil pinheiros, e o Iochpe cortou quase tudo. Hoje, ainda deve haver uns 12 a 15 mil pinheiros, que fornecem pinhão para eles. Mas eles comem pouco pinhão. Eles usam para vender.

Hoje, o índio compra açúcar, erva, cachaça. É muito difícil você entrar na casa de um índio e vê-lo cozinhando pinhão. Eles usam pinhão para vender, para comprar a farinha de trigo, o pão. O pinhão era a comida básica deles no inverno, que é a época mais difícil para eles. O kaingang consumia muita raiz, broto silvestre. Eles cortavam e faziam refogado na banha do porco do mato, do tamanduá. Eles refogavam e faziam sopa de urtiga braba. Eu mesmo já tomei sopa de urtiga braba, e é uma beleza. Eles botam água para ferver com a urtiga. É uma coisa interessante. Eu tomei sopa durante todo ano, enquanto estive no Ligeiro. Tem uma índia que faz. Ela bota mais algumas ervas, mas é uma delícia a sopa de urtiga. Hoje, no Ligeiro, os animais silvestres estão voltando. Eu tenho visto lá macaco, tem muito tatu, quati, mão pelada, raposa, gavião carcará. Semana passada, eu ia passando e tinha um quati grande morto. Acho que ele foi atropelado por um carro, e tinha um carcará comendo as vísceras do quati, brigando com os urubus. Os urubus estavam ali, mas o carcará é quem mandava na coisa. Eu parei o carro pra observar. Quando o carcará vinha, botava os urubus para correr.

Hoje, eles não caçam mais. Eles têm um cachorro, e quando caçam é para vender. Eles não usam mais para comer. São muito poucos os índios que sabem preparar um tatu. E tem tatu no Ligeiro... a gente encontra sempre. No Ligeiro, tem dois mil hectares de mata. As matas nativas, as ressurgentes, com as derrubadas dos pinheiros, acabavam com a mata, passavam por cima de tudo. Mas a mata foi se recuperando, e a comunidade lá tem mais ou menos 1800 a 1900 hectares de área agricultável.

Praticam a agricultura. Eles têm lavoura, mas mecanizada. Eles produzem milho, feijão e soja em áreas de domínio da União. É proibida a plantação de transgênico, e está uma briga danada. Eles dizem: 'Por que é que o colono aqui planta soja transgênica, que é mais barata, fácil de cultivar, a despesa é menor, e nós temos que cultivar a soja tradicional?'. E é difícil entender isso. São essas coisas que acontecem. Aqui no sul nós temos Guarita, que está devassada: são 24 mil hectares. Se tiver 11 de mato... nem sei se tem. Nonoai também está devassado. Cacique Doble também. Dessa região aqui, de Votoro, Cacique Doble, Carreteiro, não digo Nonoai porque Nonoai tem uma percentagem grande que já foi de 30 e poucos mil hectares de mato. Hoje, se tiver é 11 mil. O Ligeiro é que tem a maior percentagem de mato, a maior concentração da região.

A caça está proibida na reserva. Os índios não têm condições, porque não têm meios, e as caças estão poucas, e para pegar um bicho, o que precisa não é mais de flecha, não é mais de tocaia, não é mais armadilha: precisa arma de fogo. Quinze dias depois que eu estava no Ligeiro, eu tive que fazer uma incursão. Veio uma denúncia que tinha branco caçando. Aí, a Brigada Militar foi lá. Tinha cinco homens, mas eles escaparam, na região de Sananduva, e estavam caçando dentro da terra indígena. Uma coisa muito interessante que a gente está vendo e vivenciando é a retomada das terras. Os índios estão retomando seus antigos redutos. Por exemplo, no caso de Cacique Doble, quando Cacique Doble passou para a esfera federal, eram 11 mil hectares. Hoje, Cacique Doble está com quatro mil hectares. O Ligeiro, quando passou para a esfera federal, eram 15 mil hectares. Hoje, está com cinco mil hectares. Então, os índios, acho que sabiamente, foram despertados por quem trouxe isso à tona – a igreja católica, por aquele departamento que eles colocaram, do Conselho Indígena Missionário (CIMI). Eles são estudiosos nisso, e a filosofia deles é lutar para que os índios retomem essas terras.

A pressão é tanta que o governo está deixando de atuar na reserva onde está consolidada, e passando todos os recursos, todo pessoal na retomada para estudo dessas terras que os índios dizem que são deles. É estudo antropológico, e é muito cara uma retomada de terras. Geralmente, demora de 10 a 15 anos, e o recurso que a gente recebia ou receberia numa terra indígena, onde tem o povoado indígena, com pessoas com toda a carência, está sendo desviado para o estudo de como fazer essa retomada. Eu sou a favor disso aí, mas que o governo não abandone esse pouco que já está instalado. O índio está perdendo muito tempo em buscar isso aí. Saem grupos e mais grupos, vão a Brasília, depois vão a Porto Alegre, e essa saída desses homens dessas reservas indígenas cria muito problema, porque ao saírem, recebem uma lavagem cerebral e voltam querendo implantar na reserva coisas que ouviram e que seria para a retomada das terras. Entram em atrito com os outros, que não saem dali. Eu sou a favor de que sejam revistas essas terras que eram dos índios, mas a coisa tem que ser com muita responsabilidade, porque do contrário a indiada vai perder essas retomadas. Tem 22 processos de retomadas de terras, e isso é muito dispendioso financeiramente. O dinheiro que está pagando isso aí está fazendo falta aqui, onde já tem problema social, carência de moradia, carência de saneamento. Às vezes, precisamos de uma lâmpada e tenho que pedir para a Prefeitura ou então comprar do meu bolso. É difícil a coisa. Ainda bem que hoje a política do governo não pode mexer nas matas. Isso é uma grande coisa, porque a natureza volta, como está voltando. Eu sinto no Ligeiro: bandos e bandos papagaios, de periquitos que eu nunca tinha visto. Esses dias, eu estava passando na estrada dentro da reserva, mais ou menos 50 periquitos, todos numa cerca, garça, jacu, saracura, etc. Jacu parece até uma galinha. Estão lá, aos montes.

Tenho visto lá garça branca. Um bicho que tem um bico torto, tucanos, tem muitos tucanos, muitos macacos. Eu preseceiei uma briga de macacos: eu estava ca-

minhando dentro da reserva e se desenrolou uma briga de macacos numa árvore, mais ou menos a uns 30 metros de onde eu estava passando. Se via os macacos brigando, uma gritaria danada. Os macacos-prego. E eu tenho encontrado sempre de noite, quando eu passo na estrada, aquele cachorro mão-pelada. Ele ficou em frente ao carro, parou e ficou em frente à luz, aí eu saí do carro e quando eu fui para o lado dele, ele correu, deu uma volta no ar e foi embora. Aquele bicho que tem o rabo grande, que eu nunca tinha visto de perto, o tamanduá-bandeira. O porco-do-mato trouxeram para os índios criarem quando o governador era Olívio Dutra. Para cada índio, eles deixavam um casal. Não durou uma semana! Eles escaparam e foram embora. Devem estar dentro do mato, uma porção deles. Inclusive, levaram o porco-do-mato e a comida para o porco-do-mato. O índio usa o milho até o último grão para vender. As galinhas, se quiserem comer milho, vão comer mato. A galinha de índio não come milho, só come mato. Eles não dão milho para as galinhas.

A história do índio, romanceada, é muito bonita, mas a história real do nosso índio é triste. Se nós, que temos um pouco de sabedoria, as autoridades não se convencerem de que o índio está em perigo, nós vamos ter, em muito pouco tempo, muitos marginais. E já estamos tendo, muitos marginais. Tem um caso de um índio que estava no Ligeiro que em uma cidade de Santa Catarina se juntou a uma quadrilha para roubar carro. E esse índio está preso lá em Santa Catarina. Isso fora outras coisas que têm acontecido que aqui não me cabe dizer. Mas se não houver uma atitude da política do governo, nós em pouco tempo não teremos índios. A necessidade vai aumentando nessas populações... O homem é o produto do meio. 'Eu vou fazer aquilo que é mais fácil. Eu vou assaltar, porque eu assaltando eu tenho um dinheiro rápido. Enquanto se eu for fazer uma lavoura, se eu for negociar, eu preciso de três, quatro, cinco dias'. O pensamento do índio é assim.

Está no ar o Clube do Titio

Sandra Mara Benvegnú

**“Que será hoje, sempre o maioral
Como o clube do Titio, não tem ainda e não terá igual.”**



Era através desse slogan executado pelas mãos da tia Mercedes ao piano e cantado em coro pelos participantes, que entrava no ar aos domingos, a partir da dez horas da manhã, o popular e concorrido programa infanto-juvenil da ZYF-5 Rádio Passo Fundo, o Clube do Titio.

As dependências da Rádio situada inicialmente na rua Cel. Chicuta, nº 441 - que logo após transferiu-se para a Rua Morom em frente à Praça Marechal Floriano -, tornavam-se “pequenas para abrigar a grande massa de garotos e de seus progenitores que queriam assistir ou participar” do programa inaugurado em 16 de setembro de 1956. Além das apresentações artísticas, brincadeiras instrutivas e divertidas agradavam a garotada presente e também aos ouvintes de casa, aqueles que acompanhavam a programação pelo rádio. Balas e diversos brindes eram fartamente distribuídos aos presentes no auditório.

Criação e animação do então radialista Wilson Cavaleiro, o programa tinha como objetivo, além de divertir e instruir a garotada entre três e 12 anos de idade,

desenvolver e divulgar os valores artísticos da terra seja como cantor, declamador, dançarino, locutor, músico, ou outros pendoros.

Em sua fase inicial, uma orquestra infantil constituída por Clair Ribas ao piano, Sirlei Almeida, Jauro Gehlen, Ana Maria Longhi, César Duarte na gaita, Enyce Cidade, Leon Wainer e Jarbas Gehlen no violino, abrilhantava a programação. Todos os componentes eram alunos ou do Conservatório Municipal de Música ou do Liceu Musical Palestrina dirigido pela professora Terezinha Canfield.

Os ensaios, realizados nos sábados à tarde com a Tia Mercedes e o Maestro Jaques, exigia de ambos muita paciência, uma vez que o nervosismo imperava entre os concorrentes que desejavam participar do programa dominical.

A escolha da rainha do Clube do Titio e sua coroação era um acontecimento que movimentava não somente as concorrentes e a família em geral, mas também toda a produção do programa. Maria Augusta Klein com quatro anos de idade foi a primeira soberana. Várias atrações com a presença do Papai Noel, abrilhantavam a programação que se realizava durante as festividades de Natal no Cine Real, devido ao grande público que se fazia presente.

Entre os inúmeros calouros que se apresentavam efetivamente no programa, podemos destacar: Terezinha e Berenice Medeiros, Liane Terezinha Rossoni, Maria Bernadete Vieira, Loreli Garcez, Jauro e Jarbas Duarte Gehlen, Paulo e Sandra Barquete, Jane Modesti, Seusa Maria e César Duarte, Tânia Maria Menegoto, Orlene Chaves, Eni Cordeiro de Mello, Marly Edite Lopes Monteiro, Alaíde Silvestrin, Solange Quadros, Dinorah Lemos entre outros.

O conhecido Bar e Restaurante Maracanã situado na Rua Moron, próximo a Agência dos Correios, era o local escolhido para confraternização entre a produção e os participantes do programa, assim também como palco onde em determinadas ocasiões, os “artistas mais consagrados” ali se apresentavam sempre sob o comando e supervisão do “Titio” animador da hora.

Nesse “circuito” dominical de movimentação infanto-juvenil, merece destaque a saborosa “casquinha” moldada em alto relevo xadrez, que era vendida em frente à Catedral, na Praça Marechal Floriano. Essa guloseima além de aguçar o paladar, levava também a ansiosa clientela a um desafio. Acondicionadas em um tamborete de metal com a tampa em formato de roleta, contendo uma palha de milho na ponta, premiava com maior quantidade do produto, àqueles que conseguissem fazer parar o ponteiro no número de maior valor. Esse “jogo” para a gurizada consistia numa atração à parte.

Além do idealizador do programa, outros nomes se destacaram como apresentadores a exemplo de Gildo Flores que também exerceu a gerência da Rádio, Carlos Alberto Valadares e Jorge Antônio Gerhardt.

O Clube do Titio foi sem dúvida nenhuma, uma programação que envolveu e encantou durante vários anos a família Passo-Fundense como um todo, alcançando grande audiência e revelando entre seus participantes nomes que, à época, ficaram

conhecidos artisticamente em Passo Fundo.



Parte integrante das Emissoras Reunidas Ltda., a Rádio Passo Fundo inaugurada em 19 de agosto de 1946, apresentava-se como elemento fundamental da comunicação à distância, popularizando-se a partir de meados dos anos 1940. A gerência inicialmente a cargo do “jovem locutor conterrâneo Maurício Sirotsky Sob”, contou também com a colaboração de José Lamaison Porto que viria nos anos de 1960, destacar-se na política local e estadual.

Uma professora à serviço de crianças necessitadas

Veríssimo da Fonseca



Professora Selma Costamilan e seu marido

Vou iniciar no tempo em que coordenei o programa do Serviço de Expansão Descentralizado do Ensino Primário (SEDEP), como diziam, as escolas Brizoletas ou do Brizola. Eram todas escolas no meio rural, bem carentes, que, às vezes, cortavam o mato para construí-las. No ano de 1962, coordenei essas escolas Brizoletas no interior de Marau. Tinha escolas de uma, duas e três salas. Tem muitas escolas que ficam situadas em outros municípios pela emancipação dos distritos.

Eram programas de nível nacional descentralizados nos municípios. Aqui no estado, tinham mais de 3.500 escolas. Fazíamos levantamento de dados, detalhadamente, e reuniam-se, assim, as pessoas da localidade. Faziam sempre em comum acordo e em nível nacional. Tinha uma pessoal que representava o nível federal e o municipal. As escolas eram construídas naquela época, e a formalização, em cada município, era de responsabilidade de uma junta – formada por prefeito, professoras estaduais e coordenadora (no caso eu) – e presidida por uma pessoa respeitável da comunidade, além do prefeito. O projeto para o município uma vez concluído deveria ser encaminhado para apreciação federal, sendo custeado com verbas estaduais

e municipais. O programa visava a fixar a criança no meio rural. A gente dava curso para os professores no interior; tinha professores muito bons lá. Na época, tinha um acesso muito difícil, demorava muito. [Nos dias de chuva], colocavam corrente nos carros, a Prefeitura transportava. Tinha muito apoio por parte dos prefeitos, principalmente de Passo Fundo e de Marau. Esse trabalho foi interrompido por causa da revolução de 1964.



Escola Brizoleta - Marau

Trabalhei também no programa de alimentação escolar: faziam 89 burgo, triguinho com leite em pó. Depois viram as vacas mecânicas com leite de soja que a gente conseguiu com o Estado. Gabinetes dentários que vieram dos Estados Unidos dentro do período da revolução eram ligados aos militares estado. As crianças que consumiam essa merenda eram crianças acima de sete anos. O leite em pó não era distribuído nas famílias, somente nas escolas; era usado como complemento proteico. Tinha atrito com as mães, pois aquele leite não era para os primeiros anos de vida, e foi distribuído para esse fim. Depois veio o leite de soja.

Dentro de minha vida profissional, trabalhei um longo período na escola Antonio Xavier, onde me realizei muito, pois as crianças eram carentes. Na Vila Luiza, fundei um coral, apoiado pelo Sr. Felice Sana. Os vicentinos me ajudaram muito; eu tinha uma conferência vicentina na Vila Luiza e apoio muito grande do padre Jaques. O coral era convidado para cantar em várias cidades do interior. Uma noite, batem na minha porta e me dizem: 'Mataram o padre Jaques, na sala do cinema'. Ele morreu em setembro, bem na época das flores. Sua morte foi amplamente divulgada. O padre Jaques era uma pessoa muito querida, ajudava muitas famílias pobres, na Vila

Luiza. Ele queria que todas as religiões se unissem em uma só. A morte do Pe. Jaques foi um fato que me marcou muito. A partir daí, o coral passou a ser chamado de Coral Pe. Jaques. Antes de ir para o Antonino, trabalhei no Lucile de Albuquerque, com crianças carentes. Recentemente, fui homenageada na escola Antonino Xavier, juntamente com os secretários da Governadora Yeda. Cantaram o hino que eu realizei há mais de 40 anos. Isso é muito gratificante. Trabalhei, também, na Escola Estadual Nicolau Araujo Vergueiro (EENAV) e, depois, fui atuar na 7ª Delegacia de Educação [hoje, 7ª Coordenadoria Regional de Educação]”.

Toda a vida trabalhei com as pessoas carentes. As crianças carentes não têm condições de competir com as crianças normais. Trabalhei também na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM). Tinha as FEBEMs nas vilas, com as mães auxiliares; cada mãe tinha de 10 a 15 crianças em seu lar. Em cada vila, era escolhido um casal que recebia essas crianças em suas casas, além de verbas para manutenção dessas crianças, filhos de presidiários, de mulheres de rua, de drogados. Passavam a semana inteira nas casas e o final de semana, com os pais. Tudo organizado pelo juizado de menores. Penso que tinha que prevenir os menores infratores. As famílias que ficavam com as crianças não eram os pais, e sim familiares da própria comunidade, que recebiam auxílio governamental para cuidar desses menores.

No início da década de 1990, fui indicada pelo juiz para o grupo de assistente aos presidiários. Foi oficializada uma escola, no presídio, para o Ensino Fundamental dos presidiários. Foi um trabalho árduo, mas com resultados positivos.

Veríssimo: O nosso muito obrigado, em nome do IHPF. Quando eu trabalhei no Centro de Saúde de Passo Fundo, frequentemente, um senhor aparecia lá com 15 crianças, algumas para consultar, as demais para fazer uma revisão. Ele era alegre, brincalhão, e as crianças demonstravam felicidade, alegria. Eram mexeriqueiras, desinibidas. Eu juntava umas três de cor de pele diferentes e perguntava: ‘Mas vocês são irmãos?’. Elas respondiam, alegremente: ‘Somos’. ‘Tá vendo, doutor, tenho filho de tudo que é cor’, era a vez do “pai” falar. As crianças eram muito sadias e bem arrumadinhas. Também participei na distribuição do leite em pó desnatado como complemento protéico. As mães não se conformavam, não compreendiam o motivo porque e autorizava para umas e não autorizava para outras.



Selma Gandini Costamilan (Pais - irmãos - filhos - netos e bisnetos). Selma Gandini Costamilan nasceu dia 1º de setembro de 1926 em Montenegro – RS. Filha de Sebastião Gandini e Amália Zanatta Gandini. Pertence a uma numerosa família de 11 filhos (sendo 10 já falecidos). Eram eles: Maria Gandini Ughini com Luiz Ughini; Leonora Gandini Peletti casada com Armando Peletti; Edelfina Gandini Variza casada com Catarim Cariza; Ema Gandini Spagnolo casada com Aurélio Spagnolo; Dionízio Gandini casada com Cecília Sitta; Ida Gandini Spagnolo casada com Carlo Spagnolo; Theolindo Gandini casado com Dorvalina Mandelli; Graciosa Gandini Tassi casada com Eduardo Tassi; Ana Gandini Machado casada com Emílio Machado; Julia Gandini Zanatta casada com Leonízio Zanatta. Selma foi casada por quase 60 anos com Iedo João Costamilan (falecido em 2005), com o qual teve os filhos: Ben-Hur, D’artagnan, Tâmara, Arquimedes e Clarice. Conta também com os seguintes netos: D’artagnan, Cristiano, Tavane, Renato, Ramon, Amanda e Ângelo, duas bisnetas: Laura e Eliza as quais lhes proporcionam muita alegria e desejo de que o tempo não deveria parar.

A bica da minha rua

Santina Rodrigues Dal Paz

Na minha rua – Independência – tinha uma bica. Toda a vizinhança chamava de bica. A água que ela jorrava servia para beber, cozinhar os alimentos e, também, para a limpeza em geral. A água era oferecida a todos, sem distinção. Ela caía, lentamente, e trazia ao transeunte a mensagem de segurança, de paz, de harmonia e de abundância. Era uma poesia perfeita inspirada pelo Criador.

Crianças que por ali brincavam, moradores da mesma rua apreciavam aquela água cristalina, pronta para saciar a sede de cada um. E a bica, silenciosamente, cumpria a sua tarefa, pois era a céu aberto, e ninguém impedia aquela doação. A água era abundante, a própria natureza comandava aquele espetáculo. Quanta beleza e fartura para os seres vivos!

Tanques públicos (chafariz)

A água da bica servia, ainda, para encher os tanques públicos – chafariz –, onde as lavadeiras e a vizinhança lavavam as roupas. As lavadeiras recolhiam as roupas, nas famílias que desejavam esse serviço, e, naturalmente, este era um ganho para seu sustento. Elas lavavam e passam – com ferro a brasa – para fazer a entrega, com trouxa na cabeça.

Naquela época, tivemos a presença marcante do Sr. Armando Araújo Annes como intendente eleito, mais tarde, prefeito eleito. Annes preparou-se para o cargo político que, certamente, viria a ocupar (1924-1928-1932-1947). Realizou uma longa viagem à Europa (1909), tendo podido observar, no velho mundo, melhorias para aplicar em Passo Fundo. Homem inteligente e empreendedor, construiu estradas, pontes, em especial, a ponte francesa, que substituiu a de madeira existente sobre o rio Passo Fundo. Reconstruiu o antigo chafariz da praça central, dando as formas das construções da Espanha. Construiu os tanques públicos, distribuídos em diversos pontos da cidade, dando melhores condições de trabalho às lavadeiras.

Próximo à minha casa, na Rua Independência, existia um conjunto de tanques, onde hoje se localiza o Sindicato da Alimentação. Outros tanques situavam-se na Rua Uruguai, próximo à Bica da Mãe Preta, na Rua Dez de Abril, no Boqueirão. Não existia empresa de abastecimento de água em Passo Fundo. Entre as muitas obras realizadas por Armando Annes, destaca-se o Matadouro Público (1925). Bom administrador, canalizou as vertentes que jorravam em diversos pontos da cidade, auxiliando a população.

Passo Fundo é uma cidade rica em história, fatos, monumentos, marcos ar-

tísticos, culturais, e, também, em pessoas, que, hoje, revelam o que presenciaram em épocas passadas. Hoje, tudo é saudade! Mas cada época tem sua riqueza!

Este é um pálido relato que destaca Armando Araújo Annes – filho de Gervásio Lucas Annes –, cidadão que marcou a história de Passo Fundo. Os dados apresentados neste texto são parte de minhas lembranças e foram confirmados pela Sr^a. Nena Carvalho (95 anos), sua filha, bem como pelo Dr. Jorge Salton.

Lembranças de um Passo Fundo diferente

Dilse Piccin Corteze e Veríssimo da Fonseca

Craci Dinarte, membro da APL, em depoimento datado de junho de 2010, recorda sua trajetória em Passo Fundo:

“Nasci em Guaporé, saí de lá com 40 dias. Meu pai era dentista, e seu estágio era feito no interior. Retornando a Passo fundo, meu pai alugou uma casa, onde hoje está o prédio Itamarati, e ali, também, instalou seu consultório odontológico”.

A vida no colégio e em sociedade

“Estudei no Colégio Notre Dame, na Escola Nicolau de Araujo Vergueiro e, também, no Anglo-Americano, em Porto Alegre. O curso primário no Colégio Notre Dame, naquela época, era somente para meninas. O ensino rígido, mas muito bom.. Existiam cursos de pintura, de bordado e de educação física, e as irmãs eram as professoras. Na chegada à escola, já sentia a disciplina. Formação de fila no pátio para entrada na sala de aula. O recreio era a hora das brincadeiras [e de] jogos no pátio, se o tempo estivesse bom.

Eu tinha que respeitar e acompanhar o ritual religioso. Uma vez por semana, era a reza do terço, [e tínhamos de] assistir à missa na capela e outra na Catedral. A caminhada (em fila) até que era boa. Quando a cerimônia religiosa era na Matriz Nossa Senhora da Conceição, eu e minhas colegas [nos] sentíamos muito felizes, pois a Praça da Matriz já era muito bonita. Tinha um corredor de taquaras, lindo mesmo, que ia até o busto em bronze do Cel. Gervásio Lucas Annes, homem ilustre que muito fez por Passo Fundo e que foi até Intendente de nossa cidade. O busto foi inaugurado pelos seus amigos e políticos (1921), contavam os mais antigos. Nessa praça, ainda, pude apreciar o quiosque, ambiente muito bom... tinha dois pisos, embaixo tinha as mesas, lá fora, onde serviam café, refrigerante (era chamado de gasosa). O passeio acabava, era hora de voltar para casa.

As atividades com minhas amigas eram bem movimentadas. Após o café da tarde, íamos ao queima (domingo)... Os garotos já esperavam o grupo de meninas na calçada, e aconteciam os namoros, mas não eram avançados, eram tímidos. Os pais andavam sempre por perto, esperando os filhos para voltarem para casa, porque segunda-feira é outro dia.

Em relação à cultura, Passo Fundo recebia boas companhias teatrais, e nossa cidade contava com o entusiasmo de Paulo Giongo, que, por muitos anos, foi presidente da Cultura Artística e promovia excelentes espetáculos.

Os clubes sociais apresentavam reuniões dançantes aos domingos, pela noi-

tinha, e em poucas horas já encerravam. Rapazes e moças saíam do clube e ainda aproveitavam um bom filme no cinema...

No Clube Caixeiral, havia confraternizações e preparo dos blocos de carnaval, com muita música e alegria. Passo Fundo era uma cidade pequena, mas muito movimentada, sempre apareciam novidades. Comemorações do aniversário da cidade, com escolha da rainha e desfile [...], era o que não faltava. Mas tinha rivalidade entre o Colégio Nossa Senhora da Conceição e o Instituto Educacional (no bom sentido)... era só nos desfiles da Semana da Pátria, [em] concursos, jogos. Apareciam, também, algumas dificuldades para as escolas da periferia participarem do desfile da Semana da Pátria. Mas logo aparecia ônibus para o transporte.

As indústrias de nossa cidade foram se retirando, e o fator econômico foi acompanhando. As diferenças sociais demonstravam as suas afirmações. Os hábitos das pessoas eram diferentes de hoje; o leite também era distribuído nas casas (meu pai tinha leitearia, o leite vinha em casa); a vida era mais calma; as famílias eram mais unidas; as pessoas, mais educadas”.



DOCUMENTOS NA ÍNTEGRA

Butiá tem seu passado de glórias

Na guerra contra o Paraguai diversos filhos do Butiá lá estiveram combatendo, desses oficiais após a guerra fixaram residência no Butiá, onde estão sepultados lá no Butiá, foram eles Capitão (Juca) José Rodrigues Nunes, Capitão Clmente Manuel (ilegível-Colares?), Capitão Juliano Luiz da Rocha e Capitão Luiz Antônio de Moraes, este ficou cego de um olho na guerra do Paraguai, na garupa trocaram uma fazenda de nome Ipólito Cassiano e também um piazote paraguaio; estes todos estão enterrados no velho e histórico cemitério do butiá por muito tempo tremularam suas dragonas e andarolas como chamavam, eu conheci dois dos oficiais que morreram muito velhos, e era guri quando conheci; lá pelo butiá existem muitos destes e de paraguaios destes e da Paraguaio(sic).

Também Butiá em 1901 recebeu em exposição em Porto Alegre uma medalha de prata, ganha numa exposição lá; a medalha ganha foi pela qualidade da erva (que fazia).

Também o Butiá pela família Goelzer é que foi dado o grito, plantar trigo em campos de Barba de Bode no Brasil, e que hoje espalhou-se por todo o Brasil. Mario Goelzer foi o 1º plantador de trigo no Brasil.

Viagem de careteiros de meu pai levava três meses a Rio Pardo levando erva e trazendo sal e farinha de trigo e barricas de bolachas. 1º dia mulheres e crianças acompanhavam os maridos até a 1ª sesteada pois dó dali a três meses é que iam ver seus maridos.

História das carretas de bois e engenho de soque de erva eufrásia

Amadeu Goelzer

Meu pai, Fernando Goelzer, tinha engenho de soque de erva no Butiá. Eram nove irmãos que trabalhavam na grande roda tocada por a água. Essas ervas eram transportadas para o Rio Pardo por carreta de bois; as carretas, cada uma puxada por 5 e 6 juntas de bois, ou sendo 10 a 12 bois cada carreta.

A viagem do Butiá via Carazinho Soledade levava três meses de ida e volta. O carreteiro chefe era um tal de Salvador e dois companheiros Anastácio e Crespo este chamado de (ilegível) girapeão, pois era o que cuidava dos bois nas sesteadas fazia a bóia etc.

As mulheres dos carreteiros, no dia em que eles saíam para a longa viagem, acompanhavam os maridos até a primeira sesteadada. E a tarde voltavam para casa, pois levavam três meses para verem os maridos; a viagem de ida e volta das carretas era de três meses, isto quando o tempo ajudava.

As ervas eram levadas em barricas de madeira e cestos de taquaras; NB a erva fabricada por meu pai tinha o nome da minha mãe Eufrásia; esta erva Eufrásia em 1901 ganhou em Porto Alegre numa exposição uma grande medalha de prata com o símbolo da bandeira do Rio Grande, cuja moeda lha tenho de recordação.

NB na volta as carretas traziam farinha de trigo, barricas de bolachas e barriquinhas de camarões.

1873 a 1910

História dos carretos de Boi e engenho de açúcar da Ferva Engozia

Meu pai Fernando Jueber, tinha engenho de açúcar de Gervásio Butiá, era o mato que trabalhava na grande roda, tocada por a água, os as fendas ~~eram~~ eram transportados para rio Pardo por carretos de bois; as carretas, cada uma, puxadas por 5 e 6 juntas de bois, ou sendo 12 e 18 bois cada carreta.

A viagem do Butiá via Caracás, a Solobade, levava 3 meses ida e volta, o comendador o carreteiro chefe era um tal de Salvador e dois companheiros Anastácio e Groposte chamado como guarapio pois era o ^{que} cuidava dos bois nas corteadas e ainda fazia a bira etc.

As mulheres dos carreiros no dia que eles saíam para a longa viagem, acompanhavam os maridos até a primeira corteadada, e a tarde voltavam para a casa, pois levavam os maridos. De vez em quando os maridos; a viagem ida e volta dos carreiros era de três meses, isto quando o tempo ajudava.

As ervas eram levadas em barricas de madeira e certos de feijão, N.B. a ferva fabricada por meu pai tinha o nome de minha mãe Engozia; esta ferva Engozia em 1901 ganhou na Exposição uma grande medalha de prata com o emblema da Bandeira do Rio Grande, cuja medalha tenho de recordação.

Alfredo Jueber

N.B. na volta os carretos tinham f. de trigo e barricas de leite, e a bira ganhava amor

Criação da cavalaria das bandas do Butiá

Amadeu Goelzer

A cavalaria Bandas do Butiá, foi criada por mim Amadeu Goelzer, com um grupo de guapos gaúchos, das mesma banda do Butiá, em 1953. O motivo porque o patrão do CTG Lalau Miranda, Múcio de Castro, n'um pique nique em campos da Brig. de P. Fundo Múcio me abordou, você que é da zona de guapos gaúcho Butiá, forme uma cavalaria que terá o impulso de nos do novo Lalau (isto em 1953).

Pus-me em campo, e logo conseguimos um bom número de cavaleiros, que foi aumentando ano por ano. Dentro de poucos tivemos uma grossa cavalaria de mais ou menos 200 homens.

O nome da cavalaria era Cavalaria do Butiá.

Mais tarde Bandas do Butiá Farrapa; este nome que troquei por Farrapa é porque dizião que era os mal arranjados, desageitados e vião para passar bem.

Conversei com meus gaúchos sobre o assunto e formamos uma grande cavalaria bem montada, mas continuam comendo.

O nome Cavalaria Farrapa Banda do Butiá, que atualmente está sobre o comando do gaúcho, fazendeiro, meu vizinho no Butiá Dr. Paulo Fernandes.



Fundação do CTG Lalau Miranda

Amadeu Goelzer

O CTG Lalau Miranda foi fundado em 24 de Março de 1952

O 1º Patrão eleito foi o Sr. Múcio de Castro e 1º Capataz e agregado, Sr. Ney Vaz Silva, período de 1952 a 1953.

Em 18 de abril de 1953, às 20 horas, houve um rodeio público na Praça Marechal Floriano defronte a rádio Passo Fundo, com grande afluência de público; compareceram os Clarim do 3º RCB da Brigada Militar, discurso, violões, sanfonas etc. etc e declamações as 21.30 foi a posse da nova diretoria; e as 22.30 grande baile ao som uma orquestra guasca, com músicas puramente regionais.

Posse, baile foi tudo no Clube Caixeiral cedido pela sua diretoria.

No dia 19 de abril de 1953, grande churrasco na fazenda do 3º R.B.C da Brigada militar, e logo o churrasco houve domas, em cavalos chucros, trovas etc. etc. e em seguida o arrasta pé, na grama até o sol entrar; a festança na brigada começou ao clarear do dia 19 e terminou no dia 20, ainda com fogos e declamações.

Neste churrasco, o povo levou seu churrasco, bebidas etc pois o Centro não estava em condições de oferecer o churrasco a tanto gaúcho e gaúchos d'aqui de P. Fundo e de outras bandas.

Hoje 24 de março de 1993 o CTG Lalau Miranda completa 41 anos de glórias.

O Sr. Amadeu Goelzer, tem em seu arquivo o título de jóia do sócio efetivo do dia 13 de junho de 1953.

Tesoureiro era Arthur Sussenback.

NB neste mês é que começou a entrar dinheiro dos sócios.

(Rascunho de Amadeu Goelzer, Sussenback gerente do Banco da Província)

História do velho cemitério do Butiá do tempo da guerra com o Paraguai - 1864 a 1870

Amadeu Goelzer

Ele fica [a] três quilômetros da minha casa no Butiá, perto da ponte do rio Butiá, está em (ruínas).

Estão sepultados neste velho cemitério 4 gloriosos capitães todos das forças brasileiras. São eles os seguintes capitão José Rodrigues Nunes (Juca) esse trouxe na garupa uma moça Paraguai[a] com o nome de Ipólita Cassiane e um piá. Os outros capitãos(sic) Clemente Manoel Colau Luiz Antônio Moraes e João Luiz da Rocha.

Eu era guri e conheci o Clemente cego de um olho e João Luiz. O nome do guri que eu conheci chama-se Miguel e NB descendentes desta paraguaia existem muitas pessoas pelo Butiá, Pontão, Bugre, Sertão e Butiá a família é grande. Fui muitas vezes no cemitério ver nos túmulos as dragonas, andarolas, e trapos eu as famílias puseram lá estas peças com o tempo se puíram e terminaram com o tempo. Eu como disse era guri, pois nasci em 1902, deu para alguma coisa da guerra do Paraguai; tenho em casa no Butiá a lança, a espada tudo lembrança da guerra do Paraguai.

João Schel e sua esposa doam a sua propriedade no butiá

Amadeu Goelzer

Ele João Schell e sua mulher d. Maria Elisa Schell dão a sua propriedade de campos e matos, casa e um engenho de socar erva mate no lugar denominado Butiá que tem as confrontações seguinte com campos de Serafim Antonio Dias, e outros, ao sul com campos de Maria Domingues do Rosário e seus filhos, pelo poente e ao norte com campos de Antonio Pinheiro Gonçalves, sendo as divisas seguintes, a partir do poente por uma sanga acima em direitura ao primeiro capão, do qual fica pertencendo uma parte ao comprador, outra atravessando esse mato por um serrado rumo a um pao de nome soita cavalo, com esta marca AB, daí a um pinheiro com a mesma marca, daí ao rumo de campo de Serafim Antonio Dias, com um marco com a marca já dita, e daí seguindo pela beira do campo do mesmo Serafim e outros, de modo a ficar os matos só para o lado da propriedade descrita, até o lajeado que serve de divisa com os campos de Maria Domingues do Rosário e seus herdeiros, e por esse lajeado abaixo até a busca da sangas em primeiro lugar mencionada, cujas propriedade acima dividida e descrita é de propriedade do outorgante Major João Schell que houveram por compra feita de Alfredo B. Dautte(sic) sua mulher pelo preço de trezentos contos de réis declaram ele Major João Schell ser legítimo possuidor da propriedade retro descrita e contrataram a permuta com as seguintes permutantes Fernando Goelzer e sua mulher pela propriedade, isto é, uma casa dita na rua do comércio desta vila. Ao norte com as confrontações seguintes, ao norte pela Rua Paysandu, ao sul com a rua do Comércio, ao poente com a casa e terras de Gervásio Lucas Annes, ao nascente com a casa e terrenos de Juvência A(...) Monteiro, sendo a casa coberta de telhas, contando mais benfeitorias e que houveram por doação feita Dona Luciana Altina de Jesus, a sua afilhada Eufrásia Dias, hoje mulher do outorgante Fernando Goelzer, cuja casa tem de frente um terreno pequeno junto a mesma noventa e sete palmos e duas polegadas e de fundos a rua Paysandu com cinqüenta e cinco palmos e meio, segundo eles permutantes afirmam, se obrigam afirmar direito quando necessário seja.

Disseram um e outro que reciprocamente transferem do domínio, direito e ação e posse das propriedades permutadas, que esta posse poderão tomar independente de autoridade da justiça a casa e terreno foi avaliada em um conto e quinhentos mil réis, igual a quantia de campos matos enquanto que com essa troca, declaram mais que a casa e terrenos estavam em mau estado precisando retificação aplicada, dita troca podendo os primeiros outorgantes major João Schell e sua mulher tomar desde já posse da casa e terreno acima dito e aos outorgantes Fernando Goelzer e sua mulher tomar também posse campos, matos, engenho, como seu.

Pelos seguintes outorgantes foi dito que o engenho também estavam em mau estado. Pelos outorgantes foi apresentado o talão de transmissão do teor seguinte número quarenta e um, exercício do ano de 1849, três mil e quinhentos réis, e mais mil e quinhentos réis de cinco por cento adicional, recebidos dos srs Major João Schell e Fernando Goelzer, transmissão de propriedade de um décimo por cento sobre um conto e quinhentos valor porquanto permutarão permutarão um parte de campos e matos e engenho dito no terceiro distrito desta vila, por uma casa dita na rua do comércio desta vila.

Coletoria de Passo Fundo, em 16 de abril de 1889, o coletor Américo José Furtado de Camboím, o escrivão Saturnino Nicolá Falkenbach. Assim me pediram lhes lavrassem a presente escritura que depois de lida achada conforme, assinaram com as testemunhas presentes Joaquim Gonçalves Gomide e Leovegildo Carlos Werles, residentes nesta vila e reconhecidos por mim Cezarino Lucas Anes(sic) tabelião. Assinam Major João Schell, Fernando Goelzer, Joaquim Gomide, Leovegildo Wernes, a rogo 4 estampas (selos) de três mil réis.

Em testemunha G.L.A. de verdade.

O tabelião Gezerino Lucas Anes(sic).

Em 19 de abril de 1889.

Memorial Paróquia Nossa Senhora da Conceição

Livro Tombo - Despedida do Pe. Valentin Rumpel

Pe. Valentin Rumpel

Aos 3 de junho de 1914 e pelas 17h, eu Pe. Valentin Rumpel, sacerdote da Pia Sociedade das Missões, retirei-me desta paróquia de Passo Fundo a qual administrei por 11 anos, com tanto sacrifício.

Quando cheguei, no ano de 1903, não achei nada, a Matriz velha em ruínas, e o estado religioso em completo abandono, tudo anarquizado, encontrando ainda as conseqüências: revolução, ignorância religiosa e pobreza externa. Comecei a trabalhar e viajar, percorrendo as matas, pregando a palavra de Deus, fazendo doutrinas, auxiliando a moribundos, dispensando a todos as consolações da nossa Santa Religião. Inesquecível é o que sofri e trabalhei, e pouco a pouco voltou o povo a vida religiosa e aumentou o amor a Deus.

Neste ano formaram-se diversos curatos novos nesta Paróquia, separando-se dela o terreno necessário, como o curato de São Luiz de Casca, mais tarde o curato de Erechim e ultimamente o curato do Belo Jacuhy, todos estes curatos faziam parte da Paróquia de Passo Fundo e todos estes lugares percorri e conheço e em todos eles trabalhei pregando e assistindo os moribundos, enfim a todos dispensei as consolações da Nossa Santa Religião. Eu era auxiliado por ótimos coadjutores, como era o Rev. Pe. João Barbizam que por muitos anos trabalhou comigo com zelo e abnegação; o Rev. Pe. João Jap e nos últimos anos o Rev. Pe. Raphael Jap, que com todo o zelo apostólico aplicavam-se na salvação das almas, durante o tempo que eu trabalhava mais por fora eles trabalhavam na cidade.

Fez-se com tanto sacrifício na cidade a bela Matriz, compraram-se belas estátuas com o dinheiro da congregação, compraram-se alfaias e paramentos, isto é, tudo que era necessário para o culto e hoje a Matriz possui tudo que é necessário. Compraram-se quatro bons sinos da Europa, talvez sejam os melhores desta Diocese, e se fez tudo isso com grande sacrifício por parte nossa e dos padres.

Fora da cidade em toda parte o estado religioso da paróquia é florescente, capelas bonitas e boas se acham, assim que a paróquia oferece hoje outro aspecto do que quando vim, e promete as melhores esperanças para o futuro.

E hoje com o coração magoado de dor, vou deixar este meu campo de ação sendo pela vontade de meus superiores transferido para Nova York, e vou por obediência. Desejando, na minha despedida a esta paróquia, por mim tão amada, banhada com meu suor e sangue a Benção de Deus, a deixo. Nossa Senhora da Conceição, a grande padroeira dela, a defenda contra todos os males, acompanhando-a para que progrida sempre mais no equilíbrio religioso, e para que todos estes seus queridos paroquianos sejam abençoados por Deus, que faça tudo para o melhor das almas.

Vou mais pobre do que quando vim, porém levo a consolação comigo, a voz da consciên-
cia que me diz que fiz tudo o possível que estava no meu poder. Queira o
bom Deus perdoar-me as faltas que cometi, e alargar sobre esta Paróquia e todos os
meus sua sagrada bênção.

E por ser verdade assino, Passo Fundo, 3 de junho de 1914.

Pe. Valentin Rumpel

Um pouco da história de um grande homem:

Fernando Goelzer

Fernando Goelzer nasceu em Santa cruz, vila Germânia (Candelária) no dia 7 de outubro de 1850. Filho de Jacob Goelzer e Maria Elisa Wairlig, naturais da Alemanha.

Em 1876, c/ 17 anos, Fernando transferiu-se p/ Rio Pardo, onde aprendeu o ofício de sapateiro c/ o alemão Kondemann.

Em 1878, Fernando veio p/ P. F. com uma tropa de cargueiros de propriedade do Sr. João Vergueiro, pai de Nicolau Araujo Vergueiro.

João Vergueiro, a pedido do então 1º prefeito de P. F. Sr. Frederico Jacob Kurtz aceitou a incumbência de trazer para cá um sapateiro, Fernando aceitou o convite.

O Sr. Frederico Kurtz também era sapateiro!

Após 2 anos aqui, no dia 2 de marca de 1880, Fernando casa-se c/ Eufrázia, filha do Capitão Jorge Schell e Maria das dores Schell, esta natural de Minas Gerais. Em dois de maio do mesmo ano mudou-se para o Butiá, em terras do Major João Schell. Em 1889, Fernando permuta esta terra por uma casa que Dona Eufrázia tinha em P.F., casa esta dada a Dona Eufrázia por sua madrinha Luciana Altina de Jesus.

Antes de fazer esta troca Fernando comprou as terras de Dona Maria Rodrigues do Rozário, viúva do Sr. Manuel Luiz da Rocha.

A área da estância do Butiá era de mais de 800 milhões de m2. Ao todo eram mais de dez fazendas.

(OBS. DO COPIADOR: É uma cópia de outra mão, de grafia bonita e períodos corretos, resumindo a permuta já escrita, segue-se no original: Na guerra contra o Paraguai...).



Projeto
Passo Fundo
Apoio à cultura

[Catálogo do Projeto Passo Fundo](http://www.projetopassofundo.com.br)
www.projetopassofundo.com.br



Praça Marechal Floriano - Passo Fundo - 1937

Obra de muitas mãos, a revista retrata as diversas faces de Passo Fundo nas décadas de 1930-1940 através de artigos, depoimentos, fotografias e documentos. É um álbum em cujas páginas podemos fazer uma viagem virtual pelo passado em todas as suas dimensões.



978-85-8326-022-6



Projeto
Passo Fundo
Assim a cidade